

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 394, DE 2020
(Do Poder Executivo)
MSC 102/2020
OF 106/2020

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.015, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária São José a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Juazeirinho , Estado da Paraíba.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atos que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 463, de 6 de maio de 2015 - Sociedade Rádio Comunitária Camará FM, no município de Camaragibe - PE;
- 2 - Portaria nº 2.837, de 30 de julho de 2015 - Fundação Beneficente Rosal da Liberdade, no município de Redenção - CE;
- 3 - Portaria nº 545, de 9 de maio de 2016 - Sociedade dos Ecologistas de Tambaú, no município de Tambaú - SP;
- 4 - Portaria nº 896, de 9 de maio de 2016 - Conselho Comunitário de Arraial D'Ajuda, no município de Porto Seguro - BA;
- 5 - Portaria nº 1.019, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Artística e Cultural Catanduvense, no município de Catanduvas - PR;
- 6 - Portaria nº 1.143, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária e Cultural Pantaneira, no município de Coxim - MS;
- 7 - Portaria nº 1.832, de 9 de maio de 2016 - Associação Rádio Clube Jornal Meia Ponte, no município de Pirenópolis - GO;
- 8 - Portaria nº 1.943, de 10 de maio de 2016 - Associação Comunitária dos Moradores de Cantagalo, no município de Cantagalo - PR;
- 9 - Portaria nº 1.906, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Caracol, no município de Caracol - MS;
- 10 - Portaria nº 2.204, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pompeia, no município de Pompeia - SP;
- 11 - Portaria nº 2.618, de 7 de junho de 2017 - Associação Louvores ao Rei de Integração Comunitária, no município de Campo Grande - MS;
- 12 - Portaria nº 2.622, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária dos Moradores de Cachoeira Dourada - GO e Distritos, no município de Cachoeira Dourada - GO;
- 13 - Portaria nº 4.031, de 28 de setembro de 2017 - Associação Sócio-Cultural Ribeirão Branco, no município de Ribeirão Branco - SP;
- 14 - Portaria nº 5.085, de 28 de setembro de 2017 - Associação Ambientalista de Marilândia, no município de Marilândia - ES;
- 15 - Portaria nº 5.225, de 28 de setembro de 2017 - Associação Beneficente de Difusão Cultural e Comunitária Betel de Terra Roxa, no município de Terra Roxa - SP;
- 16 - Portaria nº 5.229, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária Martinho Prado Júnior, no município de Mogi Guaçu - SP;

- 17 - Portaria nº 6.165, de 20 de dezembro de 2017 - Associação de Comunicação Comunitária Vida Nova, no município de Porto Ferreira - SP;
- 18 - Portaria nº 712, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Comunitária Shalom, no município de Rio Grande - RS;
- 19 - Portaria nº 1.010, de 14 de março de 2018 - Centro Cultural Nossa Senhora da Assunção, no município de Cabo Frio - RJ;
- 20 - Portaria nº 1.031, de 14 de março de 2018 - Associação Comunitária de Firminópolis, no município de Firminópolis - GO;
- 21 - Portaria nº 1.034, de 14 de março de 2018 - Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão, no município de Coronel Murta - MG;
- 22 - Portaria nº 1.364, de 14 de março de 2018 - Associação Rádio Comunitária de Belterra, no município de Belterra - PA;
- 23 - Portaria nº 3.886, de 2 de agosto de 2018 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural de Dois Vizinhos, no município de Dois Vizinhos - PR;
- 24 - Portaria nº 3.895, de 2 de agosto de 2018 - Fundação Cidadania, no município de José de Freitas - PI;
- 25 - Portaria nº 6.735, de 16 de janeiro de 2018 - Rádio Comunidade Porciúncula, no município de Porciúncula - RJ;
- 26 - Portaria nº 6.848, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Vida Nova Educacional, Cultural e Comunicação Social, no município de Americana - SP;
- 27 - Portaria nº 6.857, de 16 de janeiro de 2018 - Rádio Comunitária Zabelê FM, no município de Remanso - BA;
- 28 - Portaria nº 7.014, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária Rádio FM Cláudia, no município de Cláudia - MT;
- 29 - Portaria nº 7.015, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária São José, no município de Juazeirinho - PB;
- 30 - Portaria nº 7.037, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Juti - ACODECAJ, no município de Juti - MS;
- 31 - Portaria nº 7.152, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Social da Comunidade de Congonhas, no município de Congonhas - MG;
- 32 - Portaria nº 7.231, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária Cidadã de Cananéia, no município de Cananéia - SP;
- 33 - Portaria nº 7.586, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Comunitária de Comunicação - Rádio Comunitária Muaná FM, no município de Muaná - PA;
- 34 - Portaria nº 7.587, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Beneficente de Altaneira, no município de Altaneira - CE; e
- 35 - Portaria nº 7.590, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos, no município de Cabo de Santo Agostinho - PE.



Brasília, 18 de março de 2020.

Brasília, 20 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.058147/2011-16, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária São José, inscrita no CNPJ nº 02.488.712/0001-27, explore pelo prazo de dez anos a partir de 4 de setembro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Juazeirinho, estado da Paraíba, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 23600/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 7015, de 16 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 28 de fevereiro de 2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 7015/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53730.000621/1998 e nº 53000.058147/2011-16, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 4 de setembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária São José, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Juazeirinho/PB.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 16/01/2018, às 20:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2437102** e o código CRC **03069F10**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 34376/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.058147/2011-16.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 23/09/2019, às 12:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4654521** e o código CRC **E52AB6D2**.

Referência: Processo nº 53000.058147/2011-16

SEI nº 4654521

INFORME PROCESSUAL

Nº Processo:	53000.058147/2011-16
Interessado:	Associação Comunitária São José
Setor:	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
CNPJ:	02.488.712/0001-27
Serviço:	Radiodifusão Comunitária
UF:	PB
Localidade:	Juazeirinho
Tipo:	Renovação - Rádio Comunitária
Num_Tipo	427



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 06/03/2018, às 11:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2708665** e o código CRC **1AB8DEAD**.

Referência: Processo nº 53000.058147/2011-16

SEI nº 2708665



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.058147/2011-16**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 21 de julho de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 21/07/2014, às 13:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0047994** e o código CRC **B57F3548**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 058147/2011-16

SEAPA/SCE

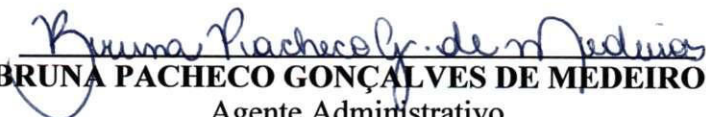
17/11/2011-09:51

Assunto: **Renovação**

Protocolo de Outorga nº: 53730.000621/98

1. Frente à publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, item 20, e visto que o ato de outorga da **Associação Comunitária São José**, na localidade de **Juazeirinho / PB**, tem validade até 04/09/2011, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 16 de novembro de 2011.


BRUNA PACHECO GONÇALVES DE MEDEIROS
Agente Administrativo

Bruna Pacheco Gonçalves de Medeiros
Siape n.º 1786956
Agente Administrativo

P-155 (02/05/00)
D-304 (04/09/01)

02.488.412/0001-27



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 7184 /2011/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 22 de novembro de 2011.

Ao Senhor

ANTÔNIO BATISTA DE LIMA NETO

Representante Legal da Associação Comunitária São José

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08 - Centro

58660-000 Juazeirinho – PB

Assunto: **Renovação de Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária/ Processo nº. 53000.058147/2011-16.**

Senhor Representante Legal,

1. De acordo com a Lei 9.612/1998, art. 6º, alteração pela Lei 10.597/2002 a outorga para prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 (dez) anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas disposições vigentes.

2. Visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ** tem validade até 04/09/2011, e tendo em vista a publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, comunicamos que a Entidade poderá encaminhar caso deseje pleitear a renovação de sua outorga Requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 da Norma nº 1/2011, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, acompanhado, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

I. Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme itens 8.2 e 8.3;

CGRC

- III. A alteração do local de instalação da estação que esteja operando em caráter precário somente poderá ocorrer após a aprovação do ato de renovação da outorga pelo Congresso Nacional e publicação de Decreto Legislativo correspondente.
- IV. Os documentos devem ser apresentados no original ou em cópia autenticada e encaminhados via postal ou apresentados diretamente no protocolo central do Ministério das Comunicações.
- V. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

5. Comunicamos que a Norma nº 1/2011 e os modelos padronizados estão disponíveis no endereço eletrônico: www.mc.gov.br.

6. Será facultado, a essa entidade, nos termos do item 20.2.1 da Norma nº 1/2011, prazo de 3 (três) meses contados da publicação da referida Norma, apresentar os itens solicitados, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

Atenciosamente,



OCTAVIO PENNA PIERANTI
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

REU 058147/11 13

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ

Rec. Útil. Púb. Municipal. Lei Nº 003/2001. Rec. Útil. Púb. Estadual Lei 8.907

Reg. Nº 220 Livro N/B. Reg. Nº 068 Livro A/2, CNPJ. 02.488.712.000-27

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08 – Centro. CEP 58.660-000. Juazeirinho – PB.



Ofício 023/11

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações

Assunto Solicitação.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 007095/2012-09

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO

09/02/2012-14:19

Seclar

Sr. Ministro

A Associação Comunitária São José, inscrita no CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27, com sede na Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 08 Centro Juazeirinho Paraíba CEP 58.660-000, entidade sem fins lucrativa, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 236 de 25 de abril de 2000 e Decreto legislativo nº 2.615 de 03 de junho de 1998, publicado no Diário Oficial de União datado de 02 de maio de 2000, vem respeitosamente à presença de V. Exa, requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20,3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Juazeirinho 24 de outubro de 2011.


Antônio Batista de Lima Neto

CPF 218.560.954/87

DECLARAÇÃO

Antonio Batista de Lima Neto, representante da Associação Comunitária São José, da cidade de Juazeirinho no Estado da Paraíba, declaro para os devidos fins que:

Estamos solicitando a vistoria da Anatel especificamente para efeitos da renovação da outorga da nossa emissora junto ao ministério das comunicações.

Juazeirinho 24 de Outubro de 2011

Antonio Batista de Lima Neto
Antonio Batista de Lima Neto

ANEXO 13 – LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

—	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica Rádio Comunitária
---	--

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

CGC

02488712000127

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

RADIO JUASEIRO FM

Fortaria de Autorização nº 156 de 2/5/2000 Publicada no D.O.U de 2 de 5 de 9800

Decreto Legislativo nº 2615 de 3/6/98 Publicado no D.O.U de 2 de 5 de 2000

1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

RUA DR JOSE FERREIRA RANOS

BAIRRO

CIDADE

CENTRO JUASEIRINHO

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

PB S W

A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante?

NÃO ☒ SIM ☐

2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

RUA DR JOSE FERREIRA RANOS

BAIRRO

CIDADE

CENTRO JUASEIRINHO

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

PB S W 704 07 3639/41

São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida?

NÃO ☐ SIM ☒

É o mesmo endereço que consta na última licença expedida?

NÃO ☐ SIM ☒

3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "Outras informações de interesse")

LOGRADOURO

BAIRRO

CIDADE



CIDADE (CONTINUAÇÃO) _____ UF _____ COORDENADAS GEOGRÁFICAS _____ S _____ W _____

4. TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE
SISTEMA ELETRONICO INTEGRADO-SISTE

MODELO _____ POTÊNCIA DE FABRICA **25000** watts Nº HOMOLOGAÇÃO _____

POTÊNCIA DE OPERAÇÃO _____ POTÊNCIA MEDIDA _____ watts

FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO _____ MHz FREQUÊNCIA MEDIDA _____ MHz

5. TRANSMISSOR AUXILIAR (se houver)

FABRICANTE _____

MODELO _____ POTÊNCIA DE FABRICA _____ watts Nº HOMOLOGAÇÃO _____

POTÊNCIA DE OPERAÇÃO _____ POTÊNCIA MEDIDA _____ watts

FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO _____ MHz FREQUÊNCIA MEDIDA _____ MHz

- Os dados dos transmissores são os mesmos dados que constam na última licença expedida?

NÃO ☐ SIM ☐

6. SISTEMA IRRADIANTE - ANTENA TORRE

FABRICANTE DA ANTENA **SISTEMA INTEGRADO-SISTE** MODELO _____

GANHO max (Gt) _____ ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO **24.11** m ALTURA DA TORRE _____ m

ALTITUDE DO LOCAL _____ m

- Os dados do sistema irradiante são os mesmos que constam na última licença expedida?

NÃO ☐ SIM ☒

7. LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE _____ MODELO _____

COMPRIMENTO(L) _____ ATENUAÇÃO EM 100 m (AL) _____ PERDAS NA LINHA (PL) _____ EFICIÊNCIA DA LINHA (η) _____

Perdas na linha (PL) = **1.1** Eficiência da linha (η) = $10 \frac{-(PL)}{10}$

100


8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

--

9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

--

10 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO																													
ROBERTO CARLOS CANTALICE DE MEDEIROS																													
ENDEREÇO																													
RUA JOSÉ BONIFÁCIO N 67 APT 0																													
ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)										BAIRRO																			
RUA ILHA BELA										CENTRO																			
CIDADE																													
CAMPINA GRANDE - PARAIBA																													
UF																													
REG CREA										FORMAÇÃO																			
2505-D										ENGENHEIRO																			
CEP										TELEFONE										FAX									
58										083-88130036																			
E-MAIL																													
RCANTALICE@HOTMAIL.COM																													
LOCAL															DATA														
															2/1/2011														
ASSINATURA																													
																													

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 236, DE 28 DE ABRIL DE 2000

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MPO nº 111, de 08 de outubro de 1998, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.625, de 07 de abril de 1998, na Portaria Interministerial nº 29, de 31 de julho de 1998, resolve:

Art. 1º - Divulgar, nos termos do § 3º, art 19, da Portaria nº 29, de 1º de março de 2000, o resultado final da avaliação de desempenho institucional do período de 1º de outubro de 1999 a 31 de março de 2000, a ser aplicada nos cálculos da Gratificação de Desempenho e Produtividade destinada aos servidores do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, lotados neste Ministério.

Art. 2º - A média aritmética dos resultados das avaliações do desempenho institucional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, consideradas as avaliações da SPI e da SOF, é de 97,44% da pontuação total, e será válida para o cálculo do valor da GDP a ser paga no período de maio a outubro de 2000.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

GUILHERME GOMES DIAS

(Of. nº 150/2000)

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 25 DE ABRIL DE 2000

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, resolve autorizar as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de autorização somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº 248 - Processo nº 53000.00/331/99- Autoriza a TV INÊS, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 10 (dez), na cidade de Santa Inês, Estado do Maranhão, a executar os Serviços de Retransmissão e de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, na cidade de Penalva, Estado do Maranhão, através do canal 10 (dez), utilizando estação terrena receptora de sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmitir seus próprios sinais.

Nº 249 - Processo nº 53000.005201/97- Autoriza a RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 4 (quatro), na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, a executar os Serviços de Retransmissão e de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, na cidade de Penalva, Estado do Maranhão, através do canal 5 (cinco), utilizando estação terrena receptora de sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmitir seus próprios sinais.

MARCUS PESTANA
Secretário Executivo
Substituto

(Nº 9.449-4 - 28-4-2000 - R\$ 95,23)
(Nº 9.447-8 - 28-4-2000 - R\$ 95,23)

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Delegacia do Ministério das Comunicações no Ceará

PORTARIA Nº 21, DE 10 DE ABRIL DE 2000

Processo nº 53650.000274/00 - RÁDIO E JORNAIS DO CEARÁ S.A. Concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias, em Fortaleza/CE. Autoriza efetuar o aumento do capital social, aprova quadro diretivo e determina a comprovação dos atos.

JOAQUIM BORGES NETO
Delegado
Interino

PORTARIA Nº 22, DE 13 DE ABRIL DE 2000

Processo nº 53650.000007/00 - PS RÁDIO DIFUSÃO LTDA. Permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, em Baturité/CE. Aprova atos.

JOAQUIM BORGES NETO
Delegado
Interino

(Nº 0.774-X - 24-4-2000 - R\$ 97,92)
(Nº 0.775-8 - 17-4-2000 - R\$ 97,92)

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**Gerência Executiva em Porto Velho****Serviço de Arrecadação**

PORTARIA Nº 1, DE 27 DE MARÇO DE 2000

CHEFE DO SERVIÇO DE ARRECAÇÃO NO ESTADO DE RONDONIA
no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 70 do Regimento Interno aprovado pela portaria 6.247 de 28 de dezembro de 1999, e considerando o que dispõe o item 26 da OSINSS/DAF/207, de 08 de Abril de 1999 e o contido no processo 35335001089/96-32, resolve:

Declarar as Certidões Negativas de Débito CND's referente aos recolhimentos de contribuições previdenciárias a cargo do INSS, abaixo relacionadas inautênticas e consequentemente, inidôneas, uma vez que foram emitidas em desacordo com as normas legais.

PCND	NR. CND	SÉRIE	EMPRESA	CGC/CEI
189	381806	F	OSVALDO SOARES DE SOUZA	26.004.00679/68
190	361808	F	KLEBER LIMA VIEIRA	26.004.00702/69
191	361809	F	VANDERLEI BELINE	26.004.00694/60
210	361828	F	LAURA ADÃO FAUSTO	26.004.00687/60
211	361829	F	REGINA CÉLIA M. REAL	26.004.00718/69
216	361839	F	SÉRGIO ABEL DE SOUZA	26.004.00756/61
226	361842	F	MÁRIO JOSÉ DOS ANJOS	26.004.00772/66
227	361843	F	HORÁCIO GIL	26.004.00731/66

Desta forma, tais documentos são nulo de pleno direito, não produzindo quaisquer efeitos devendo ser recusado por qualquer instituição pública ou privada à qual venha a ser apresentado, o ato eventualmente praticado para o qual tenha sido apresentado esse documento como prova de inexistência de débito de contribuição previdenciária é nulo para todos os efeitos de acordo com o disposto no caput do art. 48 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991 e alterações posteriores.

OCENIR SANCHES

(Of. nº 133/2000)

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
140	53640.002392/98	Associação Comunitária e de Radiodifusão Neves - ACORAN.	Riachão das Neves/BA
141	53103.000599/98	Associação Cultural Belo Jardim - AMCRBJ/FM.	Belo Jardim/PE
142	53720.000412/98	Rádio Comunitária Guarany FM.	Abaetetuba/PA
143	53710.001070/98	Associação Metropolitana Cultural e Artística "Dom Aloisio Roque Opperman".	Uberaba/MG
144	53680.000804/98	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Ribamarense.	São José de Ribamar/MA
145	53780.000130/98	Associação de Difusão Comunitária de Nisia Floresta.	Nisia Floresta/RN
146	53710.001523/98	Associação Comunitária e Cultural São João Bosco da Região das Alterosas.	Betim/MG
147	53800.000264/98	Associação Comunitária Samauma.	Cacoal/RO
148	53740.001247/98	Associação Equipe Canal 8.	Mariópolis/PR
149	53680.000531/98	Associação Cultural Comunitária de Codó.	Codó/MA
150	53830.000160/99	Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida - ACCCEV.	Mococa/SP
151	53830.002973/98	Associação Prestadora de Serviços à Comunidade Miguelopolense.	Miguelópolis/SP
152	53103.000659/98	Fundação de Saúde e Ação Social Pautila Jordão - FUSASO.	Bonito/PE
153	53710.000944/98	Associação Rádio Comunitária de Jaboticatubas.	Jaboticatubas/MG
154	53710.000732/98	Associação Paz e Bem.	Itambacuri/MG
155	53730.000621/98	Associação Comunitária da Comunidade São José.	Itazirinha/PB
156	53710.001016/98	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura "Comunidade em Ação".	Muzambinho/MG

PIMENTA DA VEIGA

(Of. nº 80/2000)

Ministério do Planejamento.**SECRETARIA EXECUTIVA**

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA		Nº: 001494/2001 FLS: 001/001			
NOME/RAZÃO SOCIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DA COMUNIDADE SAO JOSE - CNPJ: 02.488.712/0001-27		Nº DA ENTIDADE 50011326492			
Nº DA ESTAÇÃO 631386092	SERVIÇO Rádiodifusão Comunitária	NAT. SERV. *****	LATITUDE 07S0407		
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RUA DOUTOR JOSÉ FERREIRA RAMOS; 08 - SALA 02 .		DISTRITO *****			
BAIRRO CENTRO		MUNICÍPIO JUAZEIRINHO	UF PB		
<table border="0"> <tr> <td> CIDADE DA OUTORGA : Juazeirinho/PB NOME FANTASIA : ***** FREQUÊNCIA : 87,9 MHz HORÁRIO : 06:00 a 23:00 - Dom. a Sáb. FUNCIONAMENTO : ZYC997 INDICATIVO DA ESTAÇÃO : ESTÚDIO ENDEREÇO : RUA DOUTOR JOSÉ FERREIRA RAMOS; 08 - SALA 02 . CENTRO MUNICÍPIO : Juazeirinho TRANSMISSOR PRINCIPAL : APEL - Aplicações Eletrônicas Ind. e Com. Ltda. CÓDIGO : 058800XX0001 TRANSMISSOR AUXILIAR : ***** CÓDIGO : ***** ANTENA : FABRICANTE : APLE APLICACOES ELETRONICAS IND. E COMERCIO LTDA GANHO : 0.00 dBd DESCRIÇÃO : PLANO TERRA COTA BASE DA TORRE : ***** m A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM DIREITO A PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERÊNCIAS CAUSADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RÁDIO DIFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS. </td> <td> Número Processo : 537300006211998 CANAL : 200 RAIO DA ÁREA DE SERVIÇO : 1.00 KM PERP MÁXIMA : ***** W LOCALIDADE : ***** UF : PB MODELO : ATFM-RC POTÊNCIA : 25,000 W MODELO : ***** POTÊNCIA : ***** W MODELO : ATC - 01 POLARIZAÇÃO : Vertical ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO : 21.0 m </td> </tr> </table>				CIDADE DA OUTORGA : Juazeirinho/PB NOME FANTASIA : ***** FREQUÊNCIA : 87,9 MHz HORÁRIO : 06:00 a 23:00 - Dom. a Sáb. FUNCIONAMENTO : ZYC997 INDICATIVO DA ESTAÇÃO : ESTÚDIO ENDEREÇO : RUA DOUTOR JOSÉ FERREIRA RAMOS; 08 - SALA 02 . CENTRO MUNICÍPIO : Juazeirinho TRANSMISSOR PRINCIPAL : APEL - Aplicações Eletrônicas Ind. e Com. Ltda. CÓDIGO : 058800XX0001 TRANSMISSOR AUXILIAR : ***** CÓDIGO : ***** ANTENA : FABRICANTE : APLE APLICACOES ELETRONICAS IND. E COMERCIO LTDA GANHO : 0.00 dBd DESCRIÇÃO : PLANO TERRA COTA BASE DA TORRE : ***** m A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM DIREITO A PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERÊNCIAS CAUSADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RÁDIO DIFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS.	Número Processo : 537300006211998 CANAL : 200 RAIO DA ÁREA DE SERVIÇO : 1.00 KM PERP MÁXIMA : ***** W LOCALIDADE : ***** UF : PB MODELO : ATFM-RC POTÊNCIA : 25,000 W MODELO : ***** POTÊNCIA : ***** W MODELO : ATC - 01 POLARIZAÇÃO : Vertical ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO : 21.0 m
CIDADE DA OUTORGA : Juazeirinho/PB NOME FANTASIA : ***** FREQUÊNCIA : 87,9 MHz HORÁRIO : 06:00 a 23:00 - Dom. a Sáb. FUNCIONAMENTO : ZYC997 INDICATIVO DA ESTAÇÃO : ESTÚDIO ENDEREÇO : RUA DOUTOR JOSÉ FERREIRA RAMOS; 08 - SALA 02 . CENTRO MUNICÍPIO : Juazeirinho TRANSMISSOR PRINCIPAL : APEL - Aplicações Eletrônicas Ind. e Com. Ltda. CÓDIGO : 058800XX0001 TRANSMISSOR AUXILIAR : ***** CÓDIGO : ***** ANTENA : FABRICANTE : APLE APLICACOES ELETRONICAS IND. E COMERCIO LTDA GANHO : 0.00 dBd DESCRIÇÃO : PLANO TERRA COTA BASE DA TORRE : ***** m A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM DIREITO A PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERÊNCIAS CAUSADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RÁDIO DIFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS.	Número Processo : 537300006211998 CANAL : 200 RAIO DA ÁREA DE SERVIÇO : 1.00 KM PERP MÁXIMA : ***** W LOCALIDADE : ***** UF : PB MODELO : ATFM-RC POTÊNCIA : 25,000 W MODELO : ***** POTÊNCIA : ***** W MODELO : ATC - 01 POLARIZAÇÃO : Vertical ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO : 21.0 m				
OBSERVAÇÕES 02.488.712/0001-27		EMITIDA EM 22/03/2005	VÁLIDA ATÉ 04/09/2011		
<div style="text-align: right;">  Eunício Oliveira Ministro das Comunicações </div>					

Rádio Comunitária Juazeiro - PB
 Org.: Associação Comunitária São José
 C G C 02.488.712/0001-27
 Rua Dr. José Ferreira Ramos, 08-1º. And.-Sl. 02
 Centro - CEP 58.660-000 - Juazeirinho - PB.

Antonio Batista de Lima Neto
 Diretor - Presidente

DECLARAÇÃO

Antonio Batista de Lima Neto, representante da Associação Comunitária São José, declaro para os devidos fins que a gestão da radio tem a seguinte direção:

- 1 – Gerente Administrativo. Jonh Herbert Vieira Batista
- 2 – Diretor de Programação. Maria Jaine Pereira
- 3 – Diretor de Produção. José Renilson Guedes Dias

Juazeirinho 24 de Outubro de 2011

Antonio Batista de Lima Neto
Antonio Batista de Lima Neto
CPF 218.560.954-87

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DE PARAÍBA

MUNICÍPIO DE JUAZEIRINHO

DISTRITO DE JUAZEIRINHO

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

2ª VIA

Certifico que no Livro A - 3 , fls. 33 -V ,
termo nº 2.348 consta o assento de:
" " JONH HERBT VIEIRA BATISTA " " " "
" " " " " " " " , sexo Masculino nascido(a)
aos 22 de Junho (06) de 1975

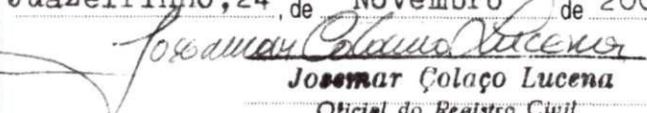
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

em Casa de sua residencia cidade de
JUAZEIRINHO - Estado da Paraíba " " " "
filho(a) de ANTONIO BATISTA DE LIMA NETO
e dona JOSILENE VIEIRA BATISTA " " " "
residentes nesta cidade Juazeirinh

Assento feito aos 04 de Março de 1978

Observação Consta no verso os Avos P.M.
Juazeirinho, 24 de Novembro de 2008


Josemar Colaço Lucena
Oficial do Registro Civil

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Comunicações
77



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA

Cartório do Registro Civil
Cartório do Registro Civil França Colaço

Rua: Siqueira Campos nº 88 Centro, Juazeirinho - PB
Josemar Colaço Lucena - Oficial do Registro Civil Lucilene Colaço França - Substituta



CERTIDÃO PARA CASAMENTO

Eu, Josemar Colaço Lucena, Oficial do Registro Civil, desta Cidade e
~~Comarca de na forma de Lei, etc.~~

CERTIFICO que às folhas 5, sob número de ordem 254, do Livro nº Baux-00003 do registro de casamento, consta o assentamento de casamento religioso com efeito civil de **JOSÉ RENILSO GUEDES DIAS** e **JARTECLENIA VIEIRA BATISTA**, celebrado por Padre João Jorge Rietveld, em 23 de janeiro de 2010, pelo regime de Comunhão Parcial de Bens.

Sendo o Contraente **JOSÉ RENILSO GUEDES DIAS**, brasileiro, Agricultor, solteiro, com 24 anos de idade, natural de João Pessoa-PB, nascido em dez de maio de um mil novecentos e oitenta e cinco, residente e domiciliado na(o) Rua: Francelina Colaço da Silva, no município de Juazeirinho-PB. Filho de Rivaldo Martiniano Dias e de Maria Geuza Guedes Dias.

Sendo a Contratante **JARTECLENIA VIEIRA BATISTA**, brasileira, Professora, solteira, com 30 anos de idade, natural de Juazeirinho-PB, nascida em dezesséis de agosto de um mil novecentos e setenta e nove, residente e domiciliada na(o) Rua: José Felismino, no município de Juazeirinho-PB. Filha de Antonio Batista de Lima Neto e de Josilene Vieira Batista.

Os Contraentes em virtude do casamento, passaram a chamar-se **ELE: O mesmo nome de solteiro e JARTECLENIA VIEIRA BATISTA GUEDES**.

Serviram de testemunhas e .

O referido é verdade e dou fé.

Juazeirinho-PB, 23 de janeiro de 2010


Josemar Colaço Lucena
Titular

DECLARAÇÃO

Antonio Batista de Lima Neto, representante da Associação Comunitária São José, declaro para os devidos fins que a nos emissora encontra-se com sua instalações e equipamentos em conformidade com a licença expedida, dentro do parâmetros técnicos previsto na regulamentação vigente.

Juazeirinho 24 de Outubro de 2011

Antonio Batista de Lima Neto
Antonio Batista de Lima Neto
CPF 218.560.954-87



ANATEL



Data de Postagem: 11/03/2011



ASSOCIACAO COMUNITARIA DA COMUNIDADE SAO JOSE
RUA DOUTOR JOSE FERREIRA RAMOS 1º ANDAR n° s/n
CENTRO
Juazeirinho - PB
58660-000

1º Boleto - TFF

Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL		Data do Processamento 23/02/2011	VENCIMENTO 31/03/2011
Contribuinte: ASSOCIACAO COMUNITARIA DA COMUNIDADE SAO JOSE		Nosso Número (Nº Fistel-Seq-DV) 50011326492-0021-11	
(=) Valor do Documento 90,00	(+) Mora/Multa/Juros	(+) Outros Acréscimos	(=) Valor Total

Autenticação Mecânica

Recibo do Contribuinte

2º Boleto - CFRP

Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL		Data do Processamento 23/02/2011	VENCIMENTO 31/03/2011
Contribuinte: ASSOCIACAO COMUNITARIA DA COMUNIDADE SAO JOSE		Número (NRO) de Referência 500113264920022	
(=) Valor do Documento 10,00	(+) Mora/Multa/Juros	(+) Outros Acréscimos	(=) Valor Total

Autenticação Mecânica

Recibo do Contribuinte

01/04/2011 BANCO DO BRASIL 12.70.18
 2224-34 DIVIDORIA BB 0800 729 5678
 COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULO

01/04/2011 BANCO DO BRASIL 12.70.18
 2224-34 DIVIDORIA BB 0800 729 5678
 COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULO

BANCO DO BRASIL S.A.
 Nº do Documento 00194569794500113264192002111216249230000009000
 Nº do Documento 50011326492002111
 Convenio 00456974
 Agência Nacional de Telecomunicações
 Agência/Cod. Cedente 1607/00333218
 Data de Vencimento 31/03/2011
 Data do Pagamento 01/04/2011
 Valor do Documento 10,00
 Valor Cobrado 10,00
 NR. AUTENTICAÇÃO 5.995.10.8AB.543.4AB

BANCO DO BRASIL S.A.
 Nº do Documento 00194569794500113264192002111216249230000009000
 Nº do Documento 50011326492002111
 Convenio 00456974
 Agência Nacional de Telecomunicações
 Agência/Cod. Cedente 1607/00333218
 Data de Vencimento 31/03/2011
 Data do Pagamento 01/04/2011
 Valor do Documento 10,00
 Valor Cobrado 10,00
 NR. AUTENTICAÇÃO 3.16E.63B.751.0EA.731



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.488.712/0001-27 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 24/04/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOC COMUNITARIA SAO JOSE		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA		
LOGRADOURO R DR JOSE FERREIRA RAMOS	NÚMERO 08	COMPLEMENTO ANDAR 1
CEP 58.660-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO JUAZEIRINHO
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 31/12/2008
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

Emitido no dia **4/5/2011** às **14:51:27** (data e hora de Brasília).

Sociedade Comunitária
Associação Comunitária
Juazeiro FM 89.9
05/04/2011
Juazeiro

**ATA DA REUNIÃO EXTRAONARIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SÃO
JOSE DA CIDADE DE JUAZEIRINHO, PARAIBA**

Aos cinco dias do mês de abril de 2011 as 19hs, na sede da Banda de Música São José situada na Rua Quintino Boucaiuva Nº 39, O Presidente da entidade Antonio Batista de Lima Neto, reuniu os associados para debater a seguinte pauta:

1. Alteração do Estatuto.

Em atendimento ao ofício nº 1404 recebido por esta entidade em 31 de março de 2011, enviado pelo ministério das comunicações para cumprir o que determina o art. 4º da lei nº 9.618, de 1998 que estabelecem a formação, composição e objetivos do conselho comunitário fica assim alterado o nosso estatuto no seu Capitulo V, art. 6º. Fica instituído o Conselho Comunitário da Radio Comunitária Juazeiro FM 89.9 com as seguintes funções, e o art. 4º do Capitulo II

a - O Conselho Comunitário será formado por no mínimo cinco representantes de entidades da comunidade atendida, tais como: associações de classe, beneméritas religiosas ou de moradores, legalmente constituídas com o objetivo de fazer o acompanhamento da programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da lei n.º 9.612 de 1998

b - O Conselho Comunitário deverá encaminhar relatório anualmente ao Ministério da Comunicações, sempre no aniversario da outorga, contendo a grade de programação e a sua avaliação se a programação tem atingido os aspectos e objetivos estabelecidos por lei.

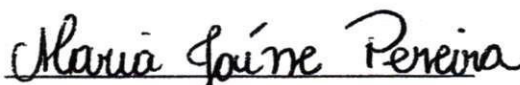
c - A entidade deverá manter disponível e atualizado o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

d - Fica assegurado a 1/5 dos associados o direito de promover a convocação dos órgãos deliberativos a qualquer momento desde que faça através de ofício a direção da entidade com 24 horas de antecedência de acordo com as determinações dispostos no Código civil, no caso de associações, art. 59 caputs 59 e parágrafo único da Lei nº 10.406,10 de Janeiro de 2002, alterada pela Le 11.127, de 28/06/2005.

Fica alterado o art. 4º do estatuto da nossa entidade passa a ter a seguinte redação, podem associar-se a entidade pessoas sem distinção de sexo religião ou ideologia política que residam na área de atuação da entidade como também o art. 11º e 12º passando a duração do mandato para três anos com direito a reeleição.

Não havendo mais nada mais a tratar foi lavrado o presente ata que será assinada pelos associados presentes a reunião

Juazeirinho, PB 05 de abril de 2011


Maria Jaine Pereira



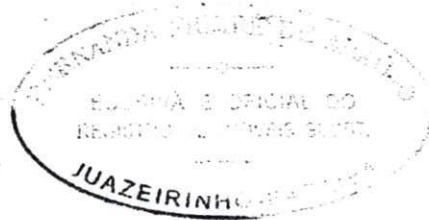
Antonio Batista de Lima Neto
Antonio Batista de Lima Neto

18

Declaramos, sob as penas da lei, que a presente cópia é transcrição fiel e integral da ata lavrada em data em 05 de abril de 2011, no livro nº 01 da associação Comunitária São José as fls 26 e 27.



CAPITULO V



Da sua Dissolução, Criação de Radiodifusão Comunitária e seu Conselho

Art. 5º Sendo de duração ilimitada a Associação Comunitária São José, somente será dissolvida em face de dificuldades incontornáveis mediante decisão de assembléia geral extraordinária convocada para tal fim, ocorrendo a dissolução, seus bens serão destinados a outra entidade congênere legalmente constituída.

a – A Associação Comunitária São José, tem também como objetivo prestar serviço de Radiodifusão Comunitária, operando em frequência modulada FM com baixa potência até 25 Watts de acordo com a lei Nº 9.612 de 19/02/1998 que legaliza este serviço.

b – O Serviço da Radiodifusão Comunitária tem como finalidade difusão de idéias, culturas, tradições e habito sociais, integração estímulo e lazer, utilidade pública, defesa civil, jornalístico da comunidade e capacitação do direito de cidadania.

c – Para alcançar seus objetivos e associação poderá fazer convênios empréstimos, financiamentos, como também utilizar recursos próprios de doações e contribuições, o seu patrimônio será formado por bens moveis e imóveis adquiridos por rendas inerentes a prestação de serviços próprios dos seus objetivos sociais.

d – O Conselho Comunitário será formado por no mínimo cinco representantes de entidades da comunidade atendida, tais como associações de classe, beneméritas religiosas ou de moradores, legalmente constituídas com o objetivo de fazer o acompanhamento da programação da emissora, com vistas ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. Da lei nº 9.612 de 1998

e – O Conselho Comunitário deverá encaminhar relatório anualmente ao Ministério da Comunicações, sempre no aniversário da outorga, contendo a grade de programação e a sua avaliação se a programação tem atingido os aspectos e objetivos estabelecidos por lei.

f – A Entidade deverá manter disponível e atualizado o ato que estabelece a composição do Conselho comunitário.

g – Fica assegurado a 1/5 dos associados o direito de promover a convocação dos órgãos deliberativos a qualquer momento desde que faça através de ofício a direção da entidade com 24 horas de antecedência de acordo com as determinações dispostos no art. 59 caput 59 e parágrafo único da lei 10.406.10 de Janeiro de 2002, alterada pela lei 11.127, de 28/06/2005.

Art. 4º Pode associar-se a entidade pessoas sem distinção de sexo religião ou ideologia política que residem na área de atuação da entidade

CARTÓRIO “ANTÔNIO JOAQUIM”

ÚNICO OFÍCIO DE NOTAS

AUTENTICO ESTA FOTO O L. REPRODUÇÃO
FIEL DO ORIGINAL LOU PE C. 384-C. P. CIVIL

JUAZEIRINHO, 25 DE Abril DE 2011.

Tabella





ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO DO REGISTRO DA COMARCA DE JUAZEIRINHO
Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, 02 – Fone: 3382-1195

Fernanda Freire de Araújo, Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Juazeirinho, Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc.

CERTIDÃO

Certifico, que a presente **Ata da Reunião Extraordinária da Associação Comunitária São José da Cidade de Juazeirinho - Paraíba, Alteração do Estatuto, realizada em 05/04/2011**, foi devidamente registrada neste Cartório, sob nº. Av-068, às fls. 07v/08v, do Livro nº. A-2, na data supra. O referido é verdade; dou fé.

Em testemunho (F.F.A.) da verdade

Juazeirinho, 27 de abril de 2011.

Fernanda Freire de Araújo
Fernanda Freire de Araújo
Oficial do R. de Imóveis.



09370362/0001-49

JUAZEIRINHO CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS

Rua Marechal Deodoro, 68

Centro - CEP 58.660-000

Juazeirinho - P.B.

**ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA SÃO
JOSÉ**

JUAZEIRINHO

PARAIBA

ESTATUTO

FUNDADA EM: 22 de Novembro de 1997.





06
gla



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ

ESTATUTO

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO SEDE DURAÇÃO E OBJETIVO.

Art. 1º - A Associação Comunitária da comunidade São José, fundada em 22 de Novembro de 1997, é uma Sociedade Civil Autônoma sem fins lucrativos, oriunda da mobilização espontânea dos comunitários, de duração indeterminada, com sede e Fórum na Comarca de Juazeirinho - Pb. Reger-se-á pelo presente Estatuto.

Art. 2º - A área de atuação da Associação compreende toda comunidade São José.

Art. 3º - Constituem objetivo da Associação:

A- Promover o desenvolvimento sócio - econômico da comunidade através da integração de seus habitantes sem distinção de sexo, raça, credo religioso, convicções políticas ideológicas ou partidárias.

B- Fazer reivindicações aos poderes públicos em favor da comunidade.

C- Executar serviço de Radiodifusão comunitária objetivando atender a toda comunidade, com vistas a:

I - Dar oportunidade a difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais, oferecendo mecanismos a formação e integração da comunidade estimulando o lazer, a cultura e o convívio social.

II - Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil sempre que necessário, contribuir para o aperfeiçoamento nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas de conformidade com a legislação vigente.

III - Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível, dando, preferências a finalidades educativas artísticas e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade de acordo com a Lei 9.612 - 98 e Decreto 2.615 / 98 que rege este serviço.

D - Proporcionar aos associados cursos de formação, atividades culturais e esportivas, visando a conscientização dos seus direitos e deveres para o exercício pleno da cidadania.

CAR. ORL. "ANTÔNIO JOAQUIM

ÚNICO OFÍCIO DE NOTAS

AUTENTICO ESTA FOLHA ORL. REPRODUÇÃO
FIEL DO ORIGINAL FOL. 334-C. P. CIVIL

JUAZEIRINHO, 26 DE Abril DE 2011.

Taberna



CAPITULO II DOS ASSOCIADOS

Art. 4º - Podem associar-se a associação homens, mulheres e jovens que residem ou trabalhem na área de atuação da associação admitidos pela diretoria executiva, referendada pela assembléia geral.

Art. 5º - São direitos dos associados:

A - votar e ser votado;

B - Gozar de todas as vantagens, conquistadas e garantidas pela associação;

C - Participar de todas as reuniões e assembléias apresentando sugestões e propostas de interesse da comunidade;

D - Cumprir os Estatutos e Regimentos da Associação;

E - Requerer através de um mínimo de 20% dos associados em pleno gozo com os seus direitos, convocar Assembléia geral extraordinária, justificando o assunto a ser discutido;

F - Respeitar as decisões das assembléias gerais e da diretoria;

G - Pagar pontualmente a sua contribuição mensal determinada pela assembléia.

Art. 6º - Os serviços prestados a associação pelos associados inclusive em cargos de direção são inteiramente gratuitos, vedada a percepção de ordenados, gratificações ou recompensas a qualquer titulo ou protesto.

CAPITULO III DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 7º - A Assembléia geral é a reunião plenária de todos os associados, podendo deliberar soberanamente sobre qualquer assunto pertinente a associação, de conformidade com este estatuto, sendo portanto seu órgão deliberativo máximo.

Art. 8º - A assembléia geral reunir-se-á ordinariamente uma vez em cada semestre, sendo uma destas reuniões trinta dias antes das eleições, extraordinariamente ela se reunirá por convocação da diretoria executiva e conselho fiscal ou por maioria simples dos associados quites com as suas obrigações sociais, que publiquem tal intenção com no mínimo oito dias úteis de antecedência.

Art. 9º - A assembléia tem o direito de exigir da diretoria executiva e do conselho fiscal, cumprimentos de suas deliberações especialmente cobrar iniciativas tendentes a alcançar os fins da associação e a execução rigorosa deste estatuto, inclusive quando a publicação das suas convocações.

CARTO

"PROVISO I' AQUIN"

Autent.

origina!

Juazeirinh.

10

de 19 99

Tabalia Publica



CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 11º - A Associação é administrada por uma Diretoria Executiva composta por (06) seis associados. Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro com mandato de (02) dois anos, podendo ser reeleito por um só mandato consecutivo.

Art. 12º - O Conselho Fiscal é órgão de fiscalização das atividades financeiras da Associação, sendo autônoma no exercício de suas funções e composto por (06) seis associados: (03) três suplentes e (03) três efetivos, eleitos juntamente com a diretoria Executiva em Assembléia Geral com mandato de (01) um podendo ser reeleito por um só mandato.

Art. 13º - Ao Presidente Compete:

- a) Representar a Associação Judicial e Extraordinariamente.
- b) Presidir todas as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral.
- c) Movimentar juntamente com o tesoureiro as contas bancárias.

d) Apresentar no início do seu mandato em Assembléia geral o plano de trabalho anual da associação, bem como o relatório das atividades ao fim de cada exercício financeiro.

Art. 14º - Compete ao Vice Presidente substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos legais.

Art. 15º - Da Competência do 1º Secretário:

- a) Redigir as atas da diretoria e da Assembléia.
- b) Organizar correspondência recebidas e expedidas, bem como ofícios e requerimentos.

Art. 16º - Compete ao 2º Secretário: substituir o 1º secretário em suas faltas e impedimentos legais.

Art. 17º - Da competência do 1º Tesoureiro:

- a) ter sob sua guarda e responsabilidade devidamente rubricada pelo Presidente e tesoureiro, todos os livros de escrituração indispensáveis a execução das receitas e despesas, bem como todos os documentos relativos a tesouraria.
- b) Assinar juntamente com o presidente, todos cheques de pagamento e tudo o que se relacione com o movimento financeiro.

CARTÃO: "ANTONIO J. AQUINO"

UN. 00110 DE NOTAS

Autentica esta cópia, reprodução fiel do original do (art. 334-C. P. Civil).

Juazeirinho, 16 de fevereiro de 1998

Antônio J. Aquino
Tabelião Público

1382/1998-101

Assinatura do Tabelião Público

Assinatura do Tabelião Público

Assinatura do Tabelião Público

Assinatura do Tabelião Público



- c) Efetuar trimestralmente o balancete das receitas e despesas, encaminhando através da Presidência, ao conselho fiscal para que este dê o seu parecer.

d) Recolher a contribuição social para manutenção da Associação.

Art. 18º - Compete ao 2º Tesoureiro substituir o 1º Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos legais.

CAPÍTULO V DO PATRIMÔNIO

Art. 19º - A Associação tem como fonte de recursos a contribuição social dos associados. O seu patrimônio será formado por bens móveis e imóveis adquiridos por compra, doação, legados ou outros meios jurídicos e auxílio dos poderes públicos.

Art. 20º - Nenhuma bem pertencente ao patrimônio da Associação poderá ser vendido, alienado, penhorado ou hipotecado sem autorização de (2/3) dois terços dos Associados quites com suas obrigações sociais em Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI

Art. 21º - O presente estatuto somente poderá ser reformado em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim e pelo voto de dois terços (2/3) dos Associados quites com suas obrigações sociais.

CAPÍTULO VII

A Associação somente se extingue mediante as mesmas condições dispostas para reforma do estatuto e em tal caso, o seu patrimônio, se houver, será destinado à Associação congênere, escolhida pela Assembleia Geral.

Art. 22º - Além do cumprimento fiel das deliberações da Assembleia Geral, caberá a Diretoria Executiva elaborar o regimento interno e resolver os casos omissos do Presidente Estatuto, devendo ser referendado pela Assembleia Geral.

Art. 23º - Este Estatuto foi aprovado em Assembleia Geral, convocada e realizada no dia 31 de janeiro de 1998, passando a vigorar a partir do seu registro no cartório de registro de pessoas jurídicas, títulos e documentos.

CARTÓRIO: "ANTONIO ITAQUIN"

QUILÔMETRO DE NOTAS

Autenticado: 10 de Janeiro de 1998, reprodução fiel do original do Livro 1.384-C. P. Civil).

Juazeirinho, 10 de Janeiro de 1998

Alcides Gonçalves de Jesus



10.
Thiruvananthapuram

Volume de Processo Digitalizado Renovação (0077049) — SEI 53000.058147/2011-16 / pg. 30

Art. 4.º As eleições serão processadas do seguinte modo:

- a- Cada chapa só poderá se escrever (01) um candidato para cada cargo e o voto será secreto, devendo o nome do eleitor constar na folha de votação e estar de acordo com o capítulo II art. 2.º letra b.
- b- Não poderá ser registradas chapas com nome de organizações política partidárias.
- c- Quando houver apenas uma chapa registrada, a eleição se fará por aclamação.

Capítulo V

Da Sua Desolução e da Criação de Serviço de rádio Difusão Comunitária.

Art. 5.º Sendo de duração ilimitada a associação comunitária são José somente será dissolvida em face de dificuldades incontornável mediante decisão de AG extraordinária convocada para tal fim, ocorrendo a desolução seus bens serão destinados a outra entidade congênere com presonalidade jurídica existente.

- a- A associação comunitária são José tem também como objetivo prestar serviço de Radio Difusão comunitária, operando em frequência modulada FM com baixa potência até 25 Watts de acordo com a lei N.º 9.612 de 19/02/1998 que legaliza este serviço.
- b- O serviço de Radio Difusão comunitária tem como finalidade, Difusão de idéias, Cultura, Tradição e habito sociais Integração estímulo e lazer, Utilidade Pública, Defesa civil, Jornalistico da comunidade e capacitação do direito de Cidadania.
- c- Para alcançar seus objetivos a associação poderá fazer convênios, empréstimos, financiamentos, como também utilizar recursos próprios de doações e contribuições, o seu patrimônio será formado por bens moveis e imoveis adquiridos por compra doações, auxilios dos poderes públicos, empréstimos e rendas inerente a prestação de serviços próprios dos seus objetivos sociais.

Capítulo VI

Das Disposições Finais

Art. 6.º Este regimento interno entrará em vigor quando da aprovação do mesmo pela Diretoria Executiva.

CARTÃO 13: "11-11-11 AQUIM"
UNO UNO DE NOTAS
Autenticado por [assinatura] produção fiel do
original do [assinatura] (E. P. Civil).
Juazeirinho, 02 de julho de 1998
[assinatura]
Laboratório Público



0937 33277 0-49

Juazeirinho, Paraíba, 02 de julho de 1998

Sua assinatura e rubrica



28
01
Araújo

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINARIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA
SÃO JOSÉ – JUAZEIRINHO - PARAIBA

Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e dez, às 19 horas na sede da Banda de Música São José, a Rua Quintino Boucaiuva 39, Centro, Juazeirinho, PB, reunidos em assembléia geral extraordinária os associados da Associação Comunitária São José, tendo em vista que no prazo de trinta dias da divulgação e convocação para as eleições da entidade como não foi registrada nenhuma chapa, decidiu por unanimidade aclamar o atual presidente Antonio Batista de Lima Neto e sua diretoria para mais um mandato de acordo com o que determina o artigo 4º no Capitulo IV, letras c e d do regimento interno do estatuto da entidade que trata do processo eletivo, ficando assim constituído a nova diretoria.

Presidente → Antonio Batista de Lima Neto, Militar casado, residente na Rua José Felismino 500 Centro Juazeirinho, Paraíba

Vice Presidente → José Renilson Guedes Dias, Motorista, residente na Rua Quintino Boucaiuva 234 Centro Juazeirinho, Paraíba

1º Secretária → Maria Jaine Pereira, Cabeleireira, residente na Rua Francelina Colaço da Silva 55 Centro. Juazeirinho, Paraíba

2º Secretária → Cássia Valéria da Silva Martins, Professora residente na rua Buenos Aires 123 Centro. Juazeirinho, Paraíba

1º Tesoureiro → John Herbet Vieira Batista, Radialista, residente na Rua José Felesmino 500 Centro Juazeirinho, Paraíba.

2ª Tesoureira → Terezinha Araujo de Souza, Professora aposentada, residente na Rua Dr José Ferreira Ramos 240 Centro, Juazeirinho - Paraíba.

Presidente do Conselho Fiscal → Maria do Socorro Vieira de Souza, Vendedora, Residente na Rua João Capitulino, 51, Centro Juazeirinho - Paraíba.

Vice Presidente do conselho Fiscal → Francisco Xavier Alves da Silva, Eletrônico, Residente na Rua Manuel Colaço s/n 21. Centro, Juazeirinho - Paraíba

Secretaria → Márcia Rosângela Rodrigues dos Santos, Cabeleireira, Residente na Rua Dr José Ferreira Ramos 198, Centro, Juazeirinho - Paraíba

Não havendo nada mais a tratar foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos associados presente a reunião.

Juazeirinho, Pb 15 outubro de 2010

Maria Jaine Pereira
Maria Jaine Pereira

Secretária

Antonio Batista de Lima Neto
Antonio Batista de Lima Neto

Josilene Vieira Batista
Josilene Vieira Batista

Erik Artur Batista da Costa
Erik Artur Batista da Costa





ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO DO REGISTRO DA COMARCA DE JUAZEIRINHO
Rua Vereador Paulo Côsme de Oliveira, 02 – Fone: 3382-1195

Fernanda Freire de Araújo, Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Juazeirinho, Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc.

CERTIDÃO

Certifico, que a presente **Ata da Reunião Extraordinária da Associação Comunitária São José – Juazeirinho - Paraíba, realizada em 15/10/2010**, foi devidamente registrada neste Cartório, sob nº. 1.298, às fls. 72v/73, do Livro nº. A-5, na data supra. O referido é verdade; dou fé.

Em testemunho (v.v.a.) da verdade

Juazeirinho, 27 de abril de 2011.

Fernanda Freire de Araújo
Fernanda Freire de Araújo
Oficial do R. de Imóveis.



09370362/0001-49

**JUAZEIRINHO CARTÓRIO DO
REGISTRO DE IMÓVEIS**
Rua Marechal Deodoro, 68
Centro - - CEP 58.600-000
Juazeirinho - PB

DECLARAÇÃO

Antonio Batista de Lima Neto, representante da Associação Comunitária São José, declaro para os devidos fins que:

a – a emissora não vincula nenhuma publicidade, so através de apoio cultural

b – toda nossa programação de noticias, estão de acordo com o que estabelece o art. 67,3, do Decreto nº 52.795 de 31 de outubro de 1963,

c cumprimos também toda finalidade cultural nacional, regional e principalmente os talentos da nossa terra, de acordo com o art. 221.II da Constituição Federal

Juazeirinho 24 de Outubro de 2011


Antonio Batista de Lima Neto
CPF 218.560.954-87

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SÃO JOSÉ DA CIDADE DE JUAZEIRINHO PARAIBA

Aos dez dias do mês de março de dois mil e dez, as dezenove horas na sede da Associação Comunitária São José a rua Quintino Boucaiuva 39 centro Juazeirinho Paraíba, os associados da entidade reunidos em assembléia geral decidiram por unanimidade renovar o conselho da Radio Comunitária Juazeiro Fm 87,9 o qual tem como objetivo acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento aos princípios contido na lei, ficando assim constituído:

- José Dario Balbino dos Santos, representante da Sociedade São Vicente de Paulo. Juazeirinho – Paraíba.
- Pe. João Jorge Rietved, representante da Paróquia de São José de Juazeirinho – Paraíba.
- Agenor Batista de Lima, representante da Associação Comercial de Juazeirinho – Paraíba.
- Rosa Lucia dos Santos, representante da entidade Juventude Juazeirinhense Crista. Juazeirinho – Paraíba.
- Pe. Joseilto Santos Nascimento, representante da Igreja Evangélica Embaixadores de Cristo. Juazeirinho. Paraíba
- Mardem Matias Maracajá, representante da Associação Musical e Cultural Maestro Alfredo Macena de Andrade. Juazeirinho - Paraíba
- Francisao de Assis Estevão representante da Sociedade de Amigos do Bairro Frei Damião. Juazeirinho - Paraíba

Não havendo nada mais a tratar, foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos associados presente a reunião.

Juazeirinho, PB 10 de Março de 2010

Maria Jaine Pereira

Maria Jaine Pereira

Secretaria

CARTÓRIO "ANTÔNIO JOAQUIM"

ÚNICO OFÍCIO DE NOTAS

AUTENTICO E FIEL DO OFÍCIO DE NOTAS E PRODUÇÃO
FIEL DO OFÍCIO DE NOTAS E PRODUÇÃO, P. Civil

JUAZEIRINHO, 25 DE Abril DE 2011

Tabela





DECLARAÇÃO

Eu, padre Jan Joris Rietveld, Pároco da Paróquia São José de Juazeirinho declaro que a Rádio Juazeiro FM de Juazeirinho é de grande utilidade para o nosso Município como também para o trabalho de evangelização da Igreja Católica. Graças à Rádio a população fica bem informada e tem a oportunidade para receber notícias de todos os grêmios que compõem nossa sociedade.

Padre Jan Joris Rietveld

Pároco

Juazeirinho, 03 de junho de 2011.

Rua Ver. Paulo Cosme de Oliveira, 01 – centro – CEP 58.660-000 – CNPJ 08.704.413/0020-21

tel. (83) 3382-1308

Igreja Evangélica Pentecostal os Embaixadores de Cristo
End. Rua. Siqueira Campos Nº 311. Centro. Cep 5866000
Ced. Local. Juazeirinho 13/06/2011 PB

Declaração

Em nome da Igreja Evangélica Pentecostal os Embaixadores de Cristo, venho através desta declarar a importância da Radio Juazeiro FM, para não só a nossa Instituição, mas também para comunidade em geral de nossa cidade. Grande tem sido o resultado que nossa instituição tem conseguido com a programação nesta emissora de radio. (Jesus Transforma) Quero aqui declara a minha gratidão aos diretores que fazem a radio Juazeiro FM pelo espaço concedido neste importante negocio.

Antesiosamente



Pastor Joseilton Santos Nascimento

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE JUAZEIRINHO-PB

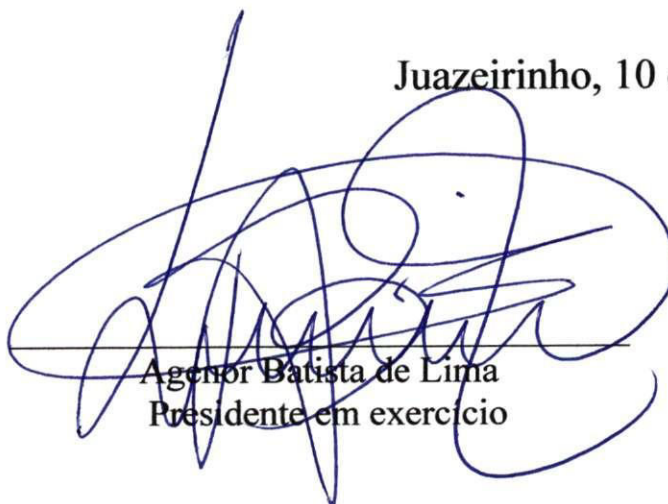
Rua João Ferreira Barros S/N – Conjunto Inácia Emília Diniz
Fundada em 05 de agosto de 1983

DECLARAÇÃO

A Associação Comercial de Juazeirinho confirma e declara de público a importância da Rádio Juazeiro FM, para sociedade juazeirinhense. Sua existência para nosso município é de vital importância, principalmente no que diz respeito à prestação de serviço de utilidade pública aos comerciantes e a sociedade em geral. Esse canal de informação tem estreitado o contato entre os comerciantes e a sociedade através da divulgação das atividades e serviços ligados a área do consumidor.

Atenciosamente,

Juazeirinho, 10 de junho de 2011



Agenor Batista de Lima
Presidente em exercício

ASSOCIAÇÃO MUSICAL E CULTURAL MAESTRO ALFREDO
MECENA DE ANDRADE -
Rua Quintino Boucaiuva 39 Centro Juazeirinho - Paraíba

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de direito junto ao “Ministério das Comunicações”, que a Rádio Comunitária Juazeiro FM 87,9 organização da Associação Comunitária São José de Juazeirinho Paraíba, tem sido imprescindível e de fundamental importância para o desenvolvimento social e cultural em nosso município, dando oportunidades a todas as classes sociais sem distinção de religião, sexo, preferências sexuais, ideologia- política partidária e social, atendendo assim aos objetivos estabelecidos por lei.

Juazeirinho 20 de Junho de 2011


Jonny Leomaques Vieira Batista
Presidente



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO.
Conselho particular são Sebastião de Juazeirinho.
FUNDADA EM 16.04.1980.

Louvado seja o nosso senhor Jesus Cristo, para sempre seja louvado.

DECLARAÇÃO!

Nos que fazemos parte da sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP), se sentimos muito gratos pelo grande serviço prestado pela rádio Juazeiro FM (87.9), a toda população deste município de Juazeirinho, pelo o apoio que tem dado ao vicentino, pois quando precisamos-la está sempre presente, para divulgar nossas ações vicentinas, sabemos que esta rádio é de muita utilidade para nossas comunidades católicas e evangélicas etc.

Anteciosamente: a diretoria
José Dario Balbino, Antonio João do Nascimento, José Ademir,
Joseane e Lucas Sulpino.

Juazeirinho, 16.06.2011


Rua Manoel Vital, 51-Centro CEP 58660-000 TEL. 33821442

SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO FREI DAMIÃO - S.A.B.
Rua Manuel Francisco da Silva. s/n Conjunto Frei Damião
Juazeirinho – Paraíba – C E P 58.660.000

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que a Radio Comunitária Juazeiro FM 87,9 de Juazeirinho Paraíba, tem prestado relevantes serviços a nossa comunidade, levando informações de interesse publico, dando oportunidade a todas as classes sociais, sem distinção de sexo, raça, religião ou ideologia política partidária, sendo, portanto de fundamental importância para o desenvolvimento social e cultural do nosso município

Juazeirinho 15 de Junho de 2011


Francisco de Assis Estevão
Presidente



GRUPO ARTÍSTICO JUAZEIRO

Org: Juventude Juazeirinhense Cristã – Praça João Pessoa / centro – Juazeirinho - PB.
Reconhecido como entidade de utilidade Publica pela Lei Municipal: 215/95

DECLARAÇÃO

Eu, **ROSA LÚCIA DOS SANTOS**, Professora, membro fundadora e atual Coordenadora do Grupo Juventude Juazeirinhense Cristã J. J. C (nome de fantasia G. A. J. Grupo Artístico Juazeiro) Declaro para devidos fins de direito que A Radio Juazeiro FM presta seus serviços com maestria de apoio no processo de promoção social-cultural, realizando palestras e debates relevantes a nossa comunidade, divulgando e promovendo a cultura popular entre outros serviços.

A presente declaração segue por mim assinada em duas vias de igual teor e é verdade e dou fé.

Juazeirinho - PB, junho de 2011.


Prof^a. Especialista: **Rosa Lúcia dos Santos**
Coordenadora Geral do Grupo JJC.

ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SÃO JOSÉ
FICHA DE CADASTRO

Ficha de Cadastro Nº 01 Data 10 / 10 / 2011
Nome Antonio Batista de Lima Neto
Estado Civil Casado RG 6574 O/E SSP/PB
Endereço José Feresmino Nº 500
Profissão Músico CPF 218.560.984-87

Ficha de Cadastro Nº 02 Data 10 / 10 / 2011
Nome Josilene Vieira Batista
Estado Civil Casada RG 210813-6 O/E SSP/PB
Endereço José Feresmino Nº 500
Profissão Doméstica CPF 010812.074-79

Ficha de Cadastro Nº 03 Data 10 / 10 / 2011
Nome Rogério Marques de Azevedo
Estado Civil Solteiro RG O/E
Endereço Dr. José Ferreira Ramos Nº
Profissão Estudante CPF 053.985.794-92

Ficha de Cadastro Nº 04 Data 10 / 10 / 2011
Nome Josenila Avelas Bezerra
Estado Civil Casada RG 1533714 O/E SSP/PB
Endereço Durval Diniz Nº 69
Profissão Doméstica CPF 695670.504-49

Ficha de Cadastro Nº 05 Data / / 2011
Nome Agapil Avelas de Assis
Estado Civil RG 1180023 O/E SSP/PB
Endereço Durval Diniz Nº 69
Profissão Pratorista CPF 566.216.234-87

Ficha de Cadastro Nº 06 Data 10 / 10 / 2011
Nome Daniel Bezerra Medeiros
Estado Civil Casado RG 3498934 O/E SSP/PB
Endereço José Feresmino Nº 5111
Profissão Vendedora CPF 067.806.994-89

Ficha de Cadastro Nº 07 Data / / 2011
Nome Edvan Amaro Gomes
Estado Civil Casado RG O/E
Endereço Antônio Iva de Azevedo Nº 8111
Profissão Pedreiro CPF 012.402.134-41

Ficha de Cadastro Nº 08 Data 10 / 10 / 2011
Nome. Romualdo Costa Ramos
Estado Civil. Casado RG 352.199 O/E SSP/PB
Endereço. Quintino Boucaiuva Nº 37
Profissão Empresário CPF _____

Ficha de Cadastro Nº 09 Data 10 / 10 / 2011
Nome Maria Genilma Alves Rodrigues
Estado Civil Solteiro RG 279.778-9 O/E SSP/PB
Endereço Jose Felesmino Nº 198
Profissão Universitária CPF _____

Ficha de Cadastro Nº 10 Data 10 / 10 / 2011
Nome Marcio Roberto Rodrigues
Estado Civil Solteiro RG 99919-9 O/E SSP/PB
Endereço. Dr. Jose Ferreira Ramos Nº 311
Profissão _____ CPF _____

Ficha de Cadastro Nº 11 Data 10 / 10 / 2011
Nome Carlos Dornelles Rodrigues Ramos
Estado Civil Casado RG 9942240 O/E SSP/PB
Endereço Jose Felesmino Nº 50
Profissão Eletricista CPF _____

Ficha de Cadastro Nº 12 Data 10 / 10 / 2011
Nome Mariza Justino da Silva
Estado Civil Solteira RG 268.057.3114 O/E SSP/PB
Endereço Quintino Boucaiuva Nº 37
Profissão Domestica CPF _____

Ficha de Cadastro Nº 13 Data 10 / 10 / 2011
Nome. Josefa da Costa Silva
Estado Civil. Casada RG 102.792-7 O/E SSP/PB
Endereço. Durvalini Nº _____
Profissão Domestica CPF _____

Ficha de Cadastro Nº 14 Data 10 / 10 / 2011
Nome Laercio Luis Oliveira Guimarães
Estado Civil Solteiro RG 3.557.225 O/E SSP/PB
Endereço Antonio Jo de Azeite Nº 511
Profissão Músico CPF _____

Ficha de Cadastro Nº 15 Data 10 / 10 / 2011
Nome Marden Matras Maracará
Estado Civil Solteiro RG 3.151.709 O/E SSP/PB
Endereço Bento Vieira Nº S/N
Profissão Estudante CPF _____

Ficha de Cadastro Nº 16 Data 10 / 10 / 2011
Nome Jonny Leonnques Vieira Batista
Estado Civil Solteiro RG 3516.818 O/E SSP/PB
Endereço Jose Felesmino Nº 500
Profissão Universitário CPF 086376824-56

Ficha de Cadastro Nº 17 Data 10 / 10 / 2011
Nome Jonh Herbert Vieira Batista
Estado Civil Solteiro RG 016339-8 O/E SSP/PB
Endereço Jose Felesmino Nº 500
Profissão Radiauista CPF 025349.534-20

Ficha de Cadastro Nº 18 Data 10 / 10 / 2011
Nome Wagner Bezerra Medeiros
Estado Civil Solteiro RG 016.339.8 O/E SSP/PB
Endereço Durval Diniz Nº _____
Profissão Músico CPF 071.262.324-89

Ficha de Cadastro Nº 19 Data 10 / 10 / 2011
Nome Mariado Socorro Vieira de Souza
Estado Civil Solteira RG 294437-4 O/E _____
Endereço João Capitulino Nº 50
Profissão Vendedora CPF _____

Ficha de Cadastro Nº 20 Data ____ / ____ / 2011
Nome Damião João Pequeno
Estado Civil Casado RG 198606-8 O/E SSP/PB
Endereço Miguel Lucinda Nº S/N
Profissão Santoneiro CPF _____

Ficha de Cadastro Nº 20 Data ____ / ____ / 2011
Nome LUZIA Bezerra Medeiros
Estado Civil Casada RG 9.433365 O/E SSP/PB
Endereço Durval Diniz Nº _____
Profissão Doméstica CPF _____

Ficha de Cadastro Nº 21 _____ Data 10 / 10 / 2011
Nome Ivarex Souza dos Santos
Estado Civil Casado RG 473 124 O/E SSP/PB
Endereço Jurval Lima 3 Nº 55
Profissão Eletricista CPF _____

Ficha de Cadastro Nº 22 _____ Data 10 / 10 / 2011
Nome Maria Aparecida Alves Barbosa
Estado Civil Casada RG 112 325 O/E SSP/PB
Endereço Jose Telesmino Nº _____
Profissão Professora CPF _____

Ficha de Cadastro Nº 23 _____ Data 10 / 10 / 2011
Nome Carmem Leonardo Nobrega
Estado Civil Viuva RG 133.564 6 O/E SSP/PB
Endereço Oscar Matheus de Moura Nº 04
Profissão Vendedora CPF _____

Ficha de Cadastro Nº 24 _____ Data 10 / 10 / 2011
Nome Irene Ursolino de Moraes
Estado Civil Casada RG 791-781 O/E SSP/PB
Endereço Quintino Boucavva Nº SIN
Profissão Professora CPF _____

Ficha de Cadastro Nº 25 _____ Data 10 / 10 / 2011
Nome Odair Jose de Souza
Estado Civil Casado RG 797 787 O/E SSP/PB
Endereço Severino Maranhão Nº _____
Profissão Motorista CPF _____

Ficha de Cadastro Nº 26 _____ Data 10 / 10 / 2011
Nome Wilton Gomes de Araujo
Estado Civil Casado RG _____ O/E _____
Endereço Antonio Ivo de Araujo Nº 387
Profissão Rebraista CPF 068.522.684-03

Ficha de Cadastro Nº 27 _____ Data 10 / 10 / 2011
Nome Rosiany Jiana Lino
Estado Civil Casada RG _____ O/E _____
Endereço Antonio Ivo de Araujo Nº 387
Profissão _____ CPF 015.892.314-65

Ficha de Cadastro Nº 28 Data 10 / 10 / 2011
 Nome Maria do Socorro Ferreira da Costa
 Estado Civil Casada RG 1991.550 O/E SSP/PB
 Endereço Rua Vital Guedes Nº
 Profissão Vendedora CPF

Ficha de Cadastro Nº 29 Data 10 / 10 / 2011
 Nome Alana da Silva Rodrigues
 Estado Civil Casada RG 3238406 O/E SSP/PB
 Endereço Manuel Coaraco da Silva Nº
 Profissão Domestica CPF

Ficha de Cadastro Nº 30 Data 10 / 10 / 2011
 Nome Gueito Dias de Assis Costa
 Estado Civil Solteiro RG 3238406 O/E SSP/PB
 Endereço Jose Elias de Souza Nº
 Profissão Militeiro CPF

Ficha de Cadastro Nº 31 Data 10 / 10 / 2011
 Nome Augusto Batista de Lima
 Estado Civil Casado RG O/E
 Endereço Quintino Boucaiva Nº 37
 Profissão Musico CPF 322.33434404

Ficha de Cadastro Nº 32 Data / / 2011
 Nome Auberico de Jesus Bouveira Coelho
 Estado Civil Casado RG O/E
 Endereço Com. Arnaldo Lafaiete Nº 55
 Profissão Mecanico CPF 903477234-90

Ficha de Cadastro Nº 33 Data 10 / 10 / 2011
 Nome Maria de Lurdes Rodrigues Alves
 Estado Civil Casada RG 1180661 O/E SSP/PB
 Endereço Jose Telesmino Nº
 Profissão CPF

Ficha de Cadastro Nº 34 Data 10 / 10 / 2011
 Nome Joao Luis Neto
 Estado Civil Casado RG 317.138-6 O/E SSP/PB
 Endereço Jose Telesmino Nº
 Profissão Motorista CPF

Ficha de Cadastro Nº 35 Data 10 / 10 / 2011

Nome Maria Jane Pereira

Estado Civil Solteira RG 3.695.632 O/E SSP/PB

Endereço. Franceelma Colaco da Silva Nº 55

Profissão Cabeleleira CPF 091.611.244-60

Ficha de Cadastro Nº 36 Data 10 / 10 / 2011

Nome Maria de Lurdes Pereira

Estado Civil Casada RG 1.315.939 O/E SSP/PB

Endereço Franceelma Colaco da Silva Nº 55

Profissão Doméstica CPF 759.308.204-06

Ficha de Cadastro Nº 37 Data 10 / 10 / 2011

Nome José Pereira Sobrinho

Estado Civil Casado RG 438.239 O/E SSP/PB

Endereço Franceelma Colaco da Silva Nº 55

Profissão Motorista CPF 225.558.544-87

Ficha de Cadastro Nº 38 Data 10 / 10 / 2011

Nome Vitor Grego Almeida de Lima

Estado Civil Solteiro RG 310.4037 O/E SSP/PB

Endereço. Rua Manuel Colaco da Silva Nº 120

Profissão Gessseiro CPF 058.098.904-66

Ficha de Cadastro Nº 39 Data / / 2011

Nome José Marilton Xavier de Araújo

Estado Civil Casado RG 1324068 O/E SSP/PB

Endereço Franceelma Colaco da Silva Nº 110

Profissão Notarista CPF

Ficha de Cadastro Nº 40 Data 10 / 10 / 2011

Nome Luis Fontes Rangel

Estado Civil Casado RG 703.291 O/E SSP/PB

Endereço. Quintino Bouaiuva Nº 51

Profissão Agricultor CPF

Ficha de Cadastro Nº 41 Data / / 2011

Nome José Jofimy Gesteira

Estado Civil Solteiro RG 1022636 O/E SSP/PB

Endereço Dr. José Ferreira Ramos Nº 24

Profissão Aposentado CPF

Ficha de Cadastro Nº 42 Data / / 2011

Nome Severina Rangel Rodrigues

Estado Civil Casada RG 3318040 O/E SSP/PB

Endereço Dr. José Ferreira Ramos Nº 348

Profissão Doméstica CPF

ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SÃO JOSÉ
FICHA DE CADASTRO

Ficha de Cadastro Nº 50 Data 10 / 10 / 2011
Nome Marcos Antonio Ferreira
Estado Civil Solteiro RG 3550391 O/E SSD/PB
Endereço Travessa José Felismino Nº 511
Profissão Pedreiro CPF

Ficha de Cadastro Nº 51 Data 11 / 10 / 2011
Nome Vitória dos Santos Luis
Estado Civil Solteira RG 340397 O/E SSD/PB
Endereço Travessa José Felismino Nº 511
Profissão Doméstica CPF

Ficha de Cadastro Nº 52 Data 10 / 10 / 2011
Nome Francisca Jieira de Souza
Estado Civil Casada RG 1778476 O/E SSD/PB
Endereço João Capitulino Nº 51
Profissão Doméstica CPF

Ficha de Cadastro Nº 53 Data 10 / 10 / 2011
Nome José André Jieira de Souza
Estado Civil Solteiro RG 1.315.998 O/E SSD/PB
Endereço João Capitulino Nº 51
Profissão Funcionario Publico CPF

Ficha de Cadastro Nº 54 Data 10 / 10 / 2011
Nome Andreia Jieira de Souza
Estado Civil Solteira RG 2230932 O/E SSD/PB
Endereço João Capitulino Nº 51
Profissão Doméstica CPF

Ficha de Cadastro Nº 55 Data / / 2011
Nome Aurora Batista de Lima
Estado Civil Solteira RG 317635 O/E SSD/PB
Endereço José Aurora de Araújo Nº
Profissão Vendedor CPF

Ficha de Cadastro Nº 56 Data / / 2011
Nome Maria Rosângela Rodrigues da Silva
Estado Civil Casada RG 2318945 O/E SSD/PB
Endereço Dr. José Ferreira Ramalho Nº 190
Profissão Cabeleleira CPF

DECLARAÇÃO

Antonio Batista de Lima Neto, representante da Associação Comunitária São José, da cidade de Juazeirinho no Estado da Paraíba, declaro para os devidos fins que:

Estamos solicitando a vistoria da Anatel especificamente para efeitos da renovação da outorga da nossa emissora junto ao ministério das comunicações.

Juazeirinho 24 de Outubro de 2011


Antonio Batista de Lima Neto



Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 152, DE 16 DE MARÇO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, inciso II e IV, da Constituição,

CONSIDERANDO que o Ministro das Comunicações adotava o entendimento de que lhe havia possibilidade de re-emissão de boleto de pagamento de primeira e segunda parcela dos contratos de concessão e permissão de serviços de radiodifusão;

CONSIDERANDO o novo entendimento sobre a matéria, exposto no Parecer nº 808/2011/CONJUR-MC/AGU;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 2º, XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que veda a aplicação retroativa de nova interpretação; resolve:

Art. 1º. Autorizar a Secretaria de Serviços de comunicação Eletrônica a conceder prazo para que as entidades, inadimplentes com o pagamento das obrigações financeiras dos respectivos contratos de concessão e permissão para exploração de serviços de radiodifusão até a data de trinta e um de março de 2012, efetuem os respectivos pagamentos, sob pena de desconstituição dessas outorgas.

§ 1º O prazo mencionado no caput será de sessenta dias.

§ 2º É vedada a prorrogação do prazo descrito no parágrafo anterior, exceto nos casos previstos nos respectivos editais de licitação para outorga de serviços de radiodifusão.

Art. 2º. As entidades que entrarem em mora no pagamento das obrigações financeiras dos respectivos contratos de concessão e permissão para exploração de serviços de radiodifusão a partir da data mencionada no artigo 1º, somente poderão obter prorrogação de prazo de pagamento nos casos previstos nos respectivos editais de licitação.

Art. 3º. A existência de Ação Judicial em curso, com vistas à desconstituição de outorga em razão do não pagamento das obrigações financeiras procedentes de contratos de concessão e permissão para exploração de serviços de radiodifusão, não prejudica a concessão do prazo a que se refere esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 153, DE 16 DE MARÇO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, inciso II e IV, da Constituição Federal, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.008396/2012, e

CONSIDERANDO a necessidade de rever e uniformizar o entendimento administrativo no âmbito do Ministério das Comunicações a respeito da admissibilidade e do processamento de pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão apresentados intempestivamente;

CONSIDERANDO o disposto no inciso XIII do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que veda a aplicação retroativa de nova interpretação; resolve:

Art. 1º. Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão apresentados até 31 de maio de 2012, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

Art. 2º. Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão apresentados após a data a que se refere o artigo 1º desta Portaria e que não atendam ao disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 31 de outubro de 1963.

Art. 3º. Expirado o prazo de vigência de outorga de serviço de radiodifusão sem a apresentação de pedido de renovação ou sendo este considerado intempestivo, o Ministério das Comunicações providenciará a instauração de processo de revisão de outorga.

Art. 42ª Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 217, DE 16 DE MARÇO DE 2012

Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Fundação Hospital de Caridade de Quaraí, com sede em Quaraí/RS.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando o art. 2º da Portaria GM/MS nº 1.970, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção à Saúde a competência para a condução do processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde;

Considerando o Despacho nº 182/2012-CGGER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.044694/2010-06 (CNAS nº 71000.058555/2009-35), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes do Decreto nº 2.536/1998, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Fundação Hospital de Caridade de Quaraí, CNES nº 2248247, inscrita no CNPJ nº 94.757.986/0001-92, com sede em Quaraí/RS.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVECIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 218, DE 16 DE MARÇO DE 2012

Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santa Isabel, com sede em Santa Isabel/SP.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando o art. 2º da Portaria GM/MS nº 1.970, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção à Saúde a competência para a condução do processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde;

Considerando o Despacho nº 179/2012-CGGER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.052641/2010-51 (CNAS nº 71000.042865/2009-38), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes do Decreto nº 2.536/1998, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santa Isabel, CNES nº 2083140, inscrita no CNPJ nº 56.898.356/0001-49, com sede em Santa Isabel/SP.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 16/04/2010 a 15/04/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVECIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 219, DE 16 DE MARÇO DE 2012

Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Sociedade Portuguesa de Beneficência, com sede em Pelotas/RS.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando o art. 2º da Portaria GM/MS nº 1.970, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção à Saúde a competência para a condução do processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde (CEBAS-SAÚDE); e

Considerando o Despacho nº 188/2012-CGGER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.044620/2010-61 (CNAS nº 71000.051565/2009-40), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes do Decreto nº 2.536/1998, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Sociedade Portuguesa de Beneficência, CNES nº 2252295, inscrita no CNPJ nº 92.219.070/0001-53, com sede em Pelotas/RS.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 28/12/2009 a 27/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVECIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando o art. 2º da Portaria GM/MS nº 1.970, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção à Saúde a competência para a condução do processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde;

Considerando o Despacho nº 185/2012-CGGER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.033552/2010-13 (CNAS nº 71000.059109/2009-48), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes do Decreto nº 2.536/1998, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Santa Casa de Misericórdia de Itajubá, CNES nº 2127687, inscrita no CNPJ nº 21.035.852/0001-94, com sede em Itajubá/MG.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVECIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 215, DE 16 DE MARÇO DE 2012

Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Associação Hospital São José de Porto Lucena, com sede em Porto Lucena/RS.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando o art. 2º da Portaria GM/MS nº 1.970, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção à Saúde a competência para a condução do processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde;

Considerando o Despacho nº 187/2012-CGGER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.033515/2010-05 (CNAS nº 71000.038920/2009-95), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes do Decreto nº 2.536/1998, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Associação Hospital São José de Porto Lucena, CNES nº 2250810, inscrita no CNPJ nº 94.746.567/0001-55, com sede em Porto Lucena/RS.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVECIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 216, DE 16 DE MARÇO DE 2012

Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Venerável e Arquiépiscopal Ordem 3ª de Nossa Senhora do Monte do Carmo, com sede no Rio de Janeiro/RJ.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando o art. 2º da Portaria GM/MS nº 1.970, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção à Saúde a competência para a condução do processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde;

Considerando o Despacho nº 190/2012-CGGER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.172860/2010-55 (CNAS nº 71010.001903/2009-83), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes do Decreto nº 2.536/1998, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Venerável e Arquiépiscopal Ordem 3ª de Nossa Senhora do Monte do Carmo, CNES nº 3002918, inscrita no CNPJ nº 33.644.378/0001-87, com sede no Rio de Janeiro/RJ.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVECIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 3071 /2012/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 06 de agosto de 2012.

Ao Senhor

ANTÔNIO BATISTA DE LIMA NETO

Representante Legal da Associação Comunitária São José

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, Centro

58.660-000 Juazeirinho – PB

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à Análise do Processo nº 53000.058147/2011.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.058147/2011**, na localidade de **Juazeirinho / PB**, no qual essa entidade requer renovação da outorga para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **2064/2012**, que solicita esclarecimento quanto a possíveis irregularidades constatadas nos autos.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada e esclareça todos os pontos questionados.

Atenciosamente,


JOÃO PAULO SARAIVA DE ANDRADE
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Nota Técnica nº 2064/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga.**

Referência: Processo nº 53000.058147/2011

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de renovação da outorga concedida à **Associação Comunitária São José** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Juazeirinho / PB**, conforme Portaria de autorização nº 155, publicada no D.O.U. de 2/5/2000 e Decreto Legislativo nº 304, publicado no D.O.U. de 4/9/2001.

ANÁLISE

2. Foram constatados indícios de que a entidade manteria vínculos político-partidários, infringindo o art. 11º da Lei 9.612 de 19 de fevereiro de 1998. A requerente deverá, portanto, ser intimada a apresentar sua defesa quanto aos pontos elencados abaixo:

I. O representante legal, Sr. Antônio Batista de Lima Neto, foi suplente de Vereador no Município de Juazeirinho entre 2004 e 2008, pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. Nas eleições de 2008 ele se candidatou novamente ao cargo de Vereador, pelo mesmo partido, não tendo sido eleito. Saliente-se que o Sr. Antônio foi filiado ao PTB de 2003 a 2011.

II. O Sr. John Herbt Vieira Batista, 1º Tesoureiro da Associação e filho do Sr. Antônio Batista de Lima Neto, ocupa o cargo de Assessor do Gabinete do Prefeito do Município desde 2010 (conforme anexo).

III. A primeira administração da entidade – aquela que, em 1998, deu início ao processo de outorga – teve como 2º Secretário o Sr. Genivaldo Gonçalves Diniz, que foi suplente de Vereador, pelo PTB, em 2004 e candidato derrotado a Vereador nas eleições de 2008, pelo mesmo partido.

3. Além dos indícios de vinculação político-partidária enumerados acima, resta, ainda, esclarecer as seguintes irregularidades que podem configurar infrações à Lei 9.612/1998:

I. Durante o período em que esteve autorizada, a entidade jamais apresentou qualquer Ata de Eleição dos Membros da Diretoria, muito embora o mandato estabelecido no Estatuto Social fosse de dois anos. Dessa forma, deverá ser informado se houve alteração no quadro diretivo durante todo esse período e, em caso afirmativo, indicar quais foram os responsáveis pela administração, apresentando os atos pelos quais eles passaram a ocupar os respectivos cargos na diretoria, devidamente registrados. Deverá ainda ser esclarecido porque, se

nf/CGRC

houve alterações na composição da diretoria, esses documentos não foram levados oportunamente ao conhecimento do Ministério das Comunicações, conforme determina o art. 13 da Lei 9.612/1998;

II. A entidade não encaminhou, durante os dez anos em que esteve outorgada, o ato que instituiu o seu conselho comunitário nos moldes do art. 8º da Lei 9.612/1998, ou seja, composto por, no mínimo, cinco pessoas, representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores. Dessa forma, deverá ser indicado se e quando foi instituído o Conselho Comunitário, juntamente com todos os atos que alteraram sua composição durante o período da outorga, se houver. Caso a entidade tenha deixado de cumprir, em algum momento, as determinações legais atinentes à composição do conselho (cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas e de moradores), deverá justificar a não observância do Art. 8º da Lei 9.612/1998.

4. Sendo assim, este Departamento considera necessária a manifestação desta entidade a respeito dos fatos supracitados, com intuito de que sejam assegurados a proponente os princípios do contraditório e da ampla defesa.

CONCLUSÃO

5. Face ao exposto e, em respeito ao princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, essa Entidade será oficiada para apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, os devidos esclarecimentos sobre os indícios de irregularidades acima apontados. Caso a Entidade não se manifeste no referido prazo, consideraremos que a mesma não tem esclarecimentos a prestar, abdicando do direito de se defender.

À consideração superior.

Brasília, 06 de agosto de 2012.



NATÁLIA FROEMMING
Analista / Economista

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 2064/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC.

Brasília, 07 de agosto de 2012.



NATÁLIA FROEMMING
Coordenadora de Serviço de Radiodifusão Comunitária
Substituta

Nº DO RAZÃO SOCI.		Of. 3071 /2012/CGRC/DEOC/SCE-MC		53000.058147/11		Comunicação Fls. 50 Rubrica: <i>OK</i> SS - 30/08/2012	
ENDEREÇO / ADRE		ANTÔNIO BATISTA DE LIMA NETO Associação Comunitária São José Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, Centro 58.660-000 Juazeirinho - PB					
CEP / CODE POSTAL							
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION				NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ			
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR <i>Aurora B. de Lima</i>				DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON <i>14/08/2012</i>		CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION AC JUIZ DE FORA 14 AGO 2012 PB	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR							
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT <i>Jose Manoel dos Santos</i> Mat. 8.478.011					
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO							

RQ 97197022 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAIS

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO BENEFICIÁRIO / NOME OU RACOSOCIAL DO BENEFICIÁRIO

**ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO**
RETOUR

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300
70044-900 Brasília-DF

UF

B

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ

Rec. Útil. Pub. Municipal. Lei Nº 003/2001. Rec. Util. Pub. Estadual. Lei 8.907
Reg., Nº 220 Livro N/B. Reg. Nº 068 Livro A/2. CNPJ. 02.488.712.000 - 27
Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 08 Centro. CEP 58.660.000. Juazeirinho PB



Ofício 020/12

Ilmº. Sr. Coordenador- Geral de Radiodifusão Comunitária

Md. Dr. João Paulo Saraiva de Andrade

Assunto. Ofício nº 3071 / 2012/ enviado a esta entidade

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 044807/2012-62

SEAPA/SCE

20/09/2012-07:52

Sr. Coordenador.

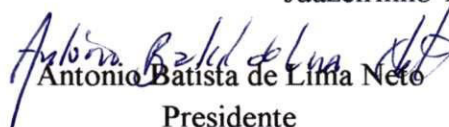
Atendendo solicitação de vossa senhoria através de ofício nº 3071/ 2012, enviamos os esclarecimentos através de documentos abaixo especificados:

- 1 - Esclarecimentos. (defesa)
- 2 - Cópia registrada da ata de fundação do conselho de 15 de fevereiro de 1998
- 3 - Cópia registrada da ata de renovação do conselho de 15 de março de 2004
- 4 - Cópia registrada da ata de renovação do conselho de 10 de março de 2010
- 5 - Cópia registrada da ata de eleição da diretoria de 30 de abril de 2003
- 6 - Cópia registrada da ata de reeleição da diretoria de 15 de outubro de 2010
- 7 - Cópia registrada da ata da alteração do estatuto da entidade
- 8 - Cópia da lei que reconhece nossa entidade de utilidade pública municipal
- 9 - Cópia da lei que reconhece a rádio como utilidade pública municipal
- 10 - Cópia da lei que reconhece de utilidade pública municipal a Banda de Música pertencente a esta entidade.
- 11 - Cópia do diário oficial do Estado da Paraíba, que reconhece de utilidade pública estadual nossa entidade.
- 12 - Declarações de algumas entidades do nosso município, comprovando que nossa entidade não tem nenhum vínculo político partidário, atendendo a toda comunidade sem distinção de cor, raça, credo religioso ou político. Inclusive o próprio Prefeito, suposto autor das denúncias ao perceber o apoio popular em prol da Emissora, elaborou e assinou uma declaração (em anexo), onde testa que a Emissora sempre esteve a serviço da coletividade e do bem comum

Diante do exposto, solicitamos mais uma vez a renovação da outorga da Emissora, para que possamos continuar a trabalhar pela comunidade do nosso município.

Dizer obrigado é muito pouco para agradecer, por isso pedimos que Deus continue abençoando vossa senhoria sua equipe de trabalho e toda família.

Juazeirinho 10 de Setembro de 2012


Antonio Batista de Lima Neto
Presidente

JEDCO

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.



Resposta ao Ofício 3071/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária
Processo nº 53000.058147/2011

DEFESA.

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27, com sede na Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009, mantenedora da Rádio Comunitária Juazeiro FM, por seu advogado e procurador adiante assinado, vem, com o devido respeito, apresentar a sua defesa e responder aos questionamentos da análise, um por um, fazer a devida juntada de todos os documentos solicitados na forma que passa a expor:

DA ANÁLISE:

2. Da redação do art. 11 da Lei 9.612/1998, se infere o seguinte:

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.



Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais. (grifo nosso).

Não há no dispositivo legal mencionado qualquer alusão a vedação de que o responsável legal não possa exercer sua cidadania, podendo filiar-se a partido político, o texto normativo dispõe que a entidade mantenedora não poderá estabelecer ou manter vínculos que subordinem ao comando de qualquer outra entidade, e isso é a norma.

Nunca houve qualquer ato de subordinação, sujeição, a administração ou a qualquer comando de qualquer entidade, pois durante todo o tempo, apesar da constante fiscalização dos políticos e dos partidos, jamais, em tempo algum, houve qualquer reclamação que possa inferir ao representante legal da mantenedora a qualquer entidade política ou religiosa, familiar ou comercial, ato que vincule ao desrespeito a lei.

Portanto, o fato de ser representante legal da entidade, com a devida venia, não retira do Sr. Antonio Batista de Lima Neto o direito de exercer sua cidadania, o que a lei proíbe é a utilização da instituição de forma que a subordine a qualquer outra entidade, e isso jamais aconteceu.

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

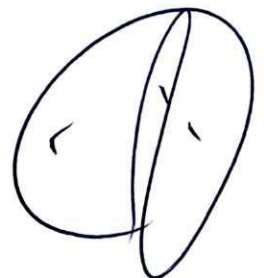
Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.



É importante destacar que a denúncia dos fatos articulados na Nota Técnica que deu origem ao processo, certamente partiu do atual Prefeito ou alguém a seu mando, pois a todo tempo tentou manipular a rádio comunitária para seus interesses, e juntamente com o deputado seu irmão, daria valores em dinheiro para ter a concessão à sua disposição, e por ter seus interesses contrariados, partiram para cumprir a promessa que fizeram a direção que se não aceitasse a proposta fecharia a Rádio, e como sua proposta não foi aceita, tenta de forma sórdida e covarde calar o instrumento de comunicação do povo, principalmente das comunidades mais pobres e desfavorecidas.

Tais afirmações só são possíveis em face da negatória de fazer uso político da Associação mantenedora e da Rádio Comunitária com fins políticos, como queria o atual Prefeito o Sr. Bevilacqua Matias Maracajá, cuja manobra vil e mentirosa, tem como único objetivo, prejudicar a Rádio Comunitária Juazeiro FM e a Associação Comunitária São José porque sua direção não se curvou as exigências do poder exercido de forma ditatorial e perseguidora do atual alcaide.

II - com relação ao exercício de cargo comissionado do Sr. JONH HERBT VIEIRA BATISTA, como Assessor II do Gabinete do Prefeito, carece de veracidade, é mentirosa e falsa, o nomeado jamais teve conhecimento de tal nomeação e jamais recebeu qualquer quantia dos cofres municipais pelo exercício de cargo comissionado, cuja portaria apócrifa foi juntada, exatamente pelo denunciante, que deve ter sido o prefeito ou um dos seus assecclas, com o fito único de prejudicar a voz, e



A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.



por não ter a mantenedora se curvado às propostas financeiras para o uso político da rádio comunitária.

Esse documento é oriundo da prefeitura e deve ter sido fabricado pelo Prefeito para fazer tal denúncia, pratica comum de perseguição que tem feito a todos que não se curvam aos seus caprichos e sede de poder.

A entidade mantenedora mantém com a instituição pública o melhor relacionamento, como o faz com as demais, seja o Poder Judiciário, Ministério Público, Câmara de Vereadores e Prefeitura Municipal no anúncio das causas de utilidade pública, sendo sempre parceiros.

A participação de outros diretores em campanhas políticas, e especialmente sem obtenção de êxito eleitoral é prova suficiente de que a entidade jamais permitiu que se fizesse uso político da Rádio, eu sendo concessão pública comunitária, deve sempre prestar serviços a comunidade de forma igualitária, sem distinção de cor, religião ou partido político, e fica claro que mesmo quando pessoas ligadas a entidade, nunca houve qualquer denúncia de favorecimento político partidário, sendo a presente denúncia, com detalhes trazidos pela própria Prefeitura.

Portanto, os supostos indícios de vinculação político-partidária enumerados não se sustentam pelos argumentos apresentados e em face de demonstração clara que a entidade jamais serviu de instrumento político partidário para quem quer que seja.

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.



Com relação a supostas irregularidades que podem configurar infrações a Lei que regulamenta o serviço de radiodifusão comunitária, passamos a explicar.

No tocante ao item 3 da análise, informamos que não procede a afirmação de que a entidade jamais apresentou qualquer ata de eleição dos Membros da Diretoria, pois conforme atas em anexo, a sua diretoria foi alterada pela renovação da diretoria, em 15 de março de 2004 e 10 de março de 2010, todas enviadas por correspondência para a Coordenação de Radiodifusão Comunitária do Ministério das Comunicações, tudo conforme documentos que junta.

Com relação ao Conselho Comunitário, afirmamos que não procede a alusão de que a entidade não encaminhou o ato que instituiu o Conselho Comunitário, pois o Conselho foi constituído o Conselho Comunitário em 15 de março de 2004 e renovado em 05 de abril de 2011, em atendimento ao Ofício nº 1404, enviado pelo Ministério das Comunicação e por esta Coordenação, tendo o Conselho renovado e sua ata devidamente lavrada e registrada no Cartório de Títulos e Documentos, conforme cópia da ata e comprovação de seu respectivo registro que junta.

Acrescente-se a isso o fato da Rádio Juazeiro FM ser reconhecida de utilidade pública Municipal e Estadual conforme faz provas cópias das respectivas Leis Estaduais e Municipais, sendo no município o instrumento de divulgação da cultura popular e meio importante de comunicação das comunidades.

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.

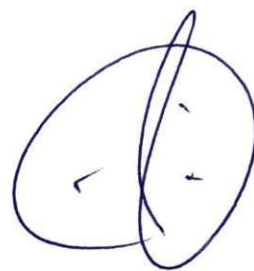


Ressalte-se que todas as afirmações estão alicerçadas por documentos que já foram oportunamente enviados ao Órgão concedente.

Com o intuito de destacar a importância dos serviços prestados pela Associação mantenedora, não se pode deixar de dizer que as rádios comunitárias e principalmente a Rádio Comunitária Juazeiro FM, mantida pela Associação Comunitária São José, além do serviço de Radiodifusão Comunitária, mantém uma Escola de Música e uma Banda de Música, já tendo trabalhado nos últimos 10 anos da formação de mais de 300 jovens carentes no ensino da música, de forma gratuita.

As Rádios Comunitárias se apresentam como um Direito Social, como um veículo primordial para o pleno exercício desse direito, e principalmente contrariando a lógica da região, onde só quem possuía concessão de rádio eram os poderosos políticos que “negociavam” com os governos e se apropriavam e ainda se apropriam da informação, como que o povo só pode saber o que os detentores do poder querem que o povo saiba, e sempre que a entidade por seus membros não se curva aos interesses mesquinhos do poder político vem as ameaças de fechamento, denúncias infundadas, tudo com o único intuito de calar a voz da comunidade e com isso negar o Direito Social das comunicações, relegando a sociedade o papel de mero espectador, quando ela tem, na verdade, o direito de ser ela mesma um agente comunicacional.

Pois bem, se as comunicações são um Direito Social, logo as políticas públicas em comunicações são extremamente necessárias, primordialmente aquelas que propiciem a



A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.



participação de seu titular legítimo: a sociedade. Porém, apesar de o Estado ser o responsável pela sua implementação não é ele seu único elaborador. Na verdade, o lugar da criação de políticas públicas não é no gabinete do Prefeito, tampouco no escritório do burocrata, mais ainda cedendo pressões dos que se acham donos do poder, as políticas públicas devem nascer nas ruas e calçadas, deve ser fruto a mobilização dos atores sociais, deve ser o momento do reconhecimento de uma necessidade e das ações que visam ao estabelecimento das condições para o seu atendimento. Temos, assim, uma questão eminentemente política.

Em ano de eleição há um acirramento maior nas pequenas cidades, e isso se faz verificar pelo envolvimento das pessoas e dos grupos, cujo objetivo maior é sempre o poder pelo poder. E para tanto, quer inclusive que um serviço comunitário de radiodifusão possa ser utilizado de forma tendenciosa para favorecer aos interesses do poder.

Ponto pacífico no Estado Democrático de Direito é nos nosso entender que as comunicações são direitos da humanidade, direito esse que se torna ainda mais evidente na Sociedade da Informação.

Com base nesses esclarecimentos e na certeza de que a Associação Comunitária São José estará como sempre esteve, como entidade mantenedora, à disposição do órgão concedente para resolver e superar as pendências burocráticas porventura existentes, porém, não permitam que calem a voz do nosso povo.

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal
pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.



Somos o único veículo de comunicação aberto a sociedade, aos grupos culturais, ao esporte local, as diversas denominações religiosas e nunca em tempo algum, a comunidade deixou de apresentar sua voz por qualquer cerceamento da liberdade com a devida responsabilidade e as limitações da concessão recebida.

POR TODO O EXPOSTO, entendemos com a devida venia, ter apresentado da defesa, ponto a ponto dos fatos alegados, pelo que pugnamos pela improcedência das denúncias apresentadas, ao tempo que a entidade se compromete a sanar qualquer questão burocrática que possa está pendente, para que o povo da nossa cidade não perca esse importante instrumento de comunicação que há 12 vem sendo a voz dos que não tem voz, a comunicada carente e que não tem internet, facebook, Orkut e ainda não está integrada nas redes sociais, sendo a rádio ainda o instrumento mais popular de comunicação, cujo serviço a Associação mantenedora pretende manter.

Pede finalmente seja acatada a presente defesa por entender de direito e de JUSTIÇA.

Juazeirinho – PB, 13 de setembro de 2012.


José Neto Freire Rangel
Advogado OAB/PB 6145

PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

OUTORGANTE(S):

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27, com sede na Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000.

OUTORGADO(S):

JOSÉ NETO FREIRE RANGEL, brasileiro, casado, advogado, OAB/PB 6145, **JULIO CÉSAR BARROS RANGEL**, brasileiro, casado, advogado, OAB/PB 13.907, com escritório profissional à Rua Vidal de Negreiros, 74, Ed. Stº Antônio, sala 104, 1º andar, centro - Patos - PB.

PODERES:

Aos quais confere poderes para o foro em geral, nos termos do art. 38 inclusive parte final do Código de Processo Civil, podendo confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação, distribuir Ação e acompanhá-la em todos os seus termos, podendo impugnar créditos ou concordar com os mesmos, representando-o perante qualquer Juízo, Instancia ou Tribunal, repartições públicas federais, estaduais ou municipais, conjunta ou separadamente, bem como substabelecer com ou sem reserva de poderes.

Patos – PB, 13 de setembro de 2012.


Outorgante

Ata da Reunião Ordinária da Associação
Comunitária São José.

Aos quinze dias do mês de fevereiro
de mil novecentos e noventa e oito, na
sede do Amém, os associados da associação
comunitária São José, reunidos em assembleia
geral, decidiram por unanimidade
conseguir junto ao ministério das comunicações
uma rádio comunitária para
Juazeirinho - Pb, inclusive constituindo o
seu conselho comunitário de acompanhamento
e controle social da Rádio Comunitária
de Juazeirinho - Pb, que ficou assim
constituído. Pe. Francisco Possiano da Silva
representante do Conselho Paroquial da
Paróquia de Juazeirinho, residente a rua
Getúlio Vargas nº 01 Juazeirinho - Pb. Abel
Costa Neto, representante da Associação de

**JUAZEIRINHO CARTÓRIO DO
REGISTRO DE IMÓVEIS**

Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, 02
Centro - Juazeirinho - Paraíba

AUTENTICO ESTA FOTOCÓPIA,
REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL
DÔU FÉ.

JUAZEIRINHO, 12 DE SETEMBRO DE 2012

Fernanda Freire de Araújo
Tabelião Público

FERNANDA FREIRE DE ARAÚJO
ESCRIVÃ E OFICIAL DO
REGISTRO DE IMÓVEIS SUBST.
JUAZEIRINHO - PARAIBA

Associação das Comunidades
Fl. 61
Públicas

futebol de Juazeirinho Pb residente a
rua Bento Vieira nº 02 Juazeirinho Pb
Maria Aparecida Oliveira Araujo representante
da Associação Comunitária São Paulo,
residente na rua Henrique Ferreira Barros 54
Arina Brasilas Tobias representante da Associa-
ção de Moradores e Lugares Comunitários do
Alto Grande, fidejusse de Othon Jaguinha e
Antônio Batista de Lima Neto representante
da Associação Comunitária São José
residentes nas ruas Maria das Neves 478
Belandista e Quintino Boucatova 32 Juazeirinho Pb e
Francisco Xavier Aires da Silva p/ ACSJ Res. Com. Burity.
Não havendo na mais a
tratar, foi lavrada a presente ata que
depois de lida e aprovada será
assinada pelos associados presente a
reunião não havendo mais nada a
tratar.

Juazeirinho - 15 de 09.1998

**JUAZEIRINHO CARTÓRIO DO
REGISTRO DE IMÓVEIS**

Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, 02
Centro - Juazeirinho - Paraíba

**AUTENTICO ESTA FOTOCÓPIA,
REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL
DOU FÉ.**

JUAZEIRINHO, 12 DE ~~Setembro~~ DE 2012

Taberna Pública

FERNANDA FREIRE DE ARAÚJO
ESCRIVÃ E OFICIAL DO
REGISTRO DE IMÓVEIS SUBST.
JUAZEIRINHO - PARAIBA

**IAZEIRINHO CARTÓRIO DO
REGISTRO DE IMÓVEIS**

1a Vereador Paulo Cosme de Oliveira, 02
Centro - Juazeirinho - Paraíba

**UTENTICO ESTA FOTOCOPIA
PRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL**

**DU PÉ.
IAZEIRINHO, 12 DE Setembro DE 2012**

FERNANDA FREIRE DE ARAUJO
ESCRIVÃ E OFICIAL DO
REGISTRO DE IMÓVEIS SUBST.

das Comarca
Fls. 62
Rubrica

*Ata da Reunião Ordinária da Associação
Comunitária São José Juazeirinho PB*

Tabella Publico

Aos quinze dias do mês de ^{maio} 2004, no decorrer da hora
na sede do "Amém" os Associados da Associação comu-
nitária São José, reunidos em Assembleia decidiram por
unanimidade, renovar o conselho o conselho da Rádio co-
munitária Juazeirinho - FM 87,9, tendo como objetivo acom-
panhar a programação da emissora, com vista do atendi-
mento dos princípios contido na Lei, ficando assim
constituída:

• Manoel Vinício Araújo, casado, radialista, residente na
rua Antonio Ivo nº 5/m, representante da Expositora a voz de
Juazeirinho, PB

• Luciano Marques Figueiredo, casado, vendedor, residente
na rua Antônio Bezerra nº 5/m, representante da Igreja Evan-
gêlica Assembleia de Deus Juazeirinho - PB

• Angela Maria Evangelista Rangel, solteira, Secretária, residente
na rua Antônio Bezerra nº 5/m, representante da Prefeitura
Municipal de Juazeirinho - PB

• Agamen Batista de Lima, casado, comerciante, residente na
rua do Hospital 5m. Representante da Associação Comercial-
Juazeirinho - PB.

• Roberto Valério da Silva, solteiro, Professor, residente na Rua
Dr. José Ferreira Gomes nº 5m, representante da Fonequia de Ju-
azeirinho, PB

• José Denis Rolindo dos Santos, casado, estudante, residen-
te na Rua Manoel Colaco, nº 49, representante da Sociedade
São Vicente de Paulo Juazeirinho - PB.

• Jomê Heriberto Vinício Batista, solteiro, radialista, residente na
Rua José Felismino nº 500, representante da Associação
comunitária São José Juazeirinho - PB.

Não havendo mais nada a tratar foi lavrada a pre-
sente ata que depois de lida e re aprovada saiu assim-

da pelos associados presentes no reunião
Juazeirinho 15 de março de 2004
José Paibson Guedes Dias

Maria do Socorro Ferreira da Silva
Secretaria da reunião

**JUAZEIRINHO CARTÓRIO DO
REGISTRO DE IMÓVEIS**

Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, 02
Centro - Juazeirinho - Paraíba

AUTENTICO ESTA FOTOCÓPIA,
REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL
DOU FÉ.

JUAZEIRINHO, 12 DE Setembro DE 2012


Tabelião Público



ATA DA REUNIÃO ORDINARIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA
SÃO JOSÉ DA CIDADE DE JUAZEIRINHO PARAIBA



Aos dez dias do mês de março de dois mil e dez, as dezenove horas na sede da Associação Comunitária São José a rua Quintino Boucaiuva 39 centro Juazeirinho Paraíba, os associados da entidade reunidos em assembléia geral decidiram por unanimidade renovar o conselho da Radio Comunitária Juazeiro Fm 87,9 o qual tem como objetivo acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento aos princípios contido na lei, ficando assim constituído:

- José Dario Balbino dos Santos, representante da Sociedade São Vicente de Paulo. Juazeirinho – Paraíba.
- Pe. João Jorge Rietved, representante da Paróquia de São José de Juazeirinho – Paraíba.
- Agenor Batista de Lima, representante da Associação Comercial de Juazeirinho – Paraíba.
- Rosa Lucia dos Santos, representante da entidade Juventude Juazeirinhense Crista. Juazeirinho – Paraíba.
- Pe. Joseilto Santos Nascimento, representante da Igreja Evangélica Embaixadores de Cristo. Juazeirinho. Paraíba
- Mardem Matias Maracajá, representante da Associação Musical e Cultural Maestro Alfredo Macena de Andrade. Juazeirinho - Paraíba
- Francisao de Assis Estevão representante da Sociedade de Amigos do Bairro Frei Damião. Juazeirinho - Paraíba

Não havendo nada mais a tratar, foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos associados presente a reunião.

Juazeirinho, PB 10 de Março de 2010

Maria Jaine Pereira

Maria Jaine Pereira

Secretaria

CARTÓRIO "ANTÔNIO JOAQUIM"

ÚNICO OFÍCIO DE NOTAS

AUTENTICO ESTA FOLHA E A REPRODUÇÃO
FIEL DO ORIGINAL DO J. 1. 364-C. P. Civil)

JUAZEIRINHO, 25 DE Abril DE 2011.

Tabela



Anteclementina Oliveira Batista
 José Benilson Guedes Dias
 Maria do Carmo Ferreira da Silva
 Alinne Gabriela Bastista Costa
 Alisson Balduino Batista da Costa
 Tony Leonor Gomes Vieira Batista
 Frederico Batista de Lima
 Obe Luis Junior
 Josenilda Batista Vieira
 José Wailton Xavier de Araújo
 José Benilson Guedes Dias
 José André
 José Wellington Simão dos Santos
 Roseane Vieira de Souza Araújo
 Rita Leal
 Ralberta Milena de Souza Araújo
 Fernanda Maria de Souza Araújo
 Maria Rosângela Rodrigues dos Santos
 Marcos Valério dos Santos
 Angélica Maria de Souza
 Tereza Batista de Lima
 Adailton Rodrigues de Assis
 Adailton de Assis
 Jorge Daga Baptista
 José Adilson da Silva Albuquerque
 Eliana de Moura da Silva Rodas
 [assinatura]
 Elionora de Fátima Gomes
 Yereslaine Araújo de Souza
 Carmem Nereida de Medeiros Leonardo
 Maria Roberto Rodrigues
 Jane Aquilina Santos do Nascimento
 Jovana dos Santos Araújo
 Arany Batista de Lima
 João da Socorro de Assis Batista
 Tereza Soares dos Santos
 Renice Barbosa Pereira
 Alanna da Silva Rodrigues

CARTÓRIO "ANTÔNIO JOAQUIM"

ÚNICO OFÍCIO DE NOTAS

AUTÊNTICO ESTA FOTO ÓPTICA, REPRODUÇÃO
 FIEL DO ORIGINAL DOU 15.º Art. 334-º, P. Civil,

JUAZEIRINHO, 25 DE Abril DE 2011

Tabella [assinatura]



01
Juaizeiro

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
SÃO JOSÉ – JUAZEIRINHO - PARAIBA**

Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e dez, às 19 horas na sede da Banda de Música São José, a Rua Quintino Boucaiuva 39, Centro, Juazeirinho, PB, reunidos em assembléia geral extraordinária os associados da Associação Comunitária São José, tendo em vista que no prazo de trinta dias da divulgação e convocação para as eleições da entidade como não foi registrada nenhuma chapa, decidiu por unanimidade aclamar o atual presidente Antonio Batista de Lima Neto e sua diretoria para mais um mandato de acordo com o que determina o artigo 4º no Capítulo IV, letras c e d do regimento interno do estatuto da entidade que trata do processo eletivo, ficando assim constituído a nova diretoria.

Presidente → Antonio Batista de Lima Neto, Militar casado, residente na Rua José Felismino 500 Centro Juazeirinho, Paraíba

Vice Presidente → José Renilson Guedes Dias, Motorista, residente na Rua Quintino Boucaiuva 234 Centro Juazeirinho, Paraíba

1º Secretária → Maria Jaine Pereira, Cabeleireira, residente na Rua Francelina Colaço da Silva 55 Centro. Juazeirinho, Paraíba

2º Secretária → Cássia Valéria da Silva Martins, Professora residente na rua Buenos Aires 123 Centro. Juazeirinho, Paraíba

1º Tesoureiro → John Herbet Vieira Batista, Radialista, residente na Rua José Felesmino 500 Centro Juazeirinho, Paraíba.

2º Tesoureira → Terezinha Araujo de Souza, Professora aposentada, residente na Rua Dr José Ferreira Ramos 240 Centro, Juazeirinho - Paraíba.

Presidente do Conselho Fiscal → Maria do Socorro Vieira de Souza, Vendedora, Residente na Rua João Capitulino, 51, Centro Juazeirinho - Paraíba.

Vice Presidente do conselho Fiscal → Francisco Xavier Alves da Silva, Eletrônico, Residente na Rua Manuel Colaço s/n 21. Centro, Juazeirinho - Paraíba

Secretaria → Márcia Rosângela Rodrigues dos Santos, Cabeleireira, Residente na Rua Dr José Ferreira Ramos 198, Centro, Juazeirinho - Paraíba

Não havendo nada mais a tratar foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos associados presente a reunião.

Juazeirinho, Pb 15 outubro de 2010

Maria Jaine Pereira
Maria Jaine Pereira

Secretária

Antonio Batista de Lima Neto
Antonio Batista de Lima Neto

Josilene Vieira Batista
Josilene Vieira Batista

Erik Artur Batista da Costa
Erik Artur Batista da Costa





ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO DO REGISTRO DA COMARCA DE JUAZEIRINHO
Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, 02 – Fone: 3382-1195

Fernanda Freire de Araújo, Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Juazeirinho, Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc.

CERTIDÃO

Certifico, que a presente **Ata da Reunião Extraordinária da Associação Comunitaria São José – Juazeirinho - Paraíba, realizada em 15/10/2010**, foi devidamente registrada neste Cartório, sob nº. 1.298, às fls. 72v/73, do Livro nº. A-5, na data supra. O referido é verdade; dou fé.

Em testemunho (F.F.A.) da verdade

Juazeirinho, 27 de abril de 2011.

Fernanda Freire de Araújo
Fernanda Freire de Araújo
Oficial do R. de Imóveis.



09370362/0001-49

**JUAZEIRINHO CARTÓRIO DO
REGISTRO DE IMÓVEIS**

Rua Marechal Deodoro, 68

Centro - CEP 58 660-000

Juazeirinho - PB

01
F. Thais

ATA DA REUNIÃO EXTRAONARIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SÃO
JOSE DA CIDADE DE JUAZEIRINHO, PARAIBA

Aos cinco dias do mês de abril de 2011 as 19hs, na sede da Banda de Música São José situada na Rua Quintino Boucaiuva Nº 39, O Presidente da entidade Antonio Batista de Lima Neto, reuniu os associados para debater a seguinte pauta:

1. Alteração do Estatuto.

Em atendimento ao ofício nº 1404 recebido por esta entidade em 31 de março de 2011, enviado pelo ministério das comunicações para cumprir o que determina o art. 4º da lei nº 9.618, de 1998 que estabelecem a formação, composição e objetivos do conselho comunitário fica assim alterado o nosso estatuto no seu Capítulo V, art. 6º. Fica instituído o Conselho Comunitário da Radio Comunitária Juazeiro FM 89.9 com as seguintes funções, e o art. 4º do Capítulo II

a – O Conselho Comunitário será formado por no mínimo cinco representantes de entidades da comunidade atendida, tais como: associações de classe, beneméritas religiosas ou de moradores, legalmente constituídas com o objetivo de fazer o acompanhamento da programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da lei n.º 9.612 de 1998

b - O Conselho Comunitário deverá encaminhar relatório anualmente ao Ministério da Comunicações, sempre no aniversário da outorga, contendo a grade de programação e a sua avaliação se a programação tem atingido os aspectos e objetivos estabelecidos por lei.

c – A entidade deverá manter disponível e atualizado o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

d - Fica assegurado a 1/5 dos associados o direito de promover a convocação dos órgãos deliberativos a qualquer momento desde que faça através de ofício a direção da entidade com 24 horas de antecedência de acordo com as determinações dispostos no Código civil, no caso de associações, art. 59 caputs 59 e parágrafo único da Lei nº 10.406, 10 de Janeiro de 2002, alterada pela Lei 11.127, de 28/06/2005.

Fica alterado o art. 4º do estatuto da nossa entidade passa a ter a seguinte redação, podem associar-se a entidade pessoas sem distinção de sexo religião ou ideologia política que residam na área de atuação da entidade como também o art. 11º e 12º passando a duração do mandato para três anos com direito a reeleição.

Não havendo mais nada mais a tratar foi lavrado o presente ata que será assinada pelos associados presentes a reunião

Juazeirinho, PB 05 de abril de 2011

Maria Jaine Pereira
Maria Jaine Pereira



Antonio Batista de Lima Neto
Antonio Batista de Lima Neto

Declaramos, sob as penas da lei, que a presente cópia é transcrição fiel e integral da ata lavrada em data em 05 de abril de 2011, no livro nº 01 da associação Comunitária São José as fls 26 e 27.



CAPITULO V

Da sua Dissolução, Criação de Radiodifusão Comunitária e seu Conselho

Art. 5º Sendo de duração ilimitada a Associação Comunitária São José, somente será dissolvida em face de dificuldades incontornáveis mediante decisão de assembléia geral extraordinária convocada para tal fim, ocorrendo a dissolução, seus bens serão destinados a outra entidade congênere legalmente constituída.

a – A Associação Comunitária São José, tem também como objetivo prestar serviço de Radiodifusão Comunitária, operando em frequência modulada FM com baixa potência até 25 Watts de acordo com a lei Nº 9.612 de 19/02/1998 que legaliza este serviço.

b – O Serviço da Radiodifusão Comunitária tem como finalidade difusão de idéias, culturas, tradições e habito sociais, integração estímulo e lazer, utilidade pública, defesa civil, jornalístico da comunidade e capacitação do direito de cidadania.

c - Para alcançar seus objetivos e associação poderá fazer convênios empréstimos, financiamentos, como também utilizar recursos próprios de doações e contribuições, o seu patrimônio será formado por bens moveis e imóveis adquiridos por rendas inerentes a prestação de serviços próprios dos seus objetivos sociais.

d – O Conselho Comunitário será formado por no mínimo cinco representantes de entidades da comunidade atendida, tais como associações de classe, beneméritas religiosas ou de moradores, legalmente constituídas com o objetivo de fazer o acompanhamento da programação da emissora, com vistas ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. Da lei nº 9.612 de 1998

e – O Conselho Comunitário deverá encaminhar relatório anualmente ao Ministério da Comunicações, sempre no aniversário da outorga, contendo a grade de programação e a sua avaliação se a programação tem atingido os aspectos e objetivos estabelecidos por lei.

f – A Entidade deverá manter disponível e atualizado o ato que estabelece a composição do Conselho comunitário.

g - Fica assegurado a 1/5 dos associados o direito de promover a convocação dos órgãos deliberativos a qualquer momento desde que faça através de ofício a direção da entidade com 24 horas de antecedência de acordo com as determinações dispostos no art. 59 caput 59 e parágrafo único da lei 10.406.10 de Janeiro de 2002, alterada pela lei 11.127, de 28/06/2005.

Art. 4º Pode associar-se a entidade pessoas sem distinção de sexo religião ou ideologia política que residem na área de atuação da entidade

CARTÓRIO “ANTÔNIO JOAQUIM”

ÚNICO OFÍCIO DE NOTAS

AUTENTICO ESTA FOTO QUE É REPRODUÇÃO
FIEL DO ORIGINAL DOU REG. Nº 334-C, P. CIVIL

JUAZEIRINHO, 25 DE Abril DE 2011.

Tabela





ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO DO REGISTRO DA COMARCA DE JUAZEIRINHO
Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, 02 – Fone: 3382-1195

Fernanda Freire de Araújo, Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Juazeirinho, Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc.

CERTIDÃO

Certifico, que a presente **Ata da Reunião Extraordinária da Associação Comunitária São José da Cidade de Juazeirinho - Paraíba, Alteração do Estatuto, realizada em 05/04/2011**, foi devidamente registrada neste Cartório, sob nº. Av-068, às fls. 07v/08v, do Livro nº. A-2, na data supra. O referido é verdade; dou fé.

Em testemunho (F.F.A.) da verdade

Juazeirinho, 27 de abril de 2011.

Fernanda Freire de Araújo
Fernanda Freire de Araújo
Oficial do R. de Imóveis.



09370362/0001-49

**JUAZEIRINHO CARTÓRIO DO
REGISTRO DE IMÓVEIS**
Rua Marechal Deodoro, 68
Centro - CEP 58.660-000
Juazeirinho - PB.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

Projeto de Lei nº 03/2001

De, 05 de Abril de 2001.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, e demais legislações em vigor.

Faço saber que a Câmara Municipal de Juazeirinho, aprovou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º - Fica reconhecida como entidade de utilidade pública do Município de Juazeirinho-Pb, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA COMUNIDADE SÃO JOSÉ.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.



Frederico Antonio Raulino de Oliveira
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO ESTADO DA PARAÍBA

LEI MUNICIPAL Nº 462/2007

RECONHECE COMO SENDO DE
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A RÁDIO
COMUNITÁRIA JUAZEIRO FM 87,9 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Juazeirinho –PB, faço saber que a Câmara Municipal de Juazeirinho – Paraíba, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica Reconhecido como sendo de Utilidade Pública Municipal a Rádio Comunitária Juazeiro FM 87,9 que tem raio de ação municipal e sede de atuação e fundação, funcionamento em nosso município à Rua Dr. José Ferreira Ramos, 1º Andar, centro, Juazeirinho – Paraíba, entidade pertencente à Associação Comunitária São José neste município.

Artigo 2º – Como consta na Lei Orgânica Municipal apoio e incentivo à cultura, fica o órgão competente obrigado e impelido a incentivar, apoiar, financiar da maneira a tal entidade.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juazeirinho em 24 de novembro de 2006.


Frederico Antonio Raulino de Oliveira
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO
ESTADO DA PARAIBA



LEI MUNICIPAL Nº 02/2009

RECONHECE DE COMO SENDO DE
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL
A BANDA DE MÚSICA SÃO JOSÉ E
DAR OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Juazeirinho – PB, faço saber que a Camara Municipal de Juazeirinho – Paraíba, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Artigo 1º fica Reconhecido de Utilidade pública municipal a **Banda de Música São José**, a qual tem sede de atuação e funcionamento em nosso Município na rua Quintino Boucaiuva nº 39 centro Juazeirinho – PB, **organização musical pertencente a Associação Comunitária São José neste Município**

Artigo 2º como consta na lei Orgânica Municipal, apoio e incentivo a cultura, fica o órgão competente incumbido a incentivar apoiar, financiar da maneira tal entidade.

Artigo 3º esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juazeirinho em 20 de março de 2009


Bevilacqua Mattias Maracajá
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL

Fls. 85
Rubrica: RAR

Estado da Paraíba • Poder Executivo

Nº 14.194

João Pessoa - Sexta-feira, 25 de Setembro de 2009

Preço: R\$ 2,00

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 8.906 DE 24 DE SETEMBRO DE 2009.
AUTORIA: DEPUTADO QUINTO DE SANTA RITA

Reconhece de Utilidade Pública a Associação Pro Dia Nacer Feliz, localizada no Município de Santa Rita, neste Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:
Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica reconhecida de Utilidade Pública a Associação Pro Dia Nacer Feliz, localizada no Município de Santa Rita, neste Estado.
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 24 de setembro de 2009; 121ª da Proclamação da República.

JOSE TARGINO MARANHÃO
Governador

LEI Nº 8.907 DE 24 DE SETEMBRO DE 2009.
AUTORIA: DEPUTADO DUNGA JÚNIOR

Reconhece de Utilidade Pública a Associação Comunitária de São José, localizada no Município de Juazeirinho, neste Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:
Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica reconhecido de Utilidade Pública a Associação Comunitária de São José, localizada no Município de Juazeirinho, neste Estado.
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 24 de setembro de 2009; 121ª da Proclamação da República.

JOSE TARGINO MARANHÃO
Governador

Atos do Poder Executivo

Ato Governamental nº 8.276 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

RESOLVE nomear ALZIRA MARIA DE AQUINO RIBEIRO para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente de Gabinete III, Símbolo CSE-2, com exercício na Secretaria de Estado da Educação e Cultura.

Ato Governamental nº 8.277 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

RESOLVE nomear LUCI BRITO RAMOS para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente Administrativo III, Símbolo CSE-4, com exercício na Secretaria de Estado da Administração.

Ato Governamental nº 8.278 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

RESOLVE nomear JANECELY SILVA DE ARAÚJO para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente Administrativo III, Símbolo CSE-4, com exercício na Secretaria de Estado da Administração.

Ato Governamental nº 8.279 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

RESOLVE nomear LUCRESIA MEIRELES DE ARAÚJO BEZERRA para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente Administrativo III, Símbolo CSE-4, com exercício na Secretaria de Estado da Administração.

Ato Governamental nº 8.280 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

RESOLVE nomear MARIA CÉLIA LEITE BEZERRA para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente Administrativo III, Símbolo CSE-4, com exercício na Secretaria de Estado da Administração.

Ato Governamental nº 8.281 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que

lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

RESOLVE nomear MARCILENE DE LIMA SANTOS GOMES para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente Administrativo III, Símbolo CSE-4, com exercício na Secretaria de Estado da Saúde.

Ato Governamental nº 8.282 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

RESOLVE nomear MARCOS THOMAZ MAGALHÃES para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente Administrativo III, Símbolo CSE-4, com exercício na Secretaria de Estado da Comunicação Institucional.

Ato Governamental nº 8.283 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

RESOLVE nomear EMERSON DA SILVA GUEDES para ocupar o cargo de provimento em comissão de Agente Condutor de Veículos II, Símbolo CSE-2, com exercício na Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão.

Ato Governamental nº 8.284 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

RESOLVE nomear JOSICÉLIA BRITO DE AQUINO para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente Administrativo III, Símbolo CSE-4, com exercício na Secretaria de Estado da Comunicação Institucional.

Ato Governamental nº 8.285 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

RESOLVE nomear THIAGO RAONY DA SILVA RAPOSO para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente Técnico III, Símbolo CSE-4, com exercício na Secretaria de Estado das Finanças.

Ato Governamental nº 8.286 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

RESOLVE nomear ISAAC VENERANDO PEREIRA DE LIMA para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente Administrativo III, Símbolo CSE-4, com exercício na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano.

Ato Governamental nº 8.287 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

RESOLVE nomear CARLOS ANTONIO DE SOUSA para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente Administrativo III, Símbolo CSE-4, com exercício na Secretaria de Estado da Infra-Estrutura.

Ato Governamental nº 8.288 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

RESOLVE nomear MORIB MACEDO para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente Administrativo III, Símbolo CSE-4, com exercício na Secretaria de Estado da Infra-Estrutura.

Ato Governamental nº 8.289 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86 da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 6º do Estatuto da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba - FAPESQ, aprovado pelo Decreto nº 19.520, de 16 de fevereiro de 1998,

RESOLVE nomear, para integrar o Conselho Fiscal da FAPESQ, por um mandato de 03 (três) anos, os seguintes membros:

I - Representantes da Controladoria Geral do Estado-CGE:
Titular: John Kennedy Ferreira
Suplente: Maria do Socorro Nunes de Almeida

II - Representantes da Secretaria de Estado da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Ciência e Tecnologia - SEMARH:

Titular: Eloízio Henriquez Henriques Dantas
Suplente: Terezinha Sarmiento Batista Soares

III - Representantes da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba - FAPESQ:

Titular: Emília Rachel Falconi Cavalcante Arruda
Suplente: Maria Deusevania do Nascimento



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que a Associação Comunitária São José da comunidade São José de Juazeirinho é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos e presta um grande trabalho social em nosso município independente de cor, sexo, religião, poder econômico e não tem nenhum vínculo político partidário, é reconhecida de utilidade pública municipal através da Lei nº 462/2007 de 24 de novembro de 2006 e estadual através da Lei Nº 8.907 de 24 de setembro de 2009 pelos relevantes serviços prestados a comunidade e nenhum dos seus diretores fazem parte do quadro administrativo do deste município.

Juazeirinho 14 de Setembro de 2012

JUAZEIRINHO CARTÓRIO DO
REGISTRO DE IMÓVEIS
Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, 02
Centro - Juazeirinho - Paraíba

AUTENTICO ESTA FOTOCÓPIA,
REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL
DOU FÉ.
JUAZEIRINHO, 14 DE setembro DE 2012

Fernanda Freire de Araújo
Tabelião Público



Bevilacqua Matias Maracajá
Bevilacqua Matias Maracajá
Prefeito Constitucional



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

DECLARAÇÃO

Declaro que a Associação Comunitária São José da comunidade de São José da cidade de Juazeirinho Estado da Paraíba, é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos e prestam relevantes serviços a comunidade, sem distinção de sexo, cor, religião e não tem nenhum vínculo político partidário, inclusive é reconhecida de utilidade pública municipal pela Lei nº 462/2007 de 24 de novembro de 2006 e pela Lei Estadual Lei Nº 8.907 de 24 de setembro de 2009, pelos relevantes serviços prestados a comunidade.

Juazeirinho, 17 de Agosto de 2012.

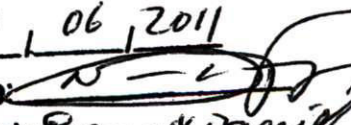
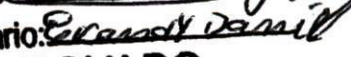
JUAZEIRINHO CARTÓRIO DO
REGISTRO DE IMÓVEIS
Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, 02
Centro - Juazeirinho - Paraíba
AUTENTICO ESTA FOTOCÓPIA,
REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL
DOU FÉ.
JUAZEIRINHO, 14 DE Setembro DE 2012

F. Araújo
Tabelião Público

FERNANDA FREIRE DE ARAÚJO
ESCRIVÃ E OFICIAL DO
REGISTRO DE IMÓVEIS SUBST.
JUAZEIRINHO - PARAIBA

Frederico Antônio Raulino de Oliveira
Frederico Antônio Raulino de Oliveira
Ex-Prefeito Constitucional de Juazeirinho Paraíba



Data: 09 / 06 / 2011
Presidente: 
1º Secretário: 
APROVADO
UNANIMIDADE

Câmara Municipal de Juazeirinho Paraíba
"CASA JOSE COSME DE OLIVEIRA"

Requerimento nº /2011

em, 09 de junho de 2011

Assunto: **Moção de Aplauso.**

REQUERENTE: VEREADOR FERNANDO DE MEDEIROS CADETE



Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal, Requeiro à Mesa Diretora após o cumprimento das formalidades regimentais, que seja realizado o seguinte pedido de providencia.

1. Que seja votada uma moção de aplauso pela passagem do aniversário de 10 (dez) anos de funcionamento da **Rádio Comunitária Juazeiro FM prefixo 87,9** da nossa Cidade.

JUSTIFICATIVA

A **Rádio Comunitária Juazeiro FM prefixo 87,9** de nossa cidade, pertencente a "**Associação Comunitária São José**", tem prestado um serviço de inigualável valor na área de radiodifusão à nossa comunidade, pois como todos nós sabemos, ela é a única da nossa cidade e além de tudo é comunitária, o que faz com que todos tenham acesso a ela, independente de cores políticas, religião, cor da pele, poder econômico etc. Não é por acaso que a referida Rádio Comunitária, foi reconhecida como sendo de **utilidade pública municipal** através da **Lei Municipal Nº 462/2007** de 24 de novembro de 2006 e a **Associação Comunitária São José** como sendo de **utilidade pública Estadual** através da **Lei Nº 8.907** de 24 de setembro de 2009.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Juazeirinho, em 09 de junho de 2011.

**JUAZEIRINHO CARTÓRIO DO
REGISTRO DE IMÓVEIS**
Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, 02
Centro - Juazeirinho - Paraíba


**AUTENTICO ESTA FOTOCÓPIA,
REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL
DOU FÉ.**

JUAZEIRINHO, 12 DE SETEMBRO DE 2012.

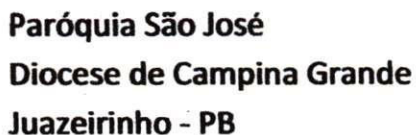

Tabelião Público


**FERNANDO DE MEDEIROS CADÊTE
VEREADOR**



R. H. em 09/06/2011


FERNANDA FREIRE DE ARAÚJO
ESCRIVÃ E OFICIAL DO
REGISTRO DE IMÓVEIS SUBST.
JUAZEIRINHO - PARAÍBA



Declaro que a Associação São José de Juazeirinho – PB é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos e presta serviços sociais em nosso município e não mantém vínculo político, trabalhando em prol das famílias carentes, construindo casas em mutirão, ensinando música a jovens e adolescentes através da sua filarmônica São José e da sua Rádio Comunitária Juazeiro FM que fazem parte das tradições culturais e religiosas do nosso município. A igreja católica dispõe de 9 horas de programação por semana nesta emissora. Assim consegue atender a um grande publico com as noticias a respeito da caminhada pastoral e a evangelização.



Padre João Jorge Rietveld

Vigário da paróquia de São José

**JUAZEIRINHO CARTÓRIO DO
REGISTRO DE IMÓVEIS**

Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, 02
Centro - Juazeirinho - Paraíba

AUTENTICO ESTA FOTOCÓPIA,
REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL
DOU FÉ.

JUAZEIRINHO, 13 DE Setembro 2019

Tabela 2 Públicas



Juazeirinho, 11 de setembro de 2012

Rua Ver. Paulo Cosme de Oliveira, 01 – centro – CEP 58.660-000 – CNPJ 08.704.413/0020-21 tel. (83) 3382-1308



DECLARAÇÃO

Declaro que a Associação São José de Juazeirinho - PB é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos e presta serviços sociais em nosso município e não mantém vínculo político, trabalhando em prol das famílias carentes, construindo casas em mutirão, ensinando música a jovens e adolescentes através da sua filarmônica São José e da sua Rádio Comunitária Juazeiro FM que fazem parte das tradições culturais e religiosas do nosso município. A Igreja Evangélica Pentecostal Ministério Jesus Transforma dispõe de 3 horas de programação por semana nesta emissora. Assim consegue atender a um grande público com as notícias a respeito da programação que ocorre dentro e fora da nossa instituição no que diz respeito a evangelização.


Pr. Joseilton Santos Nascimento

**JUAZEIRINHO CARTÓRIO DO
REGISTRO DE IMÓVEIS**

Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, 02
Centro - Juazeirinho - Paraíba

**AUTENTICO ESTA FOTOCÓPIA,
REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL
DOU FÉ.**

JUAZEIRINHO, 14 DE Setembro DE 2012.


Tabelião Público



Juazeirinho, 13 de setembro de 2012

Rua: Quintino Bocaiúva S/N - Centro - CEP 58.660-000 - tel: 9164 5145

Associação Comercial de Juazeirinho

Rua João Ferreira Barros s/nº - Bairro - Inácia Emídio Diniz - Juazeirinho - PB



DECLARAÇÃO

Declaro para fins que se fizer necessário, que a **Associação Comunitária São José de Juazeirinho-PB**, é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos e presta serviços sociais em nosso município e não mantém vínculo político partidário com nenhum grupo político, trabalha em prol das famílias carentes, construindo casas em regime de mutirão, ensinando música a jovens residentes em área de vulnerabilidade social através da **Filarmônica São José** e da sua **Rádio Comunitária Juazeiro FM, 87.9**, instituições que fazem partes das tradições culturais e religiosas do nosso município. Atendendo no horário de programação todos os seguimentos sociais no município sem distinção de credo, cor partidária, posição sócio econômica, de etnias, e orientação sexual.

Juazeirinho 10 de Setembro 2012

Agenor Batista de Lima
Presidente

JUAZEIRINHO CARTÓRIO DO
REGISTRO DE IMÓVEIS
Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, 02
Centro - Juazeirinho - Paraíba
AUTENTICO ESTA FOTOCÓPIA,
REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL
DOU FÉ.
JUAZEIRINHO, 14 DE Setembro DE 2012

Tabelião Público



**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
DE JUAZEIRINHO – PB CNPJ 01.635.619/0001-35
Rua: Quintino Bocaiúva, 11 Centro Juazeirinho - PB**




DECLARAÇÃO

Sindicato dos Trabalhadores
Rurais de Juazeirinho
Reconhecido em 9/12/1971

01.635.619/0001-35
Sindicato dos Trabalhadores
Rurais de Juazeirinho
Rua Quintino Bocaiúva, 11
CENTRO - CEP 58 660 - 000
JUAZEIRINHO - PB.

Declaro para fins de direito, que a associação São José da Cidade de Juazeirinho – PB é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos e mantém um serviço social em nosso município, sem distinção de sexo, cor, religião e não mantém vínculo político partidário, trabalhando sempre em prol das famílias carentes, construindo casas em regime de mutirão, ensinando música a jovens e adolescentes através da sua filarmônica São José e da sua Radio Juazeiro FM, que já fazem parte das tradições culturais do nosso município.

Sindicato dos Trabalhadores
Rurais de Juazeirinho


Claudia Luciana Cavalcante da Costa
Presidente

**JUAZEIRINHO CARTÓRIO DO
REGISTRO DE IMÓVEIS**

Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, 02
Centro - Juazeirinho - Paraíba

AUTENTICO ESTA FOTOCÓPIA,
REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL
DOU PÉ

JUAZEIRINHO, 12 DE Setembro DE 2012


Tabelião Público





EMATER-PB
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
DA PARAÍBA

Br 230 km 13,3 Cabedelo-PB E-mail ematerpb@openline.com.br



DECLARAÇÃO

Nós que fazemos a força de trabalho da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER), na Unidade Operativa de Juazeirinho. Queremos aqui reafirmar e declarar de público a importância da Rádio Juazeiro FM. Sua significância para nosso município e, principalmente no que diz respeito a prestação de serviço de utilidades públicas aos agricultores(as) familiares residentes na Área Rural. Este Canal de Informação(Juazeiro FM) tem estreitado o contato entre EMATER e AGRICULTORES(AS) através da divulgação das nossas atividades e serviços ligados as áreas agrícolas e sociais.

Atenciosamente,

Silvana de Sousa Farias - Gerente Local

Genésio R. de Queiroga - Técnico agrícola

Délio Vamberto S. Ramos - Força de trabalho

JUAZEIRINHO CARTÓRIO DO
REGISTRO DE IMÓVEIS

Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, 02
Centro - Juazeirinho - Paraíba

AUTENTICO ESTA FOTOCÓPIA,
REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL

DO FÉ
JUAZEIRINHO, 13 DE SETEMBRO DE 2012

Tabela 000000

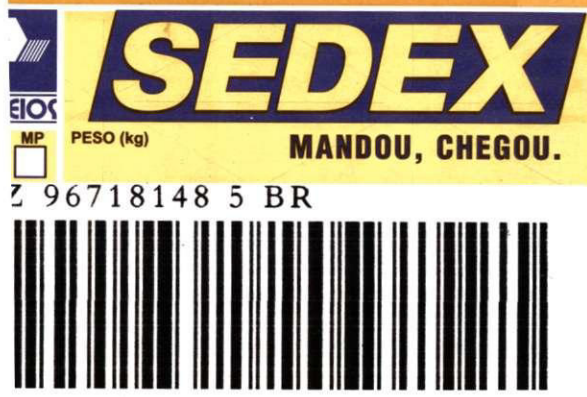
Juazeirinho-PB, 08 de Junho de 2011

EMATER-PB - UNIDADE OPERATIVA DE JUAZEIRINHO-PB

End: Praça Floriano Peixoto, 39 Centro CEP: 58660-000
Juazeirinho-PB - Tel.: (083) 3382-1382



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços
Rua dos Ministérios, Bloco R.
Anexo Ala Oeste, sala 300.
70000-000 Brasília - DF



E

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SÃO JOSÉ

Rec. Útil. Pub. Municipal. Lei Nº 003/2001. Rec. Util. Pub. Estadual. Lei 8.907

Reg., Nº 220 Livro N/B. Reg. Nº 068 Livro A/2. CNPJ. 02.488.712.000 - 27

Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 08 Centro. CEP 58.660.000. Juazeirinho PB

LDE 2 53730.000621/1998

53000.058147/11

ADREN



ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SÃO JOSÉ

Registro. Nº 220, Livro N/B Registro. Nº 068 Livro A/2

Rec. Útil. Pub. Municipal. Lei 003/2003. Rec. Util. Pub. Estadual Lei 8.907/2009

Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 8 Centro. Juazeirinho Paraíba – CEP 58.660.00

Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 08 Centro Juazeirinho PB – CNPJ. 02 488712-0001,27

Ofício nº 054/2013

Ao Coordenador-Geral de Radio Difusão Comunitária

Solicitação

Senhor Coordenador.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 069136/2013-23

SEAPA/SCE

27/11/2013-09:08

A Associação Comunitária São José, CNPJ 02.488.712.000-27, com sede na Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 08 na cidade de Juazeirinho Paraíba, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída reconhecida de utilidade pública municipal através da Lei nº 462/2007 de 24 de novembro de 2006, e de utilidade pública estadual através da Lei nº 8.907 de 24 de setembro de 2009, publicada no diário oficial do estado em 25 de setembro de 2009, devidamente autorizada conforme portaria nº 236 de 25 de abril de 2000 e Decreto legislativo nº 2.615 de 03 de Junho de 1998, publicado no Diário Oficial da União datado de 02 de maio de 2000, vem respeitosamente mais uma vez á presença de Vossa Excelência, **requerer a renovação** de outorga para o serviço de radiodifusão comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, **informar que já enviamos toda documentação** de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

A documentação foi enviada ao Departamento de Outorga e Serviços de Comunicação Eletrônica através do Ofício 023/2011 (doc. anexo) e novamente através do ofício nº 021/2012 de 20 de agosto 2012 (doc., anexo)

Diante do exposto solicitamos mais uma vez, a renovação de outorga da nossa emissora que já faz parte da tradição cultural do nosso município.

Dizer obrigado e muito pouco pedimos que Deus continue abençoando sua família, funcionários e todo governo.

Juazeirinho 19 de novembro de 2013

Antônio Batista de Lima Neto
Antônio Batista de Lima Neto

Slave
133

RADIO COMUNITARIA JUAZEIRO FM87.9
ORG; ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SÃO JOSÉ

Rec. Útil. Pub. Municipal. Lei Nº 003/2001. Rec. Util. Pub. Estadual. Lei 8.907
Reg., Nº 220 Livro N/B. Reg. Nº 068 Livro A/2. CNPJ. 02.488.712.000 - 27
Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 08 Centro. CEP 58.660.000. Juazeirinho PB

Ofício 023/11

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações

Assunto Solicitação.

Sr. Ministro

A Associação Comunitária São José, inscrita no CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27, com sede na Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 08 Centro Juazeirinho Paraíba CEP 58.660.000, entidade sem fins lucrativa, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 236 de 25 de abril de 2000 e Decreto legislativo nº 2.615 de 03 de Junho de 1998, publicado no Diário Oficial da União datado de 02 de maio de 2000, vem respeitosamente à presença de Va. Exa, requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma ° 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20,3 da Norma nº 1/ 2011 aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Diante do exposto, vimos antecipadamente solicitar os préstimos de vossa *senhoria para que possa renovar a nossa concessão por mais um período, como também autorização para a abertura da rádio passar a ser a partir das 05hs da manhã, segue documentação anexo:*

- 1 – Cópia da licença a ser vencida em 04 de setembro de 2011
- 2 - Ata de fundação da entidade
- 3 – CNPJ da entidade.
- 3 – Estatuto da entidade.
- 4 – Ata da eleição da diretoria
- 5 – Ata da eleição do conselho
- 6 – Alvará de funcionamento
- 7 – Comprovação de pagamento do (FISTEL)
- 8 – Comprovante de pagamento da (ECAD)
- 9 - Declarações dos conselheiros e outras entidades, falando da importância da nossa emissora para a comunidade.
- 10 – Grade da programação
- 11 – Lei reconhecendo de utilidade pública municipal a nossa emissora
- 12 – Lei reconhecendo de utilidade pública municipal a nossa entidade
- 13 – Lei reconhecendo de utilidade pública estadual a nossa entidade
- 14 – Diário oficial do estado com a publicação da lei reconhecendo de utilidade pública
- 15 – Diploma concedido pela “ EMPRAPA “ pela parceria

Antonio Batista de Lima Neto
Presidente



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ

Rec. Útil. Pub. Municipal. Lei Nº 003/2001. Rec. Útil. Pub. Estadual. Lei 8.907

Reg., Nº 220 Livro N/B. Reg. Nº 068 Livro A/2. CNPJ. 02.488.712.000 -27

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, Centro. CEP 58.660.000, Juazeirinho PB



Ofício 021/2112

Juazeirinho 20 de agosto de 2012

Ao Sr

João Paulo Saraiva de Andrade

Md. Coordenador- Geral de Radiodifusão Comunitária

Assunto: Informações.

Senhor Coordenador

Vimos através deste, atender o ofício enviado por vossa senhoria a esta entidade, para informar que a nossa entidade faz um trabalho social independente de cor, religião, sexo, poder econômico e não mantém nenhum vínculo político partidário com nenhum grupo em nosso município, como atesta as declarações em anexo sendo inclusive reconhecida de utilidade publica municipal através da Lei Nº 462/2007 de 24 de novembro de 2006, reconhecida de utilidade publica estadual através da Lei Nº 8.907 de 24 de setembro de 2009 publicadas no diário oficial do estado em 25 de setembro de 2009. (doc, anexo) e nenhum diretor faz parte da administração deste município conforme declaração do prefeito anexo.

Informamos que a duração do mandato da nossa entidade foi alterada para o prazo de três anos com direito a reeleição, no dia 15 de abril de 2001 (copia da ata anexo) sendo que a diretoria só veio a ser alterada em 15 de outubro conforme copia de ata anexo)

Informamos ainda que o primeiro conselho foi formado em 15 de fevereiro de 1998 quando da solicitação da concessão, renovado em 15 de março de 2004 e 10 de março de 2010 respectivamente, (copia das atas anexo)

DOCUMENTOS DA RADIO



- 1 – NOTIFICAÇÃO DA ANATEL
 - 2 – DELCRAÇÃO ----- CAMARA DE VEREADORES
 - 3 – DECLARAÇÃO ----- IGREJA CATOLICA ----- ?
 - 4 – DELARAÇÃO ----- IGREJA PENTECOSTAL ---- ?
 - 5 – DECLARAÇÃO ----- SINDICATO RURAL ----- ?
 - 6 – DECLARAÇÃO ----- PREFEITO ----- ?
 - 7 – DECLARAÇÃO ----- EX PREFEITO ----- ?
-

- 8 – DIARIO OFICIAL COM LEI ESTADUAL QUE RECONHECE A ENTIDADE DE UTILIDADE PUBLICA ESTADUAL
- 9 – LEI QUE RECONHECE DE UTILIADAE PUBLICA
- 10 – ATA DE ELEIÇÃO E AUTERIZAÇÃO DE ESTATUTO
- 11 – ALTA DA ULTIMA ELEIÇÃO
- 12 – COPIA DA ATA DO CONSELHO – 1998
- 13 – COPIA DA ATA DO CONSELHO – 2004
- 14 – COPIA DA ATA DO CONSELHO – 2010
- 15 – ESTATUTO COM SUA S ALTERAÇÕES
- 16 – OFICIO ENVIADO AO MINISTERIO E RELAÇÃO DE DOCUMENTOS
- 17 – LEI QUE RECONHECE A BANDA DEMUSICA COMO DE UTILIDADE PUBLICA, A QUAL PERTENCE A ESTA ENTIDADE

RADIO JUAZEIRO FM
PWA DR. JOSÉ FERREIRA RAMOS,
58660-000 - JUAZEIRO-MA.

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, 3ª ANDAR, 70044-900
BRASÍLIA - DF

70.044-900



REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY



PESO (WEIGHT) (kg)

0,23

JG 04459554 1 BR





RÁDIO FM BANDEIRANTES

RUA ROCHA XAVIER 2055- CEP: 79.430.000 - **BANDEIRANTES, MS.**

CNPJ N.º 02.481.041/0001-72.

TELEFONE: (067) 3261-1500

E-mail: fmbandeirantes98@yahoo.com.br

EXI REN 4



OFÍCIO RADCOM Nº 007/2.013 - 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 069239/2013-93

SEAPA/SCE

27/11/2013-14:07

Prezado Diretor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, colho do azo para solicitar de V. S^a., informações referentes ao **Processo nº 53000.055254/2012**, encaminhado manifestação de defesa através do **Ofício nº 004/2013**, recebido no MC no 14 de Março de 2013, uma vez que, até a presente data não recebemos nenhum posicionamento desta Coordenação e nem mesmo através de consulta no Site do MC, referente a defesa do processo citado acima, portanto necessitamos com uma certa urgência informações do mesmo, para que possamos dar continuidade com tranqüilidade os nossos trabalhos.

Na certeza da compreensão, com estima e considerações subscrevo-me.

Atenciosamente.

Handwritten signature of Roberto Ferreira Nunes

ROBERTO FERREIRA NUNES

Diretor Presidente

ILMO. SR.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

**COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
BRASÍLIA - DF**

*Seu
130*

Ministério das Comunicações
Fis. 00
Rubrica 00

AC BANDEIRANTES
21 NOV 2013
DRMS



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COORDENAÇÃO – GERAL DE RÁDIOFUSÃO COMUNITÁRIA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIO – BLOCO R – 3º ANDAR
70.044-900 – BRASÍLIA – DF.

 REGISTRADO URGENTE REGISTERED PRIORITY		
AR <input checked="" type="checkbox"/>	MP <input type="checkbox"/>	PESO / WEIGHT (kg) 0,038
R A 945773050 BR		

FM BANDEIRANTES

RUA JOSÉ ROCHA XAVIER – 2055 – CENTRO

79.430-000 – BANDEIRANTES-MS

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SÃO JOSÉ

Registro. Nº 220, Livro N/B Registro. Nº 068 Livro A/2

Rec. Útil. Pub. Municipal. Lei 003/2003. Rec. Util. Pub. Estadual Lei 8.907/2009

Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 8 Centro. Juazeirinho Paraíba – CEP 58.660.00

Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 08 Centro Juazeirinho PB – CNPJ. 02 488712-0001,27

Ofício nº 036/11/2013

Ao Coordenador Geral de Radio Difusão Comunitária

Ministério das Comunicações

Assunto: Solicitação.

Senhor. Coordenador

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 069194/2013-57

SEAPA/SCE

27/11/2013-11:06

A Associação Comunitária com sede na Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 08 Centro Juazeirinho Paraíba CEP 58.660.000, entidades sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizados conforme Portaria nº 236 de 25 de abril de 2000 e Decreto legislativo nº 2.615 de 03 de Junho de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 02 de maio de 2000, vem mais uma vez a presença de vossa excelência, solicitar a renovação da outorga da nossa emissora por mais um período para execução do serviço de radio difusão Comunitária em atendimento ao subitem 20;2 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União, **informamos que toda documentação solicitando esta renovação foi enviada através do ofício nº 021/2011, e ate o momento não recebemos mais informações.**

Diante do exposto vimos mais uma vez, solicitar os préstimos de vossa excelência para agilizar a renovação da nossa emissora por mais um período, como também autorização para abertura da radio passar a ser a partir das 05; 00hs.

Antecipadamente, agradecemos mais uma vez, dizer obrigado e pouco, para agradecer por isso pedimos que Deus continue abençoando toda família e esse ministério.

Juazeirinho 10 Novembro 2013

Antônio Batista de Lima Neto
Antônio Batista de Lima Neto
Presidente

Slave
133

Ministério das Comunicações
Fis. 92
Rubrica 0

CORREIO

RÁDIO COMUNITÁRIA
JUAREIRO FM
RUA Dr. José Ferreira
SALA 02 - 1º Andar

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO
ELETRÔNICA

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, 3º ANDAR

70044-900 - BRASÍLIA - DF

58147/11 - REN



ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SÃO JOSÉ

Registro. Nº 220, Livro N/B Registro. Nº 068 Livro A/2

Rec. Útil. Pub. Municipal. Lei 003/2003. Rec. Util. Pub. Estadual Lei 8.907/2009

Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 8 Centro. Juazeirinho Paraíba – CEP 58.660.00

Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 08 Centro Juazeirinho PB – CNPJ. 02 488712-0001,27

Ofício nº 053/2013

Em. Senhor. Ministro das Comunicações.

Solicitação

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 068898/2013-11

SEAPA/SCE

26/11/2013-09:48

Sr. Ministro.

A Associação Comunitária São José, CNPJ 02.488.712.000-27, com sede na Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 08 na cidade de Juazeirinho Paraíba, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída reconhecida de utilidade pública municipal através da Lei nº 462/2007 de 24 de novembro de 2006, e de utilidade pública estadual através da Lei nº 8.907 de 24 de setembro de 2009, publicada no diário oficial do estado em 25 de setembro de 2009, devidamente autorizada conforme portaria nº 236 de 25 de abril de 2000 e Decreto legislativo nº 2.615 de 03 de Junho de 1998, publicado no Diário Oficial da União datado de 02 de maio de 2000, vem respeitosamente mais uma vez á presença de Vossa Excelência, **requerer a renovação de outorga** para o serviço de radiodifusão comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, **informar que já enviamos toda documentação** de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

A documentação foi enviada ao Departamento de Outorga e Serviços de Comunicação Eletrônica através do Ofício 023/2011 (doc. anexo) e novamente através do ofício nº 021/2012 de 20 de agosto 2012 (doc., anexo)

Diante do exposto solicitamos mais uma vez, a renovação de outorga da nossa emissora que já faz parte da tradição cultural do nosso município.

Dizer obrigado e muito pouco pedimos que Deus continue abençoando sua família, funcionários e todo governo.

Juazeirinho 19 de novembro de 2013

Antônio Batista de Lima Neto

Seu
130



RADIO COMUNITARIA JUAZEIRO FM87.9
ORG; ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SÃO JOSÉ

Rec. Útil. Pub. Municipal. Lei Nº 003/2001. Rec. Util. Pub. Estadual. Lei 8.907
Reg., Nº 220 Livro N/B. Reg. Nº 068 Livro A/2. CNPJ. 02.488.712.000 - 27
Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 08 Centro. CEP 58.660.000. Juazeirinho PB

Ofício 023/11

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações
Assunto Solicitação.

Sr. Ministro

A Associação Comunitária São José, inscrita no CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27, com sede na Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 08 Centro Juazeirinho Paraíba CEP 58.660.000, entidade sem fins lucrativa, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 236 de 25 de abril de 2000 e Decreto legislativo nº 2.615 de 03 de Junho de 1998, publicado no Diário Oficial da União datado de 02 de maio de 2000, vem respeitosamente à presença de V. Exa, requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20,3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Diante do exposto, vimos antecipadamente solicitar os préstimos de vossa senhoria para que possa renovar a nossa concessão por mais um período, como também autorização para a abertura da radio passar a ser a partir das 05hs da manhã, segue documentação anexo:

- 1 – Cópia da licença a ser vencida em 04 de setembro de 2011
- 2 - Ata de fundação da entidade
- 3 – CNPJ da entidade.
- 3 – Estatuto da entidade.
- 4 – Ata da eleição da diretoria
- 5 – Ata da eleição do conselho
- 6 – Alvará de funcionamento
- 7 – Comprovação de pagamento do (FISTEL)
- 8 – Comprovante de pagamento da (ECAD)
- 9 - Declarações dos conselheiros e outras entidades, falando da importância da nossa emissora para a comunidade.
- 10 – Grade da programação
- 11 – Lei reconhecendo de utilidade pública municipal a nossa emissora
- 12 – Lei reconhecendo de utilidade pública municipal a nossa entidade
- 13 – Lei reconhecendo de utilidade pública estadual a nossa entidade
- 14 – Diário oficial do estado com a publicação da lei reconhecendo de utilidade pública
- 15 – Diploma concedido pela “ EMPRAPA “ pela parceria

Antonio Batista de Lima Neto
Presidente

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ

Rec. Útil. Pub. Municipal. Lei Nº 003/2001. Rec. Útil. Pub. Estadual. Lei 8.907/
Reg., Nº 220 Livro N/B. Reg. Nº 068 Livro A/2. CNPJ. 02.488.712.000 - 27
Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, Centro. CEP 58.660.000, Juazeirinho PB



Ofício 021/2112

Juazeirinho 20 de agosto de 2012

Ao Sr

João Paulo Saraiva de Andrade

Md. Coordenador- Geral de Radiodifusão Comunitária

Assunto: Informações.

Senhor Coordenador

Vimos através deste, atender o ofício enviado por vossa senhoria a esta entidade, para informar que a nossa entidade faz um trabalho social independente de cor, religião, sexo, poder econômico e não mantém nenhum vínculo político partidário com nenhum grupo em nosso município, como atesta as declarações em anexo sendo inclusive reconhecida de utilidade publica municipal através da Lei Nº 462/2007 de 24 de novembro de 2006, reconhecida de utilidade publica estadual através da Lei Nº 8.907 de 24 de setembro de 2009 publicadas no diário oficial do estado em 25 de setembro de 2009. (doc, anexo) e nenhum diretor faz parte da administração deste município conforme declaração do prefeito anexo.

Informamos que a duração do mandato da nossa entidade foi alterada para o prazo de três anos com direito a reeleição, no dia 15 de abril de 2001 (copia da ata anexo) sendo que a diretoria só veio a ser alterada em 15 de outubro conforme copia de ata anexo)

Informamos ainda que o primeiro conselho foi formado em 15 de fevereiro de 1998 quando da solicitação da concessão, renovado em 15 de março de 2004 e 10 de março de 2010 respectivamente, (copia das atas anexo)

DOCUMENTOS DA RADIO



- 1 – NOTIFICAÇÃO DA ANATEL
- 2 – DELCRAÇÃO ----- CAMARA DE VEREADORES
- 3 – DECLARAÇÃO ----- IGREJA CATOLICA ----- ?
- 4 – DELARAÇÃO ----- IGREJA PENTECOSTAL ---- ?
- 5 – DECLARAÇÃO ----- SIDICATO RURAL ----- ?
- 6 – DECLARAÇÃO ----- PREFEITO ----- ?
- 7 – DECLARAÇÃO ----- EX PREFEITO ----- ?

-
- 8 – DIARIO OFICIAL COM LEI ESTADUAL QUE RECONHECE A ENTIDADE DE UTILIDADE PUBLICA ESTADUAL
 - 9 – LEI QUE RECONHECE DE UTILIADAE PUBLICA
 - 10 – ATA DE ELEIÇÃO E AUTERIZAÇÃO DE ESTATUTO
 - 11 – ALTA DA ULTIMA ELEIÇÃO
 - 12 – COPIA DA ATA DO CONSELHO – 1998
 - 13 – COPIA DA ATA DO CONSELHO – 2004
 - 14 – COPIA DA ATA DO CONSELHO – 2010
 - 15 – ESTATUTO COM SUA S ALTERAÇÕES
 - 16 – OFICIO ENVIADO AO MINISTERIO E RELAÇÃO DE DOCUMENTOS
 - 17 – LEI QUE RECONHECE A BANDA DEMUSICA COMO DE UTILIDADE PUBLICA, A QUAL PERTENCE A ESTA ENTIDADE

Ao Ministério das Comunicações.
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,
Tercço, CEP. 70049-900, Brasília / DF



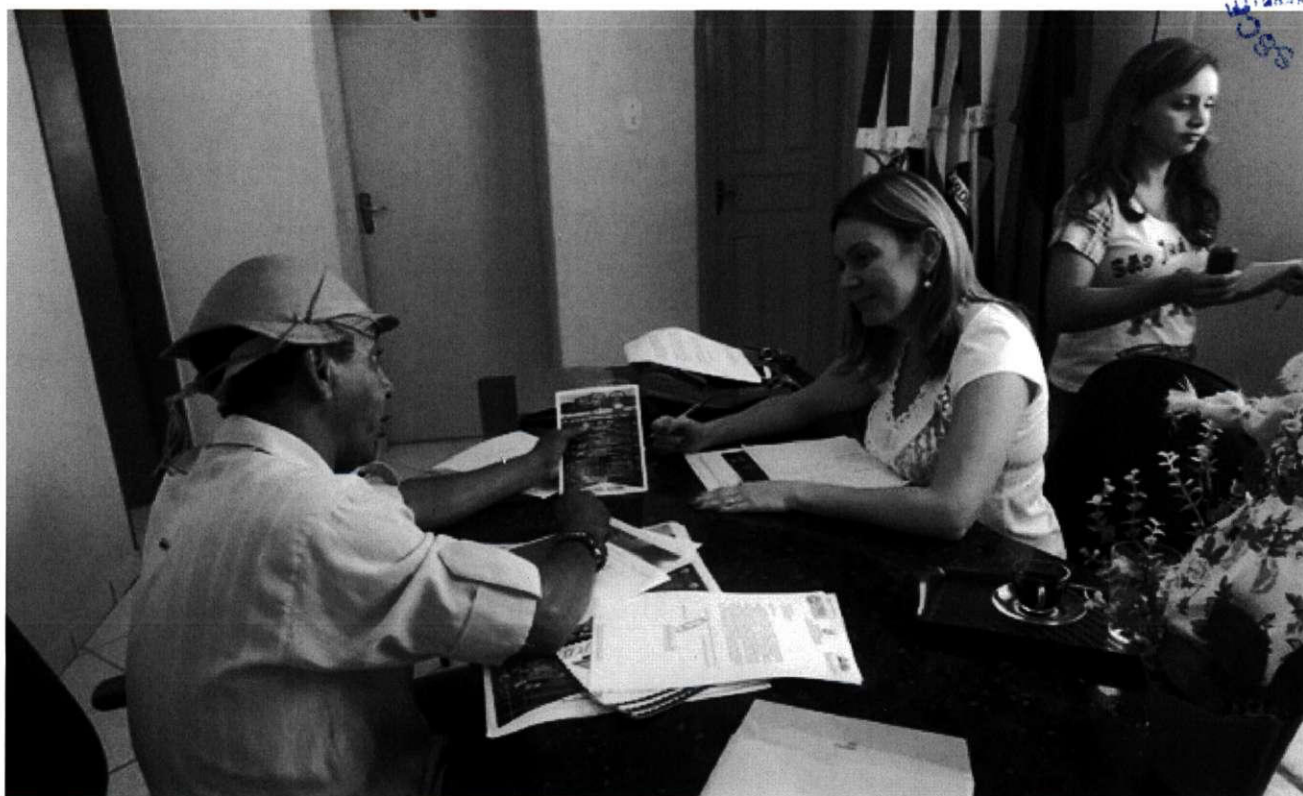
Ministério das Comunicações
Fls. 97
Rubrica

1-111

RADIO JUAZEIRO FM

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Rua Dr. José Fereira Ramos, nº 54660-000 - Juazeiro do Norte



(<http://juasecom.files.wordpress.com/2013/06/dsc02349.jpg>)

A Prefeita Municipal Carleusa Marques, despachou na manhã desta quinta-feira (06) com o **secretário Municipal de Cultura e Comunicação Antonio Batista de Lima Neto** (Toca) na pauta estavam o São Juá 2013, a Sexta Cultural, as comemorações do Centenário de fundação da Vila Joazeiro e a Mostra Cultural, o encontro aconteceu no Gabinete da Prefeita.

Acerca do São Juá, foram discutidos detalhes de extrema importância para que o evento possa acontecer com sucesso, o mesmo voltará a ser realizada na praça São José e mesmo em virtude da seca, contará com uma estrutura diferenciada, buscando representar a tradição junina, com barracas padronizadas representando a Vila Joazeiro na praça de alimentação.

Sobre o o Centenário da "Vila Juazeiro" Toca ressaltou os eventos que vem acontecendo na cidade alusivos a o Dia 04 de Novembro, como o esquento centenário.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.058147/2011 Localidade / UF: JUAZEIRINHO/PB
Entidade: ASSOC COMUNITARIA SAO JOSE
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

A entidade encaminhou os seguintes documentos:


- a) declaração de conformidade - fl. 14
- b) CNPJ - fl. 16
- c) estatuto social e alterações estatutárias - fls. 17/27
- d) ata de eleição, com mandato vencido desde 15/10/2013 (fl. 28)

Deverão ser encaminhados os seguintes documentos, que ficaram pendentes:

- a) ata de eleição dos atuais dirigentes;
- b) documentos (RG e CPF) dos novos dirigentes;
- c) último relatório do Conselho Comunitário, sobre a programação da emissora; e
- d) certidão negativa da Anatel.

OBS.: Foram encontrados indícios de vinculação político-partidária dos dirigentes. No entanto, considerando que o mandato da última diretoria se expirou em 15/10/2013, será feita nova análise quando chegarem os documentos dos novos dirigentes, a fim de se verificar se persiste a vinculação político-partidária.

É o Relatório.


Natália Froemming



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar - 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6281

Ofício nº 1406 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.

Ao(A) Senhor(a)
REPRESENTANTE LEGAL
Associação Comunitária São José
Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, Centro
58.660-000 / Juazeirinho - PB

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à Análise do Processo de Renovação nº 53000.058147/2011.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.058147/2011**, no qual esta entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Juazeirinho / PB**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **887/2014/CGRC/SCE-MC**, que solicita documentos necessários à instrução processual.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.

Atenciosamente,


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 887/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga.**

Referências: Processo de Outorga nº 53730.000621/1998.
Processo de Renovação nº 53000.058147/2011.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento para renovação da outorga concedida à **Associação Comunitária São José** para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Juazeirinho / PB**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

- I. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;
- II. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- III. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com ao subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;
- IV. CPF de todos os dirigentes; e
- V. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

53000.058147/2011/CGRC

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.

Brasília, 24 de fevereiro de 2014.



NATÁLIA FROEMMING
Chefe de Serviço

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 887/2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.058147/2011-16**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 21 de julho de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 21/07/2014, às 13:18, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0047994** e o código CRC **B57F3548**.



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 08 de agosto de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Israel Alexandre Bezerra da Silva, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 08/08/2014, às 15:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0077053** e o código CRC **4C5A987F**.

ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SÃO JOSÉ
Registro. Nº 220, Livro N/B Registro. Nº 068 Livro A/2
Rec. Útil. Pub. Municipal. Lei 003/2003. Rec. Útil. Pub. Estadual Lei 8.907/2009
Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 8: Centro. Juazeirinho Paraíba – CEP 58.660.00
CNPJ. 02 488712-0001,27

Ofício nº 010/Março/2014

Ao Coordenador Geral de Radio Difusão Comunitária
Dr. Samir Amando Granja Nobre Maia
Assunto: Solicitação.

Senhor. Coordenador

A Associação Comunitária São José com sede na Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 08 Centro Juazeirinho Paraíba CEP 58.660.000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizados conforme Portaria nº 236 de 25 de abril de 2000 e Decreto legislativo nº 2.615 de 03 de Junho de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 02 de maio de 2000, vem mais uma vez a presença de vossa excelência, requerer mais uma vez a renovação da outorga da nossa emissora por mais um período para execução do serviço de radio difusão Comunitária em atendimento ao subitem 20; 2 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Diante do exposto vimos mais uma vez, solicitar os préstimos de vossa excelência para agilizar a renovação da nossa emissora por mais um período, como também autorização para abertura da radio passar a ser a partir das 05; 00hs.

Antecipadamente, agradecemos mais uma vez, dizer obrigado e pouco, para agradecer por isso pedimos que Deus continue abençoando toda família e esse ministério.

Obs.: Segue documentação solicitada através de ofício 1406 – 2014/CGRC-MC. Informamos que esta documentação foi enviada através do ofício nº 021/2011, e ate o momento não recebemos mais informações. (doc-anexo)

Juazeirinho 20 de Março 2014


Jonh Herbet Vieira Batista
Presidente

**JUAZEIRINHO CARTÓRIO DO
REGISTRO DE IMÓVEIS**

Rua Vercador Paulo Cosme de Oliveira, 02
Centro - Juazeirinho - Paraíba

**AUTENTICO ESTA FOTOCÓPIA,
REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL
DOU FÉ**

JUAZEIRINHO, 15 DE maio DE 20 14


Tabelião Público



29-05-14



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

CORREIOS
BRASIL

AVIS CN07

SZ 96718148 5 BR

(DO OBJETO)

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

ME

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ASS. COM. SÃO JOSÉ

JUAZEIRO - FM

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

R. JOSE F RAMOS, 08

CIDADE / LOCALITÉ

JUAZEIRINHO

PB

BRASIL

58660-000

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO / ADRESSE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO R ALA DE 16300

CEP / CODE POSTAL

70047-900

CIDADE / LOCALITÉ

BRASILIA

PAÍS / PAYS

DF BRASIL

DECLARAÇÃO DE CONT. DO OBJETO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE

Chefe da Seção de Protocolo
Substituto
Maurício 01234567

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE RÉCEPTION

19/09/12

CARIMBO DE ENTREGA / BUREAU DE DESTINATION

UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU DESTINATAIRE

PB

Nº DOCUMENTO DE REGISTRO / INDICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGANIZAÇÃO DO

RUBRICA E ASSINATURA DO REPRESENTANTE / SIGNATURE DEL'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

7824/200-0

50.493-10

114 x 166 mm

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ
Registro. Nº 220, Livro N/8 Registro. Nº 068 Livro A/2
Rec. Útil. Pub. Municipal. Lei 003/2003. Rec. Útil. Pub. Estadual Lei 8.907/2009
Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 8 Centro. Juazeirinho Paraíba – CEP 58.660.00
Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 08 Centro Juazeirinho PB – CNPJ. 02.488712-0001,27

Ofício nº 053/2013

Em. Senhor. Ministro das Comunicações.

Solicitação

Sr. Ministro.

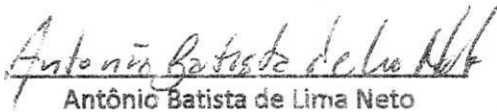
A Associação Comunitária São José, CNPJ 02.488.712.000-27, com sede na Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 08 na cidade de Juazeirinho Paraíba, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída reconhecida de utilidade pública municipal através da Lei nº 462/2007 de 24 de novembro de 2006, e de utilidade pública estadual através da Lei nº 8.907 de 24 de setembro de 2009, publicada no diário oficial do estado em 25 de setembro de 2009, devidamente autorizada conforme portaria nº 236 de 25 de abril de 2000 e Decreto legislativo nº 2.615 de 03 de Junho de 1998, publicado no Diário Oficial da União datado de 02 de maio de 2000, vem respeitosamente mais uma vez á presença de Vossa Excelência, requerer a renovação de outorga para o serviço de radiodifusão comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, informar que já enviamos toda documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

A documentação foi enviada ao Departamento de Outorga e Serviços de Comunicação Eletrônica através do Ofício 023/2011 (doc. anexo) e novamente através do ofício nº 021/2012 de 20 de agosto 2012 (doc., anexo)

Diante do exposto solicitamos mais uma vez, a renovação de outorga da nossa emissora que já faz parte da tradição cultural do nosso município.

Dizer obrigado e muito pouco pedimos que Deus continue abençoando sua família, funcionários e todo governo.

Juazeirinho 19 de novembro de 2013


Antônio Batista de Lima Neto

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SÃO JOSÉ

JUAZEIRINHO - PARAIBA

01
J. Araújo

Aos vinte e dois dias do mês de Novembro de dois mil e treze, na sede da Associação Comunitária São José. Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 08, 1º Andar. Centro, os associados da entidade reuniram-se para votar na escolha de uma nova diretoria executiva e do conselho fiscal, tendo em vista que no prazo de trinta dias da divulgação e convocação para a eleição da entidade não sendo registrada nenhuma chapa, por unanimidade foi escolhida uma chapa de conselho para um mandato de três anos de acordo com a nova redação do Artigo 4º, combinados com o Artigo 11º e 12º para um reeleição a qual ficou assim constituída: Presidente: Jonh Herbet Vieira Batista; brasileiro, solteiro, radialista residente e domiciliado a Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 02 Centro Juazeirinho Paraíba, inscrito no CPF do Ministério da fazenda sobre o numero 025.349.634.90, portador das cédula de identidade nº 1897.889. SSP-PB. Vice Presidente: Wagner Bezerra Medeiros; brasileiro, solteiro, musico residente e domiciliado a Rua Durval Diniz nº 29. Centro Juazeirinho Paraíba, inscrito no CPF do Ministério da fazenda sobre o numero 021.262.324.89, portador da cédula de identidade nº 3216.339 8. SSP-PB. 1ª Secretaria: Maria Jaine Pereira; brasileira, solteira, cabeleireira residente e domiciliada a Rua Franceline Colaço da Silva nº 55 Bairro Arnaldo Lafaiety. Juazeirinho Paraíba, inscrita no CPF. 091.611.244.60 do Ministério da fazenda sobre o numero. 3.695.632. SSP-PB. 2º Secretario. Michael Carlos de Araújo Rodrigues; brasileiro, solteiro, fotografo residente e domiciliado a Rua João Vital Guedes s/n centro Juazeirinho. Paraíba, inscrito no CPF do Ministério da fazenda sobre o numero 020.660.004.69, portador da cédula de identidade nº RG 1.952.123 – 2ª Via. SSP-PB. 1ª Tesoureira Maria do Socorro Vieira de Souza; brasileira, solteira, vendedora residente e domiciliada a Rua João Capitulino nº 51 Centro Juazeirinho Paraíba, inscrita no CPF do Ministério da fazenda sobre o numero. 071.976.434.30, portadora da cédula de identidade nº 2.192.189. SSP-PB. 2º Tesoureiro. José Renilson Guedes Dias; brasileiro, casado, motorista residente e domiciliado a Rua Quintino Boucaiuva nº 234. Centro. Juazeirinho. Paraíba, inscrito no CPF do Ministério da fazenda sobre o numero. 078.554.644.84, portador da cédula de identidade nº RG 2. 999.867. SSP-PB. Presidente do Conselho Fiscal; Rodrigo Lourenço da Silva; brasileiro, casado, vidraceiro residente e domiciliado a Rua José Felesmino s/n centro Juazeirinho. Paraíba, inscrito no CPF do Ministério da fazenda sobre o numero 097.204.254.74, portador da cédula de identidade nº RG 3 818 210. SSP-PB. Vice Presidente. Walone de Oliveira Araújo; brasileiro, solteiro, eletricista, residente e domiciliado a Rua João Capitulino nº 59 Centro Juazeirinho Paraíba. Inscrito no CPF do Ministério da fazenda sobre o numero. 088.028.344.07, portador da cédula de identidade nº RG 3 550 943. SSP-PB. Secretaria. Jarteclenia Vieira Batista; brasileira; casada, professora residente e domiciliada a Rua Quintino Boucaiuva, nº 234. Centro Juazeirinho Paraíba. Inscrita no CPF do Ministério da fazenda sobre o numero. 072.805.534.77. Portadora da cédula de identidade nº RG. 257.340.8. SSP-PB. Assessor Jurídico. José Neto Freire Rangel; brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado a Rua João Vital Guedes nº 02 centro Juazeirinho Paraíba, inscrito no CPF do Ministério da fazenda sobre o numero 218.869.464-34, portador da cédula de identidade nº 444.234. SSP-PB. Não havendo nada mais a tratar foi lavrada a presenta ata que será assinada pelos presentes a reunião.



Juazeirinho, 20 de Março de 2013

Maria Jaine Pereira
Maria Jaine Pereira

Secretária

John Herbt Vieira Batista
John Herbt Vieira Batista

Presidente

Wagner Bezerra Medeiros
Wagner Bezerra Medeiros

2º Secretário

Michael Carlos de Araújo Rodrigues
Michael Carlos de Araújo Rodrigues

2º Secretário

Maria do Socorro Vieira de Souza
Maria do Socorro Vieira de Souza

1º Tesoureiro

José Renilson Guedes Dias
José Renilson Guedes Dias

2º Tesoureiro

Rodrigo Lourenço da Silva
Rodrigo Lourenço da Silva

Presidente do Conselho Fiscal

Walone de Oliveira Araújo
Walone de Oliveira Araújo

Vice-Presidente do Conselho Fiscal

Jarteclenia Vieira Batista
Jarteclenia Vieira Batista

Secretária

José Neto Freire Rangel
José Neto Freire Rangel

OAB/PB 6.145

Em tempo: onde lê-se Juazeirinho 20 de Março de 2013, lê-se Juazeirinho 22 de Novembro de 2013.

DECLARAMOS SOB AS PENAS DA LEI QUE A PRESENTE CÓPIA É TRANSCRIÇÃO FIEL E INTEGRAL DA ATA LAVADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2013 NO LIVRO Nº 01 FOLHAS 34V E 35, DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ DE JUAZEIRINHO PARANÁ

JOHN HERBT VIEIRA BATISTA





ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO DO OFÍCIO ÚNICO DA COMARCA DE JUAZEIRINHO
Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, nº 02, Centro – Fone: 3382-1195

03
Fernando

**Fernanda Freire de Araújo, Oficial do Registro de
Títulos e Documentos da Comarca de Juazeirinho,
Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc.**

CERTIDÃO

Certifico, que a presente **Ata da Reunião Ordinária da Associação Comunitária São José Juazeirinho - Paraíba, realizada em 22/11/2013**, foi devidamente registrada neste Cartório, sob nº 1.535, às fls. 44/44v, do Livro nº A-6, na data supra. O referido é verdade; dou fé.

Em testemunho (F.F.A.) da verdade

Juazeirinho, 23 de maio de 2014.

Fernanda Freire de Araújo
Fernanda Freire de Araújo
Oficial do R. de Títulos e Documentos.

EMOLUMENTOS: R\$ 37,46
FARPEN: R\$ 2,94
F.E.P. J: R\$ 1,12



09.370.362/0001-49
JUAZEIRINHO CARTÓRIO DO
REGISTRO DE IMÓVEIS
Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, 02
CENTRO - CEP 58660-000
JUAZEIRINHO - PB

ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SÃO JOSÉ
Registro. Nº 220, Livro N/B Registro. Nº 068 Livro A/2
Rec. Útil. Pub. Municipal. Lei 003/2003. Rec. Util. Pub. Estadual Lei 8.907/2009
Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 8. Centro. Juazeirinho Paraíba – CEP 58.660.00
CNPJ. 02 488712-0001,27

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de direito, que os diretores desta entidade, são brasileiros, de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Como determina a legislação de radiodifusão comunitária. (doc. Anexo)

Juazeirinho 22 de Março de 2014.


John Herbert Vieira Batista
Presidente

JUAZEIRINHO CARTÓRIO DO
REGISTRO DE IMÓVEIS
Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, 02
Centro - Juazeirinho - Paraíba
AUTENTICO ESTA FOTOCÓPIA,
REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL
DOU FÉ.
JUAZEIRINHO, 15 de maio DE 2014


Tabelião Público



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.897.889 DATA DE EXPEDIÇÃO 16.06.1993

NOME JONH HERBT VIEIRA BATISTA
Antonio Batista de Lima Neto

FILIAÇÃO Josilene Vieira Batista
Juazeirinho-PB. 22.06.1975
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC ORIGE Cert. Nasc. nº 2.348. Fls. 33. Liv. 3-A, Cart. Juazeirinho-PB.

CPF João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR
ALEXANDRE LUIZ DE CARVALHO
LEI Nº 116 DE 29/08/95

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DI/P.70
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Jonh Herbt Vieira Batista
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura
JONH HERBT VIEIRA BATISTA
JONH HERBT VIEIRA BATISTA

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
Emitido em: 24/08/95

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
JONH HERBT VIEIRA BATISTA

Nº de Inscrição
025349634-90

Data do Nascimento
22/06/75



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Jonh Herbt Vieira Batista
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
JONH HERBT VIEIRA BATISTA

DATA DE NASCIMENTO 22/06/1975 Nº INSCRIÇÃO 0184 5548 1244 ZONA 056 SEÇÃO 0056

MUNICÍPIO / UF
JUAZEIRINHO/PB DATA DE EMISSÃO 23/08/2005

JUIZ ELEITORAL
Des. Luiz Silvio Ramalho Junior
Presidente do TRE-PB

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

PIS
PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

Número de Identificação do Trabalhador
127.44026.44-3 CAD. NOVO

Nome do trabalhador
JONH HERBT VIEIRA BATISTA

Nome da mãe
JOSILENE VIEIRA BATISTA

Data de nascimento 22/06/1975 Carteira de trabalho Número 0000834 Série 00019 UF PB Código banco/agência 104/0036-6

Endereço da agência
RUA MIGUEL COUTO, 221

CNPJ/CEI DO EMPREGADOR 09613308/0001-87 Data do cadastramento 29/06/2001

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

PIS
PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

Número de Identificação do Trabalhador
127.44026.44-3 CAD. NOVO

Nome do trabalhador
JONH HERBT VIEIRA BATISTA

Nome da mãe
JOSILENE VIEIRA BATISTA

Data de nascimento 22/06/1975 Carteira de trabalho Número 0000834 Série 00019 UF PB Código banco/agência 104/0036-6

Endereço da agência
RUA MIGUEL COUTO, 221

CNPJ/CEI DO EMPREGADOR 09613308/0001-87 Data do cadastramento 29/06/2001

Presidente

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P 900




Wagner Bezerra Medeiros

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de inscrição

071.262.324-89

Nome

WAGNER BEZERRA MEDEIROS

Nascimento

27/10/1985

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3163398

DATA DE EXPEDIÇÃO 01 OUT 2003

NOME WAGNER BEZERRA MEDEIROS

João Bezerra

PLIAÇÃO Lusía Medeiros Bezerra

Juazeirinho-PB 27.10.1985

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert. Nasc. Nº 9.058 Fls 212 Livro

DOC ORIGEM A-8 Cert. de Juazeirinho-PB

CPF

JOÃO PESSOA - PB

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/09/83

10 VACINADO

BRASIL LIVRE DA RAÍZOLA

Cartão de uso pessoal e intransferível.

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão Outubro/2004

CORREIOS

www.correios.com.br

Banda de Moisés

Vice-Presidente

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

V-02
P-234





Michael Carlos de Araujo Rodrigues

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.952.123- 2 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 20/07/2011

NOME
MICHAEL CARLOS DE ARAUJO RODRIGUES

FILIAÇÃO
LUIS RODRIGUES NUNES
ANTONIA AURORA DE ARAUJO

NATURALIDADE JUAZEIRINHO-PB DATA DE NASCIMENTO 11/03/1975

DOC ORIGEM
NASC.N.18.449 FLS.V-110 LIV.A-34
CARTORIO JUAZEIRINHO-PB

CPF 020.660.004-69

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/89

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO



ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
MICHAEL CARLOS DE ARAUJO RODRIGUES

DATA DE NASCIMENTO 11/03/1975 Nº INSCRIÇÃO 0158 2321 1201 D.V. ZONA 056 SEÇÃO 0049

MUNICÍPIO / UF JUAZEIRINHO/PB DATA DE EMISSÃO 14/07/2011

JUIZ ELEITORAL

Des. Manoel Soares Monteiro

Presidente do TRE-PB

CÓDIGO DE CONTROLE
DB79.4A1A.72BB.469C

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 15:01:25 do dia 22/08/2011 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00

MINISTÉRIO DA FAZENDA

 Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
020.660.004-69

Nome
MICHAEL CARLOS DE ARAUJO RODRIGUES

Nascimento
11/03/1975

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

2º Secretário

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DI/P.70

Maria do Socorro Vieira de Souza
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2192189 DATA DE EXPEDIÇÃO 17 ABR 1995

NOME MARIA DO SOCORRO VIEIRA DE SOUZA

Genival de Souza

FILIAÇÃO Francisca Vieira de Souza

Juazeirinho-PB. 20.04.1970
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC ORIGEM Cert. Nasc. nº 15.224.Fls. 03.Liv 31-A, Cart. Juazeirinho-PB.

CPF

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR

LEIN 7.116 DE 29/08/88

BRASIL
L.V.P.F.
DA RUBICA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição

071.976.434-30

Nome
MARIA DO SOCORRO VIEIRA DE SOUZA

Nascimento
20/04/1970

1ª Tesoureira

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA-CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DI/P. 70

70 ANIVERSÁRIO
BRASIL
LIVRE
15 de Novembro

Assinatura do Titular: *Jose Renilson Guedes Dias*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.999.867 DATA DE EXPEDIÇÃO 27.06.2002

NOME JOSE RENILSON GUEDES DIAS

FILIAÇÃO Rivaldo Martiniano Dias

Maria Gelza Guedes Dias

João Pessoa-PB. 10.05.1985

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC ORIGEM Cert. Nasc. 8.745. Fls. 134. Liv. A-

8. Cart. Juazeirinho-PB.

CPF

João Pessoa

ASSINATURA DO DIRETOR

DIR. SEPTOR DE IDENTIFICAÇÃO

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

078.554.644-84

Nome

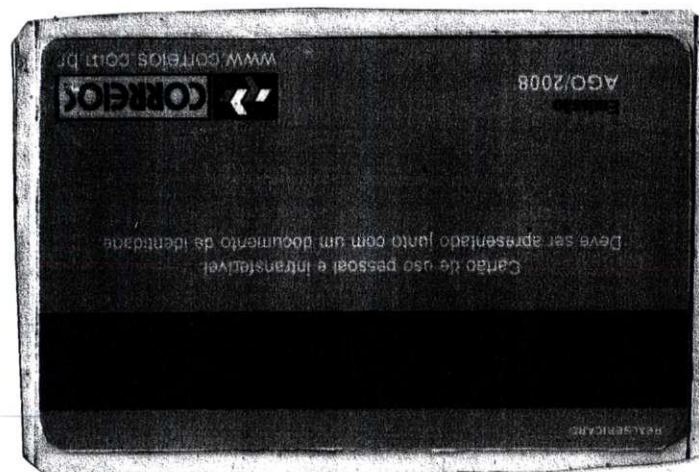
JOSE RENILSON GUEDES DIAS

Nascimento

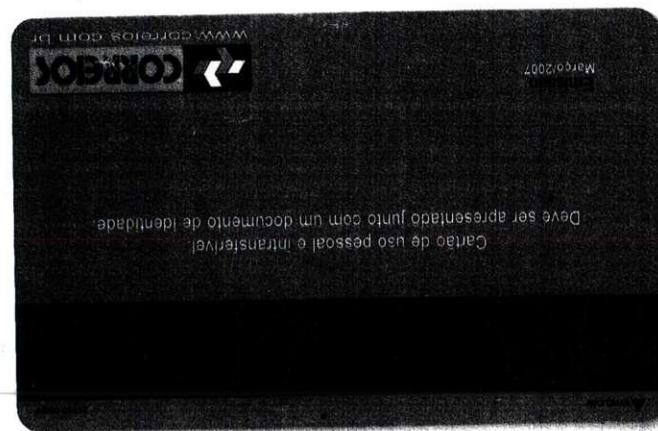
10/05/1985

2º Tesoureiro

Presidente do Conselho Fiscal



Vice Presidente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DI P.011

Jarteclenia Vieira Batista

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2573404

DATA DE EXPEDIÇÃO 15 JUL. 1998

NOME JARTECLENIA VIEIRA BATISTA

FILIAÇÃO Antonio Batista de Lima Neto

Josilene Vieira Batista

Juazeirinho-PB 16.08.1979

Cert. Nasc. 4154, Fls. 186, Liv. A. 04,

Cart. de Juazeirinho-PB

CPF

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

25/02/13

Comprovante de In



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

072.405.534-77

Nome

JARTECLENIA VIEIRA BATISTA

Nascimento

16/08/1979

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

Secretaria do Conselho Fiscal

ATENÇÃO:

OS BOLETOS DEVEM SER PAGOS EM SEPARADO, POIS CADA CÓDIGO DE BARRA É ESPECÍFICO A UM TRIBUTO
O VALOR PAGO COM CÓDIGO INCORRETO PERMANECERÁ PENDENTE DE QUITAÇÃO.

1. INFORMAÇÕES

Rádiodifusão Comunitária - Código - 231
- Quantidade de estações referente ao ano 2012:
A-TODOS OS TIPOS DE ESTACAO - 1

Referência: PB - Juazeirinho

2. MENSAGEM

TERM 000451 AGENTE 700226 AUTE 05895
COBAN:52875 LOJA:0001 PDV:000451
27/03/2013 BANCO DO BRASIL 08:39:19
222487501 CORRESPONDENTE BANCARIO 0030

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

=====

AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNI

001936723405001132645920026152166

56540000001000

NR. DOCUMENTO 10.451

DATA DO PAGAMENTO 27/03/2013

VLR DOCUMENTO 10,00

VALOR COBRADO 10,00

=====

NR.AUTENTICACAO C.76B.EE5.6AB.87A.C37

VIA DO CLIENTE

PAG FACIL

TERM 000451 AGENTE 700226 AUTE 05895

COBAN:52875 LOJA:0001 PDV:000451

27/03/2013 BANCO DO BRASIL 08:39:06

222487501 CORRESPONDENTE BANCARIO 0027

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

=====

FISTEL - TX DE FISCALIZ E FUNC

001945697945001132641920025852114

56540000006600

NR. DOCUMENTO 10.451

DATA DO PAGAMENTO 27/03/2013

VLR DOCUMENTO 66,00

VALOR COBRADO 66,00

=====

NR.AUTENTICACAO 9.5F1.073.D74.57F.4C4

VIA DO CLIENTE

PAG FACIL



|||||
 ASSOCIACAO COMUNITARIA DA COMUNIDADE SAO JOSE
 RUA DOUTOR JOSE FERREIRA RAMOS 1º ANDAR n° s/n
 CENTRO
 Juazeirinho - PB
 58660-000

Data de Postagem: 18/03/2013

www.pagfacil.com.br



www.pagfacil.com.br



www.pagfacil.com.br



ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SÃO JOSÉ
Registro. Nº 220, Livro N/B Registro. Nº 068 Livro A/2
Rec. Útil. Pub. Municipal. Lei 003/2003. Rec. Util. Pub. Estadual Lei 8.907/2009
Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 8. Centro. Juazeirinho Paraíba – CEP 58.660.00
CNPJ. 02 488712-0001,27

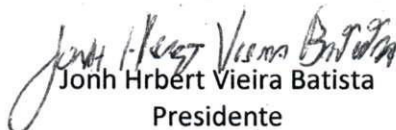
Ofício nº 010/Abril/2014
Ao Coordenador Geral de Radio Difusão Comunitária
Dr. Samir Amando Granja Nobre Maia
Assunto: Solicitação.

Senhor. Coordenador

Nós que fazemos a Associação Comunitária São José, vimos mais uma vez através deste, comunicar a vossa senhoria que a nossa emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Respeitosamente


Juazeirinho 20 de Março de 2014


Jonh Hrbert Vieira Batista
Presidente

**JUAZEIRINHO CARTÓRIO DO
REGISTRO DE IMÓVEIS**
Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, 02
Centro - Juazeirinho - Paraíba

**AUTENTICO ESTA FOTOCÓPIA,
REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL
DOU FÉ.**

JUAZEIRINHO, 15 DE maio DE 2014


Tabélla Pública



DECLARAÇÃO

Nós que fazemos parte do Conselho Comunitário, legalmente constituído com o objetivo de fazer o acompanhamento da grade de programação da Radio Comunitária Juazeiro FM, constatamos que a programação da emissora, tem atingido os objetivos estabelecimentos por lei.

Juazeirinho 20 de Março de 2014.

R. José P. R. R. R.

Paróquia São José de Juazeirinho.

Marcia Reis de Lima

Sociedade São Vicente de Paulo.

Jonny Lourenques Vieira Batista

Associação Musical e Cultural

Maestro Alfredo Macena de Andrade

Apurim Batista de Lima

Associação Comercial de Juazeirinho

Rosa Maria da Silva

ONG. Juazeiro Centenário

Josefa Silva dos Santos

Casa da Cultura Joana Gago

Wagner da Silva

Igreja Evangélica Assembleia de Deus

1ª Igreja Batista

JUAZEIRINHO CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS

Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, 02
Centro - Juazeirinho - Paraíba

AUTENTICO ESTA FOTOCÓPIA,
REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL
DOU FÉ.

JUAZEIRINHO, 15 DE maio DE 2014

F. Freire de Araújo
Tabelião Público



ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SÃO JOSÉ
Registro. Nº 220, Livro N/B Registro. Nº 068 Livro A/2
Rec. Útil. Pub. Municipal. Lei 003/2003. Rec. Util. Pub. Estadual Lei 8.907/2009
Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 8. Centro. Juazeirinho Paraíba – CEP 58.660.00
CNPJ. 02 488712-0001,27

Ofício nº 010/Abril/2014
Ao Coordenador Geral de Radio Difusão Comunitária
Dr. Samir Amando Granja Nobre Maia
Assunto: Solicitação.

Senhor Coordenador

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentado no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

Respeitosamente.

Juazeirinho 20 de Março de 2014


Jonh Herbert Vieira Batista
Presidente

JUAZEIRINHO CARTÓRIO DO
REGISTRO DE IMÓVEIS
Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, 02
Centro - Juazeirinho - Paraíba
AUTENTICO ESTA FOTOCÓPIA,
REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL
DOU RE
JUAZEIRINHO, 15 DE maio DE 20 14


Tabela Pública



ATA DA FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE SÃO JOSÉ – JUAZEIRINHO – PB

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa e sete, na sede do "Grupo de Jovem Amém", a comunidade São José se reuniu para fundar a sua associação de moradores, cuja finalidade e objetivos é representar esta comunidade junto as autoridades, levando suas reivindicações e apresentando sugestões diante das necessidades básicas dos seus associados.

Depois da explanação de alguns moradores os quais falaram dos objetivos e da importância de uma associação de moradores para uma comunidade foi aprovada por unanimidade a fundação da Associação Comunitária São José, entidade civil, autônoma, sem fins lucrativos, oriunda da mobilização espontânea dos comunitários, de duração indeterminada com sede e foro na cidade de Juazeirinho – Pb, sendo aclamada por unanimidade uma diretoria com um prazo de dois anos de mandato, ficando assim constituída:

PRESIDENTE: Antonio Batista de Lima Neto;
VICE-PRESIDENTE: Márcia Rosângela Rodrigues dos Santos;
1.º SECRETÁRIA: Cassia Valéria da Silva;
2.º SECRETÁRIA: Genivaldo Gonçalves Diniz;
1.º TESOUREIRO: Francisca da Silva Trajano;
2.º TESOUREIRA: Terezinha Araújo de Souza;
PRES. DO CONSELHO FISCAL: Francisco Xavier da Silva;
SECRETÁRIO: Francisco Luiz de Araújo;
TESOUREIRA: Gizeida Trajano da Silva

Após aclamação da diretoria da nova Associação Comunitária São José pelo prazo de dois anos, foi rezado um pai Nosso por todos que se encontravam presente a reunião, e pelo êxito e desenvolvimento da referida Associação, diante das responsabilidades e compromisso de trabalhar em benefício dos seus associados.

Não havendo nada mais a tratar foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por todos os moradores da comunidade São José os quais encontravam-se presente a reunião.

Juazeirinho – Pb, 22 de Novembro de 1997.

Antonio Batista de Lima Neto
Antonio Batista de Lima Neto
Secretário da reunião

02
Fevereiro

**ATA DA REUNIÃO EXTRAONARIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SÃO
JOSE DA CIDADE DE JUAZEIRINHO, PARAIBA**

Aos cinco dias do mês de abril de 2011 as 19hs, na sede da Banda de Música São José situada na Rua Quintino Boucaiuva Nº 39, O Presidente da entidade Antonio Batista de Lima Neto, reuniu os associados para debater a seguinte pauta:

1. Alteração do Estatuto.

Em atendimento ao ofício nº 1404 recebido por esta entidade em 31 de março de 2011, enviado pelo ministério das comunicações para cumpri o que determina o art. 4º da lei nº 9.618, de 1998 que estabelecem a formação, composição e objetivos do conselho comunitário fica assim alterado o nosso estatuto no seu Capítulo V, art. 6.º Fica instituído o Conselho Comunitário da Radio Comunitária Juazeiro FM 89.9 com as seguintes funções, e o art. 4º do Capítulo II

a – O Conselho Comunitário será formado por no mínimo cinco representantes de entidades da comunidade atendida, tais como: associações de classe, beneméritas religiosas ou de moradores, legalmente constituídas com o objetivo de fazer o acompanhamento da programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da lei n.º 9.612 de 1998

b - O Conselho Comunitário deverá encaminhar relatório anualmente ao Ministério da Comunicações, sempre no aniversario da outorga, contendo a grade de programação e a sua avaliação se a programação tem atingido os aspectos e objetivos estabelecidos por lei.

c – A entidade deverá manter disponível e atualizado o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

d - Fica assegurado a 1/5 dos associados o direito de promover a convocação dos órgãos deliberativos a qualquer momento desde que faça através de ofício a direção da entidade com 24 horas de antecedência de acordo com as determinações dispostos no Código civil, no caso de associações, art. 59 caputs 59 e parágrafo único da Lei ° 10.406,10 de Janeiro de 2002, alterada pela Le 11.127, de 28/06/2005.

Fica alterado o art. 4º do estatuto da nossa entidade passa a ter a seguinte redação, podem associar-se a entidade pessoas sem distinção de sexo religião ou ideologia política que residam na área de atuação da entidade como também o art. 11º e 12º passando a duração do mandato para três anos com direito a reeleição.

Não havendo mais nada mais a tratar foi lavrado o presente ata que será assinada pelos associados presentes a reunião

Juazeirinho, PB 05 de abril de 2011


Maria Jaine Pereira





31/3/11

Antonio Batista de Lima Neto
Antonio Batista de Lima Neto

Declaramos, sob as penas da lei, que a presente cópia é transcrição fiel e integral da ata lavrada em data em 05 de abril de 2011, no livro nº 01 da associação Comunitária São José as fls 26 e 27.





CAPITULO V



Da sua Dissolução, Criação de Radiodifusão Comunitária e seu Conselho

Art. 5º Sendo de duração ilimitada a Associação Comunitária São José, somente será dissolvida em face de dificuldades incontornáveis mediante decisão de assembléia geral extraordinária convocada para tal fim, ocorrendo a dissolução, seus bens serão destinados a outra entidade congênere legalmente constituída.

a – A Associação Comunitária São José, tem também como objetivo prestar serviço de Radiodifusão Comunitária, operando em frequência modulada FM com baixa potência até 25 Watts de acordo com a lei Nº 9.612 de 19/02/1998 que legaliza este serviço.

b – O Serviço da Radiodifusão Comunitária tem como finalidade difusão de idéias, culturas, tradições e habito sociais, integração estímulo e lazer, utilidade pública, defesa civil, jornalístico da comunidade e capacitação do direito de cidadania.

c – Para alcançar seus objetivos e associação poderá fazer convênios empréstimos, financiamentos, como também utilizar recursos próprios de doações e contribuições, o seu patrimônio será formado por bens moveis e imóveis adquiridos por rendas inerentes a prestação de serviços próprios dos seus objetivos sociais.

d – O Conselho Comunitário será formado por no mínimo cinco representantes de entidades da comunidade atendida, tais como associações de classe, beneméritas religiosas ou de moradores, legalmente constituídas com o objetivo de fazer o acompanhamento da programação da emissora, com vistas ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. Da lei nº 9.612 de 1998

e – O Conselho Comunitário deverá encaminhar relatório anualmente ao Ministério da Comunicações, sempre no aniversário da outorga, contendo a grade de programação e a sua avaliação se a programação tem atingido os aspectos e objetivos estabelecidos por lei.

f – A Entidade deverá manter disponível e atualizado o ato que estabelece a composição do Conselho comunitário.

g – Fica assegurado a 1/5 dos associados o direito de promover a convocação dos órgãos deliberativos a qualquer momento desde que faça através de ofício a direção da entidade com 24 horas de antecedência de acordo com as determinações dispostos no art. 59 caput 59 e parágrafo único da lei 10.406.10 de Janeiro de 2002, alterada pela lei 11.127, de 28/06/2005.

Art. 4º Pode associar-se a entidade pessoas sem distinção de sexo religião ou ideologia política que residem na área de atuação da entidade

CARTÓRIO "ANTÔNIO JOAQUIM"

ÚNICO OFÍCIO DE NOTAS

AUTENTICO ESTA FOTO O L, REPRODUÇÃO
FIEL DO ORIGINAL DO L. 2. 334-0, P. CIVIL.

JUAZEIRINHO, 25 DE Abril DE 2011.

Tabella







ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO DO REGISTRO DA COMARCA DE JUAZEIRINHO
Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, 02 – Fone: 3382-1195

Fernanda Freire de Araújo, Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Juazeirinho, Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc.

CERTIDÃO

Certifico, que a presente **Ata da Reunião Extraordinária da Associação Comunitária São José da Cidade de Juazeirinho - Paraíba, Alteração do Estatuto, realizada em 05/04/2011**, foi devidamente registrada neste Cartório, sob nº. Av-068, às fls. 07v/08v, do Livro nº. A-2, na data supra. O referido é verdade; dou fé.

Em testemunho (F.F.A.) da verdade

Juazeirinho, 27 de abril de 2011.

Fernanda Freire de Araújo
Fernanda Freire de Araújo
Oficial do R. de Imóveis.



09370362/0001-49

JUAZEIRINHO CARTÓRIO DO
REGISTRO DE IMÓVEIS
Rua Marechal Deodoro, 68
Centro - CEP 58.660-000
Juazeirinho - PB.



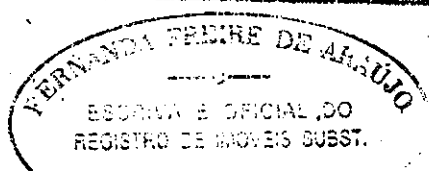
**ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA SÃO
JOSÉ**

JUAZEIRINHO

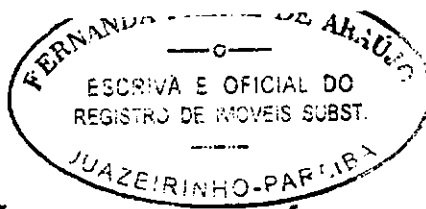
PARAIBA

ESTATUTO

FUNDADA EM: 22 de Novembro de 1997.







ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ

ESTATUTO

CAPITULO I DA DENOMINAÇÃO SEDE DURAÇÃO E OBJETIVO.

Art. 1º - A Associação Comunitária da comunidade São José, fundada em 22 de Novembro de 1997, é uma Sociedade Civil Autônoma sem fins lucrativos, oriunda da mobilização espontânea dos comunitários, de duração indeterminada, com sede e Fórum na Comarca de Juazeirinho - Pb. Reger-se-á pelo presente Estatuto.

Art. 2º - A área de atuação da Associação compreende toda comunidade São José.

Art. 3º - Constituem objetivo da Associação:

A- Promover o desenvolvimento sócio - econômico da comunidade através da integração de seus habitantes sem distinção de sexo, raça, credo religioso, convicções políticas ideológicas ou partidárias.

B- Fazer reivindicações aos poderes públicos em favor da comunidade.

C- Executar serviço de Radiodifusão comunitária objetivando atender a toda comunidade, com vistas a:

I - Dar oportunidade a difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais, oferecendo mecanismos a formação e integração da comunidade estimulando o lazer, a cultura e o convívio social.

II - Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil sempre que necessário, contribuir para o aperfeiçoamento nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas de conformidade com a legislação vigente.

III - Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível, dando, preferencias a finalidades educativas artísticas e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade de acordo com a Lei 9.612 - 98 e Decreto 2.615 / 98 que rege este serviço.

D - Proporcionar aos associados cursos de formação, atividades culturais e esportivas, visando a conscientização dos seus direitos e deveres para o exercício pleno da cidadania.

CAR. ORIO ANTÔNIO JOAQUIM

ÚNICO DEFIÇO DE NOTAS

AUTENTICO ESTA FOLHA ORIO. REPRODUÇÃO
FIEL DO ORIGINAL FOLHA Nº 334-C, P. CIVIL

JUAZEIRINHO, 26 DE Abril DE 2011.

Tabela





CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

Art. 4º - Podem associar-se a associação homens, mulheres e jovens que residem ou trabalhem na área de atuação da associação admitidos pela diretoria executiva, referendada pela assembléia geral.

Art. 5º - São direitos dos associados:

A - votar e ser votado;

B - Gozar de todas as vantagens, conquistadas e garantidas pela associação;

C - Participar de todas as reuniões e assembléias apresentando sugestões e propostas de interesse da comunidade;

D - Cumprir os Estatutos e Regimentos da Associação;

E - Requerer através de um mínimo de 20% dos associados em pleno gozo com os seus direitos, convocar Assembléia geral extraordinária, justificando o assunto a ser discutido;

F - Respeitar as decisões das assembléias gerais e da diretoria;

G - Pagar pontualmente a sua contribuição mensal determinada pela assembléia.

Art. 6º - Os serviços prestados a associação pelos associados inclusive em cargos de direção são inteiramente gratuitos, vedada a percepção de ordenados, gratificações ou recompensas a qualquer título ou protesto.

CAPÍTULO III DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 7º - A Assembléia geral é a reunião plenária de todos os associados, podendo deliberar soberanamente sobre qualquer assunto pertinente a associação, de conformidade com este estatuto, sendo portanto seu órgão deliberativo máximo.

Art. 8º - A assembléia geral reunir-se-á ordinariamente uma vez em cada semestre, sendo uma destas reuniões trinta dias antes das eleições, extraordinariamente ela se reunirá por convocação da diretoria executiva e conselho fiscal ou por maioria simples dos associados quítes com as suas obrigações sociais, que publiquem tal intenção com no mínimo oito dias úteis de antecedência.

Art. 9º - A assembléia tem o direito de exigir da diretoria executiva e do conselho fiscal, cumprimentos de suas deliberações especialmente cobrar iniciativas tendentes a alcançar os fins da associação e a execução rigorosa deste estatuto, inclusive quando a publicação das suas convocações.

CARTÃO

Autent.

origem:

Juazeirinho:

10

de 19 99

Tabela Pública





CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 11º - A Associação é administrada por uma Diretoria Executiva composta por (06) seis associados: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro com mandato de (02) dois anos, podendo ser reeleito por um só mandato consecutivo.

Art. 12º - O Conselho Fiscal é órgão de fiscalização das atividades financeiras da Associação, sendo autônoma no exercício de suas funções e composto por (06) seis associados: (03) três suplentes e (03) três efetivos, eleitos juntamente com a diretoria Executiva em Assembléia Geral com mandato de (04) um podendo ser reeleito por um só mandato.

Art. 13º - Ao Presidente Compete:

- a) Representar à Associação Judicial e Extraordinariamente.
- b) Presidir todas as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral.
- c) Movimentar juntamente com o tesoureiro as contas bancárias.
- d) Apresentar no início do seu mandato em Assembléia geral o plano de trabalho anual da associação, bem como o relatório das atividades ao fim de cada exercício financeiro.

Art. 14º - Compete ao Vice Presidente substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos legais.

Art. 15º - Da Competência do 1º Secretário:

- a) Redigir as atas da diretoria e da Assembléia.
- b) Organizar correspondência recebidas e expedidas, bem como ofícios e requerimentos.

Art. 16º - Compete ao 2º Secretário: substituir o 1º secretário em suas faltas e impedimentos legais.

Art. 17º - Da competência do 1º Tesoureiro:

- a) ter sob sua guarda e responsabilidade devidamente rubricada pelo Presidente e tesoureiro, todos os livros de escrituração indispensáveis a execução das receitas e despesas, bem como todos os documentos relativos a tesouraria.
- b) Assinar juntamente com o presidente, todos cheques de pagamento e tudo o que se relacione com o movimento financeiro.

CARTÃO Nº: "ANTONIO J'AQUINO"

UNO O C I IO DE NOTAS

Autentico e fiel cópia, reprodução fiel do original do (art. 334-C. P. Civil).

Juazeirinho, 16 de fevereiro de 1998

Antônio J'Aquino
Tabelião Público

Doc. 334/1998

Carta S/N (0022691)

SEI 53000.058147/2011-16

pg 156





- a) Efectuar trimestralmente o balancete das receitas e despesas, encaminhando através da Presidência, ao conselho fiscal para que este dê o seu parecer.

aj) Recolher a contribuição social para manutenção da Associação.

Art. 18º - Compete ao 2º Tesoureiro substituir o 1º Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos legais.

CAPÍTULO V DO PATRIMÔNIO

Art. 19º - A Associação tem como fonte de recursos a contribuição social dos associados. O seu patrimônio será formado por bens móveis e imóveis adquiridos por compra, doação, legados ou outros meios jurídicos e auxílio dos poderes públicos.

Art. 20º - Nenhuma bem pertencente ao patrimônio da Associação poderá ser vendido, alienado, penhorado ou hipotecado sem autorização de (2/3) dois terços dos Associados quites com suas obrigações sociais em Assembléia Geral.

CAPÍTULO VI

Art. 21º - O presente estatuto somente poderá ser reformado em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim e pelo voto de dois terços (2/3) dos Associados quites com suas obrigações sociais.

CAPÍTULO VII

A Associação somente se extingue mediante as mesmas condições dispostas para reforma do estatuto e em tal caso, o seu patrimônio, se houver, será destinado à Associação congênere, escolhida pela Assembléia Geral.

Art. 22º - Além do cumprimento fiel das deliberações da Assembléia Geral, caberá a Diretoria Executiva elaborar o regimento interno e resolver os casos omissos do presente Estatuto, devendo ser referendado pela Assembléia Geral.

Art. 23º - Este Estatuto foi aprovado em Assembléia Geral, convocada e realizada no dia 31 de janeiro de 1998, passando a vigorar a partir do seu registro no cartório de registro de pessoas jurídicas, títulos e documentos.

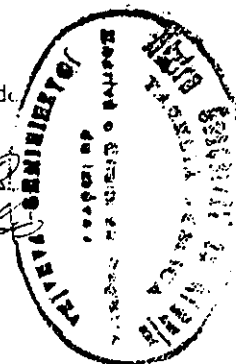
CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

UNIDADE DE NOTAS

Autentica-se a cópia, reprodução fiel do original da Lei nº 384-C. P. Civil).

Juazeirinho, 10 de Janeiro de 1998

Almeida Gonçalves de Faria





REGIMENTO INTERNO DA ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ JUAZEIRINHO.

Regimento interno
Capítulo I
Das Finalidades

Art. 1.º O presente regimento Interno tem por finalidade regular todas as normas internas da associação comunitária São José tais como: Regular direitos e deveres dos sócios como também o processo eleitoral e a criação de serviço de Rádio Difusão comunitária e tratar da sua desolução.

Capítulo II
Dos Direitos dos Sócios

Art. 2.º São direitos de todos os sócios:

- a- Gozar de todos os benefícios contidos no estatuto e neste RI
- b- Votar após (30) dias de sua filiação e ser votado após noventa dias de associado.
- c- Comparecer as reuniões da AG.
- d- Dirigir a DE qualquer queixa e defender-se de qualquer acusação que lhe seja imposta como também convidar pessoas amigas a participarem do quadro de associados, mediante autorização da DE.

Capítulo III
Dos Deveres dos Sócios

Art. 3.º São deveres de todos associados:

- a- Comparecer as AG e notificar a DE qualquer irregularidade relativa a associação de que tenha conhecimento e cumprir fielmente o que dispõe o estatuto e este RI e as decisões da AG.
- b- Pagar pontualmente as mensalidades e zelar por todo material existente na sede Social.

Capítulo IV
Do Processo Eletivo

CARTÃO Nº: "ANTONIO JACQUIM"

UNIDADE DE NOTAS

Autenticado e produzido fiel do original do (1.º. 2.º. 3.º. 4.º. 5.º. 6.º. 7.º. 8.º. 9.º. 10.º. 11.º. 12.º. 13.º. 14.º. 15.º. 16.º. 17.º. 18.º. 19.º. 20.º. 21.º. 22.º. 23.º. 24.º. 25.º. 26.º. 27.º. 28.º. 29.º. 30.º. 31.º. 32.º. 33.º. 34.º. 35.º. 36.º. 37.º. 38.º. 39.º. 40.º. 41.º. 42.º. 43.º. 44.º. 45.º. 46.º. 47.º. 48.º. 49.º. 50.º. 51.º. 52.º. 53.º. 54.º. 55.º. 56.º. 57.º. 58.º. 59.º. 60.º. 61.º. 62.º. 63.º. 64.º. 65.º. 66.º. 67.º. 68.º. 69.º. 70.º. 71.º. 72.º. 73.º. 74.º. 75.º. 76.º. 77.º. 78.º. 79.º. 80.º. 81.º. 82.º. 83.º. 84.º. 85.º. 86.º. 87.º. 88.º. 89.º. 90.º. 91.º. 92.º. 93.º. 94.º. 95.º. 96.º. 97.º. 98.º. 99.º. 100.º. 101.º. 102.º. 103.º. 104.º. 105.º. 106.º. 107.º. 108.º. 109.º. 110.º. 111.º. 112.º. 113.º. 114.º. 115.º. 116.º. 117.º. 118.º. 119.º. 120.º. 121.º. 122.º. 123.º. 124.º. 125.º. 126.º. 127.º. 128.º. 129.º. 130.º. 131.º. 132.º. 133.º. 134.º. 135.º. 136.º. 137.º. 138.º. 139.º. 140.º. 141.º. 142.º. 143.º. 144.º. 145.º. 146.º. 147.º. 148.º. 149.º. 150.º. 151.º. 152.º. 153.º. 154.º. 155.º. 156.º. 157.º. 158.º. 159.º. 160.º. 161.º. 162.º. 163.º. 164.º. 165.º. 166.º. 167.º. 168.º. 169.º. 170.º. 171.º. 172.º. 173.º. 174.º. 175.º. 176.º. 177.º. 178.º. 179.º. 180.º. 181.º. 182.º. 183.º. 184.º. 185.º. 186.º. 187.º. 188.º. 189.º. 190.º. 191.º. 192.º. 193.º. 194.º. 195.º. 196.º. 197.º. 198.º. 199.º. 200.º. 201.º. 202.º. 203.º. 204.º. 205.º. 206.º. 207.º. 208.º. 209.º. 210.º. 211.º. 212.º. 213.º. 214.º. 215.º. 216.º. 217.º. 218.º. 219.º. 220.º. 221.º. 222.º. 223.º. 224.º. 225.º. 226.º. 227.º. 228.º. 229.º. 230.º. 231.º. 232.º. 233.º. 234.º. 235.º. 236.º. 237.º. 238.º. 239.º. 240.º. 241.º. 242.º. 243.º. 244.º. 245.º. 246.º. 247.º. 248.º. 249.º. 250.º. 251.º. 252.º. 253.º. 254.º. 255.º. 256.º. 257.º. 258.º. 259.º. 260.º. 261.º. 262.º. 263.º. 264.º. 265.º. 266.º. 267.º. 268.º. 269.º. 270.º. 271.º. 272.º. 273.º. 274.º. 275.º. 276.º. 277.º. 278.º. 279.º. 280.º. 281.º. 282.º. 283.º. 284.º. 285.º. 286.º. 287.º. 288.º. 289.º. 290.º. 291.º. 292.º. 293.º. 294.º. 295.º. 296.º. 297.º. 298.º. 299.º. 300.º. 301.º. 302.º. 303.º. 304.º. 305.º. 306.º. 307.º. 308.º. 309.º. 310.º. 311.º. 312.º. 313.º. 314.º. 315.º. 316.º. 317.º. 318.º. 319.º. 320.º. 321.º. 322.º. 323.º. 324.º. 325.º. 326.º. 327.º. 328.º. 329.º. 330.º. 331.º. 332.º. 333.º. 334.º. 335.º. 336.º. 337.º. 338.º. 339.º. 340.º. 341.º. 342.º. 343.º. 344.º. 345.º. 346.º. 347.º. 348.º. 349.º. 350.º. 351.º. 352.º. 353.º. 354.º. 355.º. 356.º. 357.º. 358.º. 359.º. 360.º. 361.º. 362.º. 363.º. 364.º. 365.º. 366.º. 367.º. 368.º. 369.º. 370.º. 371.º. 372.º. 373.º. 374.º. 375.º. 376.º. 377.º. 378.º. 379.º. 380.º. 381.º. 382.º. 383.º. 384.º. 385.º. 386.º. 387.º. 388.º. 389.º. 390.º. 391.º. 392.º. 393.º. 394.º. 395.º. 396.º. 397.º. 398.º. 399.º. 400.º. 401.º. 402.º. 403.º. 404.º. 405.º. 406.º. 407.º. 408.º. 409.º. 410.º. 411.º. 412.º. 413.º. 414.º. 415.º. 416.º. 417.º. 418.º. 419.º. 420.º. 421.º. 422.º. 423.º. 424.º. 425.º. 426.º. 427.º. 428.º. 429.º. 430.º. 431.º. 432.º. 433.º. 434.º. 435.º. 436.º. 437.º. 438.º. 439.º. 440.º. 441.º. 442.º. 443.º. 444.º. 445.º. 446.º. 447.º. 448.º. 449.º. 450.º. 451.º. 452.º. 453.º. 454.º. 455.º. 456.º. 457.º. 458.º. 459.º. 460.º. 461.º. 462.º. 463.º. 464.º. 465.º. 466.º. 467.º. 468.º. 469.º. 470.º. 471.º. 472.º. 473.º. 474.º. 475.º. 476.º. 477.º. 478.º. 479.º. 480.º. 481.º. 482.º. 483.º. 484.º. 485.º. 486.º. 487.º. 488.º. 489.º. 490.º. 491.º. 492.º. 493.º. 494.º. 495.º. 496.º. 497.º. 498.º. 499.º. 500.º. 501.º. 502.º. 503.º. 504.º. 505.º. 506.º. 507.º. 508.º. 509.º. 510.º. 511.º. 512.º. 513.º. 514.º. 515.º. 516.º. 517.º. 518.º. 519.º. 520.º. 521.º. 522.º. 523.º. 524.º. 525.º. 526.º. 527.º. 528.º. 529.º. 530.º. 531.º. 532.º. 533.º. 534.º. 535.º. 536.º. 537.º. 538.º. 539.º. 540.º. 541.º. 542.º. 543.º. 544.º. 545.º. 546.º. 547.º. 548.º. 549.º. 550.º. 551.º. 552.º. 553.º. 554.º. 555.º. 556.º. 557.º. 558.º. 559.º. 560.º. 561.º. 562.º. 563.º. 564.º. 565.º. 566.º. 567.º. 568.º. 569.º. 570.º. 571.º. 572.º. 573.º. 574.º. 575.º. 576.º. 577.º. 578.º. 579.º. 580.º. 581.º. 582.º. 583.º. 584.º. 585.º. 586.º. 587.º. 588.º. 589.º. 590.º. 591.º. 592.º. 593.º. 594.º. 595.º. 596.º. 597.º. 598.º. 599.º. 600.º. 601.º. 602.º. 603.º. 604.º. 605.º. 606.º. 607.º. 608.º. 609.º. 610.º. 611.º. 612.º. 613.º. 614.º. 615.º. 616.º. 617.º. 618.º. 619.º. 620.º. 621.º. 622.º. 623.º. 624.º. 625.º. 626.º. 627.º. 628.º. 629.º. 630.º. 631.º. 632.º. 633.º. 634.º. 635.º. 636.º. 637.º. 638.º. 639.º. 640.º. 641.º. 642.º. 643.º. 644.º. 645.º. 646.º. 647.º. 648.º. 649.º. 650.º. 651.º. 652.º. 653.º. 654.º. 655.º. 656.º. 657.º. 658.º. 659.º. 660.º. 661.º. 662.º. 663.º. 664.º. 665.º. 666.º. 667.º. 668.º. 669.º. 670.º. 671.º. 672.º. 673.º. 674.º. 675.º. 676.º. 677.º. 678.º. 679.º. 680.º. 681.º. 682.º. 683.º. 684.º. 685.º. 686.º. 687.º. 688.º. 689.º. 690.º. 691.º. 692.º. 693.º. 694.º. 695.º. 696.º. 697.º. 698.º. 699.º. 700.º. 701.º. 702.º. 703.º. 704.º. 705.º. 706.º. 707.º. 708.º. 709.º. 710.º. 711.º. 712.º. 713.º. 714.º. 715.º. 716.º. 717.º. 718.º. 719.º. 720.º. 721.º. 722.º. 723.º. 724.º. 725.º. 726.º. 727.º. 728.º. 729.º. 730.º. 731.º. 732.º. 733.º. 734.º. 735.º. 736.º. 737.º. 738.º. 739.º. 740.º. 741.º. 742.º. 743.º. 744.º. 745.º. 746.º. 747.º. 748.º. 749.º. 750.º. 751.º. 752.º. 753.º. 754.º. 755.º. 756.º. 757.º. 758.º. 759.º. 760.º. 761.º. 762.º. 763.º. 764.º. 765.º. 766.º. 767.º. 768.º. 769.º. 770.º. 771.º. 772.º. 773.º. 774.º. 775.º. 776.º. 777.º. 778.º. 779.º. 780.º. 781.º. 782.º. 783.º. 784.º. 785.º. 786.º. 787.º. 788.º. 789.º. 790.º. 791.º. 792.º. 793.º. 794.º. 795.º. 796.º. 797.º. 798.º. 799.º. 800.º. 801.º. 802.º. 803.º. 804.º. 805.º. 806.º. 807.º. 808.º. 809.º. 810.º. 811.º. 812.º. 813.º. 814.º. 815.º. 816.º. 817.º. 818.º. 819.º. 820.º. 821.º. 822.º. 823.º. 824.º. 825.º. 826.º. 827.º. 828.º. 829.º. 830.º. 831.º. 832.º. 833.º. 834.º. 835.º. 836.º. 837.º. 838.º. 839.º. 840.º. 841.º. 842.º. 843.º. 844.º. 845.º. 846.º. 847.º. 848.º. 849.º. 850.º. 851.º. 852.º. 853.º. 854.º. 855.º. 856.º. 857.º. 858.º. 859.º. 860.º. 861.º. 862.º. 863.º. 864.º. 865.º. 866.º. 867.º. 868.º. 869.º. 870.º. 871.º. 872.º. 873.º. 874.º. 875.º. 876.º. 877.º. 878.º. 879.º. 880.º. 881.º. 882.º. 883.º. 884.º. 885.º. 886.º. 887.º. 888.º. 889.º. 890.º. 891.º. 892.º. 893.º. 894.º. 895.º. 896.º. 897.º. 898.º. 899.º. 900.º. 901.º. 902.º. 903.º. 904.º. 905.º. 906.º. 907.º. 908.º. 909.º. 910.º. 911.º. 912.º. 913.º. 914.º. 915.º. 916.º. 917.º. 918.º. 919.º. 920.º. 921.º. 922.º. 923.º. 924.º. 925.º. 926.º. 927.º. 928.º. 929.º. 930.º. 931.º. 932.º. 933.º. 934.º. 935.º. 936.º. 937.º. 938.º. 939.º. 940.º. 941.º. 942.º. 943.º. 944.º. 945.º. 946.º. 947.º. 948.º. 949.º. 950.º. 951.º. 952.º. 953.º. 954.º. 955.º. 956.º. 957.º. 958.º. 959.º. 960.º. 961.º. 962.º. 963.º. 964.º. 965.º. 966.º. 967.º. 968.º. 969.º. 970.º. 971.º. 972.º. 973.º. 974.º. 975.º. 976.º. 977.º. 978.º. 979.º. 980.º. 981.º. 982.º. 983.º. 984.º. 985.º. 986.º. 987.º. 988.º. 989.º. 990.º. 991.º. 992.º. 993.º. 994.º. 995.º. 996.º. 997.º. 998.º. 999.º. 1000.º. 1001.º. 1002.º. 1003.º. 1004.º. 1005.º. 1006.º. 1007.º. 1008.º. 1009.º. 1010.º. 1011.º. 1012.º. 1013.º. 1014.º. 1015.º. 1016.º. 1017.º. 1018.º. 1019.º. 1020.º. 1021.º. 1022.º. 1023.º. 1024.º. 1025.º. 1026.º. 1027.º. 1028.º. 1029.º. 1030.º. 1031.º. 1032.º. 1033.º. 1034.º. 1035.º. 1036.º. 1037.º. 1038.º. 1039.º. 1040.º. 1041.º. 1042.º. 1043.º. 1044.º. 1045.º. 1046.º. 1047.º. 1048.º. 1049.º. 1050.º. 1051.º. 1052.º. 1053.º. 1054.º. 1055.º. 1056.º. 1057.º. 1058.º. 1059.º. 1060.º. 1061.º. 1062.º. 1063.º. 1064.º. 1065.º. 1066.º. 1067.º. 1068.º. 1069.º. 1070.º. 1071.º. 1072.º. 1073.º. 1074.º. 1075.º. 1076.º. 1077.º. 1078.º. 1079.º. 1080.º. 1081.º. 1082.º. 1083.º. 1084.º. 1085.º. 1086.º. 1087.º. 1088.º. 1089.º. 1090.º. 1091.º. 1092.º. 1093.º. 1094.º. 1095.º. 1096.º. 1097.º. 1098.º. 1099.º. 1100.º. 1101.º. 1102.º. 1103.º. 1104.º. 1105.º. 1106.º. 1107.º. 1108.º. 1109.º. 1110.º. 1111.º. 1112.º. 1113.º. 1114.º. 1115.º. 1116.º. 1117.º. 1118.º. 1119.º. 1120.º. 1121.º. 1122.º. 1123.º. 1124.º. 1125.º. 1126.º. 1127.º. 1128.º. 1129.º. 1130.º. 1131.º. 1132.º. 1133.º. 1134.º. 1135.º. 1136.º. 1137.º. 1138.º. 1139.º. 1140.º. 1141.º. 1142.º. 1143.º. 1144.º. 1145.º. 1146.º. 1147.º. 1148.º. 1149.º. 1150.º. 1151.º. 1152.º. 1153.º. 1154.º. 1155.º. 1156.º. 1157.º. 1158.º. 1159.º. 1160.º. 1161.º. 1162.º. 1163.º. 1164.º. 1165.º. 1166.º. 1167.º. 1168.º. 1169.º. 1170.º. 1171.º. 1172.º. 1173.º. 1174.º. 1175.º. 1176.º. 1177.º. 1178.º. 1179.º. 1180.º. 1181.º. 1182.º. 1183.º. 1184.º. 1185.º. 1186.º. 1187.º. 1188.º. 1189.º. 1190.º. 1191.º. 1192.º. 1193.º. 1194.º. 1195.º. 1196.º. 1197.º. 1198.º. 1199.º. 1200.º. 1201.º. 1202.º. 1203.º. 1204.º. 1205.º. 1206.º. 1207.º. 1208.º. 1209.º. 1210.º. 1211.º. 1212.º. 1213.º. 1214.º. 1215.º. 1216.º. 1217.º. 1218.º. 1219.º. 1220.º. 1221.º. 1222.º. 1223.º. 1224.º. 1225.º. 1226.º. 1227.º. 1228.º. 1229.º. 1230.º. 1231.º. 1232.º. 1233.º. 1234.º. 1235.º. 1236.º. 1237.º. 1238.º. 1239.º. 1240.º. 1241.º. 1242.º. 1243.º. 1244.º. 1245.º. 1246.º. 1247.º. 1248.º. 1249.º. 1250.º. 1251.º. 1252.º. 1253.º. 1254.º. 1255.º. 1256.º. 1257.º. 1258.º. 1259.º. 1260.º. 1261.º. 1262.º. 1263.º. 1264.º. 1265.º. 1266.º. 1267.º. 1268.º. 1269.º. 1270.º. 1271.º. 1272.º. 1273.º. 1274.º. 1275.º. 1276.º. 1277.º. 1278.º. 1279.º. 1280.º. 1281.º. 1282.º. 1283.º. 1284.º. 1285.º. 1286.º. 1287.º. 1288.º. 1289.º. 1290.º. 1291.º. 1292.º. 1293.º. 1294.º. 1295.º. 1296.º. 1297.º. 1298.º. 1299.º. 1300.º. 1301.º. 1302.º. 1303.º. 1304.º. 1305.º. 1306.º. 1307.º. 1308.º. 1309.º. 1310.º. 1311.º. 1312.º. 1313.º. 1314.º. 1315.º. 1316.º. 1317.º. 1318.º. 1319.º. 1320.º. 1321.º. 1322.º. 1323.º. 1324.º. 1325.º. 1326.º. 1327.º. 1328.º. 1329.º. 1330.º. 1331.º. 1332.º. 1333.º. 1334.º. 1335.º. 1336.º. 1337.º. 1338.º. 1339.º. 1340.º. 1341.º. 1342.º. 1343.º. 1344.º. 1345.º. 1346.º. 1347.º. 1348.º. 1349.º. 1350.º. 1351.º. 1352.º. 1353.º. 1354.º. 1355.º. 1356.º. 1357.º. 1358.º. 1359.º. 1360.º. 1361.º. 1362.º. 1363.º. 1364.º. 1365.º. 1366.º. 1367.º. 1368.º. 1369.º. 1370.º. 1371.º. 1372.º. 1373.º. 1374.º. 1375.º. 1376.º. 1377.º. 1378.º. 1379.º. 1380.º. 1381.º. 1382.º. 1383.º. 1384.º. 1385.º. 1386.º. 1387.º. 1388.º. 1389.º. 1390.º. 1391.º. 1392.º. 1393.º. 1394.º. 1395.º. 1396.º. 1397.º. 1398.º. 1399.º. 1400.º. 1401.º. 1402.º. 1403.º. 1404.º. 1405.º. 1406.º. 1407.º. 1408.º. 1409.º. 1410.º. 1411.º. 1412.º. 1413.º. 1414.º. 1415.º. 1416.º. 1417.º. 1418.º. 1419.º. 1420.º. 1421.º. 1422.º. 1423.º. 1424.º. 1425.º. 1426.º. 1427.º. 1428.º. 1429.º. 1430.º. 1431.º. 1432.º. 1433.º. 1434.º. 1435.º. 1436.º. 1437.º. 1438.º. 1439.º. 1440.º. 1441.º. 1442.º. 1443.º. 1444.º. 1445.º. 1446.º. 1447.º. 1448.º. 1449.º. 1450.º. 1451.º. 1452.º. 1453.º. 1454.º. 1455.º. 1456.º. 1457.º. 1458.º. 1459.º. 1460.º. 1461.º. 1462.º. 1463.º. 1464.º. 1465.º. 1466.º. 1467.º. 1468.º. 1469.º. 1470.º. 1471.º. 1472.º. 1473.º. 1474.º. 1475.º. 1476.º. 1477.º. 1478.º. 1479.º. 1480.º. 1481.º. 1482.º. 1483.º. 1484.º. 1485.º. 1486.º. 1487.º. 1488.º. 1489.º. 1490.º. 1491.º. 1492.º. 1493.º. 1494.º. 1495.º. 1496.º. 1497.º. 1498.º. 1499.º. 1500.º. 1501.º. 1502.º. 1503.º. 1504.º. 1505.º. 1506.º. 1507.º. 1508.º. 1509.º. 1510.º. 1511.º. 1512.º. 1513.º. 1514.º. 1515.º. 1516.º. 1517.º. 1518.º. 1519.º. 1520.º. 1521.º. 1522.º. 1523.º. 1524.º. 1525.º. 1526.º. 1527.º. 1528.º. 1529.º. 1530.º. 1531.º. 1532.º. 1533.º. 1534.º. 1535.º. 1536.º. 1537.º. 1538.º. 1539.º. 1540.º. 1541.º. 1542.º. 1543.º. 1544.º. 1545.º. 1546.º. 1547.º. 1548.º. 1549.º. 1550.º. 1551.º. 1552.º. 1553.º. 1554.º. 1555.º. 1556.º. 1557.º. 1558.º. 1559.º. 1560.º. 1561.º. 1562.º. 1563.º. 1564.º. 1565.º. 1566.º. 1567.º. 1568.º. 1569.º. 1570.º. 1571.º. 1572.º. 1573.º. 1574.º. 1575.º. 1576.º. 1577.º. 1578.º. 1579.º. 1580.º. 1581.º. 1582.º. 1583.º. 1584.º. 1585.º. 1586.º. 1587.º.



ART. 4.º AS ELEIÇÕES SERÃO PROCESSADAS DO SEGUINTE MODO.

- a- Cada chapa só poderá se escrever (01) um candidato para cada cargo e o voto será secreto, devendo o nome do eleitor constar na folha de votação e estar de acordo com o capítulo II art. 2.º letra b.
- b- Não poderá ser registradas chapas com nome de organizações política partidárias.
- c- Quando houver apenas uma chapa registrada, a eleição se fará por aclamação.

Capitolo V

Da Sua Desolução e da Criação de Serviço de rádio Difusão Comunitária

Art. 5.º Sendo de duração ilimitada a associação comunitária São José somente será dissolvida em face de dificuldades incontornável mediante decisão de AG extraordinária convocada para tal fim, ocorrendo a desolução seus bens serão destinados a outra entidade congênere com personalidade jurídica existente.

- a- A associação comunitária são José tem também como objetivo prestar serviço de Radio Difusão comunitária, operando em frequência modulada FM com baixa potência até 25 Watts de acordo com a lei N.º 9.612 de 19/02/1998 que legaliza este serviço.
- b- O serviço de Radio Difusão comunitária tem como finalidade, Difusão de idéias, Cultura, Tradição e habito sociais Integração estímulo e lazer, Utilidade Pública, Defesa civil, Jornalístico da comunidade e capacitação do direito de Cidadania.
- c- Para alcançar seus objetivos a associação poderá fazer convênios, empréstimos, financiamentos, como também utilizar recursos próprios de doações e contribuições, o seu patrimônio será formado por bens moveis e imoveis adquiridos por compra doações, auxílios dos poderes públicos, empréstimos e rendas inerente a prestação de serviços próprios dos seus objetivos sociais.

Capitolo VI

Das Disposições Finais

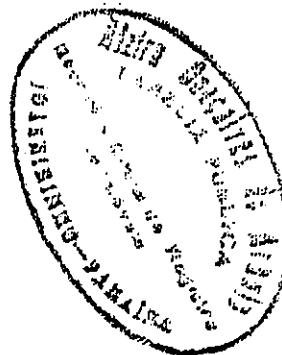
Art. 6.º Este regimento interno entrará em vigor quando da aprovação do mesmo pela Diretoria Executiva.

CARTÃO 13: "77-6-113 'EQUIM'"

UPON ADOPTION

Autentica... (origem fidedigna do original da... P. Civil).

Juazeiro, 02 de julho de 1992

[illegible]

0937 332 ~~11~~ 0'-49

Juzgado Conto de Neg. con de Indors

[illegible]
$$t^2 \lesssim \Delta n$$






ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

Projeto de Lei nº 03/2001

De, 05 de Abril de 2001.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, e demais legislações em vigor.

Faço saber que a Câmara Municipal de Juazeirinho, aprovou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º - Fica reconhecida como entidade de utilidade pública do Município de Juazeirinho-Pb, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA COMUNIDADE SÃO JOSÉ.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Frederico A.R. de Oliveira

Frederico Antonio Raulino de Oliveira
Prefeito Municipal

CAR. ORIO "ANTÔNIO JOAQUIM."

ÚNICO OFÍCIO DE NOTAS

AUTENTICO ESTA FOTO O ORIGINAL E REPRODUÇÃO
FIEL DO ORIGINAL DO TÍTULO Nº 1.384-C, P. CIVIL,

JUAZEIRINHO, 25 DE Abril DE 2011.

Tabella





ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Casa de Eptácio Pessoa

Ofício Nº 257/09 SL

João Pessoa, 25 de setembro de 2009.

Senhor Deputado:

A Secretaria Legislativa comunica a Vossa Excelência que o Projeto de Lei 1.329/2009 de sua autoria, que “Reconhece de Utilidade Pública a Associação Comunitária de São José, localizada no Município de Juazeirinho, neste Estado”, foi transformado na Lei nº 8.907 de 24/09/2009 e publicada no Diário Oficial de 25 de setembro de 2009.

Atenciosamente,

Félix de Sousa Araújo Sobrinho
Félix de Sousa Araújo Sobrinho,
Secretário Legislativo

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado DUNGA JÚNIOR
Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba.
João Pessoa - PB



DIÁRIO OFICIAL

Estado da Paraíba • Poder Executivo

Nº 14.194

João Pessoa - Sexta-feira, 25 de Setembro de 2009

Preço: R\$ 2,00

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 8.906 DE 24 DE SETEMBRO DE 2009.
AUTORIA: DEPUTADO QUINTO DE SANTA RITA

Reconhece de Utilidade Pública a Associação Pro Dia Nascer Feliz, localizada no Município de Santa Rita, neste Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida de Utilidade Pública a Associação Pro Dia Nascer Feliz, localizada no Município de Santa Rita, neste Estado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 24 de setembro de 2009; 121ª da Proclamação da República.

JOSE TARGINO MARANHÃO
Governador

LEI Nº 8.907 DE 24 DE SETEMBRO DE 2009.
AUTORIA: DEPUTADO DUNGA JÚNIOR

Reconhece de Utilidade Pública a Associação Comunitária de São José, localizada no Município de Juazeirinho, neste Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida de Utilidade Pública a Associação Comunitária de São José, localizada no Município de Juazeirinho, neste Estado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 24 de setembro de 2009; 121ª da Proclamação da República.

JOSE TARGINO MARANHÃO
Governador

Atos do Poder Executivo

Ato Governamental nº 8.276 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

RESOLVE nomear ALZIRA MARIA DE AQUINO RIBEIRO para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente de Gabinete III, Símbolo CSE-2, com exercício na Secretaria de Estado da Educação e Cultura.

Ato Governamental nº 8.277 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

RESOLVE nomear LUCI BRITO RAMOS para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente Administrativo III, Símbolo CSE-4, com exercício na Secretaria de Estado da Administração.

Ato Governamental nº 8.278 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

RESOLVE nomear JANECELY SILVA DE ARAÚJO para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente Administrativo III, Símbolo CSE-4, com exercício na Secretaria de Estado da Administração.

Ato Governamental nº 8.279 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

RESOLVE nomear LUCRESIA MEIRELES DE ARAÚJO BEZERRA para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente Administrativo III, Símbolo CSE-4, com exercício na Secretaria de Estado da Administração.

Ato Governamental nº 8.280 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

RESOLVE nomear MARIA CÉLIA LEITE BEZERRA para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente Administrativo III, Símbolo CSE-4, com exercício na Secretaria de Estado da Administração.

Ato Governamental nº 8.281 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

RESOLVE nomear MARCILENE DE LIMA SANTOS GOMES para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente Administrativo III, Símbolo CSE-4, com exercício na Secretaria de Estado da Saúde.

Ato Governamental nº 8.282 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

RESOLVE nomear MARCOS THOMAZ MAGALHÃES para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente Administrativo III, Símbolo CSE-4, com exercício na Secretaria de Estado da Comunicação Institucional.

Ato Governamental nº 8.283 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

RESOLVE nomear EMERSON DA SILVA GUEDES para ocupar o cargo de provimento em comissão de Agente Condutor de Veículos II, Símbolo CSE-2, com exercício na Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão.

Ato Governamental nº 8.284 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

RESOLVE nomear JOSICÉLIA BRITO DE AQUINO para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente Administrativo III, Símbolo CSE-4, com exercício na Secretaria de Estado da Comunicação Institucional.

Ato Governamental nº 8.285 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

RESOLVE nomear THIAGO RAONY DA SILVA RAPOSO para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente Técnico III, Símbolo CSE-4, com exercício na Secretaria de Estado das Finanças.

Ato Governamental nº 8.286 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

RESOLVE nomear ISAAC VENERANDO PEREIRA DE LIMA para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente Administrativo III, Símbolo CSE-4, com exercício na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano.

Ato Governamental nº 8.287 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

RESOLVE nomear CARLOS ANTONIO DE SOUSA para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente Administrativo III, Símbolo CSE-4, com exercício na Secretaria de Estado da Infra-Estrutura.

Ato Governamental nº 8.288 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

RESOLVE nomear MORIB MACEDO para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente Administrativo III, Símbolo CSE-4, com exercício na Secretaria de Estado da Infra-Estrutura.

Ato Governamental nº 8.289 João Pessoa, 24 de setembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86 da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 6º do Estatuto da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba – FAPESQ, aprovado pelo Decreto nº 19.520, de 16 de fevereiro de 1998,

RESOLVE nomear, para integrar o Conselho Fiscal da FAPESQ, por um mandato de 03 (três) anos, os seguintes membros:

I – Representantes da Controladoria Geral do Estado – CGE:

Titular: John Kennedy Ferreira

Suplente: Maria do Socorro Nunes de Almeida

II – Representantes da Secretaria de Estado da Secretaria de Estado do Meio

Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Ciência e Tecnologia – SEMARH:

Titular: Eloiário Henrique Henriques Dantas

Suplente: Terezinha Sarmiento Batista Soares

III – Representantes da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba –

FAPESQ:

Titular: Emília Rachel Falconi Cavalcante Arruda

Suplente: Maria do Socorro Nunes de Almeida



DESTINATÁRIO *Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônicas*
Comissão Nacional Geral de Radio Difusão Comunitária
Ministério das Comunicações

FONE

ENDEREÇO *Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar*

CIDADE *Brasília*

UF

D.F.

CEP

70044-900

REMETENTE *Associação comunitária*
São José

FONE

ENDEREÇO *Rua Dr. José Ferreira*
Ramos nº 8

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

- ☐ Mudou-se
- ☐ Recusado
- ☐ Desconhecido
- ☐ Não procurado
- ☐ Endereço insuficiente
- ☐ Não existe o número indicado
- ☐ Outros (especificar)

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª. *1/1* às *1* h.

2ª. *1/1* às *1* h.

3ª. *1/1* às *1* h.

CARIMBO

UNIDADE ENTREGADORA

CEP

58660000

CIDADE

Juazeiro

UF

Pb

NOTA TÉCNICA Nº 23980/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.058147/2011-16**

Processo de Outorga nº: 53730000621/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária São José**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Juazeirinho/PB**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma da Portaria 4334/2015:

I. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel, baseado no art. 131, §2º, por CONSTAR débito em aberto, conforme extrato do sítio da Anatel em 23/10/2015;

II. Estatuto Social atualizado e **consolidado**, devidamente registrado no Cartório de **Registro Civil de Pessoas Jurídicas**, e **adequação** da atual redação ao art. 40 da Portaria 4334/2015 e artigos pertinentes da Lei nº 9.612/1998, conforme transcrição a seguir: (grifos nossos)

II - garantia de **ingresso gratuito**, como associado, de toda e qualquer pessoa **física ou jurídica**;

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo **admitida uma recondução**.

III. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente **registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas**;

IV. Título de eleitor da 1ª Tesoureira sra. Maria do Socorro Vieira de Souza;

V. Último **relatório do Conselho Comunitário**, constituído nos moldes dos art. 113 a 116 da Portaria 4334/2015, e art. 8º da Lei 9612/98, juntamente com a **grade de programação atualizada**.

3. Além das pendências na documentação encaminhada, verificou-se também que existem indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações político-partidárias, em infringência ao disposto nos arts. 7, III; 25, §2º e 132, III da Portaria

4334/2015 e art. 11 da Lei 9612/98, vez que em consulta ao sítio do Tribunal Superior Eleitoral que:

- Wagner Bezerra Medeiros é Vice-Presidente do Partido PROS;
- Michael Carlos de Araújo Rodrigues é Tesoureiro do Partido PROS;
- Jonh Herbt Vieira Batista, presidente da Associação requerente, tem cargo comissionado de Assessor II na Prefeitura Municipal de Juazeirinho.

Também que existem indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações religiosas, ao apresentar programação com características voltadas para apenas a religião evangélica, bem como o blog da rádio que está no seguinte endereço web: <http://www.melodiaesperanca2009.blogspot.com.br/2009/03/radio-comunitaria-juazeiro-fm-879-radio.html> mostrar apenas propagandas com essas características.

Desta maneira, como o fato acima citado tem o potencial de infringir dispositivos legais, em obediência aos princípios Constitucionais da ampla defesa e do contraditório, é necessário que a entidade se manifeste no prazo referido no Ofício que acompanha esta NT, apresentando as razões que entender pertinentes.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tiane Aimi Severo, Analista Tec Administrativo**, em 26/10/2015, às 11:49, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0785802** e o código CRC **941E43D4**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **MICHAEL CARLOS ARAUJO RODRIGUES (Título Eleitoral: 015823211201)** é **TESOUREIRO - GERAL (exercício 15/10/2013 a Indeterminado)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PROS - 90 PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL**
Orgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - Juazeirinho/PB**
Vigência: **Início: 15/10/2013 Final: Indeterminada**
Código: **L+SV.DUU8.U8/K.5UGY.**
Certidão emitida às: **22/10/2015 17:39:14**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **WAGNER BEZERRA MEDEIROS (Título Eleitoral: 034220421295)** é **VICE-PRESIDENTE (exercício 24/01/2015 a Indeterminado)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PROS - 90 PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL**
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - Juazeirinho/PB**
Vigência: **Início: 15/10/2013 Final: Indeterminada**
Código: **VMC+.MCLQ.RGU7.3NUG.**
Certidão emitida às: **22/10/2015 17:38:26**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

JusBrasil - Diários

23 de outubro de 2015

Página 49 • 28/05/2010 • FAMUP

Publicado por Federação das Associações de Municípios da Paraíba (extraído pelo JusBrasil) - 5 anos atrás

Art. 91 – As edificações destinadas a fins industriais deverão satisfazer as seguintes condições em geral:

I - Terem pé-direito mínimo de 3,00 m.(três metros) na área de trabalho dos operários;

II - Disporem de aberturas de iluminação e ventilação, conforme as exigências desta Lei;

III - Disporem nos locais de trabalho dos operários, de portas de acesso rebatendo para fora do compartimento, com a largura mínima de 2,00 m.(dois metros);

Art. 92 – Sempre que do processo industrial resultar a produção de gases, vapores, fumaças, poeiras e outros resíduos nocivos à saúde ou incomodidades à vizinhança deverão existir instalações que disciplinem a eliminação de tais resíduos, cumpridas as exigências das legislações vigentes.

CAPÍTULO VIII

Das Edificações Habitacionais de Interesse Social – Casas

Populares

Art. 93 – As habitações construídas tendo em vista o atendimento ao interesse social obedecerão a características especiais que procurarão a máxima compatibilização com a baixa renda das populações, sendo definidas como a seguir:

I - Localização: serão localizadas em áreas previamente definidas pelo Executivo, com base em recomendações do órgão municipal competente constantes de projeto específico e devidamente justificadas, mas sempre cumpridas as exigências da Lei de Uso e Ocupação do Solo;

II - Dimensões do lote: variáveis, não podendo o mesmo ter área inferior a 120,00 m².(cento e vinte metros quadrados), obedecida a testada mínima de 8,00 m.(oito metros);

III - Área construída total mínima de 36,00 m².(trinta e seis metros quadrados);

IV - Área mínima dos compartimentos mínimos:

a) Sala : 6,00 m².(seis metros quadrados);

b) Quarto : 6,00 m².(seis metros quadrados);

c) Copa-cozinha : 6,00 m².(seis metros quadrados);

d) Banheiro : 2,00 m².(dois metros quadrados).

V - Pé-direito mínimo: 2,50 m.(dois metros e dez centímetros);

VI - Altura mínima das portas: 2,10 m.(dois metros e dez centímetros);

VII - Cobertas: telhas de cerâmica;

VIII - Instalações mínimas: sistema de abastecimento d'água baseado em chafarizes e sistema individualizado de esgotos em que haja, pelo menos, a construção de fossa.

Art. 94 – A Prefeitura poderá, no interesse social, reconhecer a construção de habitações situadas em áreas definidas como de interesse social que satisfaçam as condições referidas neste Capítulo, ficando os seus proprietários isentos do pagamento de quaisquer taxas e emolumentos que lhes digam respeito, uma vez satisfeitos os seguintes requisitos:

I - Não se situarem no leito das vias públicas;

II - Possibilidade de legalização do direito de propriedade sobre o terreno.

Art. 95 – O órgão competente da Prefeitura deverá dispor de no mínimo 05 (cinco) projetos padrão para a construção de habitação popular, a serem fornecidos para a escolha dos moradores interessados.

I - A licença para construção, reformas, modificações de acréscimos das edificações a que se refere o "caput" do artigo, será concedida de acordo com o projeto padrão escolhido, e ônus mínimo para o morador, a ser estabelecido em regulamento do Executivo;

II - Todas as licenças concedidas, serão objeto de fiscalização pelo órgão competente.

TÍTULO III

Disposições Finais e Transitórias

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 96 – A implementação dessa Lei, requer a integração dos órgãos públicos, para o cumprimento e fiscalização das leis básicas municipais do Uso e Ocupação do Solo, Código Tributário e dessa Lei de Edificações.

Art. 97 – A Prefeitura promoverá o treinamento dos seus servidores encarregados de obras e de fiscalização, para garantir a melhoria da qualidade ambiental e construtiva do município.

Art. 98 – O Poder Executivo estabelecerá por decreto, as penalidades cabíveis pelas infrações dessa Lei, no que se refere a multas, juros e suas atualizações financeiras.

Art. 99 – A Diretoria de Obras e Serviços Públicos fará expedir todas as instruções necessárias, à execução dessa Lei.

Art. 100 – Essa Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 101 – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Conceição, 26 de Maio de 2010.

VANI LEITE BRAGA DE FIGUEIREDO

Prefeita Constitucional

Publicado por: Monica Holanda Barbosa **Código Identificador:** E87C1CFD

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

GABINETE DO PREFEITO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 202/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO Contratado (a): Maria Amélia Diniz Falcão.

Objeto: Prestação dos serviços de Enfermeiro do PSF.

Vigência: 01/03/2010 à 31/12/2010.

Valor: R\$ 2.400,00

Publicado por:

Edglei Amorim do Nascimento **Código Identificador:** A4C5258A

GABINETE DO PREFEITO



PORTARIA GAB. N.º 030/2010

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE JUAZEIRINHO – PB, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal Nº. 510/2009:

RESOLVE:

Nomear, **o (a) Sr.(a). JONH HERBT VIEIRA BATISTA**, para o Cargo Comissionado de **ASSESSOR II** do **GABINETE DO PREFEITO** deste município de Juazeirinho, de livre nomeação de exoneração.

Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/85047785/famup-28-05-2010-pg-49>

QUINTA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 2009

RÁDIO COMUNITÁRIA JUAZEIRO-FM



RÁDIO COMUNITÁRIA - JUAZEIRO - FM 87,9

A Rádio comunitária Juazeiro-FM, reconhecida de utilidade pública, através da LEI Municipal; N° 482/2007 de 24 de Novembro de 2006 , foi uma iniciativa dos Senhores; Antônio Batista de Lima Neto (TOCA) e Francisco Xavier Alves da Silva (PITU) fundada em 27 de Setembro de 1997, autorizada pelo Ministério das Comunicações e pública no Diário Oficial da União na 18ª seção I de 02 de Maio de 2000, recebendo a licença de funcionamento em 25 de Setembro de 2001, tendo como diretor administrativo e financeiro o Sr. Jonh Herbt vieira Batista, contando com uma grande programação para todas as idades, fazendo parte hoje da cultura de nossa cidade.

Att. Antonio Badista de Lima Neto
Diretor Presidente

RAQUEL BATISTA E BANDA NO LOUVA CENTENARIO

ANIVERSARIO DA IGREJA
EV.MISS.BETEL BRASILEIRI
JUAZEIRINHO PB 12 DE MAIO DE 2012

STYLUSVIP.C...

RAQUEL BATISTA MINISTRANDO UMA LINDA CANÇÃO DA CANTORA SHIRLEY CARVALHAES VISITE O NOSSO BLOG E SE TORNE UM SEGUIDOR (a) ACESSE: raquelbatistacontapradeus.blogspot.com

CONTADOR DE PESSOA ONLLINE NO MELODIA ESPERANÇA

PROMESSA DE DEUS EM MINHA VIDA



Jonh Herbet Vieira Batista
Diretor administrativo



Juazeiro - FM 87.9

Rua: Dr. José Ferreira Ramos, 1º andar

Direção: Antônio Batista

Associação Comunitaria São José

Comunicadores:

PROGRAMAÇÃO DA JUAZEIRO FM 87,9

" A Rádio que Toca Você "

- **Acorda Juazeiro - Tempos Dourados, Arquivo Musical, - Zominho Vieira.**
- **Juazeiro No Esporte - Zominho Vieira, Jota Neto e Normando Cordeiro.**
- **Toca Tudo Musical, Clube do Brega, Hora do Rei do Baião, A Comunidade é Notícia - Antonio Batista (TOCA).**
- **Estação Sucesso - John Herbt.**
- **Cheiro da Terra em Poesia - José Manoel.**
- **Nelson Sempre Nelson - Dário Balbino.**
- **Vamos Irmãos Evangelizar - Pe. João Jorge.**
- **Melodia Esperança - Everaldo Batista.**
- **Momento Gospel - Roberto.**
- **Jesua a Verdade que Liberta - Pr. Wellingson**
- **Santas Missões Populares - Nobinha e Josenilda.**
- **Forró Fim de Tarde - Paulo Roberto**
- **Toque Romântico - José Dário**
- **Terço em Família - Com as comunidades**
- **Clube do Rei - Josemar**

Postado por Everaldo Batista às 13:09

8 comentários:



LUZINETE 1 de dezembro de 2009 09:48

PZ DO SENHOR ABENÇOADO.
COMO FAÇO PRA OUVIR SUA RADIO ONLINE.
ESTOU EM JACAREI S.P.
DESDE JA AGRADEÇO A ATENÇÃO E O RETORNO.
A PAZ DO SENHOR..

SL 30 VS.5 "O CHORO PODE DURAR UMA NOITE MAS A ALEGRIA VEM PELA MANHÃ.."

Responder

Respostas



Raquel Batista Lança seu 1º CD dia 09/12/2009 em Campina Grande-PB

LANÇAMENTO EXCLUSIVO



Raquel Batista Lançou seu 2º CD no dia 07 de Maio de 2011 no SEST/SENAT em Campina Grande - PB



JESUS ESTÁ VOLTANDO !



É TEMPO DE ESPERANÇA

JÁ VIRAM NOSSO BLOG

1296

Motos

LANÇAMENTO DO 2º CD CONTA PRA DEUS - SEST/SENAT - CAMPINA GRANDE-PB

**fabbio silva** 2 de setembro de 2014 10:39<http://webradio.juazeirofm879.com/index.php?mob=true>[Responder](#)**branca_ccb** 30 de março de 2010 15:31

Olá Toca quero ouvir a sua rádio como eu faço? qual é o horário q vc ta? um abraço. ass: branca_ccb. são Paulo.

[Responder](#)**ailton** 16 de novembro de 2010 22:48

ola toca eu gostaria de sua radio online, para marta minha saudade da minha terinha.

[Responder](#)**ailton** 30 de outubro de 2011 11:54

eu queria saber uq faço pra mim ouvir a radio juazeiro fm pela net . se tive uma reposta manda p mim???

[Responder](#)**Priscila Souza** 5 de julho de 2012 18:09

OI,TOCA TUDO BEM,MANDA BEIJJJJJJJJJJOS PARA A MARCIA,NEGO E A NINA,NALVA E TODOS AI ...PRISCILA"FILHA DA FINADA JULIA"GOSTARIA DE ESCULTAR A RADIO DAQUI,MAS NÃO CONSIGO

[Responder](#)**Hanuska Costa** 23 de dezembro de 2012 00:07QUERIA MANDAR UM ARAÇO PRA DANIELE,WLIVAN,CABEÇA E PAULO ROBERTO QUE SÃO MEUS IRMÃOS...SINTO SAUDADES...AQUI É HANUSKA,SE LEMBRA PAULINHO?
GOSTARIA DE SABER NOTICIAS.FELIZ NATAL À TODOS!!![Responder](#)**Ricardo TELMA** 30 de maio de 2013 19:50

OI TELMA QUER DEUS TE GURDE MUITO DE SAÕA PAULO BJ

[Responder](#)

Digite seu comentário...

Comentar como:

Unknown (Goc ▾)

[Sair](#)[Publicar](#)[Visualizar](#)☐ Notifique-me

STYLLUSVIP.COM ...



CONTA PRA DEUS

STYLLUSVIP.COM ...



ASSEMBLEIA DE DEUS NO MUNDO

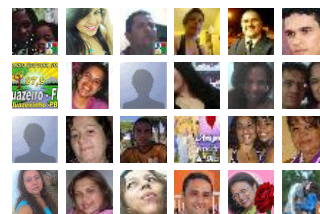


Missões

SEGUIDORES

Participar deste site

Google Friend Connect

**Membros (41)** [Mais »](#)Já é um membro? [Fazer login](#)

ARQUIVO DO BLOG

► 2012 (16)

► 2010 (11)

▼ 2009 (92)

► Novembro (1)

► Outubro (2)

► Setembro (10)

► Agosto (14)

[Postagem mais recente](#)[Página inicial](#)[Postagem mais antiga](#)Assinar: [Postar comentários \(Atom\)](#)

Missões

- Julho (9)
- Junho (4)
- Maio (37)
- Abril (7)
- ▼ Março (8)
 - IGREJA EVANGELICA
ASSEMBLEIA DE DEUS JARDIM
VERDE...
 - MISSÃO JUVEP
 - PROGRAMA MELODIA
ESPERANÇA
 - ASSEMBLÉIA DE DEUS -
JUAZEIRINHO
 - RÁDIO COMUNITÁRIA JUAZEIRO-
FM
 - BANDA DE MUSICA SÃO JOSÉ -
JUAZEIRINHO - PB
 - Nosso Site na Web
 - HISTÓRICO DO MUNICIPAL ...

QUEM SOU EU



Everaldo Batista

[Visualizar meu perfil completo](#)



**ESPERANÇA QUE
NOVAS MISSÕES
ACONTEÇAM**

Modelo Picture Window. Imagens de modelo por friztin. Tecnologia do Blogger.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA**

Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar, salas 107 a 110 – Centro
CEP: 88010-970 – Florianópolis/SC
Tel.: (61) 2027-5055 (VOIP)

Ofício nº 35173/2015/SEI-MC

Brasília, 26 de outubro de 2015

Ao Senhor

JONH HERBT VIEIRA BATISTA

Representante Legal da Associação Comunitária São José

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº08 - Centro

CEP 58660-000 / Juazeirinho – PB

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.058147/2011-16.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 23980/2015/SEI-MC**, desta Delegacia, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, a entidade deverá se manifestar sobre o assunto e/ou apresentar a documentação pendente, ficando estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste, de acordo com o AR (Aviso de Recebimento) que o acompanha, **sob pena de, em não havendo o cumprimento do prazo, ter seu pedido indeferido e o referido processo de pós outorga arquivado.**
3. No expediente de resposta deverão ser mencionados: o **número do Processo de referência**, o **número deste Ofício** de exigência e o **número da Nota Técnica.**

Atenciosamente,

Carlos Vinícius Lannes Duering
Delegado



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no**



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0787943** e o código CRC **580349BC**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA - DRMC/SC

Memorando nº 3724/2015/SEI-MC

Florianópolis, 26 de outubro de 2015

À Coordenadora-Geral de Acompanhamento de Outorga

Assunto: **Informação sobre entidade comunitária que pleiteia Renovação da Outorga**

1. Foram encontrados indícios de que a **Associação Comunitária São José**, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Juazeirinho/PB, estaria infringindo o art. 11 da Lei nº 9.612/1998, ao manter vínculos ideológico-político-partidários, conforme exposto abaixo:

- Wagner Bezerra Medeiros é Vice-Presidente do Partido PROS;
- Michael Carlos de Araújo Rodrigues é Tesoureiro do Partido PROS;
- Jonh Herbt Vieira Batista, presidente da Associação requerente, tem cargo comissionado de Assessor II na Prefeitura Municipal de Juazeirinho.

2. Também vínculos religiosos, ao apresentar programação com características voltadas para apenas a religião evangélica, bem como o blog da rádio <http://www.melodiaesperanca2009.blogspot.com.br/2009/03/radio-comunitaria-juazeiro-fm-879-radio.html> mostrar apenas propagandas com essas características.

3. Diante do exposto, solicitamos abertura de processo de apuração de infração.

Atenciosamente,

Carlos Vinícius Lannes Duering

Delegado



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 27/10/2015, às 14:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0787954** e o código CRC **78C7EC02**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

DESPACHO

Processo nº: **53000.058147/2011-16**

Interessada: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ**

À Delegacia Regional em Santa Catarina – DRMC/SC

Devolvemos o referido Processo, tendo em vista a instauração do Processo de Apuração de Infração nº 53900.058750/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 06/11/2015, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0800616** e o código CRC **61FB0E05**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

Ao Senhor
JONH HERBT VIEIRA BATISTA
Representante Legal da Associação Comunitária
São José
Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº08 - Centro
CEP 58660-000 / Juazeirinho - PB

VALOR DU DESTINATAIRE

UF

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Of nº 35173/2015/SEI-mc (087943)
53000-058147/2011-16

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

✓ Erik Arthur B. Costa

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

__/__/__

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

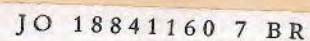
RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

~~30~~ OUT 2015

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

4

五

●

h



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

~~Delegacia Regional em Santa Catarina - DRMC-04~~

Plaza XV de Novembro, 242 - 1º andar.

CIDADE / LOCALITE

88010-970 FLORIANÓPOLIS - SC

19

BRASIL
BRÉSIL

**ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR**



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA**

Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar, salas 107 a 110 – Centro
CEP: 88010-970 – Florianópolis/SC
Tel.: (61) 2027-5055 (VOIP)

Ofício nº 21895/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor

JONH HERBT VIEIRA BATISTA

Representante Legal da Associação Comunitária São José

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº08 - Centro

CEP 58660-000 / Juazeirinho – PB

Assunto: **Reiteração das exigências relativa à análise do processo nº 53000.058147/2011-16.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, reporto-me ao Ofício nº **35173/2015/SEI-MC** de 26/10/2015, desta procedência, recebido por esta entidade em 17/11/2015 (conforme AR POSTAL), acompanhado da Nota Técnica nº 23980/2015/SEI-MC, versando sobre prazo de 30 (trinta) dias para saneamento de pendências.

2. A esse respeito, **REITERO** a necessidade de cumprimento das exigências nos termos da referida Nota Técnica, cópia em anexo, ficando estabelecido novo prazo de **30 (trinta) dias**, contados da data de recebimento deste Ofício via AR Postal, **para cumprimento TOTAL das exigências, sob pena de arquivamento do processo.**

3. No expediente de resposta deverão ser mencionados: o **número do Processo de referência**, o **número deste Ofício** de exigência e o **número da Nota Técnica.**

Atenciosamente,

Argélia Diniz Schramm
Delegada Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**,
Delegada Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inov no
Estado de Santa Catarina, Substituta, em 15/06/2016, às 14:39,
conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
1186221 e o código CRC **E8B08AC1**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 21895/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.058147/2011-16 - Nº SEI: 1186221

PREENCHER COM LETRA DE FORMA		AR	
DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
<p>Ao Senhor JONH HERBT VIEIRA BATISTA Representante Legal da Associação Comunitária São José Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº08 - Centro CEP 58660-000 / Juazeirinho - PB</p> <p>Ofício nº 21895/2016/SEI-MCTIC 1186221 53000.058147/2011-16.</p>		<p>UF PAÍS / PAYS</p>	
		<p>NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI</p> <p><input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE</p> <p><input type="checkbox"/> EMS</p> <p><input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ</p>	
<p>ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR</p> <p><i>X Aurora Batista de Lima</i></p> <p>NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR</p>		<p>DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION</p> <p>__/__/__</p>	<p>CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION</p> <p>28 JUN 2016</p> <p>PB</p>
<p>Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR</p>	<p>RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT</p> <p><i>Aurora Batista de Lima</i></p>		
<p>ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO</p>			

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

JO 18841442 7 BR

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Santa Catarina - DRMC-04

Prça XV de Novembro, 242 - 1º andar

88010-970 - FLORIANÓPOLIS - SC

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDERECO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal

Pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.

Resposta ao Ofício nº 21895/2016/SEI – MCTIC

Processo nº 53000.058147/2011-16.

Nota Técnica nº 23980/2015/SEI-MC



A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27, com sede na Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009, mantenedora da Rádio Comunitária Juazeiro FM, por seu dirigente adiante assinado, vem, com o devido respeito, responder aos questionamentos da Nota Técnica nº 23980/2015/SEI-MC, um por um, além de fazer a juntada de todos os documentos solicitados na forma que passa a expor:

DA ANÁLISE:

Em primeiro lugar, é necessário esclarecer o contratempo que houve em relação a resposta ao Ofício nº 35173/2015/SEI-MC de 26/10/2015, isto é, ao enviarmos resposta ao referido Ofício houve um equívoco de nossa parte, pois erramos o endereçamento, ou seja, ao invés de remetermos tal resposta ao endereço do Ministério das Comunicações da Delegacia Regional em Florianópolis - Santa Catarina, remetemos para o endereço do Ministério das Comunicações em Brasília. Por isso, agradecemos Vossas tolerâncias em conceder novo prazo para que a Associação Comunitária São

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal

Pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.

José apresente respostas aos questionamentos da Nota Técnica, referente a reiteração das exigências relativa à análise do processo nº 53000.058147/2011-16.

2. Com relação a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, frisamos que, a direção da entidade mantenedora já sanou todas essas pendências. Portanto, conforme solicitado, eis os itens sanados:

I. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

II. Estatuto Social atualizado e consolidado, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, e adequação da atual redação ao art. 40 da Portaria 4334/2015 e artigos pertinentes da Lei nº 9.612/1998, conforme transcrição a seguir:

II – garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica:

V – especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução.

III. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas. **OBS: Há duas Ata, cópia em anexo, a primeira é de vinte de novembro de 2013; já a outra Ata, é de 28 de novembro de 2015, que consta um novo vice-presidente e um novo segundo secretário, em atendimento as exigências postas, pois os Senhores Wagner Bezerra Medeiros e Michael Carlos de Araújo Rodrigues, são membros do partido PROS.**

IV. Título de eleitor da 1ª Tesoureira Sra. Maria do Socorro Vieira de Souza;

V. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes dos art. 113 a 116 da Portaria 4334/2015, e art. 8º da Lei 9612/98, juntamente com a grade de programação atualizada.

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal

Pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.

V. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes dos art. 113 a 116 da Portaria 4334/2015, e art. 8º da Lei 9612/98, juntamente com a grade de programação atualizada.

Ressalte-se, portanto, que todos os itens dispostos acima, da Associação Comunitária São José, estão plenamente corretos, cópias em anexos.

3. No tocante ao item 3 da análise, informamos que não procede a informação de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, pois jamais, em tempo algum, houve qualquer ato que possa inferir a requerente a qualquer entidade política ou religiosa, familiar ou comercial, enfim, a qualquer ato que vincule ou desrespeite a lei.

I. Os supostos indícios de vinculação político-partidário enumerados na Nota Técnica nº 23980/2015/SEI-MC não se sustentam, pois desde o dia 28 de Novembro de 2015 se constituiu uma nova direção na Associação Comunitária São José, ou seja, ao tomar conhecimento do teor do Ofício nº 35173/2015/SEI-MC de 26/10/2015, a direção da referida entidade reuniu-se extraordinariamente com os seus membros, em 28 de Novembro de 2015, às 09:00 horas, na sua sede, com endereço acima já mencionado, onde foi exposto todos os questionamentos da Nota Técnica.

Após a explanação do suposto vínculo político-partidário praticado por membros da direção da Associação Comunitária São José, os senhores Wagner Bezerra Medeiros (Vice-Presidente) e Michael Carlos de Araújo Rodrigues (2º Secretário), de forma voluntária, renunciaram as suas respectivas funções na direção da referida entidade, pois na notificação constava o nome de ambos como membros da direção do Partido PROS.

Diante disso, a Vice-Presidência e a 2ª Secretaria da Associação Comunitária São José foram declaradas vagas, concedendo aos membros presentes a faculdade de pleitearem as respectivas funções, sendo aclamado, de forma unânime, o nome da Sra. Maria de Fátima Clemente Roberto, como Vice-Presidente, e do Sr. Cláudio Bolo,

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal

Pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.

como 2ª Secretário, cópia da ata em anexo, desse modo, Wagner Bezerra Medeiros e Michael Carlos de Araújo Rodrigues, não integram mais a direção da entidade requerente. Quanto as demais funções, não houve alterações, permanecendo os mesmos membros.

Vale ressaltar, que apesar de se constatar membros da entidade, naquele período, na direção do Partido PROS, em momento algum houve promoção ou priorização político-partidária a quem quer que seja, sempre tratando todos de forma igualitária, sem nenhum tipo de distinção.

Endossando tal afirmação, eis a redação do art. 11 da Lei 9.612/1988, que infere o seguinte:

Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do serviço de Rádio difusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais. (grifo nosso) .

Não há no dispositivo legal mencionado, com a devida vênia, qualquer alusão a vedação de que os membros da direção não possam exercerem suas cidadanias, podendo filiar-se a partido político, o texto normativo dispõe que a entidade mantenedora não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ao comando de qualquer outra entidade, e isso é a norma.

Assim, fica evidenciado que a suposta infração prevista no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, não procede, ou seja, a Associação Comunitária São José nunca teve qualquer tipo de vínculos político-partidários, pois sempre prezou pela diversidade democrática, atendendo aos fundamentos da Constituição Federal de 1988, que consagrou o pluralismo político como um dos princípios fundamentais, em seu artigo 1º, inciso V.

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal

Pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.

Além disso, a entidade jamais permitiu que se fizesse uso político da Rádio, e sendo concessão pública comunitária, deve sempre prestar serviços a comunidade de forma igualitária, sem distinção de cor, religião ou partido político.

II. Com relação ao cargo comissionado exercido por minha pessoa, JONH HERBT VIEIRA BATISTA, como Assessor II na Prefeitura Municipal de Juazeirinho, é improcedente, não condiz com a realidade, é ato revogado, enfim, inexistente há mais de 5 (cinco) anos, quando de forma voluntária pedi minha própria exoneração. Friso, ainda, que tal portaria foi concedida no ano de 2010, ou seja, na gestão municipal anterior, período, este, que não mantive vínculo algum com a Associação Comunitária São José, nem tão pouco ocupei função alguma na direção da referida entidade.

Assim, é inegavelmente evidenciado que tal portaria não representa mais nada, pois sua vigência há muito tempo acabou.

Portanto, o suposto indício de vinculação político-partidária enumerado não se sustenta pelos argumentos apresentados e em face da demonstração clara que a entidade jamais serviu de instrumento político partidário para quem quer que seja.

III. Com relação ao suposto vínculo religioso com a religião evangélica, carece de veracidade, pois a programação da Rádio concede espaço a todos os seguimentos religiosos.

Em tempo algum a religião evangélica recebeu tratamento prioritário, pois é sabido que o Brasil é um país laico, onde a Constituição Federal assegura a plena liberdade religiosa, por isso, a Associação Comunitária São José, através da Rádio Comunitária Juazeiro FM, sempre prezou pela defesa do pluralismo religioso, concedendo espaço, na sua programação, a todos os seguimentos religiosos do Município. Portanto, da mesma forma que há programas evangélicos, também há programas católicos, bem como asseguramos espaço a qualquer outro seguimento religioso que pretendam entrar na grade de programação da Rádio.

A atual grade de programação, cópia em anexo, ratifica as afirmações do parágrafo anterior. Além disso, há duas cartas de apoio, cuja cópia segue em anexo,

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal

Pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.

assinadas por um Padre Católico e por um Pastor Evangélico, afirmando a total imparcialidade da Emissora no que diz respeito a religião, tratando a todos os seguimentos religiosos de forma isenta.

Quanto ao blog que a Nota Técnica se refere, informamos que não pertence a Rádio, é de propriedade do Senhor Averaldo Batista de Lima, o qual apresenta, semanalmente, o programa evangélico Melodia Esperança, na Rádio Comunitária Juazeiro FM. Portanto, o referido blog está relacionado ao programa evangélico Melodia Esperança, ou seja, a Rádio não tem vínculo algum com esse blog. Inclusive, já alertamos os comunicadores para não utilizarem o nome da Emissora nos seus blogs ou sites.

Cabe destacar, que a Rádio tem o seu próprio blog, cópia em anexo, que tem como uma de suas maiores características a imparcialidade, tratando todos de forma igualitária, sem distinção de cor, religião ou partido político. Cabe destacar, ainda, que o próprio proprietário do blog mencionado na Nota Técnica, o Sr. Averaldo Batista de Lima, através de uma declaração, cuja cópia segue em anexo, afirma que a Emissora não tem vínculo algum com o blog mencionado na Nota Técnica..

Ressalte-se que todas as afirmações estão alicerçadas por documentos e provas em anexo, bem como por documentos que já foram oportunamente enviados ao Órgão concedente.

Com o intuito de destacar a importância dos serviços prestados pela Associação mantenedora, não se pode deixar de dizer que as rádios comunitárias e principalmente a Rádio Comunitária Juazeiro FM, mantida pela Associação Comunitária São José, além do serviço de Radiodifusão Comunitária, mantém uma Escola de Música e uma Banda de Música, já tendo trabalhado nos últimos 10 anos da formação de mais de 300 jovens carentes no ensino da música, de forma gratuita.

As Rádios Comunitárias se apresentam como um Direito Social, como um veículo primordial para o pleno exercício desse direito, e principalmente contrariando a lógica da região, onde só quem possuía concessão de rádio eram os poderosos.

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal

Pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.

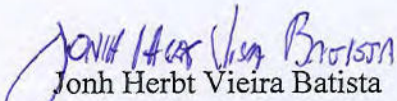
Com base nesses esclarecimentos e na certeza de que a Associação Comunitária São José estará como sempre esteve, como entidade mantenedora, à disposição do órgão concedente para resolver e superar as pendências burocráticas porventura existentes, porém, não permitam que calem a voz do nosso povo.

Somos o único veículo de comunicação aberto a sociedade, aos grupos culturais, ao esporte local, as diversas denominações religiosas e nunca em tempo algum, a comunidade deixou de apresentar sua voz por qualquer cerceamento da liberdade com a devida responsabilidade e as limitações da concessão recebida.

POR TUDO O EXPOSTO, entendemos com a devida vênia, ter apresentado a defesa, ponto a ponto dos fatos alegados, pelo que pugnamos pela improcedência das supostas infrações, ao tempo que a entidade se compromete a sanar qualquer questão burocrática que possa estar pendente, para que o povo da nossa cidade não perca esse importante instrumento de comunicação que há 15 anos vem sendo a voz dos que não tem voz, a comunidade carente e que não tem internet, e ainda não está integrada nas redes sociais, sendo a rádio ainda o instrumento mais popular de comunicação, cujo serviço a Associação mantenedora pretende manter.

Pede finalmente que seja acatada a presente defesa por entender de direito e de JUSTIÇA.

Juazeirinho – PB, 20 de Julho de 2016.


Jonh Herbt Vieira Batista
Presidente da Associação Comunitária São José

AQUI ESTÁ AS SEGUINTE COPIAS:

I. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DAS RECEITAS ADMINISTRATIVAS PELA ANATEL;

II. ESTATUTO SOCIAL ATUALIZADO E CONSOLIDADO, DEVIDAMENTE REGISTRADO NO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, E ADEQUAÇÃO DA ATUAL REDAÇÃO AO ART. 40 DA PORTARIA 4334/2015 E ARTIGOS PERTINENTES DA LEI Nº 9.612/1998. CONFORME TRANSCRIÇÃO A SEGUIR:

II- GARANTIA DE INGRESSO GRATUITO, COMO ASSOCIADO, DE TODA E QUALQUER PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA;

V- ESPECIFICAÇÃO DO ÓRGÃO ADMINISTRATIVO DA ENTIDADE E DO CONSELHO COMUNITÁRIO, BEM COMO O MODO DE FUNCIONAMENTO, NOTADAMENTE NO QUE CONCERNE:

B) AO TEMPO DE MANDATO DOS MEMBROS QUE COMPÕE A DIRETORIA, LIMITADO AO MÁXIMO DE QUATRO ANOS, SENDO ADMITIDA UMA RECONDUÇÃO.

III. ATA DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA EM EXERCÍCIO, DEVIDAMENTE REGISTRADA NO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS; **OBS: Há duas Ata, cópia em anexo, a primeira é de vinte de novembro de 2013; já a outra Ata, é de 28 de novembro de 2015, que consta um novo vice-presidente e uma novo segundo secretário, em atendimento as exigências postas, pois os Senhores Wagner Bezerra Medeiros e Michael Carlos de Araújo Rodrigues, são membros do partido PROS.**

IV. TÍTULO DE ELEITOR DA 1ª TESOUREIRA SRA. MARIA DO SOCORRO VIEIRA DE SOUZA;

V. ÚTIMO RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO, CONSTITUIDO NOS MOLDES DOS ART. 113 A 116 DA PORTARIA 4334/2015, E ART.8º DA LEI 9612/98, JUNTAMENTE COM A GRADE DE PROGRAMAÇÃO ATUALIZADA.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DA COMUNIDADE SAO JOSE
CNPJ: 02.488.712/0001-27

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:21:18 do dia 22/07/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 21/08/2016.

Certidão expedida gratuitamente.

01
H. Araújo

ATA DA REUNIÃO EXTRAONARIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SÃO
JOSE DA CIDADE DE JUAZEIRINHO, PARAIBA

Aos cinco dias do mês de abril de 2011 as 19hs, na sede da Banda de Música São José situada na Rua Quintino Boucaiúva Nº 39, O Presidente da entidade Antonio Batista de Lima Neto, reuniu os associados para debater a seguinte pauta:

1. Alteração do Estatuto.

Em atendimento ao ofício nº 1404 recebido por esta entidade em 31 de março de 2011, enviado pelo ministério das comunicações para cumpri o que determina o art. 4º da lei nº 9.618, de 1998 que estabelecem a formação, composição e objetivos do conselho comunitário fica assim alterado o nosso estatuto no seu Capitulo V, art. 6.º Fica instituído o Conselho Comunitário da Radio Comunitária Juazeiro FM 89.9 com as seguintes funções, e o art. 4º do Capitulo II

a – O Conselho Comunitário será formado por no mínimo cinco representantes de entidades da comunidade atendida, tais como: associações de classe, beneméritas religiosas ou de moradores, legalmente constituídas com o objetivo de fazer o acompanhamento da programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da lei n.º 9.612 de 1998

b - O Conselho Comunitário deverá encaminhar relatório anualmente ao Ministério da Comunicações, sempre no aniversario da outorga, contendo a grade de programação e a sua avaliação se a programação tem atingido os aspectos e objetivos estabelecidos por lei.

c – A entidade deverá manter disponível e atualizado o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

d - Fica assegurado a 1/5 dos associados o direito de promover a convocação dos órgãos deliberativos a qualquer momento desde que faça através de ofício a direção da entidade com 24 horas de antecedência de acordo com as determinações dispostos no Código civil, no caso de associações, art. 59 caputs 59 e parágrafo único da Lei ° 10.406,10 de Janeiro de 2002, alterada pela Le 11.127, de 28/06/2005.

Fica alterado o art.. 4º do estatuto da nossa entidade passa a ter a seguinte redação, podem associar-se a entidade pessoas sem distinção de sexo religião ou ideologia política que residam na área de atuação da entidade como também o art. 11º e 12º passando a duração do mandato para três anos com direito a reeleição.

Não havendo mais nada mais a tratar foi lavrado o presente ata que será assinada pelos associados presentes a reunião

Juazeirinho, PB 05 de abril de 2011

Maria Gaine Pereira
Maria Gaine Pereira



Antonio Batista de Lima Neto
Antonio Batista de Lima Neto

Declaramos, sob as penas da lei, que a presente cópia é transcrição fiel e integral da ata lavrada em data em 05 de abril de 2011, no livro nº 01 da associação Comunitária São José as fls 26 e 27.



CAPITULO V



03
J. Araújo

Da sua Dissolução, Criação de Radiodifusão Comunitária e seu Conselho

Art. 5º Sendo de duração ilimitada a Associação Comunitária São José, somente será dissolvida em face de dificuldades incontornáveis mediante decisão de assembléia geral extraordinária convocada para tal fim, ocorrendo a dissolução, seus bens serão destinados a outra entidade congênere legalmente constituída.

a – A Associação Comunitária São José, tem também como objetivo prestar serviço de Radiodifusão Comunitária, operando em frequência modulada FM com baixa potência até 25 Watts de acordo com a lei Nº 9.612 de 19/02/1998 que legaliza este serviço.

b – O Serviço da Radiodifusão Comunitária tem como finalidade difusão de idéias, culturas, tradições e habito sociais, integração estímulo e lazer, utilidade pública, defesa civil, jornalístico da comunidade e capacitação do direito de cidadania.

c – Para alcançar seus objetivos e associação poderá fazer convênios empréstimos, financiamentos, como também utilizar recursos próprios de doações e contribuições, o seu patrimônio será formado por bens moveis e imóveis adquiridos por rendas inerentes a prestação de serviços próprios dos seus objetivos sociais.

d – O Conselho Comunitário será formado por no mínimo cinco representantes de entidades da comunidade atendida, tais como associações de classe, beneméritas religiosas ou de moradores, legalmente constituídas com o objetivo de fazer o acompanhamento da programação da emissora, com vistas ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. Da lei nº 9.612 de 1998

e – O Conselho Comunitário deverá encaminhar relatório anualmente ao Ministério da Comunicações, sempre no aniversário da outorga, contendo a grade de programação e a sua avaliação se a programação tem atingido os aspectos e objetivos estabelecidos por lei.

f – A Entidade deverá manter disponível e atualizado o ato que estabelece a composição do Conselho comunitário.

g – Fica assegurado a 1/5 dos associados o direito de promover a convocação dos órgãos deliberativos a qualquer momento desde que faça através de ofício a direção da entidade com 24 horas de antecedência de acordo com as determinações dispostos no art. 59 caput 59 e parágrafo único da lei 10.406.10 de Janeiro de 2002, alterada pela lei 11.127, de 28/06/2005.

Art. 4º Pode associar-se a entidade pessoas sem distinção de sexo religião ou ideologia política que residem na área de atuação da entidade

CARTÓRIO “ANTÔNIO JOAQUIM”

ÚNICO OFÍCIO DE NOTAS

AUTENTICO ESTA FOTO OFICIAL, REPRODUÇÃO
FIEL DO ORIGINAL DOU FE (ART. 384-C, P. CIVIL)
JUAZEIRINHO, 25 DE Abril DE 2011.

Tab. 3





ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO DO REGISTRO DA COMARCA DE JUAZEIRINHO
Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, 02 – Fone: 3382-1195

Fernanda Freire de Araújo, Oficial do Registro de
Imóveis da Comarca de Juazeirinho, Estado da Paraíba,
em virtude da lei, etc.

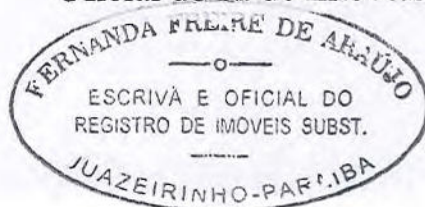
CERTIDÃO

Certifico, que a presente Ata da Reunião Extraordinária da
Associação Comunitária São José da Cidade de Juazeirinho - Paraíba,
Alteração do Estatuto, realizada em 05/04/2011, foi devidamente registrada neste
Cartório, sob nº. Av-068, às fls. 07v/08v, do Livro nº. A-2, na data supra. O
referido é verdade; dou fé.

Em testemunho (F.F.A.) da verdade

Juazeirinho, 27 de abril de 2011.

Fernanda Freire de Araújo
Fernanda Freire de Araújo
Oficial do R. de Imóveis.



09370362/0001-49

JUAZEIRINHO CARTÓRIO DO
REGISTRO DE IMÓVEIS
Rua Marechal Deodoro, 68
Centro - CEP 58.660-000
Juazeirinho - P.B.

05
J. Araújo

**ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA SÃO
JOSÉ**

JUAZEIRINHO

PARAIBA

ESTATUTO

FUNDADA EM: 22 de Novembro de 1997.





06
J. Araújo

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ

ESTATUTO

CAPITULO I DA DENOMINAÇÃO SEDE DURAÇÃO E OBJETIVO.

Art. 1º - A Associação Comunitária da comunidade São José, fundada em 22 de Novembro de 1997, é uma Sociedade Civil Autônoma sem fins lucrativos, oriunda da mobilização espontânea dos comunitários, de duração indeterminada, com sede e Fórum na Comarca de Juazeirinho - Pb. Reger-se-á pelo presente Estatuto.

Art. 2º - A área de atuação da Associação compreende toda comunidade São José.

Art. 3º - Constituem objetivo da Associação:

A- Promover o desenvolvimento sócio - econômico da comunidade através da integração de seus habitantes sem distinção de sexo, raça, credo religioso, convicções políticas ideológicas ou partidárias.

B- Fazer reivindicações aos poderes públicos em favor da comunidade.

C- Executar serviço de Radiodifusão comunitária objetivando atender a toda comunidade, com vistas a:

I - Dar oportunidade a difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais, oferecendo mecanismos a formação e integração da comunidade estimulando o lazer, a cultura e o convívio social.

II - Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil sempre que necessário, contribuir para o aperfeiçoamento nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas de conformidade com a legislação vigente.

III - Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível, dando, preferencias a finalidades educativas artísticas e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade de acordo com a Lei 9.612 - 98 e Decreto 2.615 / 98 que rege este serviço.

D - Proporcionar aos associados cursos de formação, atividades culturais e esportivas, visando a conscientização dos seus direitos e deveres para o exercício pleno da cidadania.

CAR. ORL. "ANTÔNIO JOAQUIM

ÚNIC. OFÍCIO DE NOTAS

AUTENTICO ESTA FOTO ORL. REPRODUÇÃO
FIEL DO ORIGINAL DOU FE (ART. 334-C, P. Civil)

JUAZEIRINHO, 26 DE Abril DE 2011.

Taberna



02
H. Araújo

CAPITULO II DOS ASSOCIADOS

Art. 4º - Podem associar-se a associação homens, mulheres e jovens que residem ou trabalhem na área de atuação da associação admitidos pela diretoria executiva, referendada pela assembléia geral.

Art. 5º - São direitos dos associados:

A - votar e ser votado;

B - Gozar de todas as vantagens, conquistadas e garantidas pela associação;

C - Participar de todas as reuniões e assembléias apresentando sugestões e propostas de interesse da comunidade;

D - Cumprir os Estatutos e Regimentos da Associação;

E - Requerer através de um mínimo de 20% dos associados em pleno gozo com os seus direitos, convocar Assembléia geral extraordinária, justificando o assunto a ser discutido;

F - Respeitar as decisões das assembléias gerais e da diretoria;

G - Pagar pontualmente a sua contribuição mensal determinada pela assembléia.

Art. 6º - Os serviços prestados a associação pelos associados inclusive em cargos de direção são inteiramente gratuitos, vedada a percepção de ordenados, gratificações ou recompensas a qualquer titulo ou protesto.

CAPITULO III DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 7º - A Assembléia geral é a reunião plenária de todos os associados, podendo deliberar soberanamente sobre qualquer assunto pertinente a associação, de conformidade com este estatuto, sendo portanto seu órgão deliberativo máximo.

Art. 8º - A assembléia geral reunir-se-á ordinariamente uma vez em cada semestre, sendo uma destas reuniões trinta dias antes das eleições, extraordinariamente ela se reunirá por convocação da diretoria executiva e conselho fiscal ou por maioria simples dos associados quites com as suas obrigações sociais, que publiquem tal intenção com no mínimo oito dias úteis de antecedência.

Art. 9º - A assembléia tem o direito de exigir da diretoria executiva e do conselho fiscal, cumprimentos de suas deliberações especialmente cobrar iniciativas tendentes a alcançar os fins da associação e a execução rigorosa deste estatuto, inclusive quando a publicação das suas convocações.

1037 332/0
L
JUAZEIRINHO - PE.

CARTÃO

"PROVIA 1º AQUIN"

Autent.

origina

Juazeirinh

10

to fiel do

de 19 99

João Paulo G. Santos
Tabela Pública



CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO

08
g. prais

Art. 11º - A Associação é administrada por uma Diretoria Executiva composta por (06) seis associados: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro com mandato de (02) dois anos, podendo ser reeleito por um só mandato consecutivo.

Art. 12º - O Conselho Fiscal é órgão de fiscalização das atividades financeiras da Associação, sendo autônoma no exercício de suas funções e composto por (06) seis associados: (03) três suplentes e (03) três efetivos, eleitos juntamente com a diretoria Executiva em Assembléia Geral com mandato de (01) um podendo ser reeleito por um só mandato.

Art. 13º - Ao Presidente Compete:

- a) Representar a Associação Judicial e Extraordinariamente.
- b) Presidir todas as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral.
- c) Movimentar juntamente com o tesoureiro as contas bancárias.

d) Apresentar no início do seu mandato em Assembléia geral o plano de trabalho anual da associação, bem como o relatório das atividades ao fim de cada exercício financeiro.

Art. 14º - Compete ao Vice Presidente substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos legais.

Art. 15º - Da Competência do 1º Secretário:

- a) Redigir as atas da diretoria e da Assembléia.
- b) Organizar correspondência recebidas e expedidas, bem como ofícios e requerimentos.

Art. 16º - Compete ao 2º Secretário: substituir o 1º secretário em suas faltas e impedimentos legais.

Art. 17º - Da competência do 1º Tesoureiro:

- a) ter sob sua guarda e responsabilidade devidamente rubricada pelo Presidente e tesoureiro, todos os livros de escrituração indispensáveis a execução das receitas e despesas, bem como todos os documentos relativos a tesouraria.
- b) Assinar juntamente com o presidente, todos cheques de pagamento e tudo o que se relacione com o movimento financeiro.

CARTÃO: "ANTONIO J. AQUINO"

UNO O C I IO DE NOTAS

Autentico esta cópia, reprodução fiel do original do (Art. 334-C, P. Civil).

Juazeirinho, 16 de fevereiro de 1992

Alcides Gomes de Almeida
Tabelião Público

1992. 1362/1992-101

Assessoria Jurídica do Registro de Imóveis

Assessoria Jurídica do Registro de Imóveis

Assessoria Jurídica do Registro de Imóveis

Assessoria Jurídica do Registro de Imóveis



c) Efetuar trimestralmente o balancete das receitas e despesas, encaminhando através da Presidência, ao conselho fiscal para que este dê o seu parecer.

d) Recolher a contribuição social para manutenção da Associação.

Art. 18º - Compete ao 2º Tesoureiro substituir o 1º Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos legais.

CAPÍTULO V DO PATRIMÔNIO

Art. 19º - A Associação tem como fonte de recursos a contribuição social dos associados. O seu patrimônio será formado por bens móveis e imóveis adquiridos por compra, doação, legados ou outros meios jurídicos e auxílio dos poderes públicos.

Art. 20º - Nenhuma bem pertencente ao patrimônio da Associação poderá ser vendido, alienado, penhorado ou hipotecado sem autorização de (2/3) dois terços dos Associados quites com suas obrigações sociais em Assembléia Geral.

CAPÍTULO VI

Art. 21º - O presente estatuto somente poderá ser reformado em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim e pelo voto de dois terços (2/3) dos Associados quites com suas obrigações sociais.

CAPÍTULO VII

A Associação somente se extingue mediante as mesmas condições dispostas para reforma do estatuto e em tal caso, e seu patrimônio, se houver, será destinado à Associação congênere, escolhida pela Assembléia Geral.

Art. 22º - Além do cumprimento fiel das deliberações da Assembléia Geral, caberá a Diretoria Executiva elaborar o regimento interno e resolver os casos omissos do Presidente Estatuto, devendo ser referendado pela Assembléia Geral.

Art. 23º - Este Estatuto foi aprovado em Assembléia Geral, convocada e realizada no dia 31 de janeiro de 1998, passando a vigorar a partir do seu registro no cartório de registro de pessoas jurídicas, títulos e documentos.

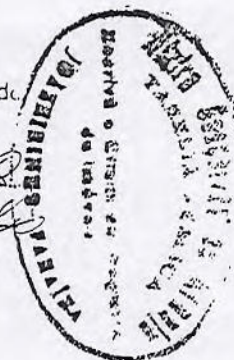
CARTÓRIO: "ANTONIO ITAQUIN"

COPIA FIEL DE NOTAS

Autenticado em cópia, reprodução fiel do original do (1.384-C. P. Civil).

Juazeirinho, 10 de Janeiro de 1998

Almeida Gonçalves de Paula



10.
J. Araújo

**REGIMENTO INTERNO DA ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ JUAZEIRINHO.**

Regimento interno
Capítulo I
Das Finalidades

Art. 1.º O presente regimento Interno tem por finalidade regular todas as normas internas da associação comunitária São José tais como:
Regular direitos e deveres dos sócios como também o processo eleitoral e a criação de serviço de Rádio Difusão comunitária e tratar da sua desolução.

Capítulo II
Dos Direitos dos Sócios

Art. 2.º São direitos de todos os sócios:

- a- Gozar de todos os benefícios contidos no estatuto e neste RI
- b- Votar após (30) dias de sua filiação e ser votado após noventa dias de associado.
- c- Comparecer as reuniões da AG.
- d- Dirigir a DE qualquer queixa e defender-se de qualquer acusação que lhe seja imposta como também convidar pessoas amigas a participarem do quadro de associados, mediante autorização da DE.

Capítulo III
Dos Deveres dos Sócios

Art. 3.º São deveres de todos associados:

- a- Comparecer as AG e notificar a DE qualquer irregularidade relativa a associação de que tenha conhecimento e cumprir fielmente o que dispõe o estatuto e este RI e as decisões da AG.
- b- Pagar pontualmente as mensalidades e zelar por todo material existente na sede Social.

Capítulo IV
Do Processo Eletivo

CARTÃO Nº 3: "SÃO JOSÉ JUAZEIRINHO"

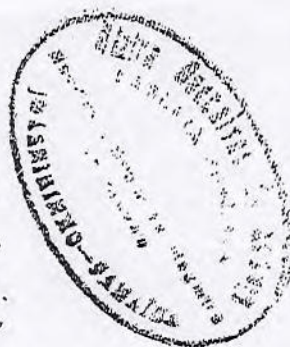
UNIDADE DE NOTAS

Autentica a fidedignidade e produção fiel do original da 1ª. (1ª. 3ª. e 4ª. Civil).

Assinatura: 02 de Julho de 1992.

Fernanda Freire de Araújo

Tabat. 10/10/92



Art. 4.º As eleições serão processadas do seguinte modo:

- a- Cada chapa só poderá se escrever (01) um candidato para cada cargo e o voto será secreto, devendo o nome do eleitor constar na folha de votação e estar de acordo com o capítulo II art. 2.º letra b.
- b- Não poderá ser registradas chapas com nome de organizações política partidárias.
- c- Quando houver apenas uma chapa registrada, a eleição se fará por aclamação.

Capítulo V

Da Sua Desolução e da Criação de Serviço de rádio Difusão Comunitária.

Art. 5.º Sendo de duração ilimitada a associação comunitária são José somente será dissolvida em face de dificuldades incontornável mediante decisão de AG extraordinária convocada para tal fim, ocorrendo a desolução seus bens serão destinados a outra entidade congênere com personalidade jurídica existente.

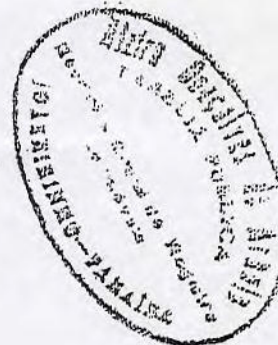
- a- A associação comunitária são José tem também como objetivo prestar serviço de Radio Difusão comunitária, operando em frequência modulada FM com baixa potência até 25 Watts de acordo com a lei N.º 9.612 de 19/02/1998 que legaliza este serviço.
- b- O serviço de Radio Difusão comunitária tem como finalidade, Difusão de idéias, Cultura, Tradição e habito sociais Integração estímulo e lazer, Utilidade Pública, Defesa civil, Jornalístico da comunidade e capacitação do direito de Cidadania.
- c- Para alcançar seus objetivos a associação poderá fazer convênios, empréstimos, financiamentos, como também utilizar recursos próprios de doações e contribuições, o seu patrimônio será formado por bens moveis e imoveis adquiridos por compra doações, auxílios dos poderes públicos, empréstimos e rendas inerente a prestação de serviços próprios dos seus objetivos sociais.

Capítulo VI

Das Disposições Finais

Art. 6.º Este regimento interno entrar em vigor quando da aprovação do mesmo pela Diretoria Executiva.

CARTÃO DE "CARTÃO AQUIM"
UNO DE NOTAS
Autenticado por [assinatura] produção fiel do
original do [assinatura] (C. P. Civil).
Juazeirinho, 02 de [assinatura] de 1999
[assinatura]
Tabela Pública



[0937 332M 01-49]

Juazeirinho, Cartão do Registro de Imóveis

uma área de 1.000 m²



ATA DA REUNIÃO ORDINARIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SÃO JOSÉ

JUAZEIRINHO - PARAIBA

04
Ferreira

Aos vinte e dois dias do mês de Novembro de dois mil e treze, na sede da Associação Comunitária São José. Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 08, 1º Andar. Centro, os associados da entidade reuniram-se para votar na escolha de uma nova diretoria executiva e do conselho fiscal, tendo em vista que no prazo de trinta dias da divulgação e convocação para a eleição da entidade não sendo registrada nenhuma chapa, por unanimidade foi escolhida uma chapa de conselho para um mandato de três anos de acordo com a nova redação do Artigo 4º, combinados com o Artigo 11º e 12º para um reeleição a qual ficou assim constituída: Presidente: Jonh Herbet Vieira Batista; brasileiro, solteiro, radialista residente e domiciliado a Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 02 Centro Juazeirinho Paraíba, inscrito no CPF do Ministério da fazenda sobre o numero 025.349.634.90, portador das cédula de identidade nº 1897.889. SSP-PB. Vice Presidente: Wagner Bezerra Medeiros; brasileiro, solteiro, musico residente e domiciliado a Rua Durval Diniz nº 29. Centro Juazeirinho Paraíba, inscrito no CPF do Ministério da fazenda sobre o numero 021.262.324.89, portador da cédula de identidade nº 3216.339 8. SSP-PB. 1ª Secretaria: Maria Jaine Pereira; brasileira, solteira, cabeleireira residente e domiciliada a Rua Francelina Colaço da Silva nº 55 Bairro Arnaldo Lafaiety. Juazeirinho Paraíba, inscrita no CPF. 091.611.244.60 do Ministério da fazenda sobre o numero. 3.695.632. SSP-PB. 2º Secretario. Michael Carlos de Araújo Rodrigues; brasileiro, solteiro, fotografo residente e domiciliado a Rua João Vital Guedes s/n centro Juazeirinho. Paraíba, inscrito no CPF do Ministério da fazenda sobre o numero 020.660.004.69, portador da cédula de identidade nº RG 1.952.123 - 2ª Via. SSP-PB. 1ª Tesoureira Maria do Socorro Vieira de Souza; brasileira, solteira, vendedora residente e domiciliada a Rua João Capitulino nº 51 Centro Juazeirinho Paraíba, inscrita no CPF do Ministério da fazenda sobre o numero. 071.976.434.30, portadora da cédula de identidade nº 2.192.189. SSP-PB. 2ª Tesoureiro. José Renilson Guedes Dias; brasileiro, casado, motorista residente e domiciliado a Rua Quintino Boucaiua nº 234. Centro. Juazeirinho. Paraíba, inscrito no CPF do Ministério da fazenda sobre o numero. 078.554.644.84, portador da cédula de identidade nº RG 2. 999.867. SSP-PB. Presidente do Conselho Fiscal; Rodrigo Lourenço da Silva; brasileiro, casado, vidraceiro residente e domiciliado a Rua José Felesmino s/n centro Juazeirinho. Paraíba, inscrito no CPF do Ministério da fazenda sobre o numero 097.204.254.74, portador da cédula de identidade nº RG 3 818 210. SSP-PB. Vice Presidente. Walone de Oliveira Araújo; brasileiro, solteiro, eletricista, residente e domiciliado a Rua João Capitulino nº 59 Centro Juazeirinho Paraíba. Inscrito no CPF do Ministério da fazenda sobre o numero. 088.028.344.07, portador da cédula de identidade nº RG 3 550 943. SSP-PB. Secretaria. Jarteclenia Vieira Batista; brasileira; casada, professora residente e domiciliada a Rua Quintino Boucaiua, nº 234. Centro Juazeirinho Paraíba. Inscrita no CPF do Ministério da fazenda sobre o numero. 072.805.534.77. Portadora da cédula de identidade nº RG. 257.340.8. SSP-PB. Assessor Jurídico. José Neto Freire Rangel; brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado a Rua João Vital Guedes nº 02 centro Juazeirinho Paraíba, inscrito no CPF do Ministério da fazenda sobre o numero 218.869.464-34, portador da cédula de identidade nº 444.234. SSP-PB. Não havendo nada mais a tratar foi lavrada a presenta ata que será assinada pelos presentes a reunião.





ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO DO OFÍCIO ÚNICO DA COMARCA DE JUAZEIRINHO
Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, nº 02, Centro – Fone: 3382-1195

Juazeirinho

**Fernanda Freire de Araújo, Oficial do Registro de
Títulos e Documentos da Comarca de Juazeirinho,
Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc.**

CERTIDÃO

Certifico, que a presente Ata da Reunião Ordinária da Associação Comunitária São José Juazeirinho - Paraíba, realizada em 22/11/2013, foi devidamente registrada neste Cartório, sob nº 1.535, às fls. 44/44v, do Livro nº A-6, na data supra. O referido é verdade; dou fé.

Em testemunho (v.f.a.) da verdade

Juazeirinho, 23 de maio de 2014.

Fernanda Freire de Araújo
Fernanda Freire de Araújo
Oficial do R. de Títulos e Documentos.

EMOLUMENTOS: R\$ 37,46
FARPEN: R\$ 2,94
F.E.P. J: R\$ 1,12



09.370.362/0001-49
JUAZEIRINHO CARTÓRIO DO
REGISTRO DE IMÓVEIS
Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, 02
CENTRO - CEP 58660-000
JUAZEIRINHO - PB

Juazeirinho, 20 de Março de 2013

Maria Jaine Pereira
Maria Jaine Pereira

Secretária

John Herbt Vieira Batista
John Herbt Vieira Batista

Presidente

Wagner Bezerra Medeiros
Wagner Bezerra Medeiros

2º Secretário

Michael Carlos de Araújo Rodrigues
Michael Carlos de Araújo Rodrigues

2º Secretário

Maria do Socorro Vieira de Souza
Maria do Socorro Vieira de Souza

1º Tesoureiro

Jose Renilson Guedes Dias
José Renilson Guedes Dias

2º Tesoureiro

Rodrigo Lourenço da Silva
Rodrigo Lourenço da Silva

Presidente do Conselho Fiscal

Walone de Oliveira Araújo
Walone de Oliveira Araújo

Vice-Presidente do Conselho Fiscal

Jarteclenia Vieira Batista
Jarteclenia Vieira Batista

Secretária

Jose Neto Freire Rangel
José Neto Freire Rangel

OAB/PB 6.145

Em tempo: onde lê-se Juazeirinho 20 de Março de 2013, lê-se Juazeirinho 22 de Novembro de 2013.

DECLARAMOS SOB AS PENAS DA LEI QUE A PRESENTE CÓPIA É TRANSCRIÇÃO FIEL E INTEGRAL DA ATA LAVADA EM 22 de Novembro de 2013 NO LÍNGUAS 34V E 35 DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ DE JUAZEIRINHO

John Herbt Vieira Batista

ATA EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ

Em 28 dias do mês de novembro de dois mil e quinze às 09 horas da noite da entidade, a rua Dr. José Ferreira Ramos nº 08, os associados reuniram-se em reunião extraordinária para analisar a escolha de um novo vice-presidente e segundo secretário, tendo em vista os afastamentos dos senhores Wagner Bezerra Medeiros e Michael Carlos de Araújo Rodrigues, na oportunidade o presidente apresentou a senhora Maria Fatima Clemente Ribeiro, brasileira, casada, agricultora residente na rua Sebastião Amado nº 193, inscrita no Ministério da Fazenda sob o número 051.756.424.64 portadora da cédula de identidade nº 2211.020.2 SSP/PB, para assumir o cargo de vice-presidente e Cláudio Belo residente na rua José Felismino nº 516, inscrito no Ministério da Fazenda sob o nº 123.715.778.12 portador da cédula de identidade nº 238.25746 SSP/SP para o cargo de segundo secretário sendo aprovados por unanimidade das pessoas presentes a reunião, não havendo nada mais a tratar foi lavrada a presente ata que será assinada por todos os presentes a reunião, eu que a escrevi, data e assino.

Juazeirinho 28 de novembro de 2015

JOÃO DA FREIRE DE MATTOS
REGISTRO DE MOVES SUBST.
JUAZEIRINHO-PARÁIBÁ

JUAZEIRINHO-PARÁIBÁ
REGISTRO DE MOVES SUBST.
AUTENTICAÇÃO
REPRODUÇÃO
DOJ PE
JUAZEIRINHO, 02 DE DEZEMBRO DE 2015

Selo Digital
Lei Estadual nº 10.132 de 06 de Novembro de 2013
Consulte a autenticidade em <https://seidigital.libp.jus.br>

Marcelina Vieira Batista

37

Secretária da reunião

Jonhykely Vieira Batista

Cláudio Bala

Manoel Antonio Rodrigues

Jorge Duro Balduino de Souto

Neguer Bezerra Medeiros

Anna Medeiros Bezerra

Josenilda Alves Bezerra

Enk Astur Batista da Costa

Maria do Socorro Ferreira da Costa

Amílcar Barbosa Souza

Respondeo do Sítio Rodrigues

MANOEL ZILBERTO RIZALITO

Mário de Fátima Clemente Roberto

JUAZEIRINHO CARTÓRIO DO
REGISTRO DE IMÓVEIS

Rua Vereador Paulo César de Oliveira, 02
Centro - Juazeirinho - Paraíba

AUTENTICO ESTA FOTOCÓPIA,
REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL
DOU FÉ.

JUAZEIRINHO, 02 DE DEZEMBRO DE 2015

Tabelião Público



Selo Digital: AC131613 - ZRPJ

Lei Estadual nº 10.132 de 06 de Novembro de 2013

Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

 TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR
MARIA DO SOCORRO VIEIRA DE SOUZA

DATA DE NASCIMENTO 20/04/1970 Nº INSCRIÇÃO 0152 1212 1228 ZONA 056 SEÇÃO 0007

MUNICÍPIO / UF JUAZEIRINHO/PB DATA DE EMISSÃO 06/10/2015

JUIZ ELEITORAL
pas

Maria do Socorro Vieira de Souza
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Maria do Socorro Vieira de Souza
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

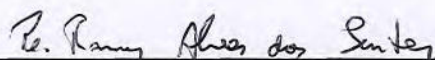
VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

RADIO COMUNITARI JUAZEIRO FM 87,9
Org. Associação Comunitária São Jose
Juazeirinho Paraíba

CONSELHO COMUNITARIO

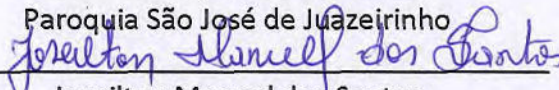
Declaramos para os devidos fins de direto junto ao ministério das comunicações que a programação da Radio Comunitária Juazeiro FM 87,9 uma organização da Associação Comunitária São José, relata que a emissora tem se portado de acordo com o que determina os princípios da Lei. 9.612/98, dando oportunidades a todos seguimentos da comunidade, respeitando os valores éticos e sócias da pessoa e da família sem descriminação de raça, religião, sexo, preferencias sexuais convicções politicas-ideológicas-partidária e condição social de acordo com a grade da programação, anexo.

Juazeirinho, 09 Julho 2016



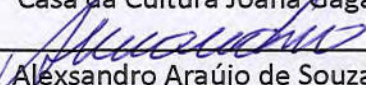
Padre Rahiery Alves dos Santos

Paroquia São José de Juazeirinho



Joseilton Manuel dos Santos

Casa da Cultura Joana Gaga



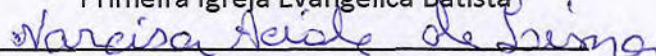
Alexsandro Araújo de Souza

Associação Comercial de Juazeirinho



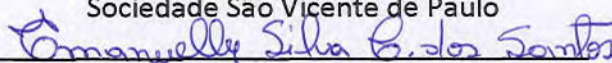
Pastor Wellisgson Nizan Cordeiro Trajano

Primeira Igreja Evangélica Batista



Narcisa Aciole de Lima

Sociedade São Vicente de Paulo



Emanuelly Silva Correia dos Santos

Colônia de Pescadores e aquicultura



Associação Comunitária São José
Rádio Comunitária Juazeiro FM
Juazeirinho, Paraíba-Brasil

Programação:

HORARIO/	SEGUNDA/	TERÇA/	QUARTA/	QUINTA/	SEXTA/
06as07h	Acorda Juazeiro	Acorda Juazeiro	Acorda Juazeiro	Acorda Juazeiro	Acorda Juazeiro
07as08h	Rádio Notícia	Rádio Notícia	Rádio Notícia	Rádio Notícia	Rádio Notícia
08as12h	Estação Sucesso	Estação Sucesso	08as11h (Estação Sucesso) 11as13h Cidade em Debate.	Estação Sucesso	08as11h (Programação. Religiosa igreja católica) 11as13h Rádio Revista.
12as13:30h	Juazeiro no Esporte	Juazeiro no Esporte	-----	Juazeiro no Esporte	-----
13:30as16h	Toca Tudo Musical	Toca Tudo Musical	Toca Tudo Musical	Toca Tudo Musical	Toca Tudo Musical
16:00as18:00h	Melodia Esperança	Estação Forró	Estação Forró	Estação Forró	Estação Forró
18:00as19:00h	Terço em Família	Terço em Família	Terço em Família	Terço em Família	Terço em Família

19:00as20:00h	Voz do Brasil	Voz do Brasil	Voz do Brasil	Voz do Brasil	Voz do Brasil
20:00as23:00h	Nelson sempre Nelson	Show da Noite	Jesus Transforma	Embaixadores de Cristo	20as21h Igreja Mundial 21as23h (Encontro com o Passado)



Associação Comunitária São José
Rádio Comunitária Juazeiro FM
Juazeirinho, Paraíba-Brasil

Horario	Sábado	Domingo
06as08h	Cheiro da Terra em Poesia	A hora do Rei do Baião
08as10h	Manhã de Sucessos.	Clube do Rei
10as12h	Saúde para Todos	Domingão de Sucessos
12as13h	Cariri Independente	12as14h Tribuna Livre
13as15h	A voz da Assembleia de Deus.	14as16h Jesus Transforma
15as17h	Conexão Pop Rock	16as17h Tempos Dourados
17as19h	Momento com a Virgem Maria	MPB da Gente

19as21h	Clube do Brega	Amor a Noite
21as23h	Arquivo Musical	Amor a Noite

CARTAS DE APOIO



CARTA DE APOIO

Como administrador paroquial da Paróquia São José de Juazeirinho, venho manifestar e atestar que a Associação Comunitária São José, através da Rádio Comunitária Juazeiro FM, 87,9, não mantém vínculo algum que a subordinam ou à sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando à orientação de outra entidade, mediante compromisso ou relações religiosas, pois é do conhecimento de toda a sociedade juazeirinhense que a requerente sempre prezou pelos princípios da isenção e imparcialidade. Portanto, o mesmo espaço cedido a religião evangélica, também é cedido a religião católica ou a qualquer outra religião, basta procurar a direção da emissora que, com toda certeza, terá espaço garantido na grade da programação.

Portanto, como conhecedor dos objetivos e dos relevantes préstimos e benefícios que a RADIO COMUNITÁRIA JUAZEIRO FM tem prestado a nossa comunidade, expresso todo o apoio e solidariedade em nome de toda comunidade católica da cidade de Juazeirinho.

Juazeirinho, 19 de Julho de 2016

Pe. Raniery Alves dos Santos
(Administrador Paroquial)

CARTA DE APOIO

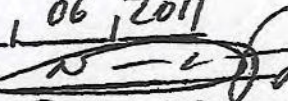
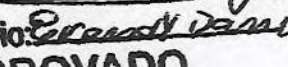
Como Pastor da Igreja Batista, 1º Igreja Evangélica de Juazeirinho, venho manifestar e atestar que a Associação Comunitária São José, através da Rádio Comunitária Juazeiro FM, 87.9, não mantém vínculo algum que a subordinam ou à sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações religiosas. Ou seja, jamais, em tempo algum, a Emissora demonstrou manter vínculos a quem quer que seja, nem tão pouco a religião evangélica, pois é do conhecimento de toda Sociedade Juazeirinhense que a requerente sempre prezou pelos princípios da isenção e da imparcialidade. Portanto, o mesmo espaço cedido a religião evangélica, também é cedido a religião católica ou a qualquer outra religião, basta procurar a direção da emissora, que, com toda certeza, terá espaço garantido na grade de programação.

Entendo, portanto, que a Rádio Comunitária Juazeiro FM está apta para atuar em nossa comunidade, atendendo, como sempre o fez, aos princípios éticos e humanitários.

Wellisson Nizan C. Trajano
Pastor Presidente - OPBB
EMAIL: pastordjuazeirinho@gmail.com
Fone: 9145-3320 - CPF 798.266.874-53

Pastor Wellisson Nizan Cordeiro Trajano
Pastor da Igreja Batista, Primeira Igreja Evangélica de Juazeirinho

Juazeirinho, 18 de Julho de 2016.

Data: 09 / 06 / 2011
Presidente: 
1º Secretário: 
APROVADO
UNANIMIDADE



Câmara Municipal de Juazeirinho Paraíba
"CASA JOSE COSME DE OLIVEIRA"

Requerimento nº /2011

em, 09 de junho de 2011

Assunto: **Moção de Aplauso.**

REQUERENTE: VEREADOR FERNANDO DE MEDEIROS CADETE

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal, Requeiro à Mesa Diretora após o cumprimento das formalidades regimentais, que seja realizado o seguinte pedido de providencia.

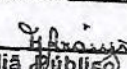
1. Que seja votada uma moção de aplauso pela passagem do aniversário de 10 (dez) anos de funcionamento da **Rádio Comunitária Juazeiro FM** prefixo 87,9 da nossa Cidade.

JUSTIFICATIVA

A **Rádio Comunitária Juazeiro FM** prefixo 87,9 de nossa cidade, pertencente a "Associação Comunitária São José", tem prestado um serviço de inigualável valor na área de radiodifusão à nossa comunidade, pois como todos nós sabemos, ela é a única da nossa cidade e além de tudo é comunitária, o que faz com que todos tenham acesso a ela, independente de cores políticas, religião, cor da pele, poder econômico etc. Não é por acaso que a referida Rádio Comunitária, foi reconhecida como sendo de utilidade pública municipal através da Lei Municipal Nº 462/2007 de 24 de novembro de 2006 e a Associação Comunitária São José como sendo de utilidade pública Estadual através da Lei Nº 8.907 de 24 de setembro de 2009.

Saia das sessões da Câmara Municipal de Juazeirinho, em 09 de junho de 2011.

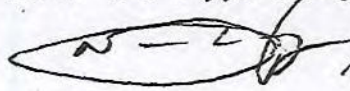
JUAZEIRINHO CARTÓRIO DO
REGISTRO DE IMÓVEIS
Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, 02
Centro - Juazeirinho - Paraíba
AUTENTICO ESTA FOTOCÓPIA,
REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL
DOU FÉ.
JUAZEIRINHO, 12 DE Setembro DE 2012.


Tabela Pública

FERNANDA FREIRE DE ARAÚJO
ESCRIVÃ E OFICIAL DO
REGISTRO DE IMÓVEIS SUBST.
JUAZEIRINHO - PARAIBA


FERNANDO DE MEDEIROS CADETE
VEREADOR


Democratas25

R. H. em 09/06/2011


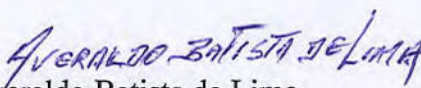
**DECLARAÇÃO DO SR. AVERALDO BATISTA DE LIMA,
AFIRMANDO QUE O BLOG MENCIONADO NA NOTA
TÉCNICA É DE SUA TOTAL RESPONSABILIDADE**

DECLARAÇÃO

Eu, Averaldo Batista de Lima, Brasileiro, casado, músico, CPF nº 322.334.344-04, título de eleitor nº 0154.2321.1201, com residência e domicílio na rua Quintino Bocaiuva, nº 27, Centro, Juazeirinho-PB, declaro para os devidos fins e fazer provas junto ao Ministério das Comunicações na Delegacia Regional em Santa Catarina, que a requerente não mantém relação alguma com o blog mencionado na Nota Técnica, ou seja, o blog que está no seguinte endereço web:<http://www.melodiaesperanca2009.blogspot.com.br/2009/03/radio-comunitaria-juazeiro-fm-879-radio.html>, pertence a minha pessoa, é de minha única e exclusiva responsabilidade, está direcionado ao programa melodia esperança que conduz semanalmente. Vale ressaltar, ainda, que o nome da Emissora só está exposto no endereço do blog pela razão do programa Melodia Esperança ser apresentado na referida Rádio. No entanto, já tomei as medidas cabíveis para retirar do blog mencionado toda e qualquer referência a Rádio Comunitária Juazeiro FM, 87.9.

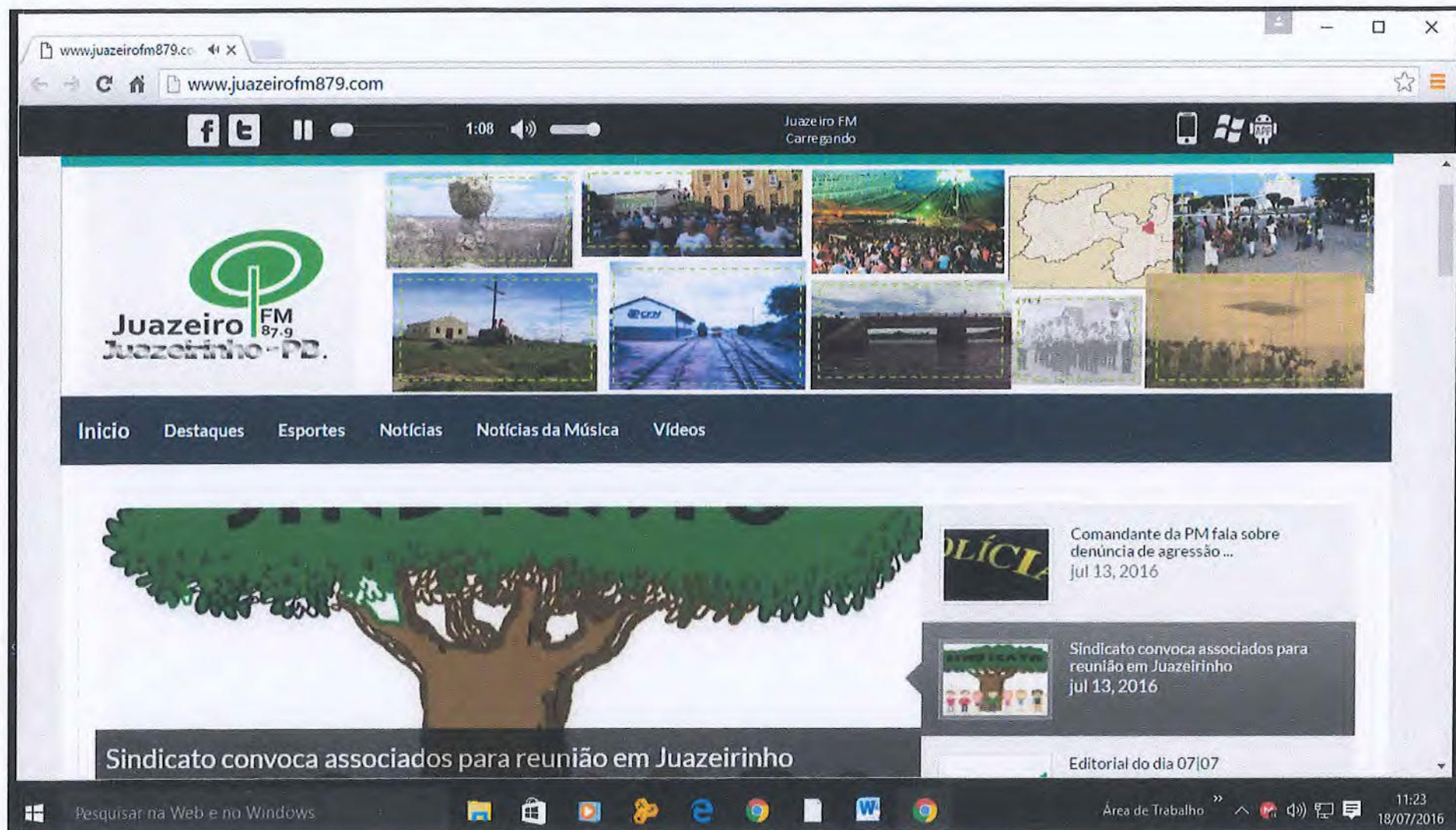
Sem mais a declarar, assino.

Juazeirinho, 19 de Julho de 2016.


Averaldo Batista de Lima

Diretor e Apresentador do Programa e do Blog Melodia Esperança

**CÓPIA DO BLOG DA RÁDIO COMUNITÁRIA
JUAZEIROFM, ATUALIZADO**




www.juazeirofm879.com

www.juazeirofm879.com

f t 2:04 Juazeiro FM Carregando

Notícias da Música




Revista Azul Magazine compara São João de Campina e Caruaru como um FlaFlu do Forró

30 maio, 2016, Nenhum Comentário
A revista de bordo da Azul Linhas Aéreas Brasileiras de maio – Azul Magazine – ...

- MONTAGEM DA ESTRUTURA DO SÃO JOÃO DE CAMPINA SERÁ CONCLUÍDA ATÉ O INÍCIO DE MAIO
- Temporada do programa 'Xandnax diferente' de 2016 começou com Gustavo Lima

Notícias






Comandante da PM fala sobre denúncia de agressão em Juazeirinho

13 julho, 2016, Nenhum Comentário
Um homem disse que foi agredido por policiais militares que faziam rondas na rodoviária de ...

- Sindicato convoca associados para reunião em Juazeirinho
- Prefeito Jonilton que seu nome segue sendo indicação do PMDB para disputa

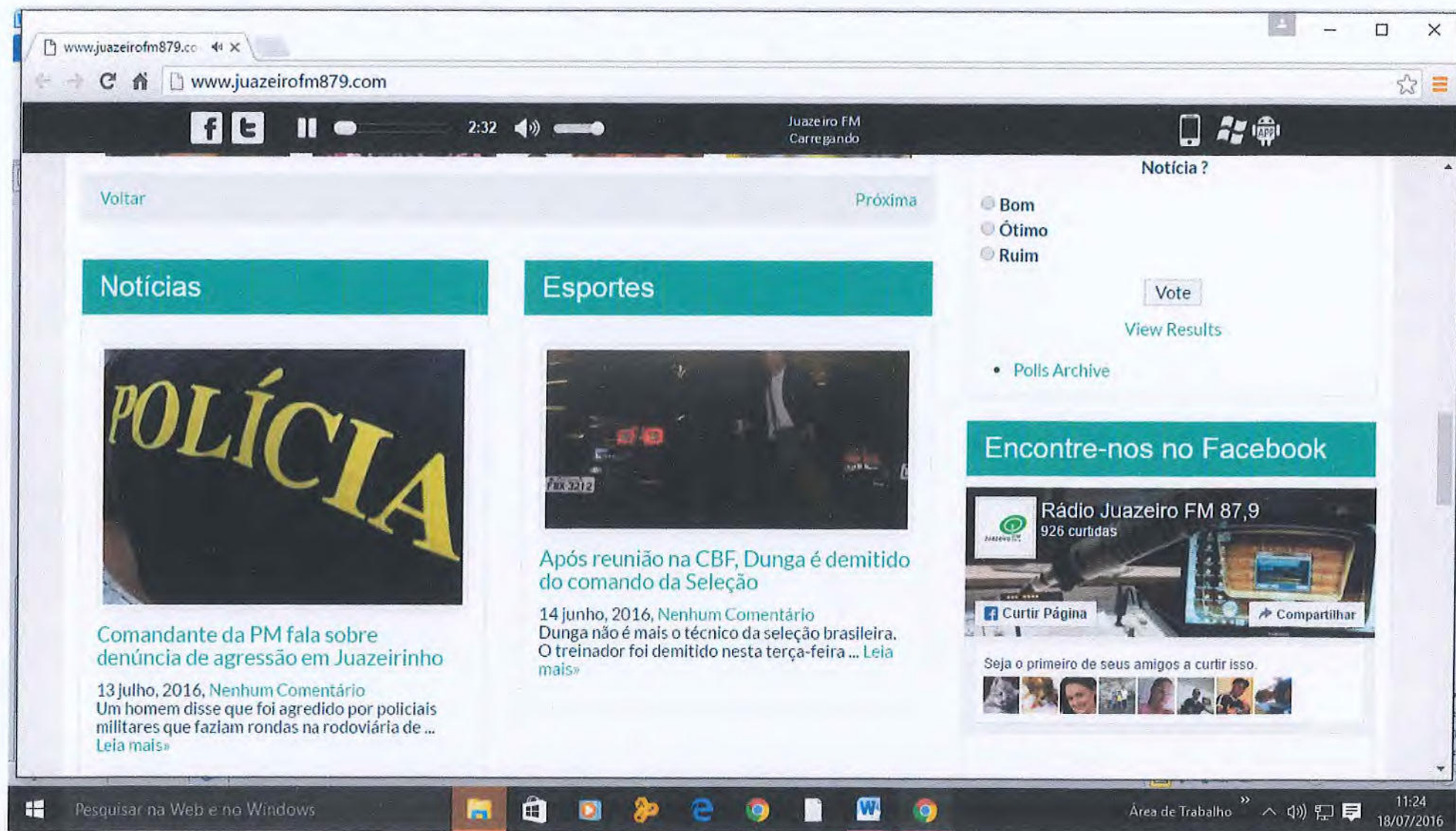
No Ar

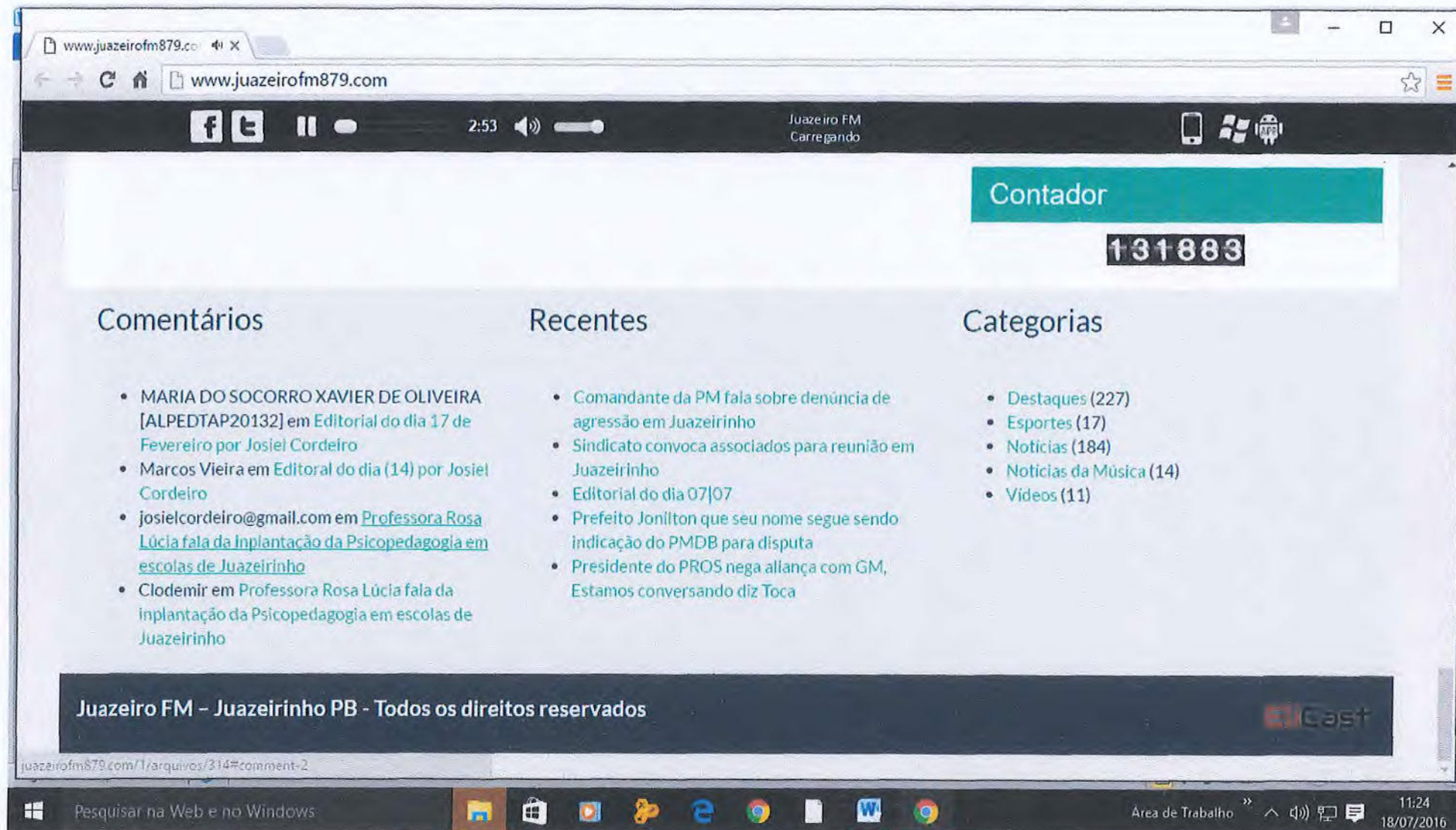
Top 5

- 1°  **Aviões do Forró**
Banca de Flores
- 2°  **Wesley e Ivete**
Parece que o Vento
- 3°  **Paula Fernandes**
Amanhecer
- 4°  **Jorge & Mateus**
Sossegado
- 5°  **Banda Vingadora**

Pesquisar na Web e no Windows

Área de Trabalho 11:23 18/07/2016





www.juazeirofm879.com

<http://www.juazeirofm879.com/>

Ao
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES
Delegacia Regional em Santa Catarina – DRMC-04
Praça XV de Novembro, 242 -1º andar
88010-970 – FLORIANÓPOLIS - SC



Remetente:

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ
CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,
Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, Centro,
Juazeirinho-PB, CEP 58660-000

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

NOTA TÉCNICA Nº 21965/2016/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: **53000.058147/2011-16**

Processo de Outorga nº: 53730.000621/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária São José**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Juazeirinho/PB**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma da Portaria 4334/2015:

I. Declaração atualizada, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação ao art. 40 da Portaria 4334/2015 e artigos pertinentes da Lei nº 9.612/1998, conforme transcrição a seguir. O Estatuto Social deverá ser apresentado atualizado e consolidado (documento único, já contendo na redação as alterações), **devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas**, não bastando o registro da Ata de Alteração Estatutária. Sugere-se apresentação da Certidão Cartorária que comprove o registro no Livro de Pessoas Jurídicas. (grifos nossos)

II - garantia de **ingresso gratuito**, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica;

III - garantia do direito de **voz e voto** aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas associadas do direito de **votar e ser votado** para os cargos de direção.

III. Atas de Eleição da diretoria em exercício (2013 e 2015), devidamente registradas no Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Sugere-se apresentação da Certidão Cartorária que comprove o registro no Livro de Pessoas Jurídicas. A Ata de 2013, por exemplo, teve a Certidão apresentada, porém não especifica que o "Livro A-6" é de Pessoas Jurídicas.

IV. Prova de maioria e nacionalidade dos dirigentes eleitos em 28/11/2013, apresentando qualquer dos documentos relacionados no art. 22, §3º, da Portaria 4334/2015;

V. CPF dos dirigentes eleitos em 28/11/2013; e

VI. Apresentar Ata de eleição do Conselho Comunitário que assina o relatório datado de 09/07/2016, pois as entidades que assinaram a documentação diferem-se da última Ata apresentada de Constituição do Conselho, datada de 10/03/2010.

3. Além das pendências na documentação encaminhada, verificou-se também que há a necessidade de apresentação da publicação, em Diário Oficial, da exoneração do sr. John Herbt Vieira Batista, do cargo comissionado de Assessor II da Prefeitura de Juazeirinho/PB, como comprovação do exposto na Carta da entidade, datada de 20/07/2016, como resposta às exigências deste Ministério.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tiane Aimi Severo, Analista Técnico Administrativo**, em 26/08/2016, às 11:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm, Delegada Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inov no Estado de Santa Catarina, Substituta**, em 26/08/2016, às 13:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1321007** e o código CRC **D04E6667**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar, salas 107 a 110 – Centro

CEP: 88010-970 – Florianópolis/SC

Tel.: (61) 2027-5055 (VOIP)

Ofício nº 32820/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor

JONH HERBT VIEIRA BATISTA

Representante Legal da Associação Comunitária São José

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº08 - Centro

CEP 58660-000 / Juazeirinho – PB

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.058147/2011-16.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 21965/2016/SEI-MCTIC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos do processo de renovação de outorga.

2. A esse respeito, a entidade deverá se manifestar sobre o assunto e/ou apresentar a documentação pendente, ficando estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste, de acordo com o AR (Aviso de Recebimento) que o acompanha, sob pena de, em não havendo o cumprimento do prazo, ter seu pedido de renovação de outorga indeferido e a consequente extinção da autorização.

3. No expediente de resposta deverão ser mencionados: o número do Processo de referência, o número deste Ofício de exigência e o número da Nota Técnica.

Atenciosamente,

Argélia Diniz Schramm
Delegada Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm, Delegada Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inov no Estado de Santa Catarina, Substituta**, em 26/08/2016, às 13:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1321027** e o código CRC **7D974942**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 32820/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.058147/2011-16 - Nº SEI: 1321027

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

Ofício nº 32820/2016/SEI-MCTIC 1321027

Ao Senhor
JONH HERBT VIEIRA BATISTA
Representante Legal da Associação Comunitária
São José
Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº08 - Centro
CEP 58660-000 / Juazeirinho - PB

UF PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

JO 18841536 5 BR

AVISO Nº 07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

02 SET 2016

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

FLORIANÓPOLIS SC

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/ /	/ /	/ /			
:	h	:	h	:	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Delegacia Regional em Santa Catarina - DRMC-04

Praça XV de Novembro, 242 - 14 andar

CIDADE / LOCALITÉ

88010-970 FLORIANÓPOLIS - SC

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDERECO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal

Pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.

Resposta ao Ofício nº 32820/2016/SEI – MCTIC

Processo nº 53000.058147/2011-16.

Nota Técnica nº 21965/2016/SEI-MCTIC



A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27, com sede na Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009, mantenedora da Rádio Comunitária Juazeiro FM, por seu dirigente adiante assinado, vem, com o devido respeito, responder aos questionamentos da Nota Técnica nº 21965/2016/SEI-MCTIC.

DA ANÁLISE:

Em primeiro lugar, é necessário esclarecer o contratempo que houve em relação a resposta ao Ofício nº 32820/2016/SEI-MCTIC, isto é, o prazo para referida resposta correspondia a 30 (trinta) dias, no entanto, não foi possível cumprir o mencionado prazo, pois confundimos a data de recebimento do AR (Aviso de Recebimento) com a data de outro AR enviado posteriormente a Associação Comunitária São José. Por isso, apelamos às Vossas tolerâncias e compreensão. Imploramos para que o nosso pedido de renovação de outorga seja deferido, pois somos o único veículo de comunicação aberto a sociedade. Portanto, não permitam que calem a voz do nosso povo.

2. Com relação a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, frisamos que, a direção da entidade

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal

Pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.

mantenedora já sanou todas essas pendências. Portanto, conforme solicitado, eis os itens sanados:

I. Declaração atualizada, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Ata extraordinária, referente as alterações introduzidas no estatuto da Associação Comunitária São José;

III. Estatuto Social atualizado e consolidado, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, e adequação da atual redação ao art. 40 da Portaria 4334/2015 e artigos pertinentes da Lei nº 9.612/1998, bem como apresentação da Certidão Cartorária que comprova o registro no Livro de Pessoas Jurídicas. Vale ressaltar, ainda, que a adequação exigida encontra-se, respectivamente, no artigo 4º e inciso I do artigo 5º do Estatuto da Associação Comunitária São José, cópia em anexo. Eis, portanto, as adequações exigidas: conforme transcrição a seguir:

I – garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica;

II – garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

III – garantia às pessoas físicas associadas do direito de votar e ser votado para os cargos de direção.

IV. Atas de Eleição da diretoria em exercício (2013 e 2015), devidamente registradas no Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Apresentamos, também, a Certidão Cartorária que comprova o registro no Livro de Pessoas Jurídicas;

V. Prova de maioridade e nacionalidade dos dirigentes eleitos em 28/11/2013;

VI. CPF dos dirigentes eleitos em 28/11/2013;

VII. Ata de renovação do Conselho Comunitário;

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal

Pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.

3. No tocante ao item 3 da análise, apresentamos uma declaração firmada pela Prefeitura Municipal de Juazeirinho, onde declara que a minha pessoa, Jonh Herbt Vieira Batista, não mantém vínculo empregatício com a administração pública Municipal, seja como efetivo, comissionado ou prestação de serviços, cópia em anexo.

Ressalte-se que todas as afirmações estão alicerçadas por documentos e provas em anexo, bem como por documentos que já foram oportunamente enviados ao Órgão concedente.

Com o intuito de destacar a importância dos serviços prestados pela Associação mantenedora, não se pode deixar de dizer que as rádios comunitárias e principalmente a Rádio Comunitária Juazeiro FM, mantida pela Associação Comunitária São José, além do serviço de Radiodifusão Comunitária, mantém uma Escola de Música e uma Banda de Música, já tendo trabalhado nos últimos 10 anos da formação de mais de 300 jovens carentes no ensino da música, de forma gratuita.

As Rádios Comunitárias se apresentam como um Direito Social, como um veículo primordial para o pleno exercício desse direito, e principalmente contrariando a lógica da região, onde só quem possuía concessão de rádio eram os poderosos.

Com base nesses esclarecimentos e na certeza de que a Associação Comunitária São José estará como sempre esteve, como entidade mantenedora, à disposição do órgão concedente para resolver e superar as pendências burocráticas por ventura existentes, porém, não permitam que calem a voz do nosso povo.

Somos o único veículo de comunicação aberto a sociedade, aos grupos culturais, ao esporte local, as diversas denominações religiosas e nunca em tempo algum, a comunidade deixou de apresentar sua voz por qualquer cerceamento da liberdade com a devida responsabilidade e as limitações da concessão recebida.

POR TUDO O EXPOSTO, entendemos com a devida vênia, ter apresentado as respostas, ponto a ponto dos fatos alegados, ao tempo que a entidade se compromete a sanar qualquer questão burocrática que possa está pendente, para que o povo da nossa cidade não perca esse importante instrumento de comunicação que há 15

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

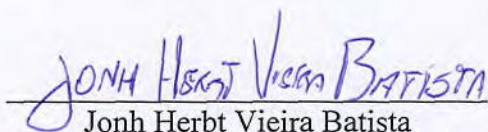
Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal

Pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.

anos vem sendo a voz dos que não tem voz, a comunidade carente e que não tem internet, e ainda não está integrada nas redes sociais, sendo a rádio ainda o instrumento mais popular de comunicação, cujo serviço a Associação mantenedora pretende manter.

Pede finalmente que seja acatada a presente defesa por entender de direito e de JUSTIÇA.

Juazeirinho – PB, 25 de Outubro de 2016.



Jonh Herbt Vieira Batista
Representante Legal da Associação Comunitária São José

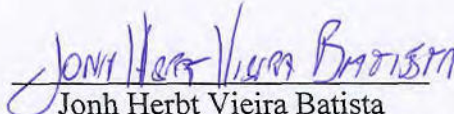
**DECLARAÇÃO, FIRMADA PELO REPRESENTANTE
LEGAL, O SR. JONH HERBT VIEIRA BATISTA.**

DECLARAÇÃO

Eu, Jonh Herbt Vieira Batista, Brasileiro, solteiro, radialista, representante legal da Associação Comunitária São José, RG nº 1.897.889 – 2 VIA, CPF nº 025.349.634-90, título de eleitor nº 018455481244, com residência e domicílio na rua José Felismino, nº 500, Centro, Juazeirinho-PB, declaro para os devidos fins e fazer provas junto ao Ministério das Comunicações na Delegacia Regional em Santa Catarina, que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização dos Ministérios das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação, cópias em anexos.

Sem mais a declarar, assino.

Juazeirinho, 25 de Outubro de 2016.



Jonh Herbt Vieira Batista
Representante Legal da Associação Comunitária São José

RELATORIO DE CONFORMIDADE
ESTAÇÃO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	1.1 - INTERESSADO ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA COMUNIDADE SÃO JOSÉ						
	1.2 - ENDEREÇO RUA DOUTOR JOSÉ FERREIRA RAMOS, 08 - SALA 02, CENTRO, JUAZEIRINHO - PB						
	1.3 - CNPJ 02.488.712/0001-27		1.4 - TIPO DE SERVIÇO RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA		1.5 - Nº RSTEL 50011326492		
2 - IDENTIFICAÇÃO DA ESTAÇÃO	2.1 - INDICATIVO ZYC337		2.2 - DENOMINAÇÃO DE FANTASIA XOXOXOX				
	2.3 - ENDEREÇO DA ESTAÇÃO RUA DOUTOR JOSÉ FERREIRA RAMOS, 08, SALA 02, CENTRO						
	2.4 - CIDADE JUAZEIRINHO		2.5 - UF PB		2.6 - COORDENADAS GEOGRÁFICAS LATITUDE: 07° 04' 07" S LONGITUDE: 36° 34' 41" W		
3 - DADOS DA INSTALAÇÃO	3.1 - FREQUÊNCIAS (MHZ) Nº CANAL: 200 FREQUÊNCIA: 87,9		3.2 - TRANSMISSOR FABRICANTE: APEL - APLICAÇÕES ELETRÔNICAS LTDA MODELO: ATRM-RC POTÊNCIA (W): 25 HOMOLOGAÇÃO: 0588-00				
	3.3 - ANTENA FABRICANTE: APEL - APLICAÇÕES ELETRÔNICAS LTDA MODELO: ATC-01		3.4 - LINHA DE TRANSMISSÃO FABRICANTE: RFS BRASIL - KMP				
	POLARIZAÇÃO	GANHO (dB)	DOWN-TILT	ALTURA	ALTITUDE	ATEN. (dB/100m)	
	VERTICAL	0,0	0	21	550	4,16	
	3.5 - POTÊNCIA POR AZIMUTE						
	AZIMUTE 1		AZIMUTE 2		AZIMUTE 3		
	ÂNGULO	FATOR DIAGRAMA	ERP (dBW)	ÂNGULO	FATOR DIAGRAMA	ERP (dBW)	
	0°	1,0	12,94	120°	1,0	12,94	
	4 - PREVISÃO DA VARIAÇÃO DA INTENSIDADE DE CAMPO EM FUNÇÃO DA DISTÂNCIA						
5 - VALORES TEÓRICOS	EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL VALOR LIMITE: 10 W/m²		5.1 - DISTÂNCIA MÍNIMA A SER OBSERVADA A ANTENA				
	EXPOSIÇÃO PÚBLICO EM GERAL VALOR LIMITE: 2 W/m²		AZIMUTE 1		AZIMUTE 2		
6 - MEMÓRIA DE CÁLCULO			EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL (M)	EXPOSIÇÃO PÚBLICO EM GERAL (M)	EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL (M)	EXPOSIÇÃO PÚBLICO EM GERAL (M)	
			0,82	1,86	0,82	1,86	
			Determinação da Potência ERP				
			AZ ₁ → ERP = P _{TX} × e _{LT} × G (em vezes) = 19,68 Watt		Expressões utilizadas para o cálculo teórico (Res. 303/02)		
			AZ ₂ → ERP = P _{TX} × e _{LT} × G (em vezes) = 19,68 Watt		Público em Geral (Tab. VII) r = 0,419 verp		
			AZ ₃ → ERP = P _{TX} × e _{LT} × G (em vezes) = 19,68 Watt		Ocupacional (Tab. VIII) r = 0,184 verp		
		Determinação da distância mínima em cada azimute (metros)					
		AZ ₁ → Tabela VII r = 0,419 verp = 1,86		Tabela VIII r = 0,184 verp = 0,82			
		AZ ₂ → Tabela VII r = 0,419 verp = 1,86		Tabela VIII r = 0,184 verp = 0,82			
		AZ ₃ → Tabela VII r = 0,419 verp = 1,86		Tabela VIII r = 0,184 verp = 0,82			
7 - LAUDO CONCLUSIVO	DECLARO, SOB MINHA INTEIRA RESPONSABILIDADE QUE A INSTALAÇÃO DESCRITA NO PRESENTE LAUDO RADIOMÉTRICO NÃO PRODUZ CAMPOS ELETROMAGNÉTICOS, NOS PONTOS AVALIADOS, ACIMA DOS VALORES RECOMENDADOS NO REGULAMENTO SOBRE LIMITAÇÃO DA EXPOSIÇÃO A CAMPOS ELÉTRICOS, MAGNÉTICOS E ELETROMAGNÉTICOS NA FAIXA DE RADIOFREQUÊNCIAS ENTRE 9 KHZ E 300 GHZ, ANEXO A RESOLUÇÃO ANATEL Nº 303, DE 02 DE JULHO DE 2002, PUBLICADA NO DOU DE 10 DE JULHO DE 2002. DECLARAMOS AINDA QUE TODOS OS PROCEDIMENTOS DE CÁLCULO UTILIZADOS SÃO AQUELES OBSERVADOS NO CAPÍTULO III DO REFERIDO REGULAMENTO, CONFORME MEMÓRIA DE CÁLCULO MOSTRADA NO ITEM 6 DO PRESENTE ESTUDO.						
8 - OBSERVAÇÕES	CONSIDERANDO QUE A DISTÂNCIA MÍNIMA TEÓRICA, CALCULADA NOS TRÊS AZIMUTES É INFERIOR A ALTURA DA ANTENA, CONCLUIMOS QUE O LIMITE DE EXPOSIÇÃO ESTABELECIDO PELO NO REGULAMENTO SOBRE LIMITAÇÃO DA EXPOSIÇÃO A CAMPOS ELÉTRICOS, MAGNÉTICOS E ELETROMAGNÉTICOS NA FAIXA DE RADIOFREQUÊNCIAS ENTRE 9 KHZ E 300 GHZ NÃO É EXCEDIDO EM NENHUM LOCAL NAS PROXIMIDADES DA INSTALAÇÃO, SEJA NA EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL OU PÚBLICO EM GERAL.						
9 - AUTENTICAÇÃO	RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES:						
	NOME DO RESPONSÁVEL JOABSON NOGUEIRA DE CARVALHO		JUAZEIRINHO - PB		06/09/2014		
	FORMAÇÃO (TITULAÇÃO): ENGENHEIRO ELETRICISTA		LOCAL E DATA				
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL: RODOVIA BR-230, KM 10,5, S/N CONDOMÍNIO VILLAGE INTERMARES 58102-202, INTERMARES, CABEDELO - PB TEL: (083) 9982 6173 E-MAIL: joabsonnogueira@gmail.com						JOABSON NOGUEIRA DE CARVALHO ENGENHEIRO ELETRICISTA CREA Nº 160342865	

**ATA EXTRAORDINÁRIA, REFERENTE AS ATERAÇÕES
INTRODUZIDAS NO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ**

ATA EXTRAORDINARIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA
RIA SÃO JOSÉ - JUAZEIRINHO - PARAIBA

Aos vinte dias do mês de outubro do 2016, às 19 horas na sede da entidade a Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 08. Centro. Juazeirinho - Paraíba. O presidente Jonh Herbert, reuniu os associados para informar as alterações que devem serem introduzidas no seu estatuto, para que possamos conseguir a renovação de concessão da nossa emissora, sendo preciso fazer alteração no Capítulo II, no seu artigo 4º, garantindo o ingresso gratuito de toda e qualquer pessoa física e jurídica, bem como o inciso I artigo 5º do capítulo II que versa sobre a garantia de votar e ser votado para os cargos de direção. As alterações foram aprovadas por unanimidade pelos associados presente a reunião. Não havendo nada mais a tratar foi lavrada a presente ata que será assinada por todos.

Juazeirinho - 20/10/2016

Jonh Herbert Vieira Brito.

Porteclemia Vieira Brito Guedes.



Josélene Vieira Santos

Wagner Bezerra Medeiros

JOSILIAIR - PEIXONTO DOS SANTOS

José Mendes ou Guto Dias

Luiz de Jesus

Antônio Batista de Lima Neto

Francisco Jefferson Lima de Oliveira

Robson D. Carlos Lima de Oliveira

Érick Arthur de Costa

Elisaneide Maria de C. Rodrigues

Jonny Leonnagues Vieira Batista

Declaramos sob penas da lei que a presente cópia é transcrita fiel e integral da Ata Lavrada em data de 20 de outubro de 2016, no livro de atas nº 02 da Associação Comunitária São José as folhas 42 e 43.

Antônio Batista de Lima Neto.





03
F.F.A.

ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO DO OFÍCIO ÚNICO DA COMARCA DE JUAZEIRINHO
Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, nº 02, Centro – Fone: 3382-1195
Email: cartoriojz@hotmail.com

**Fernanda Freire de Araújo, Oficial do Registro de
Títulos e Documentos da Comarca de Juazeirinho,
Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc.**

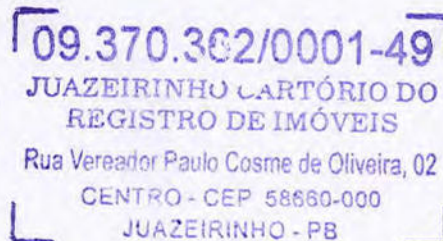
CERTIDÃO

Certifico, que a presente **ATA EXTRAORDINARIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ – JUAZEIRINHO - PARAÍBA, realizada em 20/10/2016**, foi devidamente registrada neste Cartório, sob nº AV-068, às fls. 08v/09, do Livro nº A-2 – Pessoas Jurídicas, na data supra. O referido é verdade; dou fé.

Em testemunho (F.F.A.) da verdade

Juazeirinho, 27 de outubro de 2016.

Fernanda Freire de Araújo
Fernanda Freire de Araújo
Oficial do R. de Títulos e Documentos.



EMOLUMENTOS: R\$ 178,29
FARPEN: R\$ 6,86
F.E.P. J: R\$ 35,65
Selo Digital: AEC25996-KE02
Lei Estadual nº 10.132 de 06 de Novembro de 2013
Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

ESTATUTO SOCIAL ATUALIZADO E CONSOLIDADO

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ ESTATUTO

Capítulo I - Da Denominação, sede, duração e objetivos

Art. 1º: A Associação Comunitária da Comunidade de São José Operário" fundada em 22 de Novembro de 1997, é uma Sociedade Civil Autônoma sem fins lucrativos, oriunda da mobilização espontânea dos comunitários de duração indeterminada com sede e forum na comarca de Guazeirinho - PB. Regese-a pelo presente estatuto. Art. 2º A área de atuação da Associação compreende toda comunidade de São José Operário. Art. 3º: constitui objetivo da Associação:

- I- Promover o desenvolvimento sócio econômico da comunidade, através da integração de seus habitantes, sem destinação de qualquer natureza;
- II- Fazer reivindicações aos poderes publicos em favor da comunidade;
- III- Executar serviço de radiodifusão comunitária objetivando atender a toda comunidade com vista a: a) Da oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais, oferecendo mecanismos a formação e integração da comunidade estimulando o lazer a cultura e o convívio social; b) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços

de defesa civil sempre que necessário, contribuir para o aperfeiçoamento nas áreas dos jornalistas e radialistas de conformidade com a legislação vigente; G) Permitir serviço de utilidade pública, a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível, bem como dando preferência as finalidades educativas e artísticas e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade de acordo com a Lei 9.645/98 e com o Decreto 9.615/98 que rege esse serviço; IV- Proporcionar aos associados cursos de formação atividades culturais e esportivas visando à concretização dos seus direitos, deveres para o exercício pleno da cidadania.

Capítulo II - Dos Associados.

Art. 4º Podem associar-se a associarem homens, mulheres e jovens que residem ou trabalham na área de atuação da associação, admitidos pela diretoria executiva, referendada pela assembleia geral, como também é garantido o ingresso gratuito, como associado de toda e qualquer pessoa física ou jurídica; Art. 5º São direitos dos associados: I - Votar e ser votado para os cargos de direção, garantindo-se também o direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas; II - Gozar de todas as vantagens e conquistas, garantidas pela associação; III - Participar de todas as reuniões e assembleias apresentando sugestões e propostas de interesse da comunidade; IV - Requerer através de no mínimo 90% dos associados em pleno gozo com os seus direitos, convocar assembleia geral extraordinária, justificando o assunto discutido; V - Cumprir o estatuto e seu regimento.

VI - Respeitar as decisões das assembleias gerais e da diretoria, pagar pontualmente a sua contribuição mensal determinada pela assembleia.
Art. 6º Os serviços prestados a associados pelos associados inclusive em cargos de direção são inteiramente gratuitos, vedada a percepção de ordenados, gratificações ou recompensas à qualquer título ou proleto.

Capítulo III - Da Assembleia Geral.

Art. 7º A Assembleia Geral é a reunião plenária de todos os associados, podendo deliberar soberanamente sobre qualquer assunto pertinente a associados, podendo deliberar, de conformidade com este estatuto, sendo portanto seu órgão deliberativo máximo.

Art. 8º A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez em cada semestre sendo uma dessas reuniões trinta dias antes das eleições, extraordinariamente ela se reunirá por convocação da diretoria executiva e conselho fiscal ou por maioria simples dos associados quites com as suas obrigações sociais, que publiquem tal intenção com no mínimo oito dias úteis de antecedência.

Art. 9º A Assembleia tem o direito de exigir da diretoria executiva e do conselho fiscal, cumprimento de suas deliberações especialmente cobrar iniciativas tendentes a alcançar os fins da associação e a execução rigorosa desse estatuto, inclusive quando a publicação das suas convocatórias.

Capítulo IV - Da Administração

Art. 10 A Associação é administrada por uma diretoria executiva composta por (06) seis associados sendo autônomos no exercício de suas funções Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro, com um mandato de (04) quatro anos, podendo ser reeleito por

um só mandato consecutivo. Art. 11. O conselho fiscal é o órgão de fiscalização das atividades financeiras da Associação composta por (03) três associados (03) Três suplentes (03) Três efetivos eleitos conjuntamente com a diretoria executiva em Assembleia Geral, com mandato de (04) quatro anos, podendo ser reeleito para um segundo mandato. Art. 12. Ao Presidente compete I - Representar a associação judicial e extrajudicialmente, presidir todas as reuniões da diretoria e da assembleia geral. II - Movimentar conjuntamente com o tesoureiro as contas bancárias apresentar no termo do seu mandato em assembleia geral o plano de trabalho anual da associação, bem como o relatório das atividades ao fim de cada exercício financeiro. Art. 13. Compete ao Vice Presidente substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos legais. Art. 14. Da competência do 1º secretário: I Redigir as atas da diretoria e da assembleia; II - Organizar a correspondência recebida e expedida, bem como ofícios e requerimentos. Art. 15. Compete ao 2º secretário substituir o 1º secretário em suas faltas e impedimentos legais. Art. 16. Da competência do 1º Tesoureiro: I - Ter sob sua guarda e responsabilidade devidamente rubricada pelo presidente e tesoureiro todos os livros de escrituração bem como todos os documentos relativos a receitas e despesas tesoureira; II - Assinar conjuntamente com o presidente todos os cheques de pagamento financeiro; III - Efetuar trimestralmente o balanço das receitas e despesas, encaminhando o mesmo ao Presidente ao Conselho Fiscal para

1º esse se e de o parecer. IV - Recolher a contribuição social para manutenção da Associação. Art 17º. Compete ao 2º Tesoureiro substituir o 1º Tesoureiro em sua falta ou impedimentos legais.

Capítulo V - Do Patrimônio.

Art 18 - A Associação tem como fonte de recursos e contribuições sociais dos associados, o seu patrimônio será formado por bens móveis e imóveis adquiridos por compra, doação ou outros meios lícitos e auxílio dos poderes públicos.

Art. 19º - Nenhum bem pertencente ao patrimônio da Associação poderá ser vendido, alienado, penhorado ou hipotecado sem autorização de (2/3) dois terços dos Associados quites com suas obrigações sociais em assembleia geral.

Capítulo VI

Art. 20. A Associação somente se extingue mediante as mesmas condições dispostas para sua forma do estatuto e em tal caso, o seu patrimônio, se houver, será destinado à Associação congênere escolhida pela Assembleia Geral.

Art. 21 - Além do cumprimento fiel das diretrizes da Assembleia Geral, cabe à Diretoria Executiva elaborar o regimento interno e resolver os casos omissos do Presente Estatuto devendo ser referendado pela Assembleia Geral.

Art 22. Este Estatuto foi aprovado e reformado em assembleia geral convocada e realizada no dia vinte de outubro de 2016, passando a vigorar a partir do seu registro no cartório de registro de pessoas jurídicas, títulos e documentos.

Em tempos: Capítulo VI

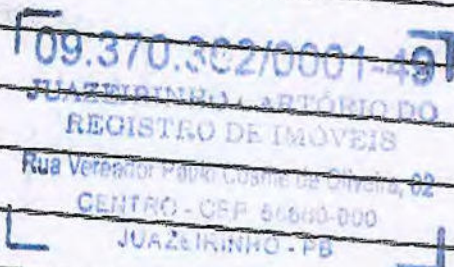
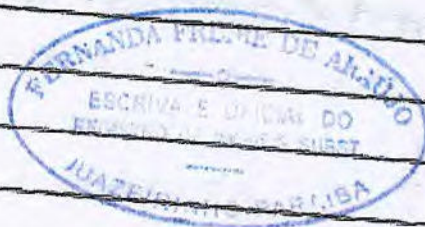
Art. 20º. O presente estatuto somente poderá se reformado em assembleia geral convocada especialmente para este fim e pelo voto de (2/3)

dos tercos dos Associados quites com suas
obrigações sociais.

Cartório

Penetza, que a presente Ata Extraordi-
nária da Associação Comunitária São Frei-
Joaquim - Paraíba, realizada em 20/10/2016,
foi devidamente registrada neste Cartório, sob nº
AV 068, às 16h 08v/09, do Livro nº A-2 - Pessoas
Jurídicas, na data supra. O referido é Verdade;
douto se.

Juazeirinho, 27 de outubro de 2016



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ

JUAZEIRINHO – PARAÍBA

ESTATUTO

FUNDADA EM: 22 de Novembro de 1997.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ

ESTATUTO

Capítulo I – Da Denominação, Sede, Duração e Objetivo

Art. 1º A Associação Comunitária da comunidade São José Operário, fundada em 22 de Novembro de 1997, é uma Sociedade Civil Autônoma sem fins lucrativos, oriunda da mobilização espontânea dos comunitários, de duração indeterminada, com sede e fórum na Comarca de Juazeirinho – PB. Reger-se-á pelo presente estatuto.

Art. 2º A área de atuação da Associação compreende toda comunidade São José Operário.

Art. 3º Constituem objetivo da Associação:

I – Promover o desenvolvimento sócio econômico da comunidade, através da integração de seus habitantes, sem distinção de qualquer natureza;

II – Fazer reivindicações aos poderes públicos em favor da comunidade;

III – Executar serviço de radiodifusão comunitária objetivando atender a toda comunidade, com vistas a:

a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais, oferecendo mecanismos a formação e integração da comunidade estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

b) Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil sempre que necessário, contribuir para o aperfeiçoamento nas áreas dos jornalistas e radialistas de conformidade com a legislação vigente;

c) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível, bem como dando preferência as finalidades educativas, artísticas e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade de acordo com a Lei 9.612 – 98 e com o Decreto 2.615/98 que rege este serviço;

IV – Proporcionar aos associados cursos de formação, atividades culturais e esportivas, visando a conscientização dos seus direitos e deveres para o exercício pleno da cidadania.

Capítulo II – Dos Associados

Art. 4º Podem associar-se a associação homens, mulheres e jovens que residem ou trabalhem na área de atuação da associação admitidos pela diretoria executiva, referendada pela assembleia geral, como também é garantido o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica;

Art. 5º São direitos dos associados:

I – Votar e ser votado para os cargos de direção, garantindo-se, também, o direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

II – Gozar de todas as vantagens e conquistas, garantidas pela associação;

III – Participar de todas as reuniões e assembleias apresentando sugestões e propostas de interesse da comunidade;

IV – Requerer através de no mínimo 20% dos associados em pleno gozo com os seus direitos, convocar assembleia geral extraordinária, justificando o assunto discutido;

V - Cumprir o Estatuto e seu Regimento;

VI – Respeitar as decisões das assembleias geral e da diretoria;

VII – Pagar pontualmente a sua contribuição mensal determinada pela assembleia.

Art. 6º Os serviços prestados a associação pelos associados inclusive em cargos de direção são inteiramente gratuitos, vedada a percepção de ordenados, gratificações ou recompensas a qualquer título ou protesto.

Capítulo III – Da Assembleia Geral

Art. 7º A Assembleia Geral é a reunião plenária de todos os associados, podendo deliberar soberanamente sobre qualquer assunto pertinente a associação, podendo deliberar de conformidade com este estatuto, sendo portanto seu órgão deliberativo máximo.

Art. 8º A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez em cada semestre, sendo uma destas reuniões trinta dias antes das eleições, extraordinariamente ela se reunirá por convocação da diretoria executiva e conselho fiscal ou por maioria simples dos associados quites com as suas obrigações sociais, que publiquem tal intenção com no mínimo oito dias úteis de antecedência.

Art. 9º A Assembleia tem o direito de exigir da diretoria executiva e do conselho fiscal, cumprimentos de suas deliberações especialmente cobrar iniciativas tendentes a alcançar os fins da associação e a execução rigorosa deste estatuto, inclusive quando a publicação das suas convocações.

Capítulo IV – Da Administração

Art. 10. A Associação é administrada por uma Diretoria Executiva composta por (06) seis associados, sendo autônoma no exercício de suas funções: Presidente, Vice Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro, com mandato de (04) quatro anos, podendo se reeleito por um só mandato consecutivo.

Art. 11. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização das atividades financeiras da Associação, composto por (06) seis associados: (03) três suplentes e (03) três efetivos, eleitos juntamente com a diretoria executiva em Assembleia Geral, com mandato de (04) quatro anos podendo ser reeleito para um segundo mandato.

Art. 12. Ao Presidente compete:

I – Representar à Associação Judicial e Extraordinariamente, presidir todas as reuniões da diretoria e da assembleia geral;

II – Movimentar juntamente com o tesoureiro as contas bancárias;

III – Apresentar no início do seu mandato em assembleia geral o plano de trabalho anual da associação, bem como o relatório das atividades ao fim de cada exercício financeiro;

Art. 13. Compete ao Vice Presidente substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos legais.

Art. 14. Da competência do 1º Secretário:

I – Redigir as atas da diretoria e da assembleia;

II – Organizar correspondência recebidas e expedidas, bem como ofícios e requerimentos.

Art. 15. Compete ao 2º Secretário: substituir o 1º secretário em suas faltas e impedimentos legais.

Art. 16. Da competência do 1º Tesoureiro:

I – Ter sob sua guarda e responsabilidade devidamente rubricada pelo presidente e tesoureiro, todos os livros de escrituração indispensáveis a execução das receitas e despesas, bem como todos os documentos relativos a tesouraria;

II – Assinar juntamente com o presidente, todos os cheques de pagamento e tudo o que se relacione com o movimento financeiro;

III – Efetuar trimestralmente o balancete das receitas e despesas, encaminhando através do Presidente, ao conselho fiscal para que esse le dê o parecer;

IV – Recolher a contribuição social para manutenção da Associação.

Art. 17. Compete ao 2º Tesoureiro substituir o 1º Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos legais.

Capítulo V – Do Patrimônio

Art. 18. A Associação tem como fonte de recursos a contribuição social dos associados, O seu patrimônio será formado por bens moveis e imóveis adquiridos por compra, doação ou outros meios jurídicos e auxílio dos poderes público.

Art. 19. Nenhum bem pertencente ao patrimônio da Associação poderá ser vendido, alienado, penhorado ou hipotecado sem autorização de (2/3) dois terços dos Associados quites com suas obrigações sociais em Assembleia Geral.

Capítulo VI

Art. 20. O presente estatuto somente poderá ser reformado em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim e pelo voto de (2/3) dois terços dos Associados quites com suas obrigações sociais.

Capítulo VII

Art. 21. A Associação somente se extingue mediante as mesmas condições dispostas para reforma do estatuto e em tal caso, e seu patrimônio, se houver, será destinado à Associação congénere, escolhida pela Assembleia Geral.

Art. 22. Além do cumprimento fiel das deliberações da Assembleia Geral, caberá a Diretoria Executiva elaborar o regimento interno e resolver os casos omissos do Presente Estatuto, devendo ser referendado pela Assembleia Geral.

Art. 23. Este Estatuto foi aprovado e reformado em assembleia geral, convocada e realizada no dia 20 de Outubro de 2016, passando a vigorar a partir do seu registro no cartório de registro de pessoas jurídicas, títulos e documentos.

ATAS DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA (2013 E 2015)

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ

JUAZEIRINHO - PARAIBA

02
J. Araújo

Aos vinte e dois dias do mês de Novembro de dois mil e treze, na sede da Associação Comunitária São José. Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 08, 1º Andar. Centro, os associados da entidade reuniram-se para votar na escolha de uma nova diretoria executiva e do conselho fiscal, tendo em vista que no prazo de trinta dias da divulgação e convocação para a eleição da entidade não sendo registrada nenhuma chapa, por unanimidade foi escolhida uma chapa de conselho para um mandato de três anos de acordo com a nova redação do Artigo 4º, combinados com o Artigo 11º e 12º para um reeleição a qual ficou assim constituída: Presidente: Jonh Herbet Vieira Batista; brasileiro, solteiro, radialista residente e domiciliado a Rua Dr. José Ferreira Ramos nº 02 Centro Juazeirinho Paraíba, inscrito no CPF do Ministério das fazenda sobre o numero 025.349.634.90, portador das cédula de identidade nº 1897.889. SSP-PB. Vice Presidente: Wagner Bezerra Medeiros; brasileiro, solteiro, musico residente e domiciliado a Rua Durval Diniz nº 29. Centro Juazeirinho Paraíba, inscrito no CPF do Ministério da fazenda sobre o numero 021.262.324.89, portador da cédula de identidade nº 3216.339 8. SSP-PB. 1ª Secretaria: Maria Jaine Pereira; brasileira, solteira, cabeleireira residente e domiciliada a Rua Francelina Colaço da Silva nº 55 Bairro Arnaldo Lafaiety. Juazeirinho Paraíba, inscrita no CPF. 091.611.244.60 do Ministério da fazenda sobre o numero. 3.695.632. SSP-PB. 2º Secretario. Michael Carlos de Araújo Rodrigues; brasileiro, solteiro, fotografo residente e domiciliado a Rua João Vital Guedes s/n centro Juazeirinho. Paraíba, inscrito no CPF do Ministério da fazenda sobre o numero 020.660.004.69, portador da cédula de identidade nº RG 1.952.123 - 2ª Via. SSP-PB. 1ª Tesoureira Maria do Socorro Vieira de Souza; brasileira, solteira, vendedora residente e domiciliada a Rua João Capitulino nº 51 Centro Juazeirinho Paraíba, inscrita no CPF do Ministério da fazenda sobre o numero. 071.976.434.30, portadora da cédula de identidade nº 2.192.189. SSP-PB. 2º Tesoureiro. José Renilson Guedes Dias; brasileiro, casado, motorista residente e domiciliado a Rua Quintino Boucaiua nº 234. Centro. Juazeirinho. Paraíba, inscrito no CPF do Ministério da fazenda sobre o numero. 078.554.644.84, portador da cédula de identidade nº RG 2. 999.867. SSP-PB. Presidente do Conselho Fiscal; Rodrigo Lourenço da Silva; brasileiro, casado, vidraceiro residente e domiciliado a Rua José Felesmino s/n centro Juazeirinho. Paraíba, inscrito no CPF do Ministério da fazenda sobre o numero 097.204.254.74, portador da cédula de identidade nº RG 3 818 210. SSP-PB. Vice Presidente. Walone de Oliveira Araújo; brasileiro, solteiro, eletricista, residente e domiciliado a Rua João Capitulino nº 59 Centro Juazeirinho Paraíba. Inscrito no CPF do Ministério da fazenda sobre o numero. 088.028.344.07, portador da cédula de identidade nº RG 3 550 943. SSP-PB. Secretaria. Jarteclenia Vieira Batista; brasileira; casada, professora residente e domiciliada a Rua Quintino Boucaiua, nº 234. Centro Juazeirinho Paraíba. Inscrita no CPF do Ministério da fazenda sobre o numero. 072.805.534.77. Portadora da cédula de identidade nº RG. 257.340.8. SSP-PB. Assessor Jurídico. José Neto Freire Rangel; brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado a Rua João Vital Guedes nº 02 centro Juazeirinho Paraíba, inscrito no CPF do Ministério da fazenda sobre o numero 218.869.464-34, portador da cédula de identidade nº 444.234. SSP-PB. Não havendo nada mais a tratar foi lavrada a presenta ata que será assinada pelos presentes a reunião.



Juazeirinho, 20 de Março de 2013

Maria Jaine Pereira
Maria Jaine Pereira

Secretária

John Herbt Vieira Batista
John Herbt Vieira Batista

Presidente

Wagner Bezerra Medeiros
Wagner Bezerra Medeiros

2º Secretário

Michael Carlos de Araújo Rodrigues
Michael Carlos de Araújo Rodrigues

2º Secretário

Maria do Socorro Vieira de Souza
Maria do Socorro Vieira de Souza

1º Tesoureiro

Jose Renilson Guedes Dias
Jose Renilson Guedes Dias

2º Tesoureiro

Rodrigo Lourenço da Silva
Rodrigo Lourenço da Silva

Presidente do Conselho Fiscal

Walone de Oliveira Araújo
Walone de Oliveira Araújo

Vice-Presidente do Conselho Fiscal

Jarteclenia Vieira Batista
Jarteclenia Vieira Batista

Secretária

Jose Neto Freire Rangel
Jose Neto Freire Rangel

OAB/PB 6.145

Em tempo: onde lê-se Juazeirinho 20 de Março de 2013, lê-se Juazeirinho 22 de Novembro de 2013.

DECLARAMOS SOB AS PENAS DA LEI QUE A PRESENTE Cópia É TRANSCRITA
FIEL E INTEGRAAL DA ATA LAVADA EM 22 de Novembro de 2013 NO LUGAR
FOLHAS 34V E 35 DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ DE JUAZEIRINHO

JOHN HERBT VIEIRA BATISTA





ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO DO OFÍCIO ÚNICO DA COMARCA DE JUAZEIRINHO
Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, nº 02, Centro – Fone: 3382-1195
Email: cartoriojz@hotmail.com

Fernanda Freire de Araújo, Oficial do Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Juazeirinho, Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc.

CERTIDÃO

Certifico por solicitação verbal de pessoa interessada que, dando a necessária busca nos **LIVRO DE REGISTRO DE PESSOAS JURIDICAS**, desta Comarca a meu cargo, deles às folhas 44/44v, Livro A-6, sob Nº 1.535, em data de 23/05/2014, cujo o teor é o seguinte: Ata da Reunião Ordinária da Associação Comunitária São José Juazeirinho-Paraíba, realizada no dia 22/11/2013. **O referido é verdade; dou fé.**

Em testemunho (F.F.A.) da verdade

Juazeirinho, 21 de outubro de 2016.

Fernanda Freire de Araújo
Fernanda Freire de Araújo
Oficial do R. de Títulos e Documentos.



Selo Digital: AEC42593-CW08
Lei Estadual nº 10.132 de 06 de Novembro de 2013
Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



ATA EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ

Aos 28 dias do mês de novembro de dois mil e quinze às 09 horas da tarde da entidade, a rua Dr. José Ferreira Ramos nº 08, os associados reuniram-se em reunião extraordinária para analisar a escolha de um novo vice-presidente e segundo secretário, tendo em vista os apontamentos dos senhores Wagner Bezerra Medeiros e Michael Carlos de Araújo Rodrigues, na oportunidade o presidente apresentou a senhora Maria Fatima Clemente Ribeiro, brasileira, casada, agricultora residente na rua Sebastião Amarelto nº 193, inscrita no Ministério da Fazenda sob o número 051.456.424.64 portadora da cédula de identidade nº 2211.020-2 SSP/PB, para assumir o cargo de vice-presidente e Cláudio Belo residente na rua José Felismino nº 516, inscrito no Ministério da Fazenda sob o nº 123.415.778.12 portador da cédula de identidade nº 23825746 SSP/SP para o cargo de segundo secretário sendo aprovados por unanimidade das pessoas presentes a reunião, não havendo mais a tratar foi lavrada a presente ata que para assinada por todos os presentes a reunião, eu que a escrevi, digo e assino por este 28 de novembro de 2015



37

Anterlema Vieira Batista
 Secretária da reunião
 J. Araújo
 Manoel de O. B. B.
 Manoel Antonio Rodrigues
 Jorge D. M. B. P. P. de S. S.
 Wagner Bezerra Medeiros
 Maria Helena Bezerra
 Jonenilda Alves Bezerra
 Eulália Batista da Costa
 Maria do Socorro Ferreira da Costa
 Daniel Barbosa Souza
 Renomato do S. B. R. R.
 Manoel Zicira P. Araújo
 Mario de Fatima Clemente Roberto

Declaramos, sob penas da lei que a presente cópia é transcrita fiel e integral da Ata Lavrada em data de 28 novembro de 2015, no livro de atas nº 01 da Associação Comunitária São José, 25 folhas 36v/37.

Antônio Batista de Lima Rê.





ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO DO OFÍCIO ÚNICO DA COMARCA DE JUAZEIRINHO

Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, nº 02, Centro – Fone: 3382-1195

Email: cartoriojz@hotmail.com

**Fernanda Freire de Araújo, Oficial do Registro de
Títulos e Documentos da Comarca de Juazeirinho,
Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc.**

CERTIDÃO

Certifico, que a presente **Ata Extraordinária da Associação Comunitária São José, realizada em 28/11/2015**, foi devidamente registrada neste Cartório, sob nº 1.644, às fls. 17v/18, do Livro nº A-7 – Pessoa Jurídicas, na data supra. O referido é verdade; dou fé.

Em testemunho (F.F.A.) da verdade

Juazeirinho, 19 de outubro de 2016.

Fernanda Freire de Araújo
Fernanda Freire de Araújo
Oficial do R. de Títulos e Documentos.



EMOLUMENTOS: R\$ 50,94

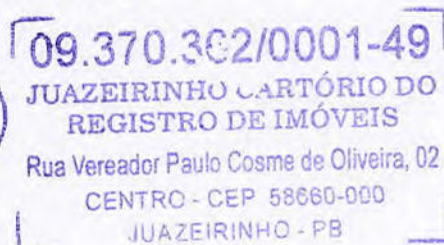
FARPEN: R\$ 3,43

F.E.P. J: R\$ 10,18

Selo Digital: AEB60569-1VIC

Lei Estadual nº 10.132 de 06 de Novembro de 2013

Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



**PROVA DA MAIORIDADE E NACIONALIDADE DOS
DIRIGENTES ELEITOS EM 28/11/2013**

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.897.889 - 2 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 13/10/2009

NOME JONH HERBT VIEIRA BATISTA

FILIAÇÃO ANTONIO BATISTA DE LIMA NETO
JOSILENE VIEIRA BATISTA

NATURALIDADE JUAZEIRINHO-PB DATA DE NASCIMENTO 22/06/1975

DOC ORDEM NASC.N.2348 FLS.33-V LIV.A-3
CARTORIO JUAZEIRINHO-PB

CPF 025.349.634-90

João Pessoa - PB

Jonh Herbt Vieira Batista
ASSINATURA DO DETENTADOR

LECN 37116-QR 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA V-02
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL P-234
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



Jonh Herbt Vieira Batista
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 0163398 DATA DE EXPEDIÇÃO 01 OUT 2003

NOME WAGNER BEZERRA MEDEIROS

João Bezerra

FILIAÇÃO Lúcia Medeiros Bezerra

Juazeirinho-PB 27.10.1985

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert. Nasc. Nº 9.058 Fls 212 Livro

DOC ORIGEM A-8 Cart. de Juazeirinho-PB

CPF

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

TÔ VACINADO
BRASIL
LAVRE
DA RUA EÇA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA P 900

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

MINISTÉRIO

Assinatura do Titular: Wagner Bezerra Medeiros

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.952.123- 2 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 20/07/2011

NOME
MICHAEL CARLOS DE ARAUJO RODRIGUES

FILIAÇÃO
LUIS RODRIGUES NUNES
ANTONIA AURORA DE ARAUJO

NATURALIDADE
JUAZEIRINHO-PB

DATA DE NASCIMENTO
11/03/1975

DOC ORIGEM
NASC.N.18.449 FLS.V-110 LIV.A-34
CARTORIO JUAZEIRINHO-PB

CPF
020.660.004-69

Assinatura do Diretor

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA IDENTIFICAÇÃO

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

V-02
P-2





Michael Carlos de Araújo Rodrigues

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DI/P.70

POLEGAR DIREITO



Maria do Socorro Vieira de Souza
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL
NOME

2192189

DATA DE
EXPEDICÃO

17 ABR 1995

MARIA DO SOCORRO VIEIRA DE SOUZA

Genival de Souza

FILIAÇÃO

Francisca Vieira de Souza

Juazeirinho-PB.

NATURALIDADE

20.04.1970

DATA DE NASCIMENTO

DOC ORIGEM Cert. Nasc. nº 15.224.Fls. 03.Liv.
31-A, Cart. Juazeirinho-PB.

CPF

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO TITULAR

LEI N.º 7.116 DE 29/08/88



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.999.867 DATA DE EXPEDIÇÃO 27.06.2002

NOME JOSE RENILSON GUEDES DIAS

FILIAÇÃO Rivaldo Martiniano Dias

Maria Gelza Guedes Dias

João Pessoa-PB. 10.05.1985

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC ORIGEM Cert.Nasc.8.745.Fls.134.Liv.A-8.Cart.Juazeirinho-PB.

CPF

João Pessoa - PB

DIR. DEPT. DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DI/P.70

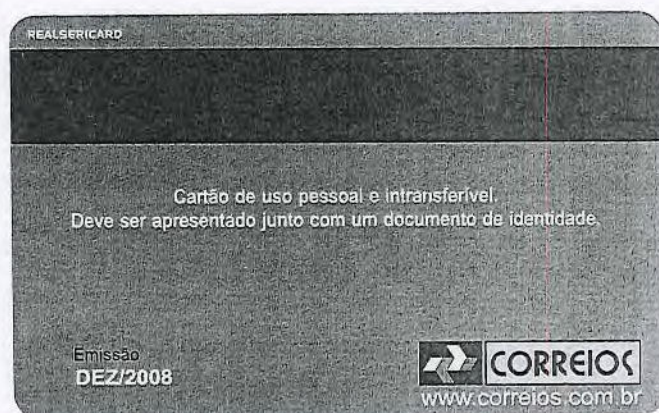
VACINADO

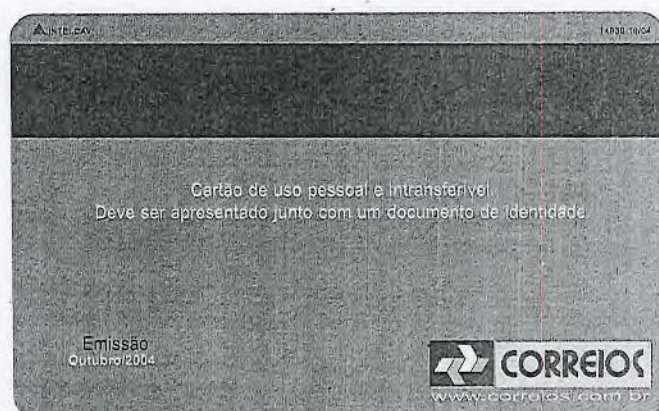
ASSINATURA DO TITULAR

JOSE RENILSON GUEDES DIAS

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CPF DOS DIRIGENTES ELEITOS EM 28/11/2013







MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
020.660.004-69

Nome
MICHAEL CARLOS DE ARAUJO RODRIGUES

Nascimento
11/03/1975

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
DB79.4A1A.72BB.469C

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 15:01:25 do dia 22/08/2011 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição

071.976.434-30

Nome

MARIA DO SOCORRO VIEIRA DE SOUZA

Nascimento

20/04/1970



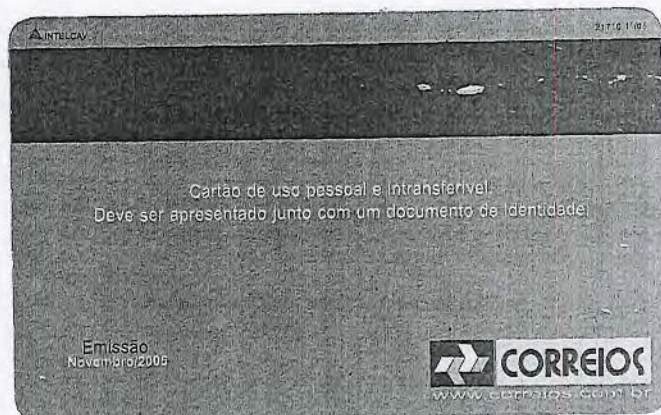
BRASIL

19189 4204

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão
Dezembro/2004

 **CORREIOS**
www.correios.com.br



ATA DE RENOVAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO

ATA ORDINARIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SÃO JOSE
JUAZEIRINHO – PARAIBA

Aos três dias do mês de março de dois mil e dezesseis, às dezenove horas no salão da Banda de Musica São José a Rua Quintino Bocaiuva nº 39 Centro, os associados da entidade reuniram-se para renovação do Conselho Comunitário da Radio Comunitária Juazeiro FM 87,9, uma organização da Associação Comunitária São José que ficou definido com as seguintes entidades: Paroquia de São Jose. Padre Raniery Alves dos Santos – Casa da Cultura Joana Gaga dos Santos. Joseilton Manuel dos Santos. Associação Comercial. Alexandro Araújo de Souza. Sociedade São Vicente de Paulo. Narcisa Aciole de Lima. Primeira Igreja Evangélica Batista. Pastor Welligson Nizan Cordeiro Trajano. Associação Comunitária São Jose. Maria de Fatima Clemente Roberto, tendo como objetivos acompanhar a programação da emissora para fazer cumprir o que determina o artigo e os princípios que da lei 9.612/98. Não havendo nada mais a tratar foi lavrada a presente ata que foi assinada pela diretoria e filados presente a reunião.

Juazeirinho 03 de março de 2016

Jonh Herbt Vieira Batista
Jonh Herbt Vieira Batista

Presidente

Elianeide Maria da Silva Rodrigues
Elianeide Maria da Silva Rodrigues

Jose Renilson Guedes Dias
Jose Renilson Guedes Dias

Raquel Mizael da Silva
Raquel Mizael da Silva

Jarteclenia Vieira Batista Guedes
Jarteclenia Vieira Batista Guedes

Josenilda Alves Bezerra
Josenilda Alves Bezerra

Walone de Oliveira Araujo
Walone de Oliveira Araujo

Maria do Socorro Vieira de Souza
Maria do Socorro Vieira de Souza

Emanuel Lindenberg Batista Roberto
Emanuel Lindenberg Batista Roberto

Maria de Fatima Clemente Roberto
Maria de Fatima Clemente Roberto

Jobson D'Karlos Lino de Oliveira
Jobson D'Karlos Lino de Oliveira

**DECLARAÇÃO FIRMADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE
JUAZEIRINHO**



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e efeitos legais que vendo os arquivos da Prefeitura Municipal de Juazeirinho-PB, não foi constatado vínculo empregatício do Sr. **JONH HERBET VIEIRA BATISTA**, no âmbito da administração pública Municipal no período de 2013 aos dias atuais, seja como efetivo, comissionado ou prestação de serviços.

Pela veracidade das informações passo a assinar a presente para surtir seus efeitos legais.

Juazeirinho, 13 de Outubro de 2016.

Rosilda Cantalice de Oliveira Barros
Sec. Mun. de Administração e Finanças
Port. Nº 488/2014

Ao

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES
Delegacia Regional em Santa Catarina – DRMC-04
Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar
88010-970 – FLORIANÓPOLIS - SC



Remetente:

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ
CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,
Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, Centro,
Juazeirinho-PB, CEP 58660-000

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

NOTA TÉCNICA Nº 16000/2017/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: **53000.058147/2011-16**

Assunto: **Constatação de pendências.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **Associação Comunitária Sao José**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Juazeirinho**, estado da **Paraíba/PB**, protocolou requerimento de renovação da autorização (evento SEI 0077049), em 09/02/2012, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 04/08/2011. No entanto, o pedido de renovação da outorga será considerado tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 131, inciso VI	Declaração, atualizada , atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os	Essa declaração deverá ser assinada pelo atual representante legal da Entidade. Observação: essa declaração não precisará ser autenticada

	parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	ser autenticada ou ter firma reconhecida, salvo solicitação expressa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
	I.	
Art. 131, inciso II	Cópia do estatuto social.	<p>O estatuto social deverá estar consolidado com todas as alterações.</p> <p>Observação 1: o estatuto social deve estar de acordo com o que dispõe o art. 40 da Portaria nº 4334, de 2015.</p> <p>Observação 2: o estatuto social deverá ser encaminhado registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
		<p>Da análise do estatuto social, constatou-se a inobservância ao art. 40 da Portaria, conforme segue especificado:</p> <p>a. <u>permitir que a Assembleia Geral possa ser também convocada ao menos por 1/5 (</u></p>

Portaria	Art. 131, inciso II, c/c art. 40	Estatuto social adequado à Portaria nº 4334, de 2015.	<p><u>um quinto) dos associados, seja a ela Ordinária ou Extraordinária e enumerar suas competências, entre elas, a de destituir os administradores.</u></p> <p>b. Não está expressamente previsto, <u>a determinação que não seja feita a distribuição de bônus ou eventuais sobras de receitas entre os associados.</u></p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria.</p> <p><u>Observação 1:</u> as alterações estatutárias deverão ser averbadas no registro inicial do Estatuto, no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas.</p> <p><u>Cópia da Ata de eleição da atual Diretoria,</u></p>
----------	----------------------------------	---	--

<p>nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.</p>	<p>Art. 131, inciso III</p>	<p>Ata de eleição.</p>	<p><u>devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas,</u> constando todos os cargos previsto no Estatuto Social, <u>alertando que nenhum membro eleito poderá fazer parte/ou ter cargo junto a Diretório de Partido Político ou ter qualquer outro tipo vínculo, seja familiar, religioso, econômico, etc.</u></p> <p><u>Observação:</u> o registro deve ser efetuado no Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
			<p>A Entidade deverá encaminhar relatório resumido do Conselho Comunitário, datado de janeiro/2017, sobre a programação veiculada pela emissora, assinado por todos os cinco (5) membros do citado Conselho, com</p>

Art. 131, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	<p><u>a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros.</u></p> <p><u>Observação 1:</u> poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p><u>Observação 2:</u> os dirigentes da entidade interessada bem como representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p>
		A Entidade deverá encaminhar cópia LEGÍVEL

	Art. 22, §3º, III, c/c o Art. 42 da Portaria nº 4334, de 2015.	RG e CPF de todos os dirigentes.	do RG e CPF de todos os membros da Diretoria. Não serão aceitos cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). O B S : Para aqueles RG que já contém o CPF, fica este dispensado de apresentação.
--	--	----------------------------------	--

3. Quanto à eleição da diretoria, cabe ressaltar o seguinte:

3.1 É de suma importância que a Entidade verifique a situação de cada dirigente eleito, notadamente quanto às hipóteses de vínculos vedados (art. 25, § 2º da Portaria nº 4334, de 2015). A existência ou manutenção desses vínculos gera infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 e consequente aplicação de penalidade. Além disso, após o dia 21/09/2016 (prazo definido no art. 137, parágrafo único da Portaria), **a vinculação é tida como vício de caráter insanável. Ou seja, verificado o vínculo, o pedido de renovação será indeferido.**

3.2. Outro aspecto que deve ser esclarecido: a **análise de vínculo é feita de forma objetiva**. Em outras palavras, basta que se verifique que o(s) membro(s) da Diretoria exerça(m) mandato eletivo, faça(m) parte de órgão partidário, exerça(m) cargo de Secretário Municipal ou dignidade eclesiástica, sejam majoritariamente parentes entre si, por exemplo, que já estará caracterizado o vínculo, independentemente de se afirmar que o membro com vínculo nunca se utilizou da emissora ou da própria Entidade para interesse familiar, ou fazer proselitismo político-partidário e/ou religioso.

3.3. Assim, para evitar a aplicação de penalidades e até a perda da outorga do serviço, a Entidade deve estar atenta e, ao realizar eleições da Diretoria, verificar que seus futuros dirigentes não tenha vínculo e nem os constitua durante todo o período do mandato.

4. Salienta-se que esta solicitação será a última que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo

com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, a o **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, na forma do que determina o art. 132, II da Portaria nº 4334, de 2015 ,haja vista, que a entidade já foi citada anteriormente por quatro (4) ocasiões, para cumprir exigências, através do Of. de exigência 7184,Nota Técnica 23980, Ofício de reiteração 21895 e Nota Técnica 21965(evento SEI 0077049, 0785802,1186221, 1321007).

CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

6. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

7. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Analista de Nível Superior**, em 26/07/2017, às 09:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 04/08/2017, às 09:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2046396** e o código CRC **C657ED9E**.

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.058147/2011-16**SEI nº 2046396**



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 31599/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Associação Comunitária São José

Rua Dr. José Ferreira Ramos, 08, Centro

CEP: 58.660.000 - Juazeirinho/PB

CNPJ nº 02.488.712/0001-27

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.058147/2011-1**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 16000/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,

INALDA CELINA MADIO
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 04/08/2017, às
09:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2046709** e o código CRC **26B642DA**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 31599/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.058147/2011-16 - Nº SEI: 2046709

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE
 NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 31599/2017/SEI-MCTIC, 04/08/2017
 53000.058147/2011-16

Associação Comunitária São José
 Rua Dr. José Ferreira Ramos, 08, Centro
 58.660.000 Juazeirinho / PB

UF PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIÓ / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION
 CARIMBO DE ENTREGA
 UNIDADE DE DESTINO
 BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR
 RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
 SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

AVISO-DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JR 91349390 0 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

23 AGO 2017

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

Ministério da Comunicações

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste
70.044-900 Brasília-DF

UF

BRASIL
BRÉSIL

M.E.

01250.061258/2017-50

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal
Pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.

Resposta ao Ofício nº 31599/2017/SEI – MCTIC

Processo nº 53000.058147/2011-1

Nota Técnica nº 16000/2017/SEI-MCTIC

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27, com sede na Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009, mantenedora da Rádio Comunitária Juazeiro FM, por sua dirigente adiante assinada, vem, com o devido respeito, responder aos questionamentos da Nota Técnica nº 16000/2017/SEI-MCTIC, além de fazer a juntada de todos os documentos solicitados na forma que passa a expor.

Conforme determinação da Nota Técnica nº 16000/2017/SEI-MCTIC, apresentamos toda documentação solicitada, ressaltamos, também, que as pendências foram sanadas, conforme descrição a seguir:

1. Declaração, atualizada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;
2. Estatuto Social atualizado e consolidado, ou seja, foi efetuada a alteração recomendada pela Nota Técnica nº 16000/2017/SEI-MCTIC, além de ser devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, para se adequar ao que determina a Portaria nº 4334, de 2015. Eis, portanto, as adequações exigidas, destacadas e grifadas: conforme transcrição a seguir:

DOCUMENTO INTERFÉRE PELO CORREIO
Em 03/10/17 - 17:00 horas
Assinatura: Conceição

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal
Pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

CAPÍTULO II – DOS ASSOCIADOS

Art. 6º Os serviços prestados a associação pelos associados inclusive em cargos de direção são inteiramente gratuitos, vedada a percepção de ordenados, gratificações ou recompensas a qualquer título ou protesto, **como também é vedada a distribuição de bônus ou eventuais sobras de receitas entre os associados.** (grifo nosso).

CAPÍTULO III – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 7º A Assembleia Geral é a reunião plenária de todos os associados, podendo deliberar soberanamente sobre qualquer assunto pertinente a associação, de conformidade com este estatuto, sendo portanto seu órgão deliberativo máximo.

§2º **A Assembleia Geral poderá, também, ser convocada ordinariamente ou extraordinariamente por pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados quites com suas obrigações sociais, que publiquem tal intenção com no mínimo oito dias úteis de antecedência.** (grifo nosso)

Art. 8º **Compete à Assembleia Geral:**

I – Cumprir o que prescreve este estatuto;

II – Reformar o estatuto sem alterar as finalidades principais da associação, observando o que estabelece o art. 20 deste estatuto;

III – Eleger a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, observando o que estabelece os artigos 10 e 11 deste estatuto;

IV – Destituir os administradores e deliberar sobre vacância de cargos;

V – Deliberar sobre a dissolução da Associação, observando o que estabelece o art. 21 deste estatuto. (grifo nosso).

3. Ata da Eleição da atual diretoria, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal
Pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.

4. Relatório resumido do Conselho Comunitário;

5. Cópia do RG e CPF de todos os membros da Diretoria, vale ressaltar, ainda, que alguns membros da diretoria só há a cópia do RG, pois no RG dos mesmos já contém CPF.

Ressalte-se, portanto, que todos os itens dispostos acima, da Associação Comunitária São José, estão plenamente a disposição de Vossas Senhorias, cópias em anexos.

Com o intuito de destacar a importância dos serviços prestados pela Associação mantenedora, não se pode deixar de dizer que as rádios comunitárias e principalmente a Rádio Comunitária Juazeiro FM, mantida pela Associação Comunitária São José, além do serviço de Radiodifusão Comunitária, mantém uma Escola de Música e uma Banda de Música, já tendo trabalhado nos últimos 15 anos da formação de mais de 300 jovens carentes no ensino da música, de forma gratuita.

As Rádios Comunitárias se apresentam como um Direito Social, como um veículo primordial para o pleno exercício desse direito, e principalmente contrariando a lógica da região, onde só quem possuía concessão de rádio eram os poderosos.

Com base nesses esclarecimentos e na certeza de que a Associação Comunitária São José estará como sempre esteve, como entidade mantenedora, à disposição do órgão concedente para resolver e superar as pendências burocráticas porventura existentes, porém, não permitam que calem a voz do nosso povo.

Somos o único veículo de comunicação aberto a sociedade, aos grupos culturais, ao esporte local, as diversas denominações religiosas e nunca em tempo algum, a comunidade deixou de apresentar sua voz por qualquer cerceamento da liberdade com a devida responsabilidade e as limitações da concessão recebida.

POR TUDO O EXPOSTO, entendemos com a devida vênia, ter apresentado a resposta, ponto a ponto dos fatos alegados, ao tempo que a entidade se compromete a sanar qualquer questão burocrática que possa está pendente, para que o povo da nossa cidade não perca esse importante instrumento de comunicação que há mais de 15 anos vem sendo a voz dos que não tem voz, a comunidade carente e que não tem internet, e ainda não está integrada nas redes sociais, sendo a rádio ainda o instrumento mais popular de comunicação, cujo serviço a Associação mantenedora pretende manter.

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal
Pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.

Pede finalmente que seja deferido o pedido de renovação da outorga por entender de direito e de JUSTIÇA.

Juazeirinho – PB, 20 de Setembro de 2017.

Maria Alessandra Teófilo Araújo

Maria Alexsandra Teófilo Araújo
Representante Legal da Associação Comunitária São José

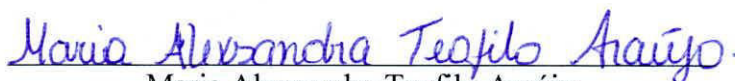
**DECLARAÇÃO, ASSINADA PELA REPRESENTANTE LEGAL, A SRA. MARIA
ALEXSANDRA TEOFILLO ARAÚJO.**

DECLARAÇÃO

Eu, Maria Alexsandra Teófilo Araújo, brasileira, solteira, estudante, representante legal da Associação Comunitária São José, RG nº 3.209.101 SSDS-PB, CPF nº 064.173.944-33, com residência e domicílio na Rua Quintino Bocaiuva, nº 39, Centro, Juazeirinho-Paraíba, declaro para os devidos fins e fazer provas junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação, copias em anexos.

Sem mais a declarar, assino.

Juazeirinho, 13 de Setembro de 2016.



Maria Alexsandra Teófilo Araújo
Representante Legal da Associação Comunitária São José

**ATA EXTRAORDINÁRIA DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ**

ATA DA ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO DO
ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ

Aos quinze dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, às dezenove horas, na sede da Associação Comunitária São José, situada na Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, 1º andar, Centro, na cidade de Juazeirinho-Paraíba, reuniram-se os associados, convocados para Assembleia Geral, identificados na lista de presença que, assinada por todos, fica fazendo parte integrante da presente ata para todos os fins de direito, com o objetivo de deliberar alteração do Estatuto da Associação Comunitária São José, na forma proposta da Nota Técnica nº 16000/2017/SEI – 16, a qual pede para que o Estatuto Social esteja de acordo com o que dispõe o art. 131, inciso II, c/c art. 40 da Portaria nº 4334, de 2015. Alteração, esta, necessária para a renovação da concessão. Dando início aos trabalhos, a Presidente submeteu aos presentes a proposta de alteração do estatuto da associação. Assim feito, logo em seguida, foi facultada a palavra aos presentes que opinaram e aprovaram de forma unânime todas as alterações propostas para o Estatuto, que corresponde ao capítulo II, artigo 6º, que veda a distribuição de bônus ou eventuais sobras de receitas entre os associados; em seguida foi inserido o parágrafo 2º no artigo 7º do capítulo III, afirmando que a Assembleia Geral poderá ser convocada ordinariamente ou extraordinariamente por pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados; além disso, foi enumerado no capítulo III, artigo 8º e incisos I, II, III, IV e V as competências da Assembleia Geral, entre elas, a de destituir os administradores. Nada mais havendo a tratar, eu, Lusia Medeiros Beserra, lavrei a presente ata.

Juazeirinho, 15 de Setembro de 2017.

Lusia Medeiros Beserra

Francisco Jefferson Lima de Sousa

Genaro Borges Luperiano da Silva
Maria Alexandra Teófilo Araújo

Daniel Ramos

Joséilda Alves Bezerra

Verônica Araújo de Souza

Robson O'Carlos Lima de Oliveira
Emanuelle Leite de Araújo

Manoel Zicirã de Araújo

Maria do Socorro Vieira de Souza

Ronald Figueiredo
Ronaldo Figueiredo



Aguel Mizeel da Silva
Enk Arthur Batista da Costa.

02
15/05/2017

RO drigo LOUTENGO DA SILVA
partecleonia Vieira Batista quedes.

Luamague Saora Figueiredo
Maria de Fatima Clemente Roberto

Emanuel Lindenberg Batista Roberto.

José Carlos Filho

Jonny Leonnaghes Vieira Batista

José Jolili Rezerra

Joazilene Vieira Rodolfo.

Guiníia Maria da Conceição

Jonny Reut Vieira Batista.

- Maria dos Nêws Simo Oliveira

. DECLARAMOS, SOB AS PENAS DA LEI QUE A
PRESENTE CÓPIA É TRANSCRIÇÃO FIEL E INTE-
GRAL DA ATA LAVRADA EM DATA DE 15 DE 09
DE 2017, NO LIVRO DE ATAS Nº 01 DA ASSOCIA-
ÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ, AS FLS 49/49V.

Jonny Leonnaghes Vieira Batista





03
F. Araújo

ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO DO OFÍCIO ÚNICO DA COMARCA DE JUAZEIRINHO
Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, nº 02, Centro – Fone: 3382-1195
Email: cartoriojz@hotmail.com

**Fernanda Freire de Araújo, Oficial do Registro de
Pessoas Jurídicas da Comarca de Juazeirinho, Estado da
Paraíba, em virtude da lei, etc.**

CERTIDÃO

Certifico, que a presente **Ata da Assembléia Extraordinária para Alteração do Estatuto da Associação Comunitária São José, realizada aos 15 de setembro de 2017**, foi devidamente registrada neste Cartório, sob nº AV-068, às fls. 35, do Livro nº A-7, na data supra. O referido é verdade; dou fé.

Em testemunho (F.F.A.) da verdade

Juazeirinho, 27 de setembro de 2017.

Fernanda Freire de Araújo
Fernanda Freire de Araújo
Oficial do R. de Pessoas Jurídicas.



EMOLUMENTOS: R\$ 193,87
FARPEN: R\$ 10,02
F.E.P. J: R\$ 38,77
Selo Digital: AFT02970-1995
Lei Estadual nº 10.132 de 06 de Novembro de 2013
Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

**ESTATUTO SOCIAL ATUALIZADO E CONSOLIDADO COM TODAS AS
ALTERAÇÕES RECONMENDADAS PELA NOTA TÉCNICA N°
16000/2017/SEI-MCTIC.**

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ

JUAZEIRINHO – PARAÍBA

ESTATUTO

FUNDADA EM: 22 DE NOVEMBRO DE 1997.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ

ESTATUTO

Capítulo I – Da Denominação, Sede, Duração e Objetivo

Art. 1º A Associação Comunitária da comunidade São José, fundada em 22 de Novembro de 1997, é uma Sociedade Civil Autônoma sem fins lucrativos, oriunda da mobilização espontânea dos comunitários, de duração indeterminada, com sede e fórum na Comarca de Juazeirinho – PB. Reger-se-á pelo presente estatuto.

Art. 2º A área de atuação da Associação compreende toda comunidade São José.

Art. 3º Constituem objetivo da Associação:

I – Promover o desenvolvimento sócio econômico da comunidade, através da integração de seus habitantes, sem distinção de qualquer natureza;

II – Fazer reivindicações aos poderes públicos em favor da comunidade;

III – Executar serviço de radiodifusão comunitária objetivando atender a toda comunidade, com vistas a:

a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais, oferecendo mecanismos a formação e integração da comunidade estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

b) Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil sempre que necessário, contribuir para o aperfeiçoamento nas áreas dos jornalistas e radialistas de conformidade com a legislação vigente;

c) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível, bem como dando preferência as finalidades educativas, artísticas e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade de acordo com a Lei 9.612 – 98 e com o Decreto 2.615/98 que rege este serviço;

IV – Proporcionar aos associados cursos de formação, atividades culturais e esportivas, visando a conscientização dos seus direitos e deveres para o exercício pleno da cidadania.

Capítulo II – Dos Associados

Art. 4º Podem associar-se a associação homens, mulheres e jovens que residem ou trabalhem na área de atuação da associação admitidos pela diretoria executiva, referendada pela assembleia geral, como também é garantido o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica;

Art. 5º São direitos dos associados:

I – Votar e ser votado para os cargos de direção, garantindo-se, também, o direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

- II** – Gozar de todas as vantagens e conquistas, garantidas pela associação;
- III** – Participar de todas as reuniões e assembleias apresentando sugestões e propostas de interesse da comunidade;
- IV** – Cumprir o Estatuto e Regimento da Associação;
- V** – Requerer através de no mínimo de 20% dos associados em pleno gozo com os seus direitos, convocar assembleia geral extraordinária, justificando o assunto a ser discutido;
- VI** – Respeitar as decisões das assembleias gerais e da diretoria;
- VII** – Pagar pontualmente a sua contribuição mensal determinada pela assembleia.

Art. 6º Os serviços prestados a associação pelos associados inclusive em cargos de direção são inteiramente gratuitos, vedada a percepção de ordenados, gratificações ou recompensas a qualquer título ou protesto, como também é vedada a distribuição de bônus ou eventuais sobras de receitas entre os associados.

Capítulo III – Da Assembleia Geral

Art. 7º A Assembleia Geral é a reunião plenária de todos os associados, podendo deliberar soberanamente sobre qualquer assunto pertinente a associação, de conformidade com este estatuto, sendo portanto seu órgão deliberativo máximo.

§1º A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez em cada semestre, sendo uma destas reuniões trinta dias antes das eleições, extraordinariamente ela se reunirá por convocação da diretoria executiva e conselho fiscal ou por maioria simples dos associados quites com as suas obrigações sociais, que publiquem tal intenção com no mínimo oito dias úteis de antecedência.

§2º A Assembleia Geral poderá, também, ser convocada ordinariamente ou extraordinariamente por pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados quites com suas obrigações sociais, que publiquem tal intenção com no mínimo oito dias úteis de antecedência.

Art. 8º Compete à Assembleia Geral:

- I** – Cumprir o que prescreve este estatuto;
- II** – Reformar o estatuto sem alterar as finalidades principais da associação, observando o que estabelece o art. 20 deste estatuto;
- III** – Eleger a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, observando o que estabelece os artigos 10 e 11 deste estatuto;
- IV** – Destituir os administradores e deliberar sobre vacância de cargos;
- V** – Deliberar sobre a dissolução da Associação, observando o que estabelece o art. 21 deste estatuto.

Art. 9º A Assembleia Geral tem o direito de exigir da diretoria executiva e do conselho fiscal, cumprimentos de suas deliberações especialmente cobrar iniciativas tendentes a alcançar os fins da associação e a execução rigorosa deste estatuto, inclusive quando a publicação das suas convocações.

Capítulo IV – Da Administração

Art. 10. A Associação é administrada por uma Diretoria Executiva composta por (06) seis associados, sendo autônoma no exercício de suas funções: Presidente, Vice Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro, com mandato de (04) quatro anos, podendo ser reeleito por um só mandato consecutivo.

Art. 11. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização das atividades financeiras da Associação, sendo autônomo no exercício de suas funções e composto por (06) seis associados: (03) três suplentes e (03) três efetivos, eleitos juntamente com a diretoria executiva em Assembleia Geral, com mandato de (04) quatro anos podendo ser reeleito para um segundo mandato.

Art. 12. Ao Presidente compete:

- I** – Representar à Associação Judicial e Extraordinariamente;
- II** – Presidir todas as reuniões da diretoria e da assembleia geral;
- III** – Movimentar juntamente com o tesoureiro as contas bancárias;
- IV** – Apresentar no início do seu mandato em assembleia geral o plano de trabalho anual da associação, bem como o relatório das atividades ao fim de cada exercício financeiro;

Art. 13. Compete ao Vice Presidente substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos legais.

Art. 14. Da competência do 1º Secretário:

- I** – Redigir as atas da diretoria e da assembleia;
- II** – Organizar correspondência recebidas e expedidas, bem como ofícios e requerimentos.

Art. 15. Compete ao 2º Secretário: substituir o 1º secretário em suas faltas e impedimentos legais.

Art. 16. Da competência do 1º Tesoureiro:

- I** – Ter sob sua guarda e responsabilidade devidamente rubricada pelo presidente e tesoureiro, todos os livros de escrituração indispensáveis a execução das receitas e despesas, bem como todos os documentos relativos a tesouraria;
- II** – Assinar juntamente com o presidente, todos os cheques de pagamento e tudo o que se relacione com o movimento financeiro;

III – Efetuar trimestralmente o balancete das receitas e despesas, encaminhado através do Presidente, ao conselho fiscal para que este dê o seu parecer;

IV – Recolher a contribuição social para manutenção da Associação.

Art. 17. Compete ao 2º Tesoureiro substituir o 1º Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos legais.

Capítulo V – Do Patrimônio

Art. 18. A Associação tem como fonte de recursos a contribuição social dos associados. O seu patrimônio será formado por bens moveis e imóveis adquiridos por compra, doação ou outros meios jurídicos e auxílio dos poderes público.

Art. 19. Nenhum bem pertencente ao patrimônio da Associação poderá ser vendido, alienado, penhorado ou hipotecado sem autorização de (2/3) dois terços dos Associados quites com suas obrigações sociais em Assembleia Geral.

Capítulo VI

Art. 20. O presente estatuto somente poderá ser reformado em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim e pelo voto de (2/3) dois terços dos Associados quites com suas obrigações sociais.

Capítulo VII

Art. 21. A Associação somente se extingue mediante as mesmas condições dispostas para reforma do estatuto e em tal caso, e seu patrimônio, se houver, será destinado à Associação congénere, escolhida pela Assembleia Geral.

Art. 22. Além do cumprimento fiel das deliberações da Assembleia Geral, caberá a Diretoria Executiva elaborar o regimento interno e resolver os casos omissos do Presente Estatuto, devendo ser referendado pela Assembleia Geral.

Art. 23. Este Estatuto foi aprovado em Assembleia Geral, convocada e realizada no dia 15 de setembro de 2016, passando a vigorar a partir do seu registro no cartório de registro de pessoas jurídicas, títulos e documentos.

**ATA DE ELEIÇÃO DA ATUAL DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
SÃO JOSÉ**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ

JUAZEIRINHO, PARAIBA

01
F. Araújo

Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, às dezenove horas, na sede da Associação Comunitária São José, situada na Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, 1º andar, Centro, na cidade de Juazeirinho-Paraíba, reuniram-se os associados da Associação Comunitária São José, convocados para Assembleia Geral, com a finalidade de eleger e dar posse a nova Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal da referida Associação, tendo em vista que decorrido o prazo de trinta dias, contados da divulgação e convocação para eleição da entidade, não foi registrada nenhuma chapa. Abriu a reunião o Presidente desta entidade, o Senhor Jonh Herbt Vieira Batista, o qual iniciou agradecendo a todos pela colaboração durante os quatro anos que esteve na função de Presidente da Associação, como também esclareceu sobre as funções dos membros da Associação e o papel da entidade perante a comunidade e, em seguida, os associados foram convidados a candidatarem-se aos cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Associação, iniciando-se a eleição e considerando a inscrição de chapa única, tanto para Direção Executiva como para o Conselho Fiscal, foram as mesmas eleitas por aclamação, ficando assim constituídas pelos seguintes membros, conforme art. 10 e 11 do Estatuto Social, para o exercício do mandato no período de 10.09.2017 até 10.09.2021, quanto aos para Direção Executiva: Presidente: Maria Alexsandra Teofilo Araújo, brasileira, solteira, estudante e domiciliada na Rua Quintino Bocaiuva, nº 39, Centro, Juazeirinho – Paraíba, portadora do RG nº 3.209.101 SSDS-PB e do CPF nº 064.173.944-33; Vice Presidente: Gesiano Barbosa Cipriano da Silva, brasileiro, casado, músico, residente e domiciliado na Rua Francisco Romão de Assis, nº 124, Bairro da Bela Vista, Juazeirinho – Paraíba, portador do RG nº 3.894.473 – 2 VIA SSDS-PB e do CPF nº 111.836.994-76, 1ª Secretária: Lusía Medeiros Beserra, brasileira, viúva, servidora pública, residente e domiciliada na Rua Durval Diniz Lima, nº 65, Centro, Juazeirinho – Paraíba, portadora do RG nº 943.365 SSP-PB e do CPF nº 977.741.974-00; 2º Secretário: Emanuel Vieira de Araújo, brasileiro, casado, radialista, residente e domiciliado na Rua Henrique Ferreira Barros, nº 49, Bairro da Bela Vista, Juazeirinho – Paraíba, portador do RG nº 405.658 2º VIA SSP/PB e do CPF nº 345.621.844-34; 1º Tesoureiro: Jobson D' Karlos Lino de Oliveira, brasileiro, solteiro, padeiro, residente e domiciliado na Rua João Capitulino, S/N, Centro, Juazeirinho – Paraíba, portador do RG nº 3.931.698 SSDS-PB e do CPF nº 700.833.384-62; 2º Tesoureiro: Daniel Ramos, brasileiro, casado, músico, residente e domiciliado na Rua Dr. José Ferreira Ramos, S/N, Centro, Juazeirinho – Paraíba, portador do RG nº 000.248.700 SSP-RN e do CPF nº 145.312.401-20. Quanto aos eleitos para o Conselho Fiscal: Presidente: Terezinha Araújo de Souza, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na Rua Dr. José Ferreira Ramos, S/N, Centro, Juazeirinho – Paraíba, portadora do RG nº 8.245.31 e do CPF nº 323.543.474-72; Vice-Presidente: Josenilda Alves Bezerra, brasileira, casada, dona de casa, residente e domiciliada na Rua Durval Diniz, S/N, Centro, Juazeirinho – Paraíba, portadora do RG nº 1.233.714 SSP-PB e do CPF nº 695.670.504-49; Secretário: Francisco Jeferson Lino Oliveira, brasileiro, solteiro, universitário, residente e domiciliado na Rua Quintino Bocaiuva, nº 32, Centro, Juazeirinho-Paraíba, portador do RG nº 3.551.431 SSDS-PB e do CPF nº 015.894.164-06; Suplente: Rodrigo Lourenço da Silva, brasileiro, casado,



vidraceiro, residente e domiciliado na Rua José Felismino, nº 55, Centro, Juazeirinho-Paraíba, portador do RG nº 3.818.210 SSDS-PB e do CPF nº 097.204.254-74; Suplente: Josemar Peixoto dos Santos, brasileiro, Solteiro, Pedreiro, residente e domiciliado na Rua José Felismino, nº 303, Centro, Juazeirinho – Paraíba, portador do RG nº 1.022.575 SSP-PB e do CPF nº 056.944.164-06; Suplente: Erik Artur Batista da Costa, brasileiro, solteiro, universitário, residente e domiciliado na Rua João Vital Guedes, nº 279, Centro, Juazeirinho – Paraíba, portador do RG nº 4.104.800 e do CPF nº 120.482.984-51. Perante a Assembleia Geral, os eleitos foram empossados de imediato, passando a partir desta data a exercer os poderes e responsabilidades determinados pelo estatuto. Nada mais havendo a tratar, a reunião encerrou-se, sendo por mim, Lusía Medeiros Beserra, lavrada a ata, sendo lida, conferida e assinada por todos os presentes.

Juazeirinho, 10 de Setembro de 2017.

Lusía Medeiros Beserra

Lusía Medeiros Beserra

1ª Secretária

Maria Alessandra Teófilo Araújo

Maria Alessandra Teófilo Araújo

Presidente

Gesiano Barbosa Cipriano da Silva

Gesiano Barbosa Cipriano da Silva

Vice-Presidente

Emanoel Vieira de Araújo

Emanoel Vieira de Araújo

2º Secretário

Jobson D' Karlos Lino de Oliveira

Jobson D' Karlos Lino de Oliveira

1º Tesoureiro

Daniel Ramos

Daniel Ramos

2º Tesoureiro

Terezinha Araújo de Souza

Terezinha Araújo de Souza

Presidente do Conselho Fiscal

Josenilda Alves Bezerra

Josenilda Alves Bezerra

Vice-Presidente do Conselho Fiscal



Francisco Jefferson Lino de Oliveira
Francisco Jefferson Lino Oliveira
Secretário

RODRIGO LOURENÇO DA SILVA
Rodrigo Lourenço da Silva
Suplente do Conselho Fiscal

JOSIMAR PEIXOTO DOS SANTOS
Josemar Peixoto dos Santos
Suplente do Conselho Fiscal

Erik Artur Batista da Costa
Erik Artur Batista da Costa
Suplente do Conselho Fiscal

Emanuelle Leite de Araújo
Maria do Socorro Vieira de Souza.
Raimundo Figueiredo
Roguel Mota da Silva
Porteclemia Vieira Batista quedes
Luiz Henrique Soares Figueiredo.
Maria de Fátima Climenti Roberto
Emanuel Lindenberg Batista Roberto.
José Carlos Filho
Jonny Leonnagues Vieira Batista
José Zefilo Rezerra
Favilene Vieira Batista.
Sônia Maria da Conceição.
Jonny Heriberto Vieira Batista
Maria dos Reis Lino Oliveira



DECLARAMOS, SOB AS PENAS DA LEI QUE
A PRESENTE CÓPIA É TRANSCRIÇÃO FIEL E INTE-
GRAL DA ATA LAURADA EM DATA DE 11/09 DE 2017,
NO LIVRO DE ATAS Nº 01 DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
SÃO JOSÉ, AS FLS 471/48V.

Jonny Leonnagues Vieira Batista



04
F. Araújo

ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO DO OFÍCIO ÚNICO DA COMARCA DE JUAZEIRINHO
Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, nº 02, Centro – Fone: 3382-1195
Email: cartoriojz@hotmail.com

**Fernanda Freire de Araújo, Oficial do Registro de
Pessoas Jurídicas da Comarca de Juazeirinho, Estado da
Paraíba, em virtude da lei, etc.**

CERTIDÃO

Certifico, que a presente **Ata da Reunião Ordinária Comunitária São José Juazeirinho, Paraíba, realizada aos 11 de setembro de 2017**, foi devidamente registrada neste Cartório, sob nº 1.674, às fls. 34v/35, do Livro nº A-7, na data supra. O referido é verdade; dou fé.

Em testemunho (F.F.A.) da verdade

Juazeirinho, 27 de setembro de 2017.

Fernanda Freire de Araújo
Fernanda Freire de Araújo
Oficial do R. de Pessoas Jurídicas.



EMOLUMENTOS: R\$ 55,39
FARPEN: R\$ 5,01
F.E.P. J: R\$ 11,07
Selo Digital: AFT02969-BK4L
Lei Estadual nº 10.132 de 06 de Novembro de 2013
Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO

RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Com a missão de zelar pelo devido cumprimento dos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998, bem como acompanhar e fiscalizar a programação veiculada pela Rádio Comunitária Juazeiro FM, mantida pela Associação Comunitária São José, nós, membros do conselho comunitário da referida entidade, constatamos que a Emissora mantém uma programação extremamente benéfica, pois está sempre evidenciando as questões de interesse da comunidade.


Em toda a programação, a Rádio Comunitária Juazeiro FM divulga fatos relevantes e de interesse do cidadão. Leva informação útil para o dia-a-dia da comunidade. Ajuda o ouvinte a compreender melhor a realidade que o cerca. Muito mais do que informação sobre tempo e temperatura, as de utilidade pública tem caráter educativo e função social: informa, alerta, orienta e estimula o ouvinte a exercer seus direitos e deveres de cidadão. A Rádio Comunitária Juazeiro FM leva a informação de qualidade para uma vida melhor.


Na Rádio Comunitária Juazeiro FM, a cultura e a arte são notícia. A educação para a arte e a arte na educação. Estilo e ritmos musicais. Agenda cultural e entrevistas com artistas da terra e populares. Toda a diversidade e a riqueza da cultura regional.


Além disso, a programação da Rádio Comunitária Juazeiro FM presa pelo respeito aos valores éticos e sociais da pessoa humana, sem discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções política-ideológica-partidárias e condição social.

Portanto, estamos convictos de que a Emissora mantém a produção de uma programação pautada pelo interesse do cidadão. O objetivo é dar voz a população cada vez mais para que ela influencie positivamente na pauta da Emissora dando sugestões ou fazendo reclamações. Isso é importante também porque consolida o papel da Rádio como veículo de comunicação comunitário.

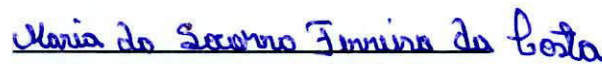
Juazeirinho, 18 de Janeiro de 2017.


Padre Raniery Alves dos Santos
Paroquia São José de Juazeirinho


Joseilton Manoel dos Santos
Casa da Cultura Joana Gago


Narcisa Aciole de Lima
Sociedade São Vicente de Paulo


Pastor Wellisson Nizan Cordeiro Trajano
Primeira Igreja Evangélica Batista


Maria do Socorro Ferreira da Costa
Associação Musical e Cultural Maestro Alfredo Macena de Andrade

**RG E CPF DE TODOS OS MEMBROS DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ**

COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
REGISTRO GERAL	3.209.101 -2 VIA	DATA DE EXPEDIÇÃO	28/11/2014
NOME	MARIA ALEXSANDRA TEOFILO ARAÚJO		
FILIAÇÃO	MANOEL ALVES DE ARAÚJO TEREZINHA TEOFILO ARAÚJO		
NATURALIDADE	CAMPINA GRANDE-PB	DATA DE NASCIMENTO	04/12/1983
DOC ORIGEM	NASC.N.7971 FLS.240 LIV.07-A CARTORIO JUAZEIRINHO PB		
CPF	064.173.944-33		
ASSINATURA DO DIRETOR		ASSINATURA DO TITULAR	
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83		CARTEIRA DE IDENTIDADE	

ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

V-02
P-070

Maria Alexandra Teófilo Araújo

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

064.173.944-33

Nome

MARIA ALEXSANDRA TEOFILO ARAÚJO

Nascimento

04/12/1983

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão
Dezembro/2003

CORREIOS
www.correios.com.br

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.894.473 -2 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 06/02/2013

NOME GESIANO BARBOSA CIPRIANO DA SILVA

FILIAÇÃO GERALDO BARBOSA
EDIANA CIPRIANO DA SILVA

NATURALIDADE CAMPINA GRANDE-PB DATA DE NASCIMENTO 27/05/1994

DOC ORIGEM NASC.N.013234 FLS.206 LIV.00012
CARTORIO JUAZEIRINHO-PB

CPF 111.836.994-76

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

V-02
P-234



Gesiano Barbosa Cipriano da Silva
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

V-02
P-070




Lúcia Medeiros Beserra

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 943.365 -2 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 01/08/2016

NOME LUSIA MEDEIROS BESERRA

FILIAÇÃO INACIO CARLOS DE ARAUJO
SEVERINA MEDEIROS DE ARAUJO

NATURALIDADE JUAZEIRINHO-PB DATA DE NASCIMENTO 15/01/1963

DOC ORIGEM CASAM N.1231 FLS.216 LIV.B 04
CARTORIO JUAZEIRINHO PB

CPF 977.741.974-00

Manoel A. B. Lucet Jr.
Manoel A. B. Lucet Jr.
Chefe do Núcleo de
Ident. Civil e Criminal

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Emmanoel Vieira de Araújo
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 405.658 2ª via DATA DE EXPEDIÇÃO 20.09.1987

NOME EMANOEL VIEIRA DE ARAUJO

FILIAÇÃO Olivia Vieira de Araujo

Gurjão-PB. 20.11.1957
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC ORIGEM Cert. Cas. nº 609, Fls. 107, Liv. 3-B, Cart. Juazeirinho-PB.

CPF 34562184-34 PIS 108661751

João Pessoa - PB

ALEX ASSINATURA DO DIRETOR DE CARVALHO
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES
ECONÔMICO-FISCAIS - CIEF

CIC

Nº DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF
345 621 844 34

NOME COMPLETO
EMANOEL VIEIRA DE ARAÚJO

NASCIMENTO
20.11.57

ASSINATURA
Emmanoel Vieira de Araújo

TERÁ VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E DE USO OBRIGATÓRIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS.
PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CARIMBO DO AGENTE EMISSOR

001/1644-J
02/11/88
BANCO DO BRASIL
JUAZEIRINHO (PB)
42.012/2056

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNÇÃO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

APROVADO POR INSTRUÇÃO-NORMATIVA DO SRF

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DI/P.70



Jobson D'Karlos Lino de Oliveira
ASSINATURA DOTITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.931.698 DATA DE EXPEDIÇÃO 23/12/2010

NOME JOBSON D'KARLOS LINO DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO JOSÉ LAURENÇO DE OLIVEIRA
MARIA JOSE LINO DE OLIVEIRA

NATURALIDADE PATOS-PB DATA DE NASCIMENTO 17/02/1992

DOC ORIGEM NASC.N.4262 FLS.166 LIV.A04

CARTORIO PATOS-PB

CPF

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA



Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
700.833.384-62

Nome
JOBSON D KARLOS LINO DE OLIVEIRA

Nascimento
17/02/1992

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
20C0.69F2.A07A.978A

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 07:40:29 do dia 20/07/2011 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA

INSTITUTO TECNICO CENTRAL DE POLICIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICACAO

CARTERIA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

POLEGAR DIREITO




VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 000.248.700

DATA DE EXPEDICAO 18/03/1997

NOME DANIEL RAMOS

FILIAÇÃO SEVERINO RAMOS

MARIA RITA RAMOS

NATURALIDADE JUAZEIRINHO PB

DOC. ORIGEM DER-CAS L0859 -004 RG-013077

PATOS PB

CNPJ 145.312.401-20

DATA DE NASCIMENTO 28/06/1954

CARTORIO

Rosemary dos Santos Santiago

ASSINATURA DO DETENTOR

132200 4

DE N. 7/18 DE 29/08/83

Ao
Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária – CGRO
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste
70.044-900 Brasília-DF



Remetente:

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, Centro,

Juazeirinho-PB, CEP 58660-000

01250.061371/2017-35

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal

Pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.

Resposta ao Ofício nº 31599/2017/SEI – MCTIC

Processo nº 53000.058147/2011-1

Nota Técnica nº 16000/2017/SEI-MCTIC

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27, com sede na Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009, mantenedora da Rádio Comunitária Juazeiro FM, por sua dirigente adiante assinada, vem, com o devido respeito, reenviar a declaração, atualizada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação da respectiva licença de funcionamento da estação.

Vale ressaltar, ainda, que já encaminhamos a referida declaração, juntamente com os demais documentos solicitados na Nota Técnica nº 16000/2017/SEI-MCTIC relativa à análise do processo nº 53000.058147/2011-1. No entanto, esquecemos de anexar a licença de funcionamento da estação, a qual consta os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, por isso, estamos reenviando a declaração e a licença de funcionamento da estação.

Pede finalmente que seja deferido o pedido de renovação da outorga por entender de direito e de JUSTIÇA.

Juazeirinho – PB, 28 de Setembro de 2017.

Maria Alessandra Teófilo Araújo

Maria Alessandra Teófilo Araújo

Representante Legal da Associação Comunitária São José

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 04/10/17 às 14:20 horas

Assinatura: *Conceição*

DECLARAÇÃO, ASSINADA PELA REPRESENTANTE LEGAL, A
SRA. MARIA ALEXSANDRA TEOFILLO ARAÚJO.

OBS: Já encaminhamos a referida declaração, juntamente com os demais documentos solicitados na Nota Técnica nº 16000/2017/SEI-MCTIC relativa à análise do processo nº 53000.058147/2011-1. No entanto, esquecemos de anexar a licença de funcionamento da estação, a qual consta os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, por isso, estamos reenviando a declaração e a licença de funcionamento da estação.

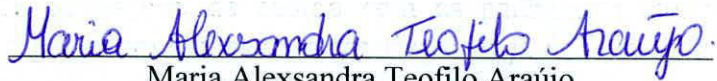
NA OPORTUNIDADE, RENOVAMOS PROTESTOS DE
CONSIDERAÇÃO E RESPEITO.

DECLARAÇÃO

Eu, Maria Alexsandra Teofilo Araújo, brasileira, solteira, estudante, representante legal da Associação Comunitária São José, RG nº 3.209.101 SSDS-PB, CPF nº 064.173.944-33, com residência e domicílio na Rua Quintino Bocaiuva, nº 39, Centro, Juazeirinho-Paraíba, declaro para os devidos fins e fazer provas junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação, copias em anexos.

Sem mais a declarar, assino.

Juazeirinho, 28 de Setembro de 2017.



Maria Alexsandra Teofilo Araújo
Representante Legal da Associação Comunitária São José



LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

FLS: 001/001

NOME/RAZÃO SOCIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DA COMUNIDADE SAO JOSE - CNPJ: 02.488.712/0001-27		Nº DA ENTIDADE 50011326492	
Nº DA ESTAÇÃO 631386092	SERVIÇO Rádiodifusão Comunitária	NAT. SERV. *****	LATITUDE 07S0407
		LONGITUDE 36W3441	

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RUA DOUTOR JOSÉ FERREIRA RAMOS, 08 - SALA 02 .	DISTRITO *****
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO JUAZEIRINHO
UF PB	

CIDADE DA OUTORGA : Juazeirinho/PB	Número Processo : 537300006211998
NOME FANTASIA : *****	CANAL : 200
FREQÜÊNCIA : 87,9 MHz	RAIO DA AREA DE SERVICO : 1.00 KM
HORÁRIO : 06:00 a 23:00 - Dom. a Sáb.	PERP MAXIMA : ***** W
FUNCIONAMENTO : 06:00 a 23:00 - Dom. a Sáb.	
INDICATIVO DA ESTAÇÃO : ZYC997	
ESTÚDIO :	
ENDEREÇO : RUA DOUTOR JOSÉ FERREIRA RAMOS, 08 - SALA 02 . CENTRO	LOCALIDADE : *****
MUNICÍPIO : Juazeirinho	UF : PB
TRANSMISSOR PRINCIPAL : APEL - Aplicações Eletrônicas Ind. e Com. Ltda.	MODELO : ATFM-RC
CÓDIGO : 058800XX0001	POTÊNCIA : 25,000 W
TRANSMISSOR AUXILIAR : *****	MODELO : *****
CÓDIGO : *****	POTÊNCIA : ***** W
ANTENA :	
FABRICANTE : APLE APLICACOES ELETRONICAS IND. E COMERCIO LTDA	MODELO : ATC - 01
GANHO : 0.00 dBd	POLARIZAÇÃO : Vertical
DESCRIÇÃO : PLANO TERRA	ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO : 21.0 m
COTA BASE DA TORRE : ***** m	

A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM DIREITO A PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERENCIAS CAUSADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RÁDIO DIFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS.

OBSERVAÇÕES 02.488.712/0001-27	EMITIDA EM 22/03/2005	VÁLIDA ATÉ 04/09/2011
-----------------------------------	---------------------------------	---------------------------------

Eunício Oliveira
Ministro das Comunicações

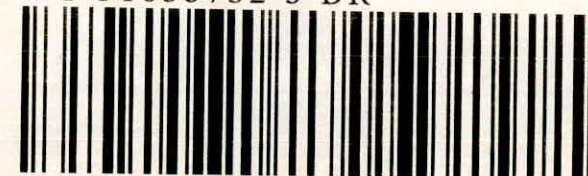
Rádio Comunitária Juazeiro - F 1
Org.: Associação Comunitária São José
C G C 02.488.712/0001-27
Rua Dr. José Ferreira Ramos, 08-1º. And.-Sl. 02
Centro - CEP 58.660-000 - Juazeirinho - Pb.

Antonio Batista de Lima Neto
Diretor - Presidente

Ao
Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária – CGRO
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste
70.044-900 Brasília-DF



DY 31833752 5 BR



REMETENTE:
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ
Rua Dr. José Ferreira Ramos, 08, Centro
58660-000 Juazeirinho / PB



Correios
(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DA COMUNIDADE SAO JOSE
CNPJ: 02.488.712/0001-27

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:22:27 do dia 06/10/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 05/11/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

Certidão (2280038)

SEI 53000.058147/2011-16 / pg. 209

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.488.712/0001-27 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 24/04/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOC COMUNITARIA SAO JOSE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R DR JOSE FERREIRA RAMOS	NÚMERO 08	COMPLEMENTO ANDAR 1	
CEP 58.660-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO JUAZEIRINHO	UF PB
ENDEREÇO ELETRÔNICO radiojuazeirofm@hotmail.com		TELEFONE (83) 3381-1250 / (83) 3382-1304	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 31/12/2008	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **06/10/2017** às **10:26:19** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 06/10/2017

Certidão Certidão CNPJ (2280069)

SEI 53000.058147/2011-16 / pg. 211

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.058147/2011 Localidade / UF: JUAZEIRINHO/PB
Entidade: ASSOC COMUNITARIA SAO JOSE
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Gesiano Barbosa Cipriano da Silva	111.836.994-76	Vice-Presidente	11/09/2017 11/09/2021	
Jobson D Karlos Lino de Oliveira	700.833.384-62	1º Tesoureiro	11/09/2017 11/09/2021	
Lusia Medeiros Beserra	977.741.974-00	1º Secretário	11/09/2017 11/09/2021	
Emanoel Vieira de Araújo	345.621.844-34	2º Secretário	11/09/2017 11/09/2021	
Daniel Ramos	145.312.401-20	2º Tesoureiro	11/09/2017 11/09/2021	
Maria Alexsandra Teofilo Araújo	064.173.944-33	Presidente	11/09/2017 11/09/2021	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

VOLUME DE PROCESSO DIGITALIZADO:

-Requerimento solicitando renovação: fl. 4 do evento SEI 0077049
-declaração de conformidade: fl. 6 do evento SEI 2273019-Proc.01250.061258/2017-50
-Certidão negativa Anatel: fl. 1 do evento SEI 2280038.
-CNPJ válido e atual: fl.1 do evento SEI 2280069.
-Cópia do estatuto social e alterações estatutárias registrado no CRPJ:fls.74 a 77 do evento SEI 0077049 e fls. 12 a 16 do evento SEI 2273019-Proc.01250.061258/2017-50.
-Ata da eleição atual registrada no CRPJ: fls. 18 a 21 do evento SEI 2273019-Proc.01250.061258/2017-50.
-Relatório do Conselho sobre programação: fls.23 e 24 do evento SEI 2273019- Proc.01250.061258/2017-50.
-RG e CPF dos diretores: fls. 26 a 31 do evento SEI 2273019 -Proc.01250.061258/2017-50.

Conclusão da Análise-Processo Instruído
É o relatório.

Tadeu Roas/URSC/Floripa/6/10/2017.

Tadeu Rosa



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Unidade Regional de Radiodifusão do Estado de Santa Catarina-Florianópolis

Memorando nº 14987/2017/SEI-MCTIC

AO COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DE OUTORGAS.

Assunto: **Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga.**

Processo nº: **53000.058147/2011-16.**

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da **Assoc Comunitária São José**, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Juazeirinho/PB**, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 10/10/2017, às 08:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2280988** e o código CRC **E69B6B46**.

Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.058147/2011-16

SEI nº 2280988

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal
Pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.



Resposta ao Ofício nº 31599/2017/SEI – MCTIC

Processo nº 53000.058147/2011-1

Nota Técnica nº 16000/2017/SEI-MCTIC

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27, com sede na Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009, mantenedora da Rádio Comunitária Juazeiro FM, por sua dirigente adiante assinada, vem, com o devido respeito, responder aos questionamentos da Nota Técnica nº 16000/2017/SEI-MCTIC, além de fazer a juntada de todos os documentos solicitados na forma que passa a expor.

Conforme determinação da Nota Técnica nº 16000/2017/SEI-MCTIC, apresentamos toda documentação solicitada, ressaltamos, também, que as pendências foram sanadas, conforme descrição a seguir:

1. Declaração, atualizada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;
2. Estatuto Social atualizado e consolidado, ou seja, foi efetuada a alteração recomendada pela Nota Técnica nº 16000/2017/SEI-MCTIC, além de ser devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, para se adequar ao que determina a Portaria nº 4334, de 2015. Eis, portanto, as adequações exigidas, destacadas e grifadas: conforme transcrição a seguir:

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal
Pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

CAPÍTULO II – DOS ASSOCIADOS

Art. 6º Os serviços prestados a associação pelos associados inclusive em cargos de direção são inteiramente gratuitos, vedada a percepção de ordenados, gratificações ou recompensas a qualquer título ou protesto, como também é vedada a distribuição de bônus ou eventuais sobras de receitas entre os associados. (grifo nosso).

CAPÍTULO III – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 7º A Assembleia Geral é a reunião plenária de todos os associados, podendo deliberar soberanamente sobre qualquer assunto pertinente a associação, de conformidade com este estatuto, sendo portanto seu órgão deliberativo máximo.

§2º A Assembleia Geral poderá, também, ser convocada ordinariamente ou extraordinariamente por pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados quites com suas obrigações sociais, que publiquem tal intenção com no mínimo oito dias úteis de antecedência. (grifo nosso)

Art. 8º Compete à Assembleia Geral:

I – Cumprir o que prescreve este estatuto;

II – Reformar o estatuto sem alterar as finalidades principais da associação, observando o que estabelece o art. 20 deste estatuto;

III – Eleger a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, observando o que estabelece os artigos 10 e 11 deste estatuto;

IV – Destituir os administradores e deliberar sobre vacância de cargos;

V – Deliberar sobre a dissolução da Associação, observando o que estabelece o art. 21 deste estatuto. (grifo nosso).

3. Ata da Eleição da atual diretoria, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal
Pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.

4. Relatório resumido do Conselho Comunitário;

5. Cópia do RG e CPF de todos os membros da Diretoria, vale ressaltar, ainda, que alguns membros da diretoria só há a cópia do RG, pois no RG dos mesmos já contém CPF.

Ressalte-se, portanto, que todos os itens dispostos acima, da Associação Comunitária São José, estão plenamente a disposição de Vossas Senhorias, cópias em anexos.

Com o intuito de destacar a importância dos serviços prestados pela Associação mantenedora, não se pode deixar de dizer que as rádios comunitárias e principalmente a Rádio Comunitária Juazeiro FM, mantida pela Associação Comunitária São José, além do serviço de Radiodifusão Comunitária, mantém uma Escola de Música e uma Banda de Música, já tendo trabalhado nos últimos 15 anos da formação de mais de 300 jovens carentes no ensino da música, de forma gratuita.

As Rádios Comunitárias se apresentam como um Direito Social, como um veículo primordial para o pleno exercício desse direito, e principalmente contrariando a lógica da região, onde só quem possuía concessão de rádio eram os poderosos.

Com base nesses esclarecimentos e na certeza de que a Associação Comunitária São José estará como sempre esteve, como entidade mantenedora, à disposição do órgão concedente para resolver e superar as pendências burocráticas porventura existentes, porém, não permitam que calem a voz do nosso povo.

Somos o único veículo de comunicação aberto a sociedade, aos grupos culturais, ao esporte local, as diversas denominações religiosas e nunca em tempo algum, a comunidade deixou de apresentar sua voz por qualquer cerceamento da liberdade com a devida responsabilidade e as limitações da concessão recebida.

POR TUDO O EXPOSTO, entendemos com a devida vênia, ter apresentado a resposta, ponto a ponto dos fatos alegados, ao tempo que a entidade se compromete a sanar qualquer questão burocrática que possa está pendente, para que o povo da nossa cidade não perca esse importante instrumento de comunicação que há mais de 15 anos vem sendo a voz dos que não tem voz, a comunidade carente e que não tem internet, e ainda não está integrada nas redes sociais, sendo a rádio ainda o instrumento mais popular de comunicação, cujo serviço a Associação mantenedora pretende manter.

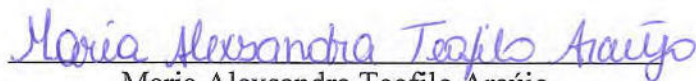
A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ,

CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,

Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, centro, Juazeirinho – PB, CEP 58660-000, reconhecida de Utilidade Pública Municipal
Pela Lei Municipal nº 01/2001, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.907/2009.

Pede finalmente que seja deferido o pedido de renovação da outorga por entender de direito e de JUSTIÇA.

Juazeirinho – PB, 20 de Setembro de 2017.



Maria Alexsandra Teofilo Araújo

Representante Legal da Associação Comunitária São José

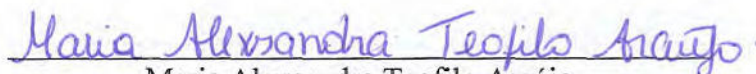
DECLARAÇÃO, ASSINADA PELA REPRESENTANTE LEGAL, A SRA. MARIA ALEXSANDRA TEOFILLO ARAÚJO.

DECLARAÇÃO

Eu, Maria Alexsandra Teófilo Araújo, brasileira, solteira, estudante, representante legal da Associação Comunitária São José, RG nº 3.209.101 SSDS-PB, CPF nº 064.173.944-33, com residência e domicílio na Rua Quintino Bocaiuva, nº 39, Centro, Juazeirinho-Paraíba, declaro para os devidos fins e fazer provas junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação, copias em anexos.

Sem mais a declarar, assino.

Juazeirinho, 13 de Setembro de 2016.



Maria Alexsandra Teófilo Araújo
Representante Legal da Associação Comunitária São José

**ATA EXTRAORDINÁRIA DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ**

01
G. Araújo

ATA DA ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO DO
ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ

Aos quinze dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, às dezenove horas, na sede da Associação Comunitária São José, situada na Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, 1º andar, Centro, na cidade de Juazeirinho-Paraíba, reuniram-se os associados, convocados para Assembleia Geral, identificados na lista de presença que, assinada por todos, fica fazendo parte integrante da presente ata para todos os fins de direito, com o objetivo de deliberar alteração do Estatuto da Associação Comunitária São José, na forma proposta da Nota Técnica nº 16000/2017/SEI – 16, a qual pede para que o Estatuto Social esteja de acordo com o que dispõe o art. 131, inciso II, c/c art. 40 da Portaria nº 4334, de 2015. Alteração, esta, necessária para a renovação da concessão. Dando início aos trabalhos, a Presidente submeteu aos presentes a proposta de alteração do estatuto da associação. Assim feito, logo em seguida, foi facultada a palavra aos presentes que opinaram e aprovaram de forma unânime todas as alterações propostas para o Estatuto, que corresponde ao capítulo II, artigo 6º, que veda a distribuição de bônus ou eventuais sobras de receitas entre os associados; em seguida foi inserido o parágrafo 2º no artigo 7º do capítulo III, afirmando que a Assembleia Geral poderá ser convocada ordinariamente ou extraordinariamente por pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados; além disso, foi enumerado no capítulo III, artigo 8º e incisos I, II, III, IV e V as competências da Assembleia Geral, entre elas, a de destituir os administradores. Nada mais havendo a tratar, eu, Lusía Medeiros Beserra, lavrei a presente ata.

Juazeirinho, 15 de Setembro de 2017.

Lusía Medeiros Beserra

Francisco Jefferson Lima de Sousa

Genaro Borges Luperato da Silva

Maria Alexandra Texido Araújo

Daniel Ramos

Josénilda Alves Bezerra

Vereúka Araújo de Souza

Jabson D'Carlos Lima de Oliveira

Emanuelle Leite de Araújo

Francisco Jefferson Lima de Sousa

Maria do Socorro Vieira de Souza

Francisco Jefferson Lima de Sousa

Francisco Jefferson Lima de Sousa

• Roguel Mizeel da Silva
• Erik Arthur Batista da Costa

02
15/05/2017

RODRIGO HOUTENGO DA SILVA
partecleonia vieira Batista quedes.

Lucasmarque Soares Figueiredo
Maria de Fatima Clemente Roberto

Emmanuel Lindenberg Batista Roberto.

Felipe Barros Filho
Jonny Leonnagques Vieira Batista
Jose Jafilo Bezerra
Josilene Vieira Batista.

Guiníria Maria da Conceição
Jonh Reut Vieira Batista.

- Maria do NUNES Lima Oliveira

DECLARAMOS, SOB AS PENAS DA LEI QUE A
PRESENTE CÓPIA É TRANSCRIÇÃO FIEL E INTE-
GRAL DA ATA LAVRADA EM DATA DE 15 DE 09
DE 2017, NO LIVRO DE ATAS Nº 01 DA ASSOCIA-
ÇÃO COMUNITARIA SÃO JOSÉ, AS FLS 49/49 V.

Jonny Leonnagques Vieira Batista





ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO DO OFÍCIO ÚNICO DA COMARCA DE JUAZEIRINHO
Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, nº 02, Centro – Fone: 3382-1195
Email: cartoriojz@hotmail.com

Fernanda Freire de Araújo, Oficial do Registro de
Pessoas Jurídicas da Comarca de Juazeirinho, Estado da
Paraíba, em virtude da lei, etc.

CERTIDÃO

Certifico, que a presente Ata da Assembléia Extraordinária para
Alteração do Estatuto da Associação Comunitária São José, realizada aos 15
de setembro de 2017, foi devidamente registrada neste Cartório, sob nº AV-068, às
fls. 35, do Livro nº A-7, na data supra. O referido é verdade; dou fé.

Em testemunho (F.F.A.) da verdade

Juazeirinho, 27 de setembro de 2017.

Fernanda Freire de Araújo
Fernanda Freire de Araújo
Oficial do R. de Pessoas Jurídicas.



EMOLUMENTOS: R\$ 193,87
FARPEN: R\$ 10,02
F.E.P. J: R\$ 38,77
Selo Digital: AFT02970-1995
Lei Estadual nº 10.132 de 06 de Novembro de 2013
Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

**ESTATUTO SOCIAL ATUALIZADO E CONSOLIDADO COM TODAS AS
ALTERAÇÕES RECONMENDADAS PELA NOTA TÉCNICA N°
16000/2017/SEI-MCTIC.**

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ

JUAZEIRINHO – PARAÍBA

ESTATUTO

FUNDADA EM: 22 DE NOVEMBRO DE 1997.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ

ESTATUTO

Capítulo I – Da Denominação, Sede, Duração e Objetivo

Art. 1º A Associação Comunitária da comunidade São José, fundada em 22 de Novembro de 1997, é uma Sociedade Civil Autônoma sem fins lucrativos, oriunda da mobilização espontânea dos comunitários, de duração indeterminada, com sede e fórum na Comarca de Juazeirinho – PB. Reger-se-á pelo presente estatuto.

Art. 2º A área de atuação da Associação compreende toda comunidade São José.

Art. 3º Constituem objetivo da Associação:

I – Promover o desenvolvimento sócio econômico da comunidade, através da integração de seus habitantes, sem distinção de qualquer natureza;

II – Fazer reivindicações aos poderes públicos em favor da comunidade;

III – Executar serviço de radiodifusão comunitária objetivando atender a toda comunidade, com vistas a:

a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais, oferecendo mecanismos a formação e integração da comunidade estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

b) Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil sempre que necessário, contribuir para o aperfeiçoamento nas áreas dos jornalistas e radialistas de conformidade com a legislação vigente;

c) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível, bem como dando preferência as finalidades educativas, artísticas e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade de acordo com a Lei 9.612 – 98 e com o Decreto 2.615/98 que rege este serviço;

IV – Proporcionar aos associados cursos de formação, atividades culturais e esportivas, visando a conscientização dos seus direitos e deveres para o exercício pleno da cidadania.

Capítulo II – Dos Associados

Art. 4º Podem associar-se a associação homens, mulheres e jovens que residem ou trabalhem na área de atuação da associação admitidos pela diretoria executiva, referendada pela assembleia geral, como também é garantido o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica;

Art. 5º São direitos dos associados:

I – Votar e ser votado para os cargos de direção, garantindo-se, também, o direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

- II** – Gozar de todas as vantagens e conquistas, garantidas pela associação;
- III** – Participar de todas as reuniões e assembleias apresentando sugestões e propostas de interesse da comunidade;
- IV** – Cumprir o Estatuto e Regimento da Associação;
- V** – Requerer através de no mínimo de 20% dos associados em pleno gozo com os seus direitos, convocar assembleia geral extraordinária, justificando o assunto a ser discutido;
- VI** – Respeitar as decisões das assembleias gerais e da diretoria;
- VII** – Pagar pontualmente a sua contribuição mensal determinada pela assembleia.

Art. 6º Os serviços prestados a associação pelos associados inclusive em cargos de direção são inteiramente gratuitos, vedada a percepção de ordenados, gratificações ou recompensas a qualquer título ou protesto, como também é vedada a distribuição de bônus ou eventuais sobras de receitas entre os associados.

Capítulo III – Da Assembleia Geral

Art. 7º A Assembleia Geral é a reunião plenária de todos os associados, podendo deliberar soberanamente sobre qualquer assunto pertinente a associação, de conformidade com este estatuto, sendo portanto seu órgão deliberativo máximo.

§1º A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez em cada semestre, sendo uma destas reuniões trinta dias antes das eleições, extraordinariamente ela se reunirá por convocação da diretoria executiva e conselho fiscal ou por maioria simples dos associados quites com as suas obrigações sociais, que publiquem tal intenção com no mínimo oito dias úteis de antecedência.

§2º A Assembleia Geral poderá, também, ser convocada ordinariamente ou extraordinariamente por pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados quites com suas obrigações sociais, que publiquem tal intenção com no mínimo oito dias úteis de antecedência.

Art. 8º Compete à Assembleia Geral:

- I** – Cumprir o que prescreve este estatuto;
- II** – Reformar o estatuto sem alterar as finalidades principais da associação, observando o que estabelece o art. 20 deste estatuto;
- III** – Eleger a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, observando o que estabelece os artigos 10 e 11 deste estatuto;
- IV** – Destituir os administradores e deliberar sobre vacância de cargos;
- V** – Deliberar sobre a dissolução da Associação, observando o que estabelece o art. 21 deste estatuto.

Art. 9º A Assembleia Geral tem o direito de exigir da diretoria executiva e do conselho fiscal, cumprimentos de suas deliberações especialmente cobrar iniciativas tendentes a alcançar os fins da associação e a execução rigorosa deste estatuto, inclusive quando a publicação das suas convocações.

Capítulo IV – Da Administração

Art. 10. A Associação é administrada por uma Diretoria Executiva composta por (06) seis associados, sendo autônoma no exercício de suas funções: Presidente, Vice Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro, com mandato de (04) quatro anos, podendo ser reeleito por um só mandato consecutivo.

Art. 11. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização das atividades financeiras da Associação, sendo autônomo no exercício de suas funções e composto por (06) seis associados: (03) três suplentes e (03) três efetivos, eleitos juntamente com a diretoria executiva em Assembleia Geral, com mandato de (04) quatro anos podendo ser reeleito para um segundo mandato.

Art. 12. Ao Presidente compete:

- I** – Representar à Associação Judicial e Extraordinariamente;
- II** – Presidir todas as reuniões da diretoria e da assembleia geral;
- III** – Movimentar juntamente com o tesoureiro as contas bancárias;
- IV** – Apresentar no início do seu mandato em assembleia geral o plano de trabalho anual da associação, bem como o relatório das atividades ao fim de cada exercício financeiro;

Art. 13. Compete ao Vice Presidente substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos legais.

Art. 14. Da competência do 1º Secretário:

- I** – Redigir as atas da diretoria e da assembleia;
- II** – Organizar correspondência recebidas e expedidas, bem como ofícios e requerimentos.

Art. 15. Compete ao 2º Secretário: substituir o 1º secretário em suas faltas e impedimentos legais.

Art. 16. Da competência do 1º Tesoureiro:

- I** – Ter sob sua guarda e responsabilidade devidamente rubricada pelo presidente e tesoureiro, todos os livros de escrituração indispensáveis a execução das receitas e despesas, bem como todos os documentos relativos a tesouraria;
- II** – Assinar juntamente com o presidente, todos os cheques de pagamento e tudo o que se relacione com o movimento financeiro;

III – Efetuar trimestralmente o balancete das receitas e despesas, encaminhado através do Presidente, ao conselho fiscal para que este dê o seu parecer;

IV – Recolher a contribuição social para manutenção da Associação.

Art. 17. Compete ao 2º Tesoureiro substituir o 1º Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos legais.

Capítulo V – Do Patrimônio

Art. 18. A Associação tem como fonte de recursos a contribuição social dos associados. O seu patrimônio será formado por bens moveis e imóveis adquiridos por compra, doação ou outros meios jurídicos e auxílio dos poderes público.

Art. 19. Nenhum bem pertencente ao patrimônio da Associação poderá ser vendido, alienado, penhorado ou hipotecado sem autorização de (2/3) dois terços dos Associados quites com suas obrigações sociais em Assembleia Geral.

Capítulo VI

Art. 20. O presente estatuto somente poderá ser reformado em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim e pelo voto de (2/3) dois terços dos Associados quites com suas obrigações sociais.

Capítulo VII

Art. 21. A Associação somente se extingue mediante as mesmas condições dispostas para reforma do estatuto e em tal caso, e seu patrimônio, se houver, será destinado à Associação congénere, escolhida pela Assembleia Geral.

Art. 22. Além do cumprimento fiel das deliberações da Assembleia Geral, caberá a Diretoria Executiva elaborar o regimento interno e resolver os casos omissos do Presente Estatuto, devendo ser referendado pela Assembleia Geral.

Art. 23. Este Estatuto foi aprovado em Assembleia Geral, convocada e realizada no dia 15 de setembro de 2016, passando a vigorar a partir do seu registro no cartório de registro de pessoas jurídicas, títulos e documentos.

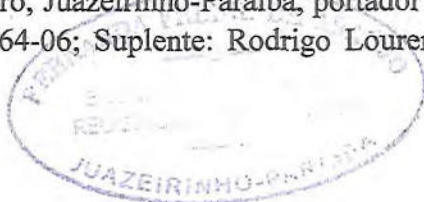
**ATA DE ELEIÇÃO DA ATUAL DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
SÃO JOSÉ**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ

JUAZEIRINHO, PARAIBA

01
H. Araújo

Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, às dezenove horas, na sede da Associação Comunitária São José, situada na Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, 1º andar, Centro, na cidade de Juazeirinho-Paraíba, reuniram-se os associados da Associação Comunitária São José, convocados para Assembleia Geral, com a finalidade de eleger e dar posse a nova Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal da referida Associação, tendo em vista que decorrido o prazo de trinta dias, contados da divulgação e convocação para eleição da entidade, não foi registrada nenhuma chapa. Abriu a reunião o Presidente desta entidade, o Senhor Jonh Herbt Vieira Batista, o qual iniciou agradecendo a todos pela colaboração durante os quatro anos que esteve na função de Presidente da Associação, como também esclareceu sobre as funções dos membros da Associação e o papel da entidade perante a comunidade e, em seguida, os associados foram convidados a candidatarem-se aos cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Associação, iniciando-se a eleição e considerando a inscrição de chapa única, tanto para Direção Executiva como para o Conselho Fiscal, foram as mesmas eleitas por aclamação, ficando assim constituídas pelos seguintes membros, conforme art. 10 e 11 do Estatuto Social, para o exercício do mandato no período de 10.09.2017 até 10.09.2021, quanto aos para Direção Executiva: Presidente: Maria Alexsandra Teofilo Araújo, brasileira, solteira, estudante e domiciliada na Rua Quintino Bocaiuva, nº 39, Centro, Juazeirinho – Paraíba, portadora do RG nº 3.209.101 SSDS-PB e do CPF nº 064.173.944-33; Vice Presidente: Gesiano Barbosa Cipriano da Silva, brasileiro, casado, músico, residente e domiciliado na Rua Francisco Romão de Assis, nº 124, Bairro da Bela Vista, Juazeirinho – Paraíba, portador do RG nº 3.894.473 – 2 VIA SSDS-PB e do CPF nº 111.836.994-76, 1ª Secretária: Lusia Medeiros Beserra, brasileira, viúva, servidora pública, residente e domiciliada na Rua Durval Diniz Lima, nº 65, Centro, Juazeirinho – Paraíba, portadora do RG nº 943.365 SSP-PB e do CPF nº 977.741.974-00; 2º Secretário: Emanuel Vieira de Araújo, brasileiro, casado, radialista, residente e domiciliado na Rua Henrique Ferreira Barros, nº 49, Bairro da Bela Vista, Juazeirinho – Paraíba, portador do RG nº 405.658 2º VIA SSP/PB e do CPF nº 345.621.844-34; 1º Tesoureiro: Jobson D' Karlos Lino de Oliveira, brasileiro, solteiro, padieiro, residente e domiciliado na Rua João Capitulino, S/N, Centro, Juazeirinho – Paraíba, portador do RG nº 3.931.698 SSDS-PB e do CPF nº 700.833.384-62; 2º Tesoureiro: Daniel Ramos, brasileiro, casado, músico, residente e domiciliado na Rua Dr. José Ferreira Ramos, S/N, Centro, Juazeirinho – Paraíba, portador do RG nº 000.248.700 SSP-RN e do CPF nº 145.312.401-20. Quanto aos eleitos para o Conselho Fiscal: Presidente: Terezinha Araújo de Souza, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na Rua Dr. José Ferreira Ramos, S/N, Centro, Juazeirinho – Paraíba, portadora do RG nº 8.245.31 e do CPF nº 323.543.474-72; Vice-Presidente: Josenilda Alves Bezerra, brasileira, casada, dona de casa, residente e domiciliada na Rua Durval Diniz, S/N, Centro, Juazeirinho – Paraíba, portadora do RG nº 1.233.714 SSP-PB e do CPF nº 695.670.504-49; Secretário: Francisco Jeferson Lino Oliveira, brasileiro, solteiro, universitário, residente e domiciliado na Rua Quintino Bocaiuva, nº 32, Centro, Juazeirinho-Paraíba, portador do RG nº 3.551.431 SSDS-PB e do CPF nº 015.894.164-06; Suplente: Rodrigo Lourenço da Silva, brasileiro, casado,



vidraceiro, residente e domiciliado na Rua José Felismino, nº 55, Centro, Juazeirinho-Paraíba, portador do RG nº 3.818.210 SSDS-PB e do CPF nº 097.204.254-74; Suplente: Josemar Peixoto dos Santos, brasileiro, Solteiro, Pedreiro, residente e domiciliado na Rua José Felismino, nº 303, Centro, Juazeirinho – Paraíba, portador do RG nº 1.022.575 SSP-PB e do CPF nº 056.944.164-06; Suplente: Erik Artur Batista da Costa, brasileiro, solteiro, universitário, residente e domiciliado na Rua João Vital Guedes, nº 279, Centro, Juazeirinho – Paraíba, portador do RG nº 4.104.800 e do CPF nº 120.482.984-51. Perante a Assembleia Geral, os eleitos foram empossados de imediato, passando a partir desta data a exercer os poderes e responsabilidades determinados pelo estatuto. Nada mais havendo a tratar, a reunião encerrou-se, sendo por mim, Lusía Medeiros Beserra, lavrada a ata, sendo lida, conferida e assinada por todos os presentes.

Juazeirinho, 10 de Setembro de 2017.

Lusía Medeiros Beserra

Lusía Medeiros Beserra

1ª Secretária

Maria Alessandra Teófilo Araújo

Maria Alessandra Teófilo Araújo

Presidente

Gesiano Barbosa Cipriano da Silva

Gesiano Barbosa Cipriano da Silva

Vice-Presidente

Emanoel Vieira de Araújo

Emanoel Vieira de Araújo

2º Secretário

Jobson D' Karlos Lino de Oliveira

Jobson D' Karlos Lino de Oliveira

1º Tesoureiro

Daniel Ramos

Daniel Ramos

2º Tesoureiro

Terezinha Araújo de Souza

Terezinha Araújo de Souza

Presidente do Conselho Fiscal

Josenilda Alves Bezerra

Josenilda Alves Bezerra

Vice-Presidente do Conselho Fiscal



Francisco Jefferson Lino de Oliveira
Francisco Jeferson Lino Oliveira
Secretário

Rodrigo Lourenço da Silva
Rodrigo Lourenço da Silva
Suplente do Conselho Fiscal

JOSEMAR PEIXOTO DOS SANTOS
Josemar Peixoto dos Santos
Suplente do Conselho Fiscal

Erik Artur Batista da Costa
Erik Artur Batista da Costa
Suplente do Conselho Fiscal

Emanuelle Leite de Araújo
Márcia do Socorro Vieira de Souza
Ronaldo Figueiredo
Roguel Mitad da Silva
Josteclemia Vieira Batista Guedes
Luiz Henrique Soares Figueiredo
Márcia de Fátima Clemente Roberto
Emanuel Lindenberg Batista Roberto
José Carlos Filho
Jonny Leomiques Vieira Batista
José Gofilo Rezerra
Jovilene Vieira Batista
Sônia Maria da Conceição
Jonny Fielit Vieira Batista
Márcia dos Reis Lima Oliveira



DECLARAMOS, SOB AS PENAS DA LEI QUE
A PRESENTE CÓPIA É TRANSCRIÇÃO FIEL E INTE-
GRAL DA ATA LAVRADA EM DATA DE 11/09 DE 2017,
NO LIVRO DE ATAS Nº 01 DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
SÃO JOSÉ, AS FLS 47148V.

Jonny Leomiques Vieira Batista



04
F. Freire

ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO DO OFÍCIO ÚNICO DA COMARCA DE JUAZEIRINHO
Rua Vereador Paulo Cosme de Oliveira, nº 02, Centro – Fone: 3382-1195
Email: cartoriojz@hotmail.com

Fernanda Freire de Araújo, Oficial do Registro de
Pessoas Jurídicas da Comarca de Juazeirinho, Estado da
Paraíba, em virtude da lei, etc.

CERTIDÃO

Certifico, que a presente Ata da Reunião Ordinária Comunitária São José Juazeirinho, Paraíba, realizada aos 11 de setembro de 2017, foi devidamente registrada neste Cartório, sob nº 1.674, às fls. 34v/35, do Livro nº A-7, na data supra. O referido é verdade; dou fé.

Em testemunho (F.F.A.) da verdade

Juazeirinho, 27 de setembro de 2017.

Fernanda Freire de Araújo
Fernanda Freire de Araújo
Oficial do R. de Pessoas Jurídicas.



EMOLUMENTOS: R\$ 55,39
FARPEN: R\$ 5,01
F.E.P. J: R\$ 11,07
Selo Digital: AFT02969-BK4L
Lei Estadual nº 10.132 de 06 de Novembro de 2013
Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO

RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Com a missão de zelar pelo devido cumprimento dos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998, bem como acompanhar e fiscalizar a programação veiculada pela Rádio Comunitária Juazeiro FM, mantida pela Associação Comunitária São José, nós, membros do conselho comunitário da referida entidade, constatamos que a Emissora mantém uma programação extremamente benéfica, pois está sempre evidenciando as questões de interesse da comunidade.

Em toda a programação, a Rádio Comunitária Juazeiro FM divulga fatos relevantes e de interesse do cidadão. Leva informação útil para o dia-a-dia da comunidade. Ajuda o ouvinte a compreender melhor a realidade que o cerca. Muito mais do que informação sobre tempo e temperatura, as de utilidade pública tem caráter educativo e função social: informa, alerta, orienta e estimula o ouvinte a exercer seus direitos e deveres de cidadão. A Rádio Comunitária Juazeiro FM leva a informação de qualidade para uma vida melhor.

Na Rádio Comunitária Juazeiro FM, a cultura e a arte são notícia. A educação para a arte e a arte na educação. Estilo e ritmos musicais. Agenda cultural e entrevistas com artistas da terra e populares. Toda a diversidade e a riqueza da cultura regional.

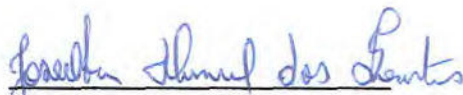
Além disso, a programação da Rádio Comunitária Juazeiro FM presa pelo respeito aos valores éticos e sociais da pessoa humana, sem discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções política-ideológica-partidárias e condição social.

Portanto, estamos convictos de que a Emissora mantém a produção de uma programação pautada pelo interesse do cidadão. O objetivo é dar voz a população cada vez mais para que ela influencie positivamente na pauta da Emissora dando sugestões ou fazendo reclamações. Isso é importante também porque consolida o papel da Rádio como veículo de comunicação comunitário.

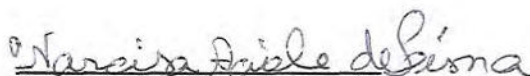
Juazeirinho, 18 de Janeiro de 2017.



Padre Raniery Alves dos Santos
Paroquia São José de Juazeirinho



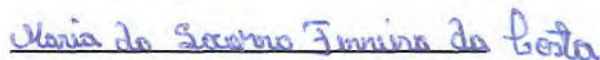
Joseilton Manoel dos Santos
Casa da Cultura Joana Gago



Narcisa Aciole de Lima
Sociedade São Vicente de Paulo



Pastor Welligson Nizan Cordeiro Trajano
Primeira Igreja Evangélica Batista



Maria do Socorro Ferreira da Costa
Associação Musical e Cultural Maestro Alfredo Macena de Andrade

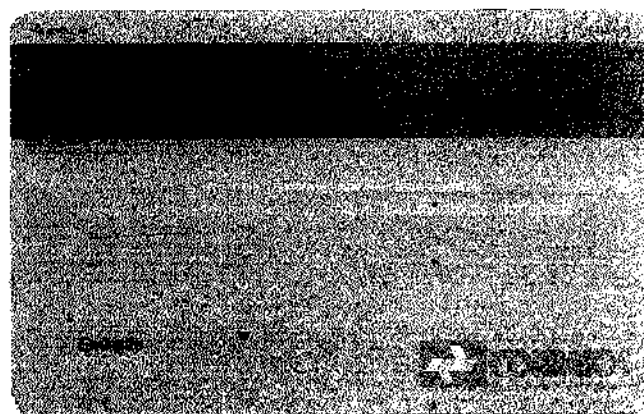
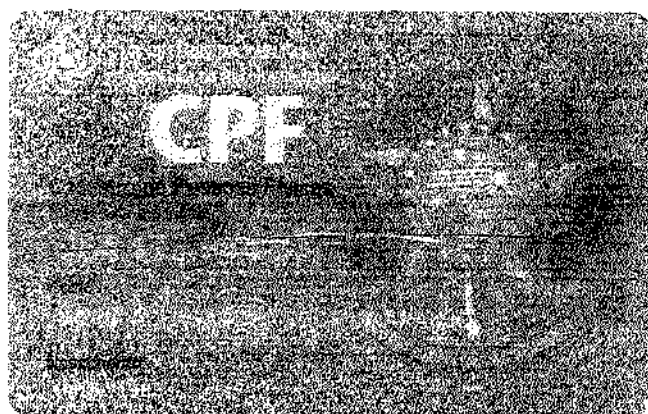
**RG E CPF DE TODOS OS MEMBROS DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ**

Diretor(a) da Associação Comunitária São José

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
REGISTRO GERAL	3.209.101 -2 VIA	DATA DE EXPEDIÇÃO	28/11/2014
NOME MARTA ALEXSANDRA TEOFILO ARAUJO			
FILIAÇÃO MANOEL ALVES DE ARAUJO TEREZINHA TEOFILO ARAUJO			
NATURALIDADE	CAMPINA GRANDE-PB	DATA DE NASCIMENTO	04/12/1983
DOC ORIGEM NASC N. 7971 FLS. 240 LIV. 07-A CARTORIO JUAZEIRINHO PB			
CPF 064.173.944-33			
LEI Nº 7.116 DE 26/05/83		CARTEIRA DE IDENTIDADE	

ESTADO DE PARAIBA V-02 P-070

Marta Alexsandra Teófilo Araújo



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL 3.894.473 -2 VIA DATA DE EMISSÃO 06/02/2013

NOME GESIANO BARBOSA CIPRIANO DA SILVA

FILIAÇÃO GERALDO BARBOSA
EDIANA CIPRIANO DA SILVA

NATURALIDADE CAMPINA GRANDE-PB DATA DE NASCIMENTO 27/05/1994

DOC ORIGEM

NASC. N. 013234 FLS. 206 LIV. 00012

CARTÓRIO JUAZEIRINHO-PB

CPF 111.836.994-78

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA V-02

SECRETARIA DA SEGURANÇA DA DEFESA SOCIAL P-234

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



Gesiano Barbosa Cipriano da Silva


ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO PARANÁ

V-02
P-070



Luiza Medeiros Reserra

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 048.265 -2 VIA DATA DE EMISSÃO 01/08/2016

NOME LUÍZA MEDEIROS RESERRA

FILIAÇÃO INACIO CARLOS DE ARAUJO
SEVERINA MEDEIROS DE ARAUJO


NATURALIDADE JUAZEIRINHO-PB DATA DE NASCIMENTO 13/01/1963

DCC ORIGEM CASAR N.1231 FLS.216 LTV.B 04
CARTÓRIO JUAZEIRINHO PB

CPF 977.741.974-00

AB

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA IDENTIFICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



Manoel Vieira de Araújo
ASSINATURA DO TITULAR

CARTÃO DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
RENTE 405.658 2ª via
DATA DE EMISSÃO 23.09.1987
NOME EMANOEL VIEIRA DE ARAÚJO

OLIVEIRA VIEIRA DE ARAÚJO

SEXO M
DATA DE NASCIMENTO 20.11.1957

PROV. ORG. Cert. Cas. nº 609, Fls. 107, Liv. 3 -
B. Cart. Juazeiro - PB.

Nº 34562324-7 420122005

DATA DE EMISSÃO 16 DE 25/09/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES
ECONÔMICAS - CIEF

CIC

Nº DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF
345 621 844 34

NOME COMPLETO
EMANOEL VIEIRA DE ARAÚJO

NASCIMENTO
20.11.57

ASSINATURA
Emmanuel Vieira de Araújo

TERÁ VALIDAR SEMPRE COM A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CARTÃO E O DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E
DE INSCRIÇÃO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS
EM QUALQUER IDENTIFICAÇÃO DE NATUREZA ADMINISTRATIVA, PRODUZ A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA
DA RECEITA FEDERAL

Nº DO AGENTE EMISSOR

1001/1644-J
02/11/80
FALCO DO SRT -
JUAZEIRINHO - PB
420122005

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO AGENTE EMISSOR
APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA LÍQUIDA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DI/P.70

Jobson D'Karlos Lino de Oliveira

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.931.698 DATA DE EXPEDIÇÃO 23/12/2010

NOME JOBSON D'KARLOS LINO DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO JOSÉ LAURENÇO DE OLIVEIRA
MARIA JOSE LINO DE OLIVEIRA

NATURALIDADE PATOS-PB DATA DE NASCIMENTO 17/02/1992

DOC ORIGEM NASC.N.4262 FLS.166 LIV.A04

CARTÓRIO PATOS-PB

CPF.

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/03/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número 780.833.384-62

Nome JOBSON D'KARLOS LINO DE OLIVEIRA

Nascimento 17/02/1992

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE 20C0.69F2.A07A.978A

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço

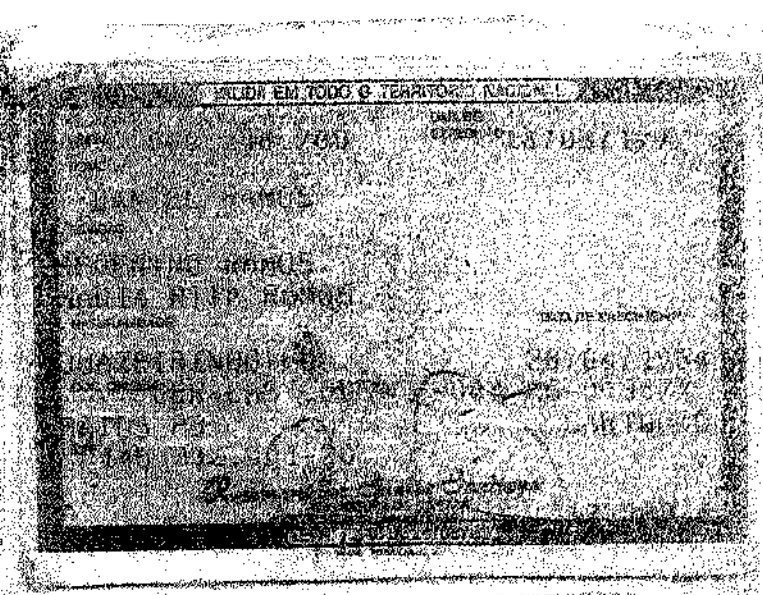
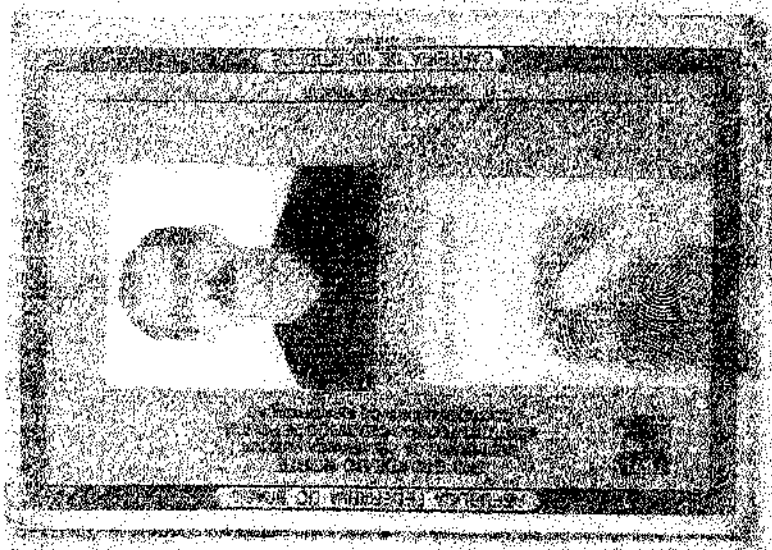
www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela

Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 07:40:29 no dia 20/07/2017 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00



Ao

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES
Delegacia Regional em Santa Catarina – DRMC-04
Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar
88010-970 – FLORIANÓPOLIS - SC



Remetente:

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ
CNPJ sob o nº 02.488.712/0001-27,
Rua Dr. José Ferreira Ramos, nº 08, Centro,
Juazeirinho-PB, CEP 58660-000

(ETIQUETA DO CARIMBO MP)

 **Correios**



BOM DIA
LILIAN MAGALHAES DE MESQUITA
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: PB
Município: Juazeirinho
Canal: 200
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA DA COMUNIDADE SAO JOSE
Nome Fantasia:
Logradouro: RUA DOUTOR JOSE FERREIRA RAMOS
Telefone: (00) 0000000000
Situação: Entidade com situação cadastral NÃO REGULAR na Receita Federal.

CNPJ: 02.488.712/0001-27
Bairro: CENTRO
Número: 08
Fax: Não Informado

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: ◀

Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA DA COMUNIDADE SAO JOSE
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 58660000
Número: 08
Município: Juazeirinho
Telefone: 00 0000000000

Logradouro: RUA DOUTOR JOSE FERREIRA RAMOS
Complemento: 1º ANDAR
Distrito:

Bairro: CENTRO
SubDistrito:

Estado: PB
Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 58660000
Número: s/n
Município: Juazeirinho
Telefone:

Logradouro: RUA DOUTOR JOSE FERREIRA RAMOS
Complemento: 1º ANDAR
Distrito:

Bairro: CENTRO
SubDistrito:

Estado: PB
Fax: **E-mail:**

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:

Data Limite Instalação:

Número do Processo: ◀

Fistel:

Caixa:

Sequência:

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text" value="155"/> ◀		Portaria ▾ ◀	MC ▾ ◀	<input type="text" value="25/04/2000"/> ◀	<input type="text" value="02/05/2000"/>	Autoriza Executar Serviço	Jur. ▾ ◀
<input type="text"/>	<input type="text" value="304"/> ◀		Decreto Legislativo ▾ ◀	CN ▾ ◀	<input type="text" value="03/09/2001"/> ◀	<input type="text" value="04/09/2001"/>	Deliber. do C. Nacional	Jur. ▾ ◀
<input type="text"/>	<input type="text" value="18781"/> ◀		ATO ▾ ◀	SCM ▾ ◀	<input type="text" value="14/09/2001"/> ◀	<input type="text" value="20/09/2001"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ▾ ◀
<input type="text"/>	<input type="text" value="216"/> ◀		Portaria ▾ ◀	MC ▾ ◀	<input type="text" value="13/05/2009"/> ◀	<input type="text" value="02/10/2009"/>	Multa	Jur. ▾ ◀

☒ Característica da Estação Instalada

☐ Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA DA COMUNIDADE SAO JOSE - CNPJ/CPF(02.488.712/0001-27)

Situação: Entidade com situação cadastral NÃO REGULAR na Receita Federal.

Município/UF: JUAZEIRINHO/PB**Canal:** 200**Indicativo:** ZYC997**Dia Início****Dia Fim****Hora Início****Hora Fim****X**

Domingo ▼

Sábado ▼

06:00 ▼

23:00 ▼

X



Tela Inicial



Imprimir

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas

À Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.058147/2011-16**

Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ**

Em atenção ao Memorando nº 14987/2017/SEI-MCTIC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	53900.058750/2015	<ul style="list-style-type: none">• Em trâmite;• Processo aguardando análise da defesa;• Irregularidade apurada: Art. 11 c/c art. 21, inciso IV da Lei n. 9.612/98 c/c Inciso VI do art. 40 do Decreto nº 2.615/1998;• Infração: (data de ocorrência: 26/10/2015).
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	53000.032393/2008	<ul style="list-style-type: none">• PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (2292896);• Portaria nº 216, de 13/05/2009, publicada no Diário Oficial da União de 02/10/2009 - MULTA;• Irregularidade apurada: Art. 40, incisos XV e XXII do Decreto 2.615/98;• Infração: (data de ocorrência: 19/06/2008).

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Mariza Oshiro, Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas, Substituta**, em 11/10/2017, às 11:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2292900** e o código CRC **91244305**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.058147/2011-16

SEI nº 2292900



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regramento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

Unidade Regional de Radiodifusão no Estado de Santa Catarina-Florianópolis

NOTA TÉCNICA Nº 23600/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53000.058147/2011-16.**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação Comunitária São José**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Juazeirinho/PB**, por meio da Portaria nº **155**, publicada no DOU de 02/05/2000, e Decreto Legislativo nº **304**, publicado no DOU de 04/09/2001.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 04/08//2011. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, apresentou pedido de renovação de outorga em 09/02/2012, à fl.4, evento SEI 0077049, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015). O pleito da Requerente é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no DOU de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE:

Associação Comunitária São José

QUADRO DIRETIVO:

Presidente: Maria Alexandra Teofilo.

Vice-Presidente: Gesiano Barbosa Cipriano da Silva.

1ª Secretária: Lusía Medeiros Beserra.
--

2º Secretário: Emanuel Vieira de Araújo.
--

1º Tesoureiro: Jobson D'Karlos Lino de Oliveira.
--

2º Tesoureiro: Daniel Ramos.

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612, de 1998, e a Norma nº 1/2015, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação.	X		fl.4 - evento SEI 0077049
				Portaria nº 197 de

1.1	O requerimento é tempestivo?	X		1/7/2013-DOU de 2/7/2013.
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu a contento às exigências impostas?	X		
2	Estatuto social atualizado e registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		fls.74 a 77- evento SEI 0077049 e 12 a 16 - evento SEI 2273019 Proc.01250.06125882017-50.
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		fls.18 a 21 - evento SEI 2273019 Proc.01250.06125882017-50.
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes	X		fls.26 a 31- evento SEI 2273019 Proc.01250.06125882017-50.
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.	X		fls.23 aq 24- evento SEI 2273019 Proc.01250.06125882017-50.
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	X		fl.6- evento SEI 2273019 Proc.01250.06125882017-50.
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel	X		fl.1- evento SEI 2280038.
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual	X		fl.1- evento SEI 2280069.
9	Relatório de apuração de infrações	X		fl.1- evento SEI 2297073-CGFI
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?		X	

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº

À consideração superior.

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058147/2011-16, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 4 de setembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária São José, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade do Município de Juazeirinho/PB.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53730.000621/1998 e nº 53000.058147/2011-16, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 4 de setembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária São José, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Juazeirinho/PB.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de

fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 16/10/2017, às 09:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 17/10/2017, às 12:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 06/11/2017, às 22:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 16/11/2017, às 20:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2298939** e o código CRC **13D6AD97**.

Minutas e Anexos

Referência: Processo nº 53000.058147/2011-16

SEI nº 2298939

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

DESPACHO INTERNO

Processo nº: **53000.058147/2011-16**

Entidade: **Associação Comunitária São José**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos**

À Secretaria Radiodifusão,

Diante da instrução do processo nº **53000.058147/2011-16** (conforme consubstanciado na Nota Técnica nº **23600/2017/SEI-MCTIC** - Evento SEI 2298939), no qual a Associação Comunitária São José solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Juazeirinho/PB, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 28/11/2017, às 12:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2432220** e o código CRC **DD460948**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058147/2011-16, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 4 de setembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária São José, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade do Município de Juazeirinho/PB.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53730.000621/1998 e nº 53000.058147/2011-16, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 4 de setembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária São José, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Juazeirinho/PB.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Referência: Processo nº 53000.058147/2011-16

SEI nº 2432220

PORTARIA Nº 7015/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53730.000621/1998 e nº 53000.058147/2011-16, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 4 de setembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária São José, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Juazeirinho/PB.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 16/01/2018, às 20:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2437102** e o código CRC **03069F10**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058147/2011-16, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 4 de setembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária São José, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade do Município de Juazeirinho/PB.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 16/01/2018, às 20:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2437119** e o código CRC **C8AACE67**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 2302/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da Associação Comunitária São José
Rua Dr. José Ferreira Ramos, 08, Centro
CEP: 58.660.000 - Juazeirinho/PB
CNPJ nº 02.488.712/0001-27

Assunto: **Pagamento de taxa de publicação.**

Referência: **Processo nº 53000.058147/2011-16.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO do pedido de renovação de outorga apresentado por essa entidade, contido no processo em referência, nos termos da Portaria nº 7015/2017 de 16 de janeiro de 2018.
2. Diante do exposto, encaminho em anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação da Portaria de Renovação no Diário Oficial da União, em atendimento ao art. 37 do Decreto nº 2.615/1998. Para o esclarecimento de dúvidas e questionamentos adicionais quanto à publicação de matérias no Diário Oficial da União o interessado deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da Imprensa Nacional, através dos canais disponíveis no endereço eletrônico <http://imprensa.in.gov.br/central/>.
3. Aproveitamos para solicitar que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:

http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 24/01/2018, às 17:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2591598** e o código CRC **FC7F4313**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 2302/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.058147/2011-16 - Nº SEI: 2591598



001-9

00198.41808 50000.000005 04665.222214 9 74430000019824

Cedente PR - Imprensa Nacional		Código do Cedente 1607-1 / 55573000-X		Espécie R\$	Quantidade 0001	Nosso número 00000000004665222
Número do documento 4	CPF/CNPJ 04.196.645/0001-00	Vencimento 22/02/2018			Valor documento 198,24	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	
Sacado Associação Comunitária São José CNPJ nº 02.488.712/0001-27 Rua Dr. José Ferreira Ramos, 08, Centro Juazeirinho, PB - CEP: 58.660.000						

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.
Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 4665222 enviado em 02/02/2018

Corte na linha pontilhada



001-9

00198.41808 50000.000005 04665.222214 9 74430000019824

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento					Vencimento 22/02/2018	
Cedente PR - Imprensa Nacional					Agência/Código cedente 1607-1 / 55573000-X	
Data do documento 02/02/2018	Nº documento 4	Espécie doc. ND	Aceite N	Data process. 02/02/2018	Nosso número 00000000004665222	
Uso do banco / Convênio 33804/841805	Carteira 18 / 124	Espécie R\$	Quantidade 0001	Valor Documento 198,24	(=) Valor documento 198,24	
Instruções Após vencimento, este boleto perde a validade. . Referente a publicação do ofício 4665222 enviado em 02/02/2018					(-) Desconto / Abatimento	
					(-) Outras deduções	
					(+) Mora / Multa	
					(+) Outros acréscimos	
					(=) Valor cobrado	
Sacado Associação Comunitária São José CNPJ nº 02.488.712/0001-27 Rua Dr. José Ferreira Ramos, 08, Centro Juazeirinho, PB - CEP: 58.660.000						
					Cód. baixa	

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 2302/2018/SEI-MCTIC, 24/01/2018

53000.058147/2011-16

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ

Rua Dr. José Ferreira Ramos, 08, Centro

58.660-000 Juazeirinho / PB

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

X *João Henrique Viana Borges*

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATIONCARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATIONNº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



Correios
Brasil

AVISO DE
RECEBIMENTO

AVIS CN07

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JT 22708195 8 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE OF POST

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDIENT

Serviço Público Federal

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste.

70.044-900 Brasília - DF

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 02/02/2018 16:27:50
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 4665222
Data prevista de publicação: 05/02/2018
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
10513489	ATO PORTARIA Nº 7015 Min.rtf	0f4ef45633b15907 772d44137c8e2b29	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
TOTAL DO OFICIO			6,00	R\$ 198,24



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862



Ano CLV Nº 40

Brasília - DF, quarta-feira, 28 de fevereiro de 2018

Sumário

	PÁGINA
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	1
Ministério da Cultura	5
Ministério da Defesa	6
Ministério da Educação	7
Ministério da Fazenda	8
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	35
Ministério da Integração Nacional	35
Ministério da Justiça e Segurança Pública	35
Ministério da Saúde	77
Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	81
Ministério das Cidades	82
Ministério de Minas e Energia	93
Ministério do Desenvolvimento Social	98
Ministério do Esporte	103
Ministério do Meio Ambiente	130
Ministério do Trabalho	130
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	133
Ministério Público da União	134
Tribunal de Contas da União	135
Poder Legislativo	136
Poder Judiciário	136
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ..	137

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 200, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, e o que consta do Processo nº 21000.002112/2018-11, resolve:

Art. 1º Ficam definidas as diretrizes básicas do Plano Nacional de Desenvolvimento da Fruticultura - PNDF/MAPA, que visam estimular a valorização da fruticultura nacional.

Parágrafo único. As diretrizes básicas do PNDF/MAPA serão divulgadas no endereço eletrônico: www.agricultura.gov.br.

Art. 2º Fica instituído o Comitê Gestor do Plano Nacional Desenvolvimento da Fruticultura - CPNDF/MAPA, com a responsabilidade pela definição, desenvolvimento e acompanhamento de projetos ligados a fruticultura nacional.

Art. 3º O CPNDF/MAPA terá em sua composição um membro titular, e um suplente, representantes do MAPA, indicados pelo Secretário-Executivo, quatro membros titulares e quatro suplentes, indicados pelas entidades representativas do Setor.

Parágrafo único. Caberá ao representante do MAPA a coordenação dos trabalhos do CPNDF/MAPA.

Art. 4º O CPNDF/MAPA se reunirá, a pedido de seus integrantes, sempre que necessário, ou por convocação do Secretário-Executivo do MAPA.

Art. 5º O Comitê poderá convidar, quando necessário, representantes de órgãos e instituições públicas ou privadas, com reconhecida atuação e experiência no tema, para participar das reuniões do Colegiado.

Art. 6º A participação no CPNDF/MAPA não ensejará remuneração a seus integrantes, e será considerada serviço público relevante.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

BLAIRO MAGGI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 936, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Suspensão de habilitação à fruição de incentivo fiscal de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, e nos arts. 33 e 36 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTIC nº 01250.004746/2018-41, 29 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Suspender, por descumprimento de exigências estabelecidas no art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, a habilitação à fruição de benefício fiscal de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, concedida a empresa Romaze Indústria e Comércio de Computadores Ltda. - EPP, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 07.315.550/0001-49, por seguinte Portaria Interministerial:

Portaria	Interministerial	Data	Publicação	no
	MCT/MDIC/MF		D.O.U.	
	961	22/12/2008	23/12/2008	

Art. 2º Determinar que a suspensão será de até cento e oitenta dias e vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento do imposto dispensado, atualizado e acrescido de multas pecuniárias aplicáveis aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza, referente ao período de inadimplemento, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, e no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.015/SEI, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53730.000621/1998 e nº 53000.058147/2011-16, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 4 de setembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária São José, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Juazeirinho/PB.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.038/SEI, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53830.002124/1998 e nº 53900.050617/2015-83, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de julho de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PORTINARI COMUNITÁRIA DE CULTURA, LAZER E COMUNICAÇÃO DE BRODOWSKI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brodowski / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.146/SEI, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.039587/2015-54 e nº 53710.000909/2001, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de outubro de 2015, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão de Inconfidentes, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Inconfidentes / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.147/SEI, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000829/1998 e nº 53900.046555/2015-13, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de janeiro de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL JOHN F. KENNEDY (CASE), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Belo Oriente / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.058147/2011-16**

Entidade: **Associação Comunitária São José.**

Assunto: **Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.**

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 7015/2017, de 16 de janeiro de 2018, no Diário Oficial da União de 28 de fevereiro de 2018, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Juazeirinho/PB, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se a cópia do processo nº 53000.058147/2011-16, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 06/03/2018, às 14:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2707407** e o código CRC **18D475D4**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.058147/2011-16

SEI nº 2707407

Brasília,

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058147/2011-16, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 4 de setembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária São José, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade do Município de Juazeirinho/PB.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 20634/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANYs
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro, Substituta**, em 22/05/2018, às 19:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2998286** e o código CRC **12B9B764**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 20634/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.058147/2011-16 - Nº SEI: 2998286

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquierlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC

53000.057831/2011-81 - Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)

53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)

53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)

53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)

01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)

53000.047461/2011-73 - Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)

53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)

53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)

53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)

53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)

53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)

53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)

53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)

53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)

53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)

53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)

53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)

53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)

53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)

53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)

53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)

53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)

53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)

53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)

53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)

53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)

53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)

53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)

53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)

53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)

53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)

53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)

53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)

53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)

53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)

53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)

53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)

53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)

53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)

53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)

53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)

53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)

53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)

53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)

53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)

53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)

53500.002411/2000-73 - Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)

53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)

53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)

53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
 53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
 53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
 53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
 53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
 53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
 53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
 53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
 53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
 53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
 53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
 53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
 53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
 53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
 53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
 53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
 53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
 53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
 53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
 53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
 53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
 53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
 53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
 53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
 53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
 53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
 53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
 53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
 53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
 53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
 53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
 53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
 53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
 53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
 53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
 53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
 53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
 01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
 53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
 53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
 01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
 53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
 53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
 53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
 53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
 53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
 53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
 53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
 53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
 53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
 53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12	- Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)
53000.057439/2011-31	- Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
 53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
 53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
 53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
 53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
 53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
 53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
 53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
 53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
 53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
 53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
 53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
 53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
 53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
 53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
 53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
 53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
 53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
 53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
 53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
 53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
 53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
 53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
 53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
 53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
 53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
 53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
 53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
 53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
 53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
 53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
 53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
 53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
 53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
 53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
 53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
 53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
 53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
 53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
 53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
 53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
 53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
 53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
 53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
 53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
 53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
 53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
 53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
 53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
 53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
 53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
 53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
 53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
 53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
 53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
 53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
 53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
 53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
 53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
 53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
 53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
 53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
 53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
 53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
 53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
 53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
 53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
 53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
 53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
 53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
 53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
 53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
 53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
 53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
 53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
 53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
 53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
 53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
 53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
 53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
 53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
 53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
 53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
 53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
 53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
 53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
 53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
 53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
 53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
 53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
 53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
 53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
 53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
 53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
 53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
 53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
 53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
 53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
 53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
 53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
 53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
 53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
 53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
 53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
 53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
 53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
 53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
 53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
 53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
 53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
 53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
 53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
 53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
 53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
 53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
 53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
 53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
 53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
 53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
 53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
 53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
 53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
 53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
 53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
 53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
 53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
 53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
 53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
 53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
 53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
 53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
 53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
 53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
 53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
 53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
 53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
 53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
 53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
 53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
 53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
 53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
 53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
 53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
 53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
 53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
 53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
 53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
 53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
 53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
 53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.058147/2011-16.**

Entidade: **Associação Comunitária São José**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 03/07/2019, às 17:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 04/07/2019, às 17:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 05/07/2019, às 18:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4326984** e o código CRC **F86C2F7F**.

Minutas e Anexos

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.058147/2011-16, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária São José, inscrita no CNPJ nº 02.488.712/0001-27, explore pelo prazo de dez anos a partir de 4 de setembro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Juazeirinho, estado da Paraíba, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 23600/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 7015, de 16 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 28 de fevereiro de 2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.058147/2011-16

SEI nº 4326984

Brasília, 20 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.058147/2011-16, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária São José, inscrita no CNPJ nº 02.488.712/0001-27, explore pelo prazo de dez anos a partir de 4 de setembro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Juazeirinho, estado da Paraíba, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 23600/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 7015, de 16 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 28 de fevereiro de 2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 34376/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.058147/2011-16.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 23/09/2019, às 12:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4654521** e o código CRC **E52AB6D2**.

Referência: Processo nº 53000.058147/2011-16

SEI nº 4654521